

**Os Desdobramentos e Conflitos da Criação do
Parque Estadual Ilha do Cardoso sob a Ótica do
Modelo GTP (Geossistema – Território- Paisagem)**

JÉSSICA DE LIMA SILVA



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – FCT
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Os Desdobramentos e Conflitos da Criação do Parque Estadual Ilha do Cardoso sob a Ótica do Modelo GTP (Geossistema – Território- Paisagem)

Jéssica de Lima Silva



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM GEOGRAFIA



Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, para obtenção do título de mestre, sob a orientação do Prof. Dr. Messias Modesto dos Passos.

Presidente Prudente
Outubro de 2014


FICHA CATALOGRÁFICA

S58d Silva, Jéssica de Lima Silva.
Os desdobramentos e conflitos da criação do Parque Estadual Ilha do Cardoso sob a ótica do modelo GTP (Geossistema – Território- Paisagem) / Jéssica de Lima Silva. - Presidente Prudente : [s.n.], 2014
192 f.

Orientador: Messias Modesto dos Passos
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Áreas Protegidas. 2. Parque Estadual Ilha do Cardoso. 3. Sistema GTP (Geossistema – Território- Paisagem). 4. Dinâmicas Socioambientais. 5. Populações Tracionais. I. Passos, Messias Modesto. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

BANCA EXAMINADORA



PROF. DR. MESSIAS MODESTO DOS PASSOS
PRESIDENTE



PROF. DR. JOSÉ MARIANO CACCIA GOUVEIA
(UNESP/FCT)



PROFA. DRA. REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA
(UNICAMP)



JÉSSICA LIMA SILVA

Presidente Prudente (SP), 08 de outubro de 2014.

RESULTADO: Apicando

Ao meu pai, Jorge

Por todo o amor e esforço dedicados a mim. Pela oportunidade que me deu de alcançar a liberdade do estudo e a conquista do conhecimento. Pela força necessária para chegar até aqui. Amo você...

“Se você não consegue entender o meu silêncio, de nada adiantarão as palavras, pois é no silêncio das minhas palavras que estão todos os meus maiores sentimentos”.

Lucas Lenci- Desaudio- 2013

Ao meu filho (in memoriam)

Pelo amor incondicional, por me ensinar a ser uma pessoa melhor. Você é o grande responsável pela minha sanidade mental. Continuaremos sempre juntos meu amor, todos os dias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Pai Jorge. Por tudo que você já fez por mim e por ser a eterna referência da minha vida. Precisaria de algumas vidas para conseguir retribuir tudo que o que fez por mim. Obrigada por apoiar minhas decisões e incentivá-las mesmo quando nem eu tinha certeza se o faria. Obrigada por possibilitar e me incentivar a continuar na trajetória acadêmica até aqui. Por todo o esforço empenhado em minha criação e educação, por sempre colocar suas filhas em primeiro lugar mesmo que isso significasse tantos esforços e sacrifícios. Sempre estaremos juntos, independente do que aconteça. Amo você!

À minha mãe, que nunca entendeu o que eu faço, mas que sempre me apoiou. Por todos os esforços na minha criação os quais me possibilitaram chegar até aqui. Obrigada por sempre me incluir em suas orações. Amo você...

À minha irmã Joice, que aguentou meus momentos de desespero e ansiedade e foi um grande apoio quando ninguém mais era capaz de ser. Me desculpe por tantas vezes precisar de você a ponto de te causar exaustão. Muito obrigada por sua amizade e por todas as coisas boas que já passamos juntas. Me desculpe pelo mau humor, obrigada por enxergar minhas dificuldades e tentar manter a situação sob controle quando eu já não tinha mais nenhum. Amo você!

Ao Philipe, você terá sempre um espaço de extrema importância na minha vida. Muito obrigada, de coração, por absolutamente tudo que você fez por mim nesses cinco anos. Você fazer parte da minha é sem dúvida uma das melhores coisas que já me aconteceu. De todos esses anos de momentos felizes em Prudente, você está em todas as minhas melhores lembranças. Agradeço por ter me apoiado e me incentivado a levar adiante toda a vontade de pesquisar a Ilha do Cardoso e por ter me ajudado a materializar esse mestrado. Não teria chegado aqui se não fosse por você. Obrigada por toda sua ajuda, por discutir por horas e horas, durante tanto tempo, as questões da minha pesquisa e por tentar me ajudar, sobretudo, a manter a calma ou me ajudar a encontrá-la todas as vezes que eu a perdia. Obrigada por passar comigo momentos incríveis e por me apoiar sempre em momentos tão difíceis. Amo você...

Ao meu querido amigo Pedro. Não tenho como agradecer e retribuir tudo o que fez por mim nesses últimos meses de pesquisa. Primeiramente, meus maiores agradecimentos por me ajudar a manter a calma, por seu otimismo, serenidade e paciência. Por responder a milhares de emails todos os dias e me ajudar com pontos fundamentais da Pesquisa.

Compartilharmos as dificuldades, mas, sobretudo as coisas boas de ter a Ilha do Cardoso como nossa área de estudo e devemos a ela, ter nos conhecido. Obrigada por todo o apoio neste trabalho, pelas revisões, ideias. Enfim, por todo o seu apoio nesses meses que me ajudou chegar até aqui.

Ao meu orientador, Messias Modesto dos Passos, por ter aceitado me orientar neste trabalho e principalmente, por ter dado créditos às minhas ideias. Muito obrigada também pela paciência nessa reta final.

Agradeço aos Professores José Mariano Caccia Gouveia e Encarnita Salas Martin, pelas importantes contribuições no exame de qualificação. A participação de vocês foi essencial para a conclusão deste trabalho.

A minha amiga e irmã, Lívia. De novo, a Ilha do Cardoso foi a responsável por colocar você no meu caminho. Obrigada por sua amizade, por todas as vezes que compartilhamos momentos incríveis na Ilha e por tudo que ela representa para nós duas. Obrigada, obrigada, por todas as vezes que estivemos juntas. Por suas contribuições nesse trabalho. Gostaria de ter te conhecido antes. Obrigada pelos anos de amizade e pode ter certeza, ainda rodaremos o mundo juntas!

Ao meu amigo Régis. Muito obrigada por dispor tanto do seu tempo comigo desde a época que foi meu professor na disciplina de Análise da Paisagem. Obrigada por sua amizade e por todas as contribuições neste trabalho. Pelas imensas contribuições e ótimas ideias que sempre me deu e também por tantos momentos divertidos e leves, tanto nos seus trabalhos de campo, quanto na nossa “aventura” na Ilha e nos nossos jantares mexicanos! Sinto uma falta imensa de você...

A minha amiga Ana, muito obrigada por ter entrado na minha vida! Por aguentar meus desesperos, angústias, ansiedade, mas também por todas as coisas boas que já passamos juntas e por todas as outras que ainda virão. Obrigada por estar comigo nos momentos mais difíceis e por me fazer rir quase o tempo todo... Obrigada pela amizade e pelas incontáveis horas de apoio moral nesses últimos meses! Você é incrível....

Ao Frank, que me acompanha desde o primeiro dia de Unesp em Prudente. Muito obrigada pela ajuda nessa fase final da pesquisa. E especialmente obrigada por me fazer rir todos esses anos, mesmo que nos últimos à distância. Novamente, tive a sorte de encontrar a pessoa mais engraçada do mundo, “*valheu* por tudo meu irmão”.

Ao Renan, o novo membro da família, muito obrigada cunhado, por toda a ajuda com os “aparatos tecnológicos” nesses últimos meses, acredite, isso foi de suma importância para

poder escrever esse trabalho. Obrigada por tornar nosso ambiente mais divertido e saudável quando está por perto!

À Paty, com toda certeza sua amizade e companhia foi uma das melhores coisas de ter entrado no mestrado. Obrigada pela amizade, pela imensa paciência, pelos conselhos, pela ajuda em manter a calma nos momentos de desespero, pelos emails gigantes, pelas muitas horas de conversa e por todos os momentos bons que passamos juntas. Espero um dia me tornar uma pessoa tão evoluída espiritualmente como você. Obrigada por tudo!

À Jaque, obrigada por ser minha amiga e me aguentar esse tempo todo. Por tantos momentos felizes. Por me receber na sua casa como se fosse da sua família em diversas vezes que não queria ficar sozinha em Prudente. Obrigada pelas ótimas conversas, pelos conselhos, por sua leveza e calma mesmo quando as coisas não estavam bem. Você é incrível.

Aos meus amigos Fer e Pedro, por fazerem com que eu me sinta tão amada durante todos esses anos sempre que nos encontramos. Obrigada pelos tantos anos de amizade e por sempre entenderem meus “sumiços” por motivos acadêmicos. Obrigada pela força!

À minha família de coração, Dona Cristina, seu Marquito, Paty e Dona Isaura. Por me adotarem e me tratarem de forma tão especial esses anos todos. Pela imensa ajuda na minha estadia em Prudente. Agradeço especialmente a você Dona Cristina, por me tratar como se fosse sua filha e pela pessoa incrível que é, sempre me lembro de você com muito carinho.

A todos os moradores da Ilha que são parte fundamental deste estudo. Sem dúvida esta dissertação não existiria sem vocês. Especialmente obrigada à Dona Maria, seu Ivo, ao casal mais divertido do Pereirinha: seu Ilzo e Valéria. Ao casal mais divertido e leve do Marujá: Vlad e Márcia, a vocês dois, obrigada por me tratarem tão bem, pelas conversas incríveis e muitas risadas em todas as vezes que estive aí, pelas entrevistas que sempre se transformavam em ótimas e gostosas conversas sem que percebêssemos. Ao Thiago, por tratar a todos de forma tão sincera, pelas importantes conversas sobre a Ilha, pelas risadas e por toda a contribuição que deu neste trabalho.

Aos meus queridos Vítor, Nivaldo, por toda a ajuda, conversas absurdamente engraçadas e pelas horas de corridas na praia no fim do dia e intermináveis rodas de violão à noite. À Dona Maria e seu Mário, da enseada da Baleia, pela hospitalidade, por dispor de seus horários para me receber e pela paciência e hospitalidade de vocês. Ao seu Luís do Pontal do Leste por dividir comigo um dia de sua rotina de pesca com seus filhos, por momentos tão agradáveis. Aos moradores do Pontal do Leste, por me receberam tão bem, pela gentileza,

paciência e hospitalidade para contar histórias e “causos” das incríveis paisagens do Pontal do Leste. Ao seu Ezequiel e Isidoro do Marujá, pela paciência em contar parte da vida de vocês e compartilhar histórias e lembranças de momentos felizes, tristes, difíceis e importante, do papel do mar em suas vidas, da importância da Ilha para os caiçaras....Aos muitos outros moradores que me receberam, que falaram de suas impressões, aspirações, perspectivas, sentimentos, em relação à Ilha do Cardoso, enfim, a todos vocês, os meus mais sinceros agradecimentos. Muito obrigada!

Agradeço ao CNPQ pelo financiamento. A realização desta pesquisa não seria possível sem o apoio financeiro de tal instituição.

Aos funcionários da Pós, especialmente Cintia e André. Muito obrigada por sempre me ajudarem tão prontamente. Obrigada pelas ótimas conversas, risadas e bom humor e principalmente paciência!

Aos funcionários da Fundação Florestal: Adriana Matozzo, pelos esclarecimentos e importantes contribuições; aos fiscais ambientais Jorge e Malzo, pelos esclarecimentos e pelas muitas contribuições. Para a realização deste estudo foi fundamental a contribuição de dois membros do Conselho Gestor do PEIC, o biólogo João Luís Paiva, e o geólogo Mario Nunes de Souza, os quais gentilmente cederam os exemplares do Plano de Manejo do Parque, além das entrevistas, muitos esclarecimentos, laudos técnicos do Ministério Público e demais documentos. Muito obrigada!

Aos meus muitos alunos do cursinho e dos colégios, como Ana, Isadora, Matheus, Thamires, Agnes, Pedro, Ana, Duda, Marina e muitos outros, que passaram os últimos meses perguntando sobre o andamento do trabalho, pela preocupação e, sobretudo, pelo bom humor de vocês e por nossas ótimas discussões políticas a respeito da questão ambiental no Brasil.



“Nós muitas vezes esquecemos que somos natureza. A natureza não é algo separado de nós. Assim, quando dizemos que perdemos nossa conexão com a natureza, na verdade, perdemos nossa conexão com nós mesmos”.

Andy Goldsworthy

RESUMO

Um dos aspectos inerentes à discussão sobre ordenamento territorial e ambiental no Brasil é a questão da criação das Unidades de Conservação, consideradas áreas naturais protegidas pelo poder público que têm por princípio a conservação da biodiversidade. Sua implantação no Brasil se deu posteriormente a iniciativas similares em outros países, sendo que estas experiências anteriores exerceram grande influência na instalação das UCs nacionais. Em razão da complexidade da temática dos conflitos de áreas protegidas se optou por realizar o estudo de uma Unidade de Conservação específica, o Parque Estadual Ilha do Cardoso (PEIC), com abordagens relacionadas aos desdobramentos e conflitos surgidos ao longo do seu processo de implantação. Também são enfatizados os diferentes atores presentes no PEIC, seus interesses e perspectivas em relação ao contexto em que se encontra o mesmo. Inserido na região sul-sudeste do Brasil - marcada pela proliferação dos quadros urbanos-industriais e exiguidade da preservação de ecossistemas naturais - o PEIC constitui-se de área com alto grau de preservação ambiental e com presença de populações tradicionais. Foi adotado como pressuposto de referencial teórico metodológico o sistema GTP (Geossistema- Território – Paisagem) elaborado pelo geógrafo Georges Bertrand, o qual propõe uma análise sistêmica e integrada sobre as dinâmicas socioambientais. A partir deste referencial, o guia de procedimentos metodológicos se baseou em: trabalhos de campo no PEIC; visitas técnicas à base do Conselho Gestor do Parque e à sede da Fundação Florestal do Estado de São Paulo; realização de entrevistas semidirigidas; análise do Plano de Manjo do PEIC. A operacionalização de cada um destes itens de procedimentos possibilitou identificar singularidades paisagísticas do PEIC. Também permitiu desenvolver uma análise sobre as mesmas tendo-se em vista as múltiplas determinações inerentes ao processo de configuração do território desta área protegida no sentido de sua produção e reprodução pelos diferentes atores presentes no Parque, bem como suas perspectivas paisagísticas, como expressão das dinâmicas socioambientais existentes na área de estudo. Verifica-se que existe um conjunto de atores no PEIC pautado por interesses e visões diversas. Existem as perspectivas territoriais e representações paisagísticas dos moradores tradicionais que possuem um histórico de luta e resistência para se manterem no Parque, que mantém sua visão da Ilha do Cardoso como meio possível para continuar reproduzindo seus modos de vida tradicionais e que investem cotidianamente no resgate cultural das tradições das comunidades caiçaras que sofreram alterações ao longo do percurso e desdobramentos de criação do Parque. Assim como moradores que possuem perspectivas diferentes em relação às representações que a Ilha imprime em suas vidas. Simultaneamente buscam alternativas para manter seus modos de vida tradicionais no contexto de estarem inseridos numa área protegida, como por exemplo, alternativas de parceria com o Conselho Gestor da UC, visto os resultados positivos que experiências de Gestão Participativa podem trazer para a efetividade desta Unidade de Conservação como um todo.

Palavras-chave: Áreas Protegidas; Parque Estadual Ilha do Cardoso; Sistema GTP (Geossistema – Território – Paisagem); Dinâmicas Socioambientais; Comunidades Tradicionais.

ABSTRACT

One of the aspects of the discussion about territorial and environmental planning in Brazil is the question of protected areas, considered natural areas protected by the government whose principle is the biodiversity conservation. Its implementation in Brazil was after similar initiatives in other countries, and these experiences have been an influence to the installation of the national UCs. Due to the complexity of conflicts in protected areas it was decided to research a specific protected area, Parque Estadual Ilha do Cardoso (PEIC), with approaches related to the unfolding and conflicts emerged on its implementation. The research also emphasizes the different actors present in PEIC, their interests and perspectives related to the context in which it is found. Housed in the south-southeastern Brazil - marked by the proliferation of urban-industrial areas and rarity of preservation of natural ecosystems - PEIC consists of an area of high environmental preservation and the presence of traditional populations. The study adopted as the theoretical framework the GTP system (Geosystem - Territory - Landscape) which was developed by geographer Georges Bertrand, proposes a systemic and integrated analysis of social-environmental dynamics. From this reference, the guide was based on methodological procedures: fieldwork in PEIC; technical visits to the base of the Park Management Council and the headquarters of the State of São Paulo Forest Foundation; conducting semi-structured interviews and analysis of PEIC policies planning. The operationalization of each of these procedures items allowed us to identify singularities on PEIC landscape. Also allowed to develop an analysis keeping in view the multiple determinations in the process of planning this protected area configuration towards its production and reproduction by different actors present in the Park, as well as its landscape perspectives, as an expression of the existing social-environmental issues in the study area. It appears that there is a set of actors in PEIC that are guided by interests and diverse views. Their territorial perspectives and landscape representations of traditional inhabitants who have a history of struggle and resistance to remain in the park, that keeps his vision of Cardoso Island as a possible way to continue with their traditional ways of life and investing daily in cultural revival *caçara's* communities traditions that have changed along with the unfolding of the creation of the Park.. Simultaneously seek alternatives to maintain their traditional ways of life in the context of being inserted in a protected area, such as partnership alternatives with the Management Council of protected area, seen the positive results that experiences Participative Management can bring to the effectiveness of this course as a whole.

Key – Words: Protected Areas; Ilha do Cardoso State Park; GTP System (Geosystem –Territory – Landscape); Socio-Environmental Dynamics; Traditional Communities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Folder de Propaganda e divulgação do Loteamento no Núcleo Maruja	84
Figura 2: Folder de Propaganda e divulgação do Loteamento no Núcleo Maruja	84
Figura 3: Mapa do sítios da Ilha do Cardoso à época de sua criação.....	89
Figura 4: Foto aérea modificada do Núcleo Enseada da Baleia a partir de ONG Iniciativa Verde.....	117
Figura 5: Fotografia aérea do Núcleo Enseada da Baleia modificada a partir de AB'SABER (2005)	117

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Alojamento reformado mediante licitação pública	114
Fotografias 2 Estrutura de apoio à visitação danificada por erosão costeira.....	115
Fotografia 3: Fragilidades de estruturas de apoio à pesquisa do Parque	115
Fotografia 4: Ocorrência dos Processos erosivos no Núcleo Enseada da Baleia	119
Fotografia 5 : Ocorrência dos Processos erosivos no Núcleo Enseada da Baleia.....	119
Fotografia 6: Sacos de contenção colocados sobre a frente da casa de Dona Maria	120
Fotografia 7 - Casa de um morador tradicional no Núcleo Marujá	144
Fotografia 8 - Casa da família do seu Mário e Dona Maria, moradores do Núcleo Enseada da Baleia	144
Fotografia 9 – O Casal José Mario e Maria de Lurdes com sua filha	145
Fotografia 10 – A casa do Seu Luís na Vila Rápida	145
Fotografia 11 – A casa da Dona Lúcia no Pontal do Leste	146
Fotografia 12 – O “caminho do mar”	146
Fotografia 13: O caminho para a casa de um morador tradicional no Pontal do Leste	147
Fotografia 14:O quintal do morador Sérgio no Marujá	147
Fotografia 15: Casa de morador tradicional no Núcleo Cambriú	148
Fotografia 16: Vista panorâmica das casas dos moradores do Núcleo Cambriú	148
Fotografia 17: Vista panorâmica da Praia do Foles	149
Fotografia 18: “Esse aqui é o horizonte da nossa casa”	150
Fotografia 19: “O horizonte da Ilha de onde a gente mora ”.....	150
Fotografia 20: Estrutura montada pelos moradores tradicionais caiçaras para a captura de peixes	151
Fotografia 21: As redes de pesca artesanal dos caiçaras para a utilização nas praias e em mar aberto	152
Fotografia 22: A confecção das redes de pesca artesanal pelos caiçaras	152
Fotografia 23: Pescador caiçara voltando pela Praia de Ipanema depois do trabalho confeccionando cercos de pesca	153
Fotografia 24 - Praia do Núcleo Perequê e o desembarque de turistas em alta temporada. ..	153
Fotografia 25 - Fim da tarde no núcleo Perequê e retorno dos turistas a Cananéia	154
Fotografia 26: Equipe gestora do PEIC, de 2011 realizando vistorias em Pontal do Leste ..	155

Fotografia 27- - Fotografia tirada do mirante próximo à casa da moradora Patrícia, no Núcleo Marujá.....	156
Fotografia 28- Praia de Ipanema, entre os núcleos Perequê e Itacuruçá	156
Fotografia 29 – Núcleo Marujá. “ <i>Eu acordo todo dia e é essa a vista da minha casa</i> ” (Seu Isidoro)	157
Fotografia 30 – Vista Panorâmica do Núcleo Marujá	157
Fotografia 31 – Um fim de tarde no píer... (Núcleo Marujá)	158
Fotografia 32– Restaurante da Dona Valdete que recebe muitos turistas em alta temporada (núcleo Marujá)	159
Fotografia 33 – Turista num dia descanso no hotel Marujá, do seu Clementino (núcleo Marujá)	159
Fotografia 34 – Um dos píers do núcleo Marujá onde desembarcam os turistas e moradores	160

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: - Mapa Geomorfológico da Ilha do Cardoso.....	78
Mapa 2: Mapa de zoneamento da Ilha do Cardoso	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Classificação escalar da análise geográfica conforme a proposta geossistêmica de Bertrand (1968)	25
Quadro 2: O sistema GTP (Geossistema – Território – Paisagem)	29
Quadro 3: Representação do Paradigma GTP, conforme a proposta de Georges Bertrand	30
Quadro 4: Comparação entre os estilos de elaboração de Planos de Manejo	106
Quadro 5: Modelo de questionário aplicado aos moradores dos Núcleos do PEIC durante a realização dos trabalhos de campo	136

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Categoria de manejo das UCs propostas pela IUCN.....	45
--	----

LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS

- AMOMAR - Associação de Moradores do Marujá
- APA - Áreas de Proteção Ambiental
- ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico
- CDB – Convenção da Diversidade Biológica
- CNT - Complexo Natural Territorial
- CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
- CONSEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente
- DPU - Delegacia do Patrimônio da União
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- Florestas Nacionais (FLONAS)
- FUNAI - Fundação Nacional do Índio
- GTP - Geossistema-Território-Paisagem
- IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
- IUCN (sigla em inglês) - União Internacional de Conservação da Natureza
- MMA - Ministério do Meio Ambiente
- PEIC - Parque Estadual da Ilha do Cardoso
- PN- Parque Nacional
- PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente
- PNAP- Política Nacional de Áreas Protegidas
- PNDSPCT- Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
- RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável
- REBIO - Parque Nacional, Reserva Biológica
- RESEX - Reservas Extrativistas
- RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural
- SMA-SP - Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado de São Paulo
- SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
- UC - Unidades de Conservação
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

RESUMO	xi
ABSTRACT	xii
LISTA DE FIGURAS	xiii
LISTA DE FOTOGRAFIAS	xiv
LISTA DE MAPAS	xvi
LISTA DE QUADROS	xvii
LISTA DE TABELAS	xviii
LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS	xix
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO II: REFERENCIAL TEÓRICO - METODOLÓGICO: O SISTEMA GTP (GEOSSISTEMA- TERRITÓRO- PAISAGEM)	14
CAPÍTULO III – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: HISTÓRICO E APLICABILIDADE DO SISTEMA GPT	33
CAPÍTULO IV – PARQUE ESTADUAL DA ILHA DO CARDOSO – ELEMENTOS FÍSICOS E BIÓTICOS DA PAISAGEM, INSTITUCIONALIZAÇÃO, PERCEPÇÕES E CONFLITOS	69
CAPÍTULO V: CONCLUSÕES	162
REFERÊNCIAS	174

ÍNDICE

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	1
1.1 Aspectos Iniciais	2
1.2 Localização e Breve Caracterização da Área de Estudo	7
1.3 Hipóteses Norteadoras, Objetivos e Procedimentos de Pesquisa	10
CAPÍTULO II - REFERENCIAL TEÓRICO - METODOLÓGICO: O SISTEMA GTP (GEOSSISTEMA- TERRITÓRO- PAISAGEM)	14
2.0 A Trajetória Bertrandiana e a Evolução do Modelo GTP na Episteme da Geografia Física	15
2.1 A complexidade inerente à Paisagem e Geossistema	21
2.2 A configuração do Sistema GTP como possibilidade para análise Geográfica.....	27

CAPÍTULO III – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: HISTÓRICO E APLICABILIDADE DO SISTEMA GPT	33
3.0 A Aplicabilidade do Sistema GTP à Análise das Unidades de Conservação	34
3.1 As Origens das Políticas de Conservação	38
3.2 O Processo de criação das Unidades de Conservação no Brasil e o papel do SNUC	46
CAPÍTULO IV – PARQUE ESTADUAL DA ILHA DO CARDOSO – ELEMENTOS FÍSICOS E BIÓTICOS DA PAISAGEM, INSTITUCIONALIZAÇÃO, PERCEPÇÕES E CONFLITOS	69
4.0 Notas Introdutórias: Um Breve Histórico sobre o Vale do Ribeira de Iguape	70
4.1 Os Elementos Físicos e Bióticos da Paisagem do Parque Estadual Ilha do Cardoso Atrelados a uma Perspectiva Geossistêmica	73
4.2 O Processo de Institucionalização do PEIC e seus Desdobramentos	83
4.2.1 Os Planos de Manejo do PEIC	102
4.2.2 O Zoneamento do PEIC elaborado na Fase 2 do Plano de Manejo	120
4.2.3 A Organização do Conselho Gestor atual e as Mudanças na Estrutura dos Conselhos Gestores da Fundação Florestal no estado de São Paulo	125
4.3 As Perspectivas Paisagísticas no Parque Estadual Ilha do Cardoso	132
CAPÍTULO V: CONCLUSÕES	162
REFERÊNCIAS	174

CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO

1.1 Aspectos Iniciais

Um dos aspectos inerentes à discussão sobre ordenamento territorial e ambiental no Brasil é a questão da criação e institucionalização das Unidades de Conservação (UCs), consideradas áreas naturais protegidas pelo poder público, que têm por princípio, essencialmente, a conservação da biodiversidade.

A análise sobre as políticas ambientais governamentais, que dispõem acerca das unidades de conservação, contempla uma discussão conceitual do território a partir de várias abordagens (a biológica, física, socioeconômica e cultural). Neste sentido, viabiliza abordar a dimensão da desorganização territorial e dos processos de desterritorialização e reterritorialização, que podem ocorrer com a criação das UCs. Segundo Vallejo (2009, p.14):

A criação das unidades de conservação no mundo atual vem se constituindo numa das principais formas de intervenção governamental, visando reduzir as perdas da biodiversidade face à degradação ambiental imposta pela sociedade (desterritorialização das espécies da flora e fauna). Entretanto, esse processo tem sido acompanhado por conflitos e impactos decorrentes da desterritorialização de grupamentos sociais (tradicionais ou não) em várias partes do mundo.

O conceito de Unidades de Conservação, incorporado hoje ao de áreas protegidas, foi inicialmente postulado nos Estados Unidos da América, quando criou o primeiro Parque Nacional do mundo: o de Yellowstone, em 1872. Outros países seguiram tal exemplo, como Canadá, Nova Zelândia e Austrália. A visitação pública e uso recreativo e turístico das Unidades foram as razões iniciais da criação destas áreas protegidas. Segundo Faria (2004,p.32):

Em decorrência do avanço da degradação dos recursos naturais do planeta, o movimento conservacionista ganhou força e organizou-se para fazer frente aos desafios crescentes, seja em decorrência da extinção massiva das espécies, degradação e eliminação de *hábitats*, as enormes taxas de crescimento populacional e o crescimento da miséria humana que ocasiona uma constante pressão sobre as bases de sustentação da vida. Assim, em 1948 criou-se na França a União Internacional para a Proteção da Natureza, atual União Mundial para a Conservação, mundialmente conhecida por sua sigla histórica IUCN, ou UICN para os idiomas latinos. Esta organização conta com cerca de 800 agências governamentais e não governamentais associadas em 130 países, cujos objetivos maiores são influenciar, encorajar e assistir a sociedade humana a conservar a integridade e a diversidade da natureza, assegurando que o uso dos recursos naturais seja equilibrado e ecologicamente sustentável.

Desse modo, a criação dessas áreas ao redor do mundo, configura uma importante estratégia de controle e monitoramento do território, visto que estabelece limites e dinâmicas

de uso e ocupação específicos de acordo com a área protegida. Este controle e os critérios de uso que normalmente se aplicam às áreas protegidas são frequentemente atribuídos em virtude da valorização e da necessidade de resguardar a biodiversidade existente nessas áreas.

No Brasil, a discussão internacional sobre áreas protegidas passou a influenciar, de forma significativa, a política brasileira para conservação, em função das transformações estruturais no País durante o governo Vargas, na década de 1930. A industrialização e o crescimento das cidades fez surgir a necessidade de controle e gestão de recursos naturais pelo Estado e, assim, o avanço na política de implantação de áreas protegidas fundamentava-se como questão nacional. Neste contexto, as UCs passaram por várias legislações e disposições ambientais e em 2000 foram, finalmente, incorporadas pela Lei 9985/2000, ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação- SNUC- que estabelece diretrizes e normas balizadoras para a institucionalização das Unidades de Conservação no País. Dentre os principais avanços consideráveis desse Sistema, um deles diz respeito à criação de dois grupos de Unidades de Conservação: as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável.

O mesmo compõe as políticas ambientais do Brasil e está de acordo com a classificação preconizada pela IUCN (sigla em inglês)- União Internacional de Conservação da Natureza (1994), que considera não apenas os atributos e características biofísicas das áreas, mas também os objetivos de conservação que elas possam satisfazer.

As UCs têm sido consideradas importantes alternativas em políticas públicas no que tange à proteção da biodiversidade. Porém, conforme coloca Irving (2002) a implantação dos mesmos modelos provenientes de países como Estados Unidos, ampliando a dicotomização sociedade- natureza, vem gerando um quadro de conflitos sociais, culturais e econômicos para as populações que vivem em áreas de inserção dessas UCs, principalmente quando estão no interior de Parques, na categoria de UC de proteção integral, que representa um exemplo emblemático de cisão sociedade- natureza.

No que tange a essa problemática de conflitos e diferentes perspectivas sobre a permanência ou não de populações tradicionais em UCs, Diegues e Arruda (2001p.37) salientam que:

O modelo de conservacionismo norte-americano espalhou-se rapidamente pelo mundo recriando a dicotomia entre "povos" e "parques". Como essa ideologia se expandiu, sobretudo para os países subdesenvolvidos, seu efeito foi devastador sobre as "populações tradicionais" de extrativistas, pescadores, índios, cuja relação com a natureza é diferente da analisada pelos primeiros "ideólogos" dos parques nacionais norte-americanos.

A questão das áreas naturais protegidas levanta inúmeras problemáticas de caráter político, social e econômico e não se reduz como visam os preservacionistas apenas à "conservação do mundo natural" ou proteção da biodiversidade. Segundo Diegues (2001,p.16):

Um primeiro conjunto de problemas diz respeito ao tipo e às características das unidades de conservação existentes, pois as que são caracterizadas como prioritárias, como parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas não permitem a presença de populações humanas, mesmo as consideradas tradicionais que habitavam essas áreas por dezenas e até centenas de anos sem a depredarem. Essas áreas naturais protegidas seguem o modelo norte-americano do parque de Yellowstone, criado em meados do século passado. (...) Um segundo conjunto de problemas diz respeito ao impacto político-territorial e fundiário gerado pela criação de áreas protegidas que, já em muitos países, representam extensões territoriais consideráveis.

Para Ghimire (1993,p.18):

Os governos não avaliam corretamente os custos ambientais e sociais da expansão dos parques nacionais e áreas protegidas. Em muitos casos, a expulsão dos moradores das áreas transformadas em parques nacionais tem levado a um sobre-uso das áreas protegidas e de seus arredores pelos moradores muitas vezes reassentados de forma inadequada nas proximidades dessas áreas de conservação.

Para Diegues (2004), é fundamental enfatizar que a transposição do "modelo Yellowstone", - originado em países industrializados e de clima temperado - para países subdesenvolvidos, cujas florestas remanescentes foram e continuam sendo, em grande parte, habitadas por populações tradicionais, está na base não só de conflitos, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas. Nessa questão emblemática, Gomez-Pompa et al. (2005) avaliam que preservacionistas tradicionais veem o valor estético, biológico e ecológico, mas não necessariamente veem as populações humanas. Muitas vezes eles não conseguem ver os efeitos das ações humanas do passado ou do presente, nem diferenciar os diversos tipos de uso, ou reconhecer o valor econômico de um uso sustentado.

Desse modo, as discussões sobre a presença humana em áreas protegidas há muito está em pauta no Brasil e no mundo, sendo um dos principais pontos de discussão, a busca por alternativas e minimização de conflitos em áreas protegidas de modo que as mesmas cumpram de fato, o seu papel de conservação.

Dentre muitos pontos de discussão, vários emergem como alternativas possíveis para a potencialização dos processos de conservação da natureza em Parques e minimização dos impactos econômicos sobre a biodiversidade. Dentre eles, o investimento em gestões de UCs

com caráter participativo e implantação de políticas de inserção de turismo de base comunitária. Essas alternativas são consideradas muitas vezes efetivas, no contexto de fazer cumprir o papel das áreas protegidas e também como oportunidade de inclusão das populações consideradas tradicionais.

Medeiros (2006) relata que um dos principais desafios para a efetivação de UCs, está em compreender a natureza em função dos recursos naturais e culturais para poder cuidá-los e utilizá-los de maneira que propiciem benefícios ao ser humano e contribuam para a conservação da área. E nesse sentido, Irving (2002), coloca que as áreas protegidas têm um papel fundamental para a proteção de espécies e de diversidade genética e manutenção dos ecossistemas, mas também para o sustento das populações tradicionais.

No entanto, para que a gestão destas áreas assegure de fato esses compromissos, além do aprimoramento do conhecimento relativo aos aspectos da biodiversidade, torna-se cada vez mais relevante a compreensão da dinâmica socioambiental em relação ao contexto ao qual elas estão inseridas, inclusive quando se fala em termos dos interesses dos diferentes atores sociais – sejam eles, o Estado, órgão gestor, populações tradicionais, entre outros - e os tipos de conflitos resultantes dessa dinâmica em uma área protegida.

Diegues (2004) atenta para o fato de ser necessário dar novos rumos e orientações às políticas ambientais brasileiras e as formas como estão estabelecidas essa relação dicotômica entre parques e comunidades que persiste ainda hoje num contexto mundial, sobretudo nos países com grandes contingentes de populações vivendo em UCs. De modo que ao invés de permanecerem as discussões sobre os conflitos em áreas protegidas decorrentes dessa relação dicotômica, há outra possibilidade, que é a de construir *junto* com as populações tradicionais uma relação que possibilite a conservação da biodiversidade e que sejam economicamente eficazes.

Trata-se, portanto de valorizar a identidade, os conhecimentos, as práticas e os direitos de cidadania destas populações, valorizando seu padrão de uso e manejo dos recursos naturais e legitimando as contribuições que historicamente essas populações realizaram. Isto não significa não reconhecer que se trata de uma relação complexa a presença humana em áreas protegidas e claramente não se deve generalizar ou superestimar o papel das populações tradicionais, como afirma o autor,

Tanto quanto nós, as populações tradicionais estão sujeitas às dinâmicas sociais e a mudança cultural. Nem todos são os “conservacionistas natos”, porém, há entre eles um grande conhecimento empírico e simbólico do mundo em que vivem e das particularidades do ecossistema regional o qual se inserem [...] No Brasil, há uma série de experiência de gestão

comunitária desenvolvidas nesta direção de parceria, com resultados promissores [...] Projetos aliando conservação e melhoria das condições de vida das populações locais que supere a falsa dicotomia ser humano X natureza apostando numa relação positiva que supere os dilemas do presente. Em que se pesem as dificuldades e problemas a serem enfrentados para a efetivação dos objetivos de conservação, a presença, a participação e o envolvimento positivo das populações locais têm sido altamente positivo para a conservação destas áreas. (Diegues, 2004,p.22)

Um dos motivos para tantos debates sobre a permanência ou não de populações tradicionais nas áreas protegidas, tem sido o fato de serem espaços altamente valorizados tanto do ponto de vista de estratégia de conservação ambiental e também como estratégia econômica, face ao crescente desmatamento da maior parte dos biomas brasileiros (Ab`Saber, 2005). Desta maneira a pressão nas áreas preservadas remanescentes - sobretudo as que estão em meio às áreas densamente povoadas e urbanizadas - tende a crescer, tanto pelo potencial de extrativismo dos recursos naturais como pela especulação imobiliária e pelo viés do turismo. Para muitos tal conflito já encontraria reflexo nas políticas públicas brasileiras, inclusive a nível federal como evidenciado por medidas como a concessão de Florestas Nacionais (FLONAS) no entender de Ab`Saber (2005,p.6):

O setor privado está dentro do sistema capitalista, dentro do sistema de obter rentabilidade com qualquer tipo de atividade. E, no caso de aluguel de florestas nacionais - as Flonas - para particulares, a situação ainda é mais complicada, porque os particulares poderão ser brasileiros ou do exterior. E, nesse caso, eles estarão preocupados em ter rentabilidade com a exploração da floresta.

É, portanto em função da complexidade dos conflitos na temática sobre as áreas protegidas e pela possibilidade de realizar uma análise integrada do contexto específico de uma UC a partir das dinâmicas socioambientais que representam a mesma, no seu contexto de políticas ambientais que historicamente instituíram as áreas protegidas no âmbito internacional e posteriormente no Brasil, os seus desdobramentos e conflitos surgidos ao longo do processo e os diferentes atores que a constituem em relação aos seus interesses e perspectivas, que se justifica a escolha do tema, sendo a área de estudo em questão, a Unidade de Conservação de Proteção Integral, Parque Estadual Ilha do Cardoso (PEIC).

Inserido no litoral sul do Estado de São Paulo, o PEIC constitui-se de área com alto grau de preservação ambiental e com presença de populações tradicionais. Sua análise em detalhes permite exemplificar as discussões e contendas mencionadas envolvendo as UCs.

1.2 Localização e Breve Caracterização da Área de Estudo

O Parque Estadual Ilha do Cardoso- PEIC tem uma área de 151 km² e localiza-se no extremo Sul do litoral paulista, na divisa com o Estado do Paraná. Está situado entre as coordenadas 48^o 05' 42'' W, 25^o 03' 05'' S e 48^o 53' 48.11 W, 25^o 18' 18'' S, separado do continente pelo canal de Trapandé. As vias de acesso para a Ilha saem pelo município de Cananéia e Ilha Comprida: (Figura 1).

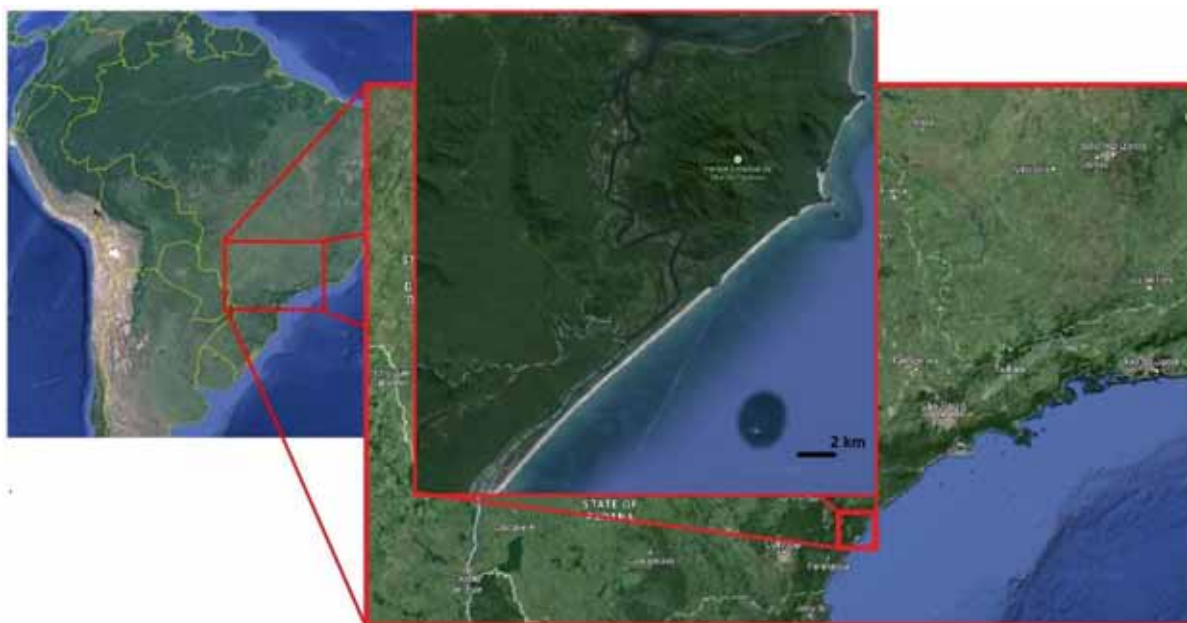


Imagem 1 - Localização do Parque Estadual Ilha do Cardoso - PEIC.

Fonte: Google Earth, 2012.

O PEIC faz parte de um conjunto de Unidades de Conservação existentes na Região do Vale do Ribeira, Sul do Estado de São Paulo. Presentes na bacia do Rio Ribeira de Iguape, essas Unidades fazem parte de um sistema criado pela SMA-SP (Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado de São Paulo), além da participação do governo federal, por meio do MMA (Ministério do Meio Ambiente), IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) e CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente).

O conjunto dessas UCs está estabelecido em áreas naturalmente mais preservadas do Estado de São Paulo e da bacia hidrográfica do Ribeira de Iguape. De acordo com Ross (2009), esse conjunto de UCs faz parte de um Mosaico de áreas protegidas do Estado de São Paulo, que abrange desde a faixa costeira de Peruíbe em direção ao sul, até os limites com o

Estado do Paraná, e ao longo de toda área serrana que contorna a baixada do baixo Ribeira. Organizam-se em forma de arco pelas Serras do Mar, Paranapiacaba, médio vale do Ribeira estendendo-se até o alto dos rios Turvo e Jacupiranga, e encerram-se no litoral sul do Estado de São Paulo, na Ilha do Cardoso, nos limites com o Estado do Paraná.

Esse Mosaico de áreas protegidas localizado na bacia hidrográfica do Ribeira de Iguape distribuí-se pelas áreas de maior fragilidade ambiental, sendo aquelas com relevos montanhosos de um lado e os relevos de planície costeira do outro lado:

Essas áreas são as mais preservadas no território da bacia e de maior riqueza de fauna e flora, pois congregam o pouco que resta no Brasil da Mata Tropical Atlântica, que ocupa escarpas e morro da área serrana, bem com as matas residuais de restinga e mangues, que têm na região costeira, sul do Estado de São Paulo, extensas áreas contínuas muito preservadas. (Ross, 2009).

O Mosaico desempenha fundamental importância para a conservação e preservação ambiental, tanto dos ecossistemas costeiros como da rica biota do ecossistema serrano representada pela mata tropical atlântica.

Esses ambientes são de interesse ecológico em função de sua riqueza em biodiversidade e de seu importante papel como banco genético. As áreas delimitadas pelas unidades de conservação ambiental são, portanto, de absoluto interesse à sua manutenção do *status quo*, com a preocupação de impedir os avanços de sua ocupação, diante das fortes pressões das áreas ocupadas dos estornos, em função dos efeitos de borda. (Ross, 2009).

Segundo o autor, com objetivos diversos e graus diferenciados de restrição, as UCs podem dispor de determinações rígidas que impedem a utilização integral de seus recursos naturais. Podem também ser mais flexíveis, permitindo usos compatíveis com a capacidade de regeneração ou de suporte ambiental.

O PEIC se enquadra na categoria de UCs de Proteção Integral, não sendo juridicamente permitida a presença de populações humanas residindo no interior do Parque, mas que ainda permanecem no mesmo respaldadas pelo art. 42º da Lei nº9.985/2000 a qual estabelece o SNUC, onde é previsto a permanência de populações tradicionais até que ocorra a sua remoção para áreas relativamente compatíveis.

A Ilha do Cardoso foi instituída como Parque Estadual através do Decreto Estadual Nº 40.319/62. Há registros de populações desde 1502, quando a Ilha recebeu a expedição exploratória comandada pelos portugueses Gaspar de Lemos e Américo Vespúcio, que tinham a missão de fixar o marco do Tratado de Tordesilhas na praia de Itacuruçá (hoje pertencente ao núcleo Perequê) em frente à ilha do Bom Abrigo

No caso do PEIC, a população tradicional residente é composta de Caiçaras. Há uma

série de discussões acerca dos conceitos e definições a respeito de populações tradicionais, esse ponto será devidamente desenvolvido posteriormente nesse estudo. Até a década de 2000, a população tradicional caiçara, estava distribuídas entre os núcleos, Itacuruçá e Perequê, Marujá, Enseada da Baleia, Cambriú, Vila Rápida e Pontal do Leste e ocupavam cerca de 5% da extensão total da Ilha. Através da resistência das comunidades, uma parte delas continuou residindo no local, mas o número de comunidades caiçaras diminuiu no parque principalmente nas décadas de 1970 e 1980. Quando houve a criação do Parque, o número estimado era de 500 famílias no interior da Ilha, hoje, o número é cerca de 120 famílias entre todos os núcleos.

Há também um grupo da tribo indígena Guarani Mbya com cerca de 20 integrantes atualmente que em 1990 foram morar no PEIC, considerados um grupo intermitente que se locomove entre as áreas protegidas do Vale do Ribeira. Há ainda alguns casos de veranistas¹ que residem sazonalmente no PEIC, sobretudo em meses de alta temporada, porém, principalmente a partir dos anos 2000, tramitam na esfera judicial, várias Ações Discriminatórias reivindicando a demolição das residências destes veranistas. Essas Ações Discriminatórias pelo Estado fazem parte dos projetos de regularização fundiária do PEIC, previstas no Plano de Manejo do mesmo.

No Estado de São Paulo, o Órgão responsável por todos os processos de gestão das UCs é denominado Fundação Florestal. Posteriormente é apresentada neste estudo, a estrutura, organização e, sobretudo, o papel do Conselho Gestor do PEIC, que nos últimos anos tem sofrido um processo de alta rotatividade de equipe de funcionários em relação ao histórico de criação do Parque. Nesse sentido, é fundamental a abordagem de como se configura a relação entre as comunidades tradicionais residentes no Parque e o Conselho Gestor. No tocante a essa questão, um ponto fundamental de discussão ocorre no sentido de que, os desafios, os conflitos, os avanços e as parcerias entre esses atores que estão presentes no PEIC, se dão de forma dinâmica, mutáveis, pois se alteram e apresentam diferentes configurações e perspectivas conforme evoluiu o histórico e os diferentes contextos dos cenários políticos do Brasil no que tange às políticas de conservação de áreas protegidas.

Quando a criação do Parque ocorreu, além da ausência da participação e ciência das

¹ São considerados pelo Plano de Manejo do PEIC, famílias de populações não tradicionais advindos do período de forte pressão e especulação imobiliária e turística na Ilha do Cardoso entre os anos de 1950 e 1970, os quais adquiriram loteamentos nos Núcleos do PEIC: Marujá (principalmente), Enseada da Baleia e Ponta do Leste e assim se estabeleceram na Ilha anteriormente ao período de criação do Parque, mas também nos anos subsequentes (SMA, 2002).

populações tradicionais sobre a criação de políticas restritivas no local em que viviam, também não houve esclarecimentos sobre as competências e potencialidades da criação de um Parque Estadual na categoria de proteção integral e os reflexos dessa condição que passaria a existir na vida dos moradores. Esse contexto de criação de UCs sem a ciência dos moradores que nelas vivem não ocorreu apenas no PEIC, muito pelo contrário, uma série de UCs no Vale do Ribeira apresentaram características e contextos de criação similares.

1.3 Hipóteses Norteadoras, Objetivos e Procedimentos de Pesquisa

A preocupação central no desenvolvimento desta pesquisa tem como tema o estudo das dinâmicas socioambientais que constituem o PEIC e deste modo, os principais desdobramentos que ocorreram na Ilha do Cardoso no contexto de sua criação quando foi decretada Parque Estadual, em 1962 e posteriormente, como ocorreu o processo de implantação desta UC. A pesquisa visa verificar a hipótese de que os desdobramentos e conflitos entre diferentes agentes atuantes no Parque tem resultado em crescimento das dificuldades para manutenção das populações tradicionais nas UCs, inserindo-se também num contexto estadual e federal de pressão para privatização das áreas protegidas. Para tanto é preciso a utilização de um referencial teórico- metodológico que considere as dinâmicas socioambientais que estão expressas na configuração territorial e paisagística da Ilha do Cardoso.

É necessário partir de uma análise que seja capaz de evidenciar a correlação entre as dinâmicas naturais que se expressam na biodiversidade existente na Ilha do Cardoso e que dá suporte à criação do parque, pela relevância ambiental e a partir daí, de que modo se estabelecem as estratégias para conservação dos recursos naturais do Parque e nesse contexto, como se dá esta relação com as dinâmicas do território e da paisagem (dinâmicas socioambientais) dos diferentes indivíduos e atores sociais que estão presentes no mesmo e que possuem seus projetos de vida e de ações nessa UC, sendo eles, as populações tradicionais e conselho gestor do PEIC, membros da Fundação Florestal do Estado de São Paulo, que rege as dinâmicas de uso e ocupação no interior do Parque. Foi necessária a escolha de uma metodologia capaz de relacionar e evidenciar quais são os atores e os diferentes projetos dos mesmos que interagem (e atuam) no PEIC.

Nesse sentido, alguns pontos devem ser considerados a partir das hipóteses que norteiam este estudo. Tais questões estão fundamentadas na discussão que há tempos vem

sendo desenvolvida no País e exterior por uma série de autores pertinentes à temática de áreas naturais protegidas, de como estão sendo pensadas a criação destas áreas e a coexistência com as populações tradicionais e conseqüentemente, as problemáticas e conflitos decorrentes dessa relação entre diferentes atores presentes nas UCs. O que requer estratégias de gestão operantes e capazes de repensar essas relações conflituosas e que sejam capazes de atenuar as problemáticas e cumprir de fato o papel de assegurar a preservação tanto da biodiversidade quanto da manutenção dessas populações nas áreas protegidas.

Estas áreas, embora sejam definidas como últimos redutos (ou ilhas) dotados de biodiversidade conservada por grupos sociais pré-modernos- populações tradicionais- (Diegues, 20004), muitas vezes coexistem em uma contradição, tantos pelas comunidades que lá existem (tradicionais ou não), quanto pelo Conselho Gestor das UCs do Estado de São Paulo, onde muitas vezes prevalecem os diferentes interesses políticos em detrimento do investimento em ações conjuntas para elaboração e estratégias de gestão entre os Conselhos Gestores das UCs e as populações tradicionais que habitam tais áreas para que se possa efetivamente promover a preservação em todos os aspectos destas áreas.

A conservação dessas áreas pode ter maior efetividade a partir do momento em que se relativizam as distâncias dos interesses e perspectivas entre os atores das UCs, no caso do PEIC, entre o Conselho Gestor - que visa garantir o previsto na legislação ambiental do País que é promover a efetiva conservação da biodiversidade nas UCs - e as populações tradicionais, no caso da Ilha, os caiçaras, que reivindicam o direito de permanência no interior do Parque sob o fundamento de garantia da manutenção dos seus modos de vida tradicionais e garantia de preservação de sua diversidade cultural.

Diante das diferentes perspectivas também estão presentes as diversas representações paisagísticas destes atores, que se apresentam nas suas relações (sejam elas afetivas ou econômicas) com o meio físico e biótico, ligadas aos seus territórios e à sua identidade. Nesse sentido, os procedimentos metodológicos empregados neste estudo possibilitaram uma análise integrada sobre as dinâmicas socioambientais presentes no PEIC, em que contexto ocorreu sua criação a partir do histórico de fundamentação de políticas de conservação ambiental no mundo e suas influências no contexto brasileiro referente à criação de áreas protegidas. Quais foram os principais desdobramentos e repercussões da inserção da Ilha do Cardoso como área protegida regida pelo Estado de São Paulo, respaldado na legislação ambiental vigente no País que dispõe sobre as áreas protegidas e como se estabelecem as relações entre os atores no sentido de apontar os principais desafios e contribuições em relação à estratégias de gestão e

parceria adotados por esses atores.

Para abordar a complexidade das relações existentes entre esses atores, foi adotado como pressuposto de fundamentação teórica, o sistema teórico metodológico GTP (Geossistema- Território – Paisagem) elaborado pelo geógrafo Georges Bertrand, o qual propõe uma análise sistêmica e integrada sobre as dinâmicas socioambientais. O sistema GTP nos permite realizar uma abordagem geográfica através de uma análise integrada dos fenômenos que se constituem na interface sociedade-natureza e a tentativa neste estudo é conseguir dimensionar o mais próximo possível essa pesquisa dentro da integração proposta pela conceituação tripolar desta metodologia.

Os procedimentos se fizeram necessários, às vezes de forma separadas, às vezes concomitantemente quando se buscou correlações entre os temas. Foi realizado aprofundamento em várias questões relacionadas ao processo de criação de áreas protegidas no Brasil seguindo parâmetros internacionais e outros temas envolvendo as Unidades de Conservação.

Foram realizados levantamentos e seleções sobre materiais bibliográficos que abordam os principais aspectos conceituais de diferentes naturezas, incluindo artigos e periódicos não só no âmbito da Geografia, mas das Ciências Sociais, áreas jurídicas e antropológicas a fim de se compreender a conjuntura atual da legislação brasileira que discorre sobre as políticas ambientais (Código Florestal, Constituição de 1988, Política Nacional de Meio Ambiente de 1981, SNUC, IUCN, CDB, PNAP- Plano Nacional de áreas Protegidas e outras disposições). Além dessas referências, foi realizado o levantamento de diversas referências bibliográficas disponíveis e que contemplam a caracterização do PEIC em diferentes áreas (física, social/etnográfica). Sobre o referencial específico do PEIC, alguns foram de fundamental importância para compreender as dinâmicas ali existentes, como o Plano de Manejo Fase 2 e os Laudos do Ministério Público disponibilizados.

Foi igualmente necessário, o aprofundamento acerca dos fundamentos do modelo teórico-metodológicas adotado nesta pesquisa, o GTP, elencando o contexto de criação e o processo de aprimoramento e discussões que continua ocorrendo. Assim como o aprofundamento e análises bibliográficas de muitos outros autores tomados como referenciais e que estarão presentes no decorrer do trabalho.

Para sustentar o embasamento do modelo GTP às dinâmicas socioambientais do PEIC, conforme as hipóteses norteadoras e objetivadas na pesquisa foram necessários, além dos levantamentos e análises de diferentes bibliografias, um planejamento concreto para

realização dos trabalhos de campo, para isso, foi necessário criar roteiros de trabalhos de campo e entrevistas bem definidos para que posteriormente fosse possível o tratamento e análise adequados dos levantamentos e dados obtidos durante os trabalhos.

É importante esclarecer que foi de suma importância à prévia elaboração desses roteiros definidos visto as limitações de distância, temporais e financeiras de realizar trabalhos de campo constantes à área de estudo. De forma que os roteiros (compilados em um questionário detalhado contextualizado na página 139 deste estudo) e número de entrevistas semidirigidas definidos pelos núcleos do Parque visam abarcar o maior número de aspectos possíveis que se propôs trabalhar a fim de não criar necessidades seguidas de ir ao campo e minimizar assim, o número de idas. Como dito, além dos recursos financeiros serem um fator limitante, é importante considerar também a disponibilidade das comunidades do Parque em receber e participar dos trabalhos, a fim de não gerar incômodos e visitas inoportunas.

Desse modo, foram realizados dois trabalhos de campo durante o desenvolvimento da pesquisa, um antes da qualificação, realizado durante os dias 20 a 28 de maio de 2013 e um posterior, entre os dias 28 de novembro e 05 de dezembro de 2013.

**CAPÍTULO II: REFERENCIAL TEÓRICO -
METODOLÓGICO: O SISTEMA GTP (GEOSSISTEMA-
TERRITÓRIO- PAISAGEM)**

2.0 A Trajetória Bertrandiana e a Evolução do Modelo GTP na Episteme da Geografia Física

São apresentadas aqui as reflexões acerca do Sistema GTP, desenvolvido pelo geógrafo francês Georges Bertrand. Este pesquisador percorreu uma longa trajetória epistemológica-metodológica até a inserção do GTP como um método para a Geografia que fosse capaz de lidar com os fenômenos envolvendo a complexa relação entre sociedade e natureza. A preocupação deste autor com a problemática da questão ambiental tratada mundialmente está implícita na elaboração de seu modelo, estando então o ambiente, intrinsecamente condicionado às perspectivas de avanço e elaboração do sistema GTP para o autor.

A proposta de Bertrand desde seu início se inclinou para o desafio de buscar a compreensão dos fenômenos geográficos diante da introdução à questão ambiental como condição de estudo. Essa proposta está presente desde o artigo fundador de Bertrand (1968), *“Paisagem e Geografia Física Global: Esboço Metodológico”*, publicando então e deixando em evidência, sua primeira proposta na perspectiva de uma análise sistêmica, capaz de integrar os sistemas formados pelas interações entre os elementos bióticos, abióticos e antrópicos (geossistemas) como caminho para a compreensão dos fenômenos na interface natureza-sociedade.

Embora a publicação deste esboço tenha sido acompanhada de críticas severas da comunidade científica da época, a elaboração epistemológica do mesmo permanece em continuidade até hoje. Instigado pelo contexto (os impactos - na cultura, nas ciências etc.) do movimento iniciado em maio de 1968, Bertrand incorpora o discurso da interdisciplinaridade dos saberes. Este detalhe é determinante da tendência discursiva que ele mantém até hoje sobre que posicionamento a Geografia deve ter: o discurso de entrelaçamento das disciplinas (na meta de alinhar um conhecimento verdadeiramente científico). Reis Júnior (2007,p.11) aponta que:

O “global” em Bertrand queria dizer: não se preocupar prioritariamente com o aspecto restrito dos processos naturalistas (que, de fato, dão substância às paisagens); ao contrário, ir além e chegar à integração das “sequelas”, desencadeadas ali pelos homens. Seria importante dispor de uma Geografia Física não mais indiferente à ação (construtiva/destrutiva) da sociedade; interessaria que passasse a fazer apelo à Sociologia, à Economia, não justapondo suas prerrogativas às da Humana, mas analisar a paisagem como o aval de um problema humano a se tratar.

Nesse sentido, Bertrand passa a partir da década de 1960, a defender trabalhos coordenadores de diversos saberes, ou como coloca Reis Júnior (2007), de pesquisas que, ao menos, soubessem se valer do conhecimento útil gerado em outras fronteiras científicas [...]. Sintomático desta sua receptividade epistemológica é o uso frequente da expressão “*décloisonnement*”, a qual o autor considera como um interessante neologismo, equivalente a algo como “desarmas as divisórias” que mantinham então as especialidades ignorando uma à outra.

Reis Júnior (2007) afirma que não foi somente a circunstância político-ideológico a responsável por fazer Bertrand enveredar na trilha de uma Geografia menos “separativa” [...], a verdade é que inerências suas (da Geografia) já lhe apontavam a remediar. Conseqüentemente, o ideário suscitado pela intelectualidade francesa foi apenas o estopim faltante; as carências metodológicas da Geografia estavam claras o suficiente. Como apontou Bertrand (1978), o problema é de ordem epistemológica. E continua:

Realmente o conceito de “paisagem” ficou quase estranho à geografia física moderna e não implica nenhuma reflexão metodológica e pesquisas específicas escapam parcialmente à geografia física tradicional. Esta é, com efeito, desequilibrada pela hipertrofia da pesquisa geomorfológica e por graves carências, em particular do domínio das ciências biogeográficas. Enfim, ela permanece essencialmente analítica, “separativa”, enquanto que o estudo da paisagem não pode ser realizado senão no quadro de uma geografia física global.

Diante desse contexto, tinham se aprofundado certos problemas particulares; Reis Júnior (2007), entende que logo, a mera catalogação não lhes surtia resposta. O estudo das paisagens teria de ser efetuado mediante um quadro conceitual alargado: de uma “Geografia Física Global”. [...] A nova percepção do objeto de estudos exigia, é claro, a compostura do dialeto científico, a reparação da rede de conceitos- com a qual operar seguramente. Era o Bertrand empírico mostrando-se atento ao (e seduzido pelo) problema epistemológico.

É preciso destacar a importância dos princípios naturalistas da escola soviética, posto que estes influenciaram fortemente Bertrand (1968, 1978), sendo o especialista siberiano Victor Sochava, a referência da Escola Russa Soviética e o primeiro a trabalhar na tentativa de elaboração da Teoria dos Geossistemas, baseando na Teoria das Paisagens (*Landschaft*).

Segundo Reis Júnior (2007), escola essa, que atrelada às circunstâncias geopolíticas na época, foi compelida à teorização essencialmente naturalista com fins pragmáticos. Essa escola tem fundamentalmente como ponto de partida, o estudo da paisagem. A afirmação deste autor se dá, pois, embora a escola naturalista soviética atuasse de forma restrita ao subcampo geofísico em relação ao tratamento da natureza, ainda assim, fez com que seus

seguidores trabalhassem desde então, com diferentes métodos de apreensão e abordagem paisagística na organização do espaço, visto a conjuntura ambivalente da paisagem.

Sob essa influência da escola soviética, é possível a identificação de três métodos de análise da paisagem. Sendo o primeiro deles referente à análise físico-geográfica da *Landschaftovedenie*. Foi desenvolvido nas várias ramificações da Ciência da Paisagem na ex-URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e apoiado na coleta ou utilização de informações referentes ao meio natural; com a prática de prospecções de grandes territórios ou observações estacionais sistemáticas sobre estes. Segundo Bertrand (2009, p.110):

Os geógrafos soviéticos, no começo mais ou menos inspirados pela ciência natural da Europa Central (Landschaft), mas, sobretudo encorajados pela política de reconhecimento e de valorização das terras virgens, foram levados a construir um método de pesquisa que lhes permitisse apreender rapidamente novos territórios na sua integralidade [...], as diversas tentativas de análise integrada do complexo físico-geográfico deram origem a uma potente ferramenta teórica e metodológica que põe em jogo meios técnicos sofisticados. Esta “ciência do geossistema” (Sochava) repousa totalmente sobre a medida dos balanços geoquímicos e dos fluxos energéticos globais. Existem numerosas fases intermediárias em que ocorrem estudos qualitativos e quantitativos, estacionais ou “expedicionais” (*survey*), estruturais (geohorizontes) ou evolutivas (etologia dos geossistemas).

Num primeiro momento, os procedimentos ditos “metodológicos”, apreenderam-se nas pesquisas concernentes aos elementos basilares (ou constituintes) dos complexos geossistêmicos. As informações selecionadas para coleta e tratamento foram exclusivamente de elementos físicos e bióticos, com a finalidade de utilizá-los em modelizações. Isto ocorreu, em função da perspectiva a qual a abordagem paisagística foi submetida, tratada nesse primeiro momento no campo da materialidade e subjetividade.

É importante atentar, que nesse primeiro nível de abordagem metodológica, a análise do ambiente foi o ponto de partida, tanto é, que a abordagem de Complexo Natural Territorial aí se fundamenta (nesta abordagem, o que contribuiria posteriormente, para a formação do conceito geossistêmico). Entretanto, não se descarta que posteriormente, haveria a possibilidade de que a escolha de procedimentos pudesse se estender ao estudo do “social” e das atividades humanas.

Sob a ótica de Sochava (1978) citado por Rodrigues (2001) o geossistema é subdividido em três níveis de dimensão: planetária, regional e topológica, as classes de unidades homogêneas foram denominadas de geótopos e as unidades estruturalmente heterogêneas de geócoros.

Dessa forma, para aplicação do primeiro nível de abordagem metodológica, o Complexo Natural Territorial, recebeu a divisão em duas subunidades, de acordo com a

seleção e tratamento das informações limitadas às físicas e bióticas: a primeira, denominada como geoma: unidade físico-química e a segunda, como biocenose: unidade biótica, tendo posteriormente suas análises realizadas sobre uma unidade ou sobre outra.

Sobre esse Complexo, Passos (1988,p. 16) contribui constatando que:

Mais precisamente [...], este complexo (CNT) constitui a parte do meio ambiente que é totalmente estranha ao homem: combinado com os impactos da utilização antrópica, ele forma um geossistema, o qual, percebido e interiorizado pelo homem, determinará uma paisagem.

Diante desta perspectiva, no esboço, “Paisagem e Geografia Física Global”, elaborado em 1968, Bertrand (2009, p.111) coloca que o geossistema foi considerado então como:

Uma conceitualização da epiderme terrestre, ali onde se encontram, se misturam e interferem a litomassa, a aeromassa, a hidromassa e a biomassa. Ele contém então o ecossistema. Todavia, este procedimento não lhe é subordinado sob o plano conceitual, pois se trata de um outro procedimento científico. O geossistema não é uma conceitualização da natureza, mas unicamente do espaço geográfico material, que este seja ou não restrito.

É evidente que a conceitualização de geossistema, nesse primeiro momento, recebeu uma abordagem fortemente influenciada pela teoria geral dos sistemas, seguindo a perspectiva naturalista, posto que o próprio CNT surge num primeiro momento como exclusiva à análise dos elementos físicos e bióticos, obtendo resultados calcados na modelização e numerização. O conceito de geossistema passaria posteriormente por várias alterações e complementações a essa primeira perspectiva.

Se na primeira conceitualização, a abrangência do Complexo Territorial Natural era exclusivamente relacionada aos fenômenos físicos e bióticos, o segundo método estava diretamente relacionado à análise da paisagem no sentido naturalista, o que também reduziu o campo da pesquisa ao nível material, culminando em resultados fragmentados. Porém, é importante destacar que esta abordagem trabalhava nesse sentido, em função das muitas preocupações oriundas dos processos da organização racional do espaço presente no contexto da época e que posteriormente, com a inserção do terceiro método, receberia alterações num sentido de ampliações de análises. Nesse sentido, Passos (1988, p.21) atenta que:

Os métodos da paisagem-objeto se distribuem entre três grandes tipos. Cada um dos primeiros se situa num dos “polos” da relação da paisagem, objeto ou sujeito, um de ordem cognitiva, outro de ordem afetiva. A estas duas categorias muito comumente reconhecidas, parece necessário acrescentar a terceira que, mais que intermediária entre elas, se apresenta como integradora, usando de técnicas de emprestadas, às vezes, a uma e a outra .

Foi a partir dessa categoria integradora, que surgiu o terceiro método de estudos do CNT, onde se inseriram os métodos da paisagem transformada, da paisagem percebida. A

partir desse método, Bertrand - que já possuía como grande inquietação a busca por um método que lhe permitisse a transição da monografia para um modelo que lhe permitisse inserir a paisagem numa análise integrada de sistema - passou então a elaborar seus estudos sobre paisagem, a partir de tratamentos sistemáticos, buscando a integração no tratamento das informações. Bertrand iniciou seus estudos nessa perspectiva, já na Escola de Toulouse (França).

A paisagem então passou a ser tratada como um conceito interdisciplinar, pois sua apreensão deveria se dar em caráter global, levando em consideração nesse caso, sua dimensão socioeconômica. Nesse momento, o tratamento das informações de forma separada e parcial, já não era aceito. O tratamento e seleção das informações deveriam estar fundamentados no sentido de que a análise separada acerca da constituição dos fenômenos, considerando a diversidade das características espaciais, ecológicas, econômicas, representativos (entre outros), não seria efetiva e não permitira o domínio dos desdobramentos desses fenômenos, a menos que fosse realizada de forma conjunta.

Diferentemente da essência metodológica da análise físico-geográfica do primeiro método (*Landschaftvedenie*), a perspectiva bertrandiana consistiu em fazer o caminho no sentido contrário, que consistia em partir da Sociedade para a Natureza.

É certo que os fenômenos sociais passaram a ser considerados no transcorrer de elaboração destes três métodos, pois gradativamente se chegou à constatação (ou compreensão) de que um espaço estruturalmente físico não se configura enquanto paisagem a menos que haja nesse contexto um mecanismo social que permita sua identificação. Quanto aos mecanismos sociais que permitam a identificação paisagística, é pertinente o exemplo de Bertrand (1978) ao dizer que a paisagem é um objeto socializado, uma imagem, que só existe através do fenômeno fisiológico da percepção e de uma interpretação sócio-psicológica [...].

Rodriguez² (2012) teceu algumas considerações sobre as perspectivas de Sochava e Bertrand em conjunto, atentando que a influência de Sochava nos estudos de Bertrand se deu justamente pela intenção do primeiro em interpretar sistematicamente os processos naturais, calcado sob uma perspectiva da corrente geográfica dialética, por esse motivo, os conceitos da escola russa soviética foram retrabalhados por Bertrand. O conceito de Sochava é o Geossistema (espaço) natural, geossistema produtivo e geossistema cultural. A questão fundamental é que Sochava é o herdeiro da geografia naturalista, que nasce com Kant e por

² Aula ministrada na ocasião pelo Geógrafo cubano José Manuel Mateo Rodrigues à disciplina do Programa de Pós- Graduação em Geografia/ FCT/UNESP em agosto de 2012.

sua vez levou a Humboldt, que também esteve fundamentado nos conceitos dialéticos, alcançando então Sochava, que tinha o desafio de enxergar a natureza como ponto de partida, a partir então da perspectiva dialética.

Já a autora Cleide Rodrigues (2001, p.73) faz uma colocação básica a respeito dos geossistemas feita por Sochava:

[...] Chama a atenção, embora sejam considerados fenômenos naturais, devem ser estudados à luz dos fatores econômicos e sociais que influenciam sua estrutura. Os geossistemas podem refletir parâmetros sociais e econômicos que influenciam importantes conexões em seu interior. Essas influências antropogênicas podem representar o estado diverso do geossistema em relação ao seu estado original. [...] Acrescenta que, apesar dos fatores socioeconômicos modificarem um geossistema, “a noção sobre este último não pode abranger a do sistema territorial, industrial”, o que não exclui a possibilidade ou existência de “sistemas geográficos, econômicos, sociais e técnicos”.

A grande diferença entre as concepções de Sochava e Bertrand se dá no momento de classificação das unidades de paisagem, enquanto a Escola Russa de Sochava se fundamenta como atributos nas formações biogeográficas, a Escola Francesa Bertrandiana utiliza como parâmetro a Geomorfologia para definir suas unidades.

Nesse contexto, Bertrand (2009, p.111) aponta que a geografia física encontra ao mesmo uma unidade e um estatuto científico.

O geossistema³ lhe fornece um conceito integrador, a análise sistêmica um método para apreender os sintomas de inter-relações que dominam a evolução dos complexos naturais. A separação entre vivo e não vivo não é evidentemente suprimida, mas ela é assumida pela continuidade dos fluxos de matéria e energia. [...] Existe [...] todo um sistema de colaboração a ser estabelecido em diferentes níveis teóricos e práticos. Na verdade, as análises globais e as análises setorializadas deveriam funcionar no âmago da geografia física reencontrada da mesma forma em que a síntese e a análise se combinam em todo raciocínio científico.

A noção de sistema incorporada às primeiras proposições de geossistema trouxe, portanto, contribuições significativas para o estudo da paisagem, de forma que a mesma passou a ser tratada num caráter polissistêmico, como resultado de uma integração horizontal de diversos elementos: natural, social, cultural, econômico. Sua contribuição permitiu então

³ Souza (2010) atenta que Georges Bertrand, em curso ministrado no PPGG/FCT-UNESP (2007), mencionou certa inadequação do uso do termo “geossistema” no âmbito de sua proposta. O próprio pesquisador citou uma nomenclatura que seria mais apropriada: o *geocomplexo* ao invés de *geossistema*. No início de sua elaboração teórica, Bertrand concebia o geossistema como uma escala de análise dentro de um conjunto hierárquico compreendido por seis níveis temporo-espaciais: zona, domínio, região natural, geossistema, geofácies e geótopos. Mas na verdade seria o geocomplexo a primeira escala de análise (entre as seis) que se presta ao estudo dos impactos humanos. “Geo+complexo” por englobar as geofácies e geótopos bem como as relações estabelecidas entre elementos bióticos, abióticos e antrópicos. O *geocomplexo* é a escala de análise geográfica. O *geossistema* é a teoria que guia a abordagem desta escala. (SOUZA, 2010)

uma análise combinada dos fenômenos correlacionados sob uma mesma ótica espacialmente falando.

2.1 A complexidade inerente à Paisagem e Geossistema

Pelo exposto até aqui, pode-se dizer que a paisagem passou a ser categorizada como sinônimo de múltiplas e diversificadas abordagens, sendo elas decorrentes dessa visão integrada que surgiu no bojo da complexidade dos fenômenos geográficos. A paisagem agora se torna multifacetada, contemplando a materialidade e imaterialidade, os campos subjetivos e objetivos, com diferentes níveis de representação e percepção.

Ao longo da construção em diversas teorias e abordagens sobre a Paisagem, sabemos hoje que ela sempre foi um caminho fundamental para análises e interpretações dos fenômenos geográficos, como aponta pertinentemente Souza (2010, p.44):

[...] Mesmo de modo indireto, porém, nunca passando despercebida: se nos dedicamos a pesquisar um determinado objeto é porque de alguma forma ele nos desafia, incomoda, questiona e nos gera o desejo em tentar decifrar os “enigmas” possivelmente mascarados por alguns “estigmas” que a nossa percepção mais imediata pode conferir a este objeto.

Um fenômeno se materializa no espaço. Produz uma paisagem ao passo que também lhe confere vida/dinamismo neste processo de manifestação/materialização espacial. A partir do instante em que o fenômeno se torna objeto de nossa percepção, somos despertados pela curiosidade e tentativas de compreensão. Por este motivo, independentemente da (s) categoria (s) de análise utilizada (s) para a elaboração de um determinado estudo geográfico, a paisagem sempre aparecerá, implícita ou explicitamente, mesmo que este não seja o objetivo principal do pesquisador.

Essa afirmação do autor ao dizer que a paisagem sempre aparecerá implícita ou explicitamente nos objetos de pesquisas geográficas vai ao encontro do que Dias (2003) coloca que a paisagem há muito tempo está na geografia e que ao longo do tempo, tem sofrido duras críticas. Em contrapartida, tem adquirido sua própria base de discussão teórica, tornando-se dessa forma, um termo e uma categoria tão importante para a Geografia quanto a região, o meio, o espaço. Dias (2003, p. 40-42) ainda diz que:

[...] Há que se lembrar que a paisagem é bastante velha dentro dos estudos geográficos. Em 1913, Max Sorre escrevia: ‘Nós diríamos com prazer que toda a Geografia está na análise das paisagens’. Em 1928, Kar Troll, geógrafo físico alemão, afirmava: ‘o conteúdo visível da paisagem determina o conteúdo da Geografia Moderna. (PASSOS, 1996, p.14)[...] Estudar a paisagem consiste em englobar o maior número possível de informações,

leiam-se objetos, forças e fenômenos, como forma de entender seu funcionamento e evolução. Aí se imbricam, harmonicamente, os objetos, as forças e os fenômenos do meio ecológico e do meio social. Se a natureza é o substrato que estrutura a paisagem, o agente antrópico é o seu construtor e controlador, na medida em que esta é seu espaço de realização social, econômica e cultural [...].

As contribuições de Bertrand sobre a conceituação de paisagem sofreu processos de evolução e alterações ao longo das décadas e renovações de cenários na epistemologia da geografia, de forma, que suas abordagens sobre a temática foram elaboradas, reelaboradas com o tempo. Bertrand e O. Dollfus, em 1973, em plena euforia das discussões paisagísticas distinguiram, dentre as diversas formas de abordar a paisagem:

Como categoria de análise espacial, duas principais correntes cujos métodos e, sobretudo, as finalidades são diferentes: uma que define a paisagem como um espaço subjetivo, sentido e vivido (via escolhida por arquitetos, psicólogos, sociólogos e mesmo geógrafos) e uma outra que considera a paisagem em si e por si própria, numa perspectiva essencialmente ecológica, tendo suas bases situadas na confluência da Geografia com a Ecologia e combinando o global e o setorial, o qualitativo e o quantitativo integrando diferentes escalas de análise. Segundo estes, este ângulo de ataque ecológico e global permite abarcar o meio em seu conjunto e melhor inserir os problemas de sua utilização pelas sociedades humanas, relação esta que não se dá nem em termos de justaposição e nem de conflito, mas sim de uma integração dos fatos ecológicos na análise social e econômica [...] (BERTRAND e DOLLFUS, 1973, P.162).

Assim, o “global” de Bertrand sempre esteve presente em suas preocupações acerca da questão de método sobre a conceituação de paisagem. Em seu artigo fundador publicado em 1968, Bertrand (1968, p.33), traz a seguinte abordagem de paisagem:

A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É numa determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente, uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. [...] É preciso frisar bem que não se trata somente da paisagem “natural”, mas da paisagem total integrando todas as implicações da ação antrópica [...].

Em 1972, com evoluções epistemológicas ocorrendo na temática da paisagem (como exposto anteriormente), Bertrand denominou a paisagem como uma ciência diagonal, sendo capaz de abarcar e trabalhar com uma visão que nem a Ecologia e nem a Geografia poderiam fazer separadamente. A ciência da paisagem é então situada pelo autor, num local privilegiado, entre a Geografia e a Ecologia, à jusante das ciências humanas e também dos problemas estruturais de organização espacial (Bertrand, 2009). Dessa forma, há a incorporação de elementos suficientemente complexos nas abordagens que o autor faz sobre a paisagem.

Percebe-se a real dimensão assumida pela paisagem, ou pelo seu termo. A paisagem passa então a incluir os elementos de fundamental relevância que compõem um dado espaço ou porção deste. O primeiro grande salto, é que a paisagem não incorpora mais a simplificação de seu uso como “aquilo que a vista alcança”, sua dimensão abarca muito além do visível e material, incluindo então os aspectos invisíveis da paisagem, a dimensão imaterial, subjetiva, ou seja, os elementos, em sua totalidade, que regem a evolução da paisagem, independente se são naturais ou já incorporados e implicados pela ação antrópica.

Quando Bertrand deixou claro que sua intenção estava voltada para a interação e integração no primeiro esboço de 1968, fica entendido também que a essência da sua abordagem se dá justamente numa paisagem “metamorfoseada” ao longo do tempo e pelos contextos que surgem, não devendo ser entendida como uma entidade estática, mas sim, constituída por movimentos. São afinal esses movimentos, sua própria força evolutiva, seu motor, que transformam a paisagem continuamente. É importante ressaltar aqui, que essa definição da paisagem continuamente em movimento, é advinda da perspectiva sistêmica (apresentada anteriormente) e que motivou Bertrand a enveredar pelo caminho do geossistema.

Foi, portanto, em função da busca por um método capaz de sustentar o estudo da paisagem em toda sua complexidade, de seus polissistemas, de forma a trabalhar os estudos da paisagem de modo integrado e global e não mais separatista/setorizada - como era até então trabalhada a natureza na ciência geográfica - que Bertrand passou a fundamentar seus estudos e pesquisas publicadas nesse conceito de Geossistema.

Sua inserção nos estudos geográficos vai além da sua conotação como um modelo teórico e um método no estudo de paisagem. Está diretamente relacionado à busca por um modelo satisfatório posto os problemas de método que perpassavam a conceituação de paisagem e o tratamento dado à natureza. O geossistema foi, portanto, colocado na ótica da análise geográfica como uma expressão exata de descontentamento quanto aos métodos fragmentados utilizados para apreensão da realidade dos fenômenos geográficos, quando na verdade, os mesmos deveriam trabalhar na tentativa de tratar essa(s) realidade (s) sob uma perspectiva integrada. Como reafirma Rodrigues (2001, p.72):

A teoria geossistêmica faz parte de um conjunto de tentativas ou de formulações teórico – metodológicas da Geografia Física que surgiam em função da necessidade de a Geografia lidar com os princípios de interdisciplinaridade e síntese, com a abordagem multiescalar e com a dinâmica, fundamentalmente incluindo-se prognoses a respeito desta última.

Nesse contexto de novos processos e elaborações, Reis Júnior (2007, p.366) acrescenta que, sobretudo na década de 1970,

Voltava-se a teorizar e refletir sobre epistemologia. [...] Pesquisava-se a realidade das “estruturas”, numa evidente inspiração saudante da linguística (atalho para encontrar as paisagens-conjunto, para abdicar das “coleções de objetos”). Difundiam-se métodos matemáticos e técnicas computacionais. Disponibilizavam-se “conceitos integradores”, sobretudo aqueles acrescentados aos manuais científicos pelo progresso de uma Ecologia de síntese (o gérmen dos estudos globais estavam, por isso, suficientemente maduros). Exibiam seus feitos e avanços algumas escolas estrangeiras (a soviética, a australiana, a canadense). Mostrava-se evoluído o plano técnico de investigações espaciais (fotointerpretação, por exemplo). Arrojavam-se as reflexões sobre natureza e sua relação com a cultura (iniciativa de sociólogos e antropólogos), bem como as tentativas de colar conceitos ecológicos na análise marxista.

Os estudos e avanços desses métodos deveriam ter então como objetivo, imaginar a existência de “unidades geográficas globais” às quais deveriam ser adaptadas ao estudo de paisagens. Esse processo deveria levar em conta as relações/ combinações dialeticamente estabelecidas entre os fenômenos geográficos.

Retomando a discussão acerca do geossistema, Bertrand (1968) propôs sua primeira classificação basilar, muito utilizada e também retrabalhada ao longo do tempo. Ele propôs o tripé com o qual o autor não só evidencia a mútua dependência de três elementos constituintes, como também passa a se desvencilhar de alguns pontos teóricos situados pelas influências soviéticas, comportando mais autonomia a forma estrutural de sua proposta.

Esse tripé é definido por: potencial ecológico/ biótico (geomorfologia, clima, hidrologia...), exploração biológica (vegetação, solo, fauna...) e ação antrópica (cultivo, produção, desmatamento etc.). Essa tríplice é baseada na teoria de bio-resistência de H. Ehart, o que possibilitou que Bertrand pudesse explorar a preponderância de um elemento ou outro passível de processos potencialmente (des)equilibrantes.

Bertrand (1968) propôs o geossistema como uma categoria taxonômica, onde sua classificação deve ser de acordo com seis níveis da escala temporo-espaciais: zona, domínios e regiões naturais (essas seriam as unidades superiores) geossistema, geofácies e geótopo (unidades decrescentes ou progressivamente inferiores). Bertrand se inspirou nas escalas temporo-espaciais de caráter climático e geomorfológico na sua proposição. De acordo com Bertrand (2009, p.39):

Foi necessário montar todas as peças das unidades globais inferiores à região natural. Após numerosos ensaios, forjaram-se 3 entidades novas: o geossistema, o geofácies e o geótopo. Estes termos têm a vantagem de não terem sido utilizados, de serem construídos num modelo idêntico e de evocar

cada um o traço característico da unidade correspondente. Na verdade geo “sistema” acentua o complexo geográfico e a dinâmica de conjunto; geo “fácies” insiste no aspecto fisionômico e geo “topo” situa essa unidade no último nível da escala espacial.

O geossistema está situado entre a 4ª e 5ª escalas de grandeza têmporo-espaciaias de Tricart e Cailleux (1956) apud Bertrand (2009) e assim, sua importância é reafirmada visto que é nessas escalas onde se situa a maior parte dos fenômenos de interferência entre os elementos da paisagem (sendo as escalas mais compatíveis com a escala humana) e que evoluem as combinações dialéticas mais interessantes para o geógrafo. No quadro 1, é apresentada de forma esquemática, a relação entre as escalas de grandeza e os fenômenos de interferência da paisagem:

Observar como as unidades se prestam à intervenção antrópica

Unidades da paisagem	Escala temporo-espacial (G = grandeza)	Unidades elementares				
		Relevo (1)	Clima (2)	Botânica	Biogeografia	Unidade trabalhada pelo homem (3)
ZONA	G. I		Zonal		Bioma	Zona
DOMÍNIO	G. II	Domínio estrutural	Regional			Domínio Região
REGIÃO NATURAL	G. III - IV	Região natural		Andar Série		Quarteirão rural ou urbano
GEOSSISTEMA	G. IV - V	Unidade estrutural	Local		Zona equipotencial	
GEOFÁCIES	G. VI			Estádio Agrupamento		Exploração ou quarteirão parcelado (pequena ilha ou cidade)
GEÓTOPO	G. VII		Microclima		Biótopo Biocenose	Parcela (casa em cidade)

Quadro 1: Classificação escalar da análise geográfica conforme a proposta geossistêmica de Bertrand (1968).
Fonte: Bertrand (2009), apud Reginaldo J. Souza (2010).

No quadro 1, as correspondências entre as unidades são muito aproximativas e dadas somente a título de exemplo. (1) Conforme A. Cailleux – J. Tricart e G. Viers; (2) Conforme M. Sorre; (3) Conforme R. Brunet, (Souza, 2010).

Continuando em relação ao geossistema, Bertrand (2009, p.42):

O geossistema corresponde a dados ecológicos relativamente estáveis, ele resulta da combinação de fatores geomorfológicos (natureza das rochas e dos mantos superficiais...) [...], climáticos (precipitações, temperatura) e hidrológicos (lençóis freáticos epidérmicos e nascentes, ph das águas...). É o “potencial geoecológico” do sistema. Ele é estudado por si mesmo e não por um aspecto limitado de um simples lugar. [...] Com efeito, o geossistema é um complexo essencialmente dinâmico, num espaço muito breve, por exemplo, o tempo histórico. O potencial ecológico e a ocupação biológica são dados instáveis que variam tanto no tempo como no espaço. [...]

Tem-se uma correlação direta entre geossistema e paisagem, pois o primeiro como modelo teórico totalmente identificado com a paisagem, e esta, como fundamental categoria da análise espacial, ambos associados, a uma perspectiva sistêmica, permitem a análise geográfica dos fenômenos em um *rol* de complexidades.

Para Passos (1988, p.21)

Na proposta de Bertrand (1968), a paisagem é considerada “como uma entidade global”; admite-se implicitamente que os elementos que a constituem participam de uma dinâmica comum, que não corresponde, obrigatoriamente, à evolução de cada um dentre eles tomados separadamente”. A própria ação antrópica é considerada como um elemento essencial, para a compreensão do geossistema e sua dinâmica.

Ainda sobre as contribuições de Passos (2000), a paisagem deve ser concebida como um “Polissistema”, onde se imbricam os sistemas natural, social, econômico etc. Dessa forma o autor considera que o estudo da paisagem deve repousar sobre a consideração de um modo de produção, em suas implicações sociais e ecológicas. E nesse sentido, Souza (2010) reafirma que o debate geográfico acerca da paisagem, em sua origem, esteve profundamente vinculado à própria abordagem da dinâmica da natureza e – atualmente, mais do que nunca – à maneira pela qual a sociedade com ela se relaciona.

Diante do exposto até aqui, é possível dizer que a noção de paisagem sofreu alterações epistemológicas ao longo dos tempos e contextos sociais. A paisagem foi gradativamente tomando para si um caráter interdisciplinar e também envolto à complexidade, abarcando ao longo de sua trajetória novas representações, significados e dimensões. Entretanto, em função justamente de sua complexidade e ambivalências de conceitos, não há definições totalmente exatas sobre seu significado, podendo variar de acordo com as perspectivas de estudos de diferentes autores e ciências.

Nesse sentido, retomando o que coloca Bertrand (2009) sobre a problemática metodológica para análise da paisagem, seguindo suas propostas hibridizadas do geossistema e o caráter interdisciplinar da paisagem, a partir dessas evoluções nas propostas, conceitos e também sob influências de outras correntes e tendências, como a Cultural e a Crítica, não só

os Geossistemas passaram a ser repensados e complementados pelo autor, como foram incorporados aos conceitos de Território e Paisagem, passando a configurar um sistema integrado o qual o autor denomina como GTP (Geossistema- Território-Paisagem), que será abordado neste estudo a partir de então.

2.2 A configuração do Sistema GTP como possibilidade para análise Geográfica

Conforme apresentado neste texto, a trajetória epistemológica de Bertrand sofreu várias modificações de acordo com os contextos temporais e históricos incorporados. A preocupação de Bertrand sempre esteve atenta ao tratamento destinado à natureza pela Ciência Geográfica, de modo que a questão ambiental está intrinsecamente relacionada aos seus postulados, os quais se desdobram no geossistema, território e paisagem, porém sendo o meio ambiente o ponto-chave e de partida a ser contemplado pelos estudos geográficos.

A preocupação central do autor, sob a ótica de elaboração do GTP, é a interpretação da natureza através do território e da paisagem, permanecendo a perspectiva integrada, que seja capaz de alcançar as muitas dimensões dos fenômenos geográficos, na procura por uma interpretação igualmente coerente, condizente à demanda por novos paradigmas capazes de sustentar a análise geográfica que atente para os diferentes olhares, perspectivas e dimensões da realidade. Essas reflexões são necessárias segundo Bertrand (2009), visto o contexto histórico em que estamos vivendo, num momento em que a problemática ambiental está em pela emergência na sociedade. Assim, Bertrand (2009, p.201):

O meio ambiente, pelo menos do modo como é concebido hoje, tornou-se, depois de muitas tergiversações, claramente antropocêntrico, e em uma ampla medida, sociocêntrico. A natureza e os fenômenos naturais aí são, certamente considerados em si mesmos e para si mesmos, mas cada vez mais em uma perspectiva social no amplo sentido, ao mesmo tempo econômico e cultural. [...] A pesquisa em meio ambiente é o próprio exemplo da pesquisa interdisciplinar confirmada uma vez que ela associa, pelo menos na teoria, as ciências sociais às ciências da natureza.

Quando perspectivas e reformulações são repensadas de acordo com os contextos, outras posturas epistemológicas e também teórico-metodológicas também evoluem ou são criadas, surgindo, portanto, novos cenários de mudanças paradigmáticas. Dessa maneira, Bertrand (2009) afirma que é possível tratar do meio ambiente a partir de um sistema conceitual tripolar e interativo, o qual torne possível a análise dos fenômenos de forma

integrada, a proposta é justamente a interação, expressada através das variáveis que compõem as relações sociedade (s)- ambiente (s).

Conforme apontado por Passos (2008, p.71),

A questão do meio ambiente não é mais apenas uma questão de pesquisa e de método. Face à mudança global, material e imaterial, é preciso inventar um paradigma. Até o momento, temos um sistema de referência tripolar: GTP: Geossistema- Território- Paisagem. [...]. O geossistema, território e paisagem são três maneiras de se considerar um objeto único que é o espaço que nos cerca, em uma palavra, meio ambiente. Estas são três entradas construídas num objeto único, três entradas, e pois, três finalidades diferentes. Os aproximar sem os confundir num sistema tripolar permite introduzir a diversidade e de a flexibilizar num sistema complexo[...]

Nesse sentido, Bertrand (2009) atenta que o GTP tem como objetivo uma abordagem geográfica transversal e de travessias, significando, uma análise diagonal, holística, dialética e articulada. O autor esclarece que o ponto de partida da análise, passa a ocorrer de forma complexa, em três espaços e três tempos simultâneos, para que seja possível analisar o meio ambiente na sua globalidade, uma vez que o espaço se modifica e/ou se transfigura constantemente ao longo do tempo.

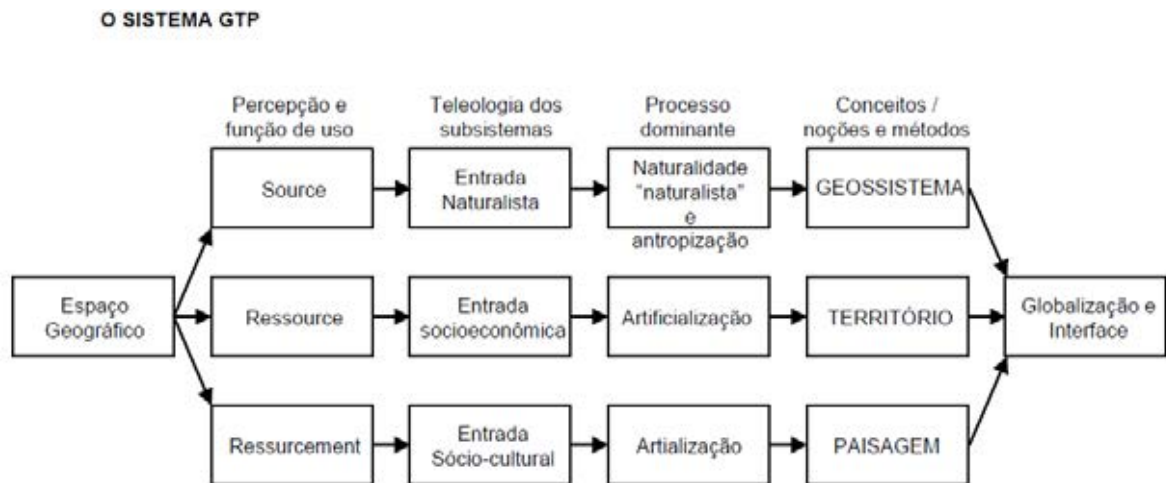
Esses três campos conceituais, semânticos e metodológicos, permitem uma varredura lógica, hierarquizada do conjunto da interface. São eles (Bertrand, 2009, p.126):

- O tempo do geossistema é aquele da natureza antropizada: é o tempo da fonte, das características bio-físico-químicas de suas águas e seus ritmos hidrológicos.
- O tempo do Território é aquele do social e do econômico, do mercado ao tempo do “desenvolvimento durável”: é o tempo do recurso, da gestão, da redistribuição, da poluição-despoluição.
- O tempo da paisagem é aquele do cultural, do patrimônio, do identitário e das representações: é o tempo do retorno às fontes, aquele do simbólico, do mito e do ritual.

Passos (2011), atenta que embora o geossistema seja de inspiração sistêmica, se diferencia claramente do ecossistema pelo fato da sua territorialização e da sua antropização, ou seja, o geossistema é um conceito não somente especializado, mas também territorializado, isto é, com toda uma carga de história humana.

Acompanhando a linha geossistêmica, é possível a realização de estudos ambientais de maneira integrada, fornecendo então uma percepção mais ampla do meio natural, tendo como base, as múltiplas relações entre os fatores do potencial ecológico, os fatores de exploração biológica e as condições de uso e ocupação do solo.

No quadro 2, encontra-se esquematizado os fundamentos do sistema GTP, segundo a concepção de Bertrand:



Quadro 2: O sistema GTP (Geossistema – Território – Paisagem) , segundo a concepção de Georges Bertrand (2009)

Com base no quadro 2, o autor propõe correlacionar os diversos tempo do meio ambiente através desse sistema tripolar, onde as entradas naturalista, socioeconômica e sociocultural são abordadas de forma integrada na análise dos fenômenos geográficos.

A relevância do conceito de território e as representações sociais da paisagem no contexto ambiental são então reafirmadas no sistema elaborado por Bertrand (2009, p.142), de forma que:

O território, conceito central da ciência geográfica, é considerado aqui [...] na sua dimensão natural. Ele é de alguma forma a interpretação socioeconômica do geossistema [...]. A dialética fonte-recurso fundamenta esta análise do território. Encontramos aqui então a família dos conceitos híbridos (potencialidade, limitação, meio ambiente, meio) [...].

A paisagem [...], permite aqui ao geógrafo aceder ao mundo das representações sociais da natureza assegurando ao mesmo tempo um elo, outros diriam uma convivência, com os objetos naturais em sua dimensão geossistêmica.

Trata-se de assumir, em plena luz, uma passagem multidirecional e interativa. Em um sentido, ela permite ir, por exemplo, no caso de um solo, de um fenômeno físico-químico bruto (“perfil pedológico”) para sua interpretação socioeconômica (“perfil cultural”) e sua representação social (fertilidade). No outro sentido, ele assegura a transição de um projeto socioeconômico (silvicultura) e de uma representação social (espaço verde) para um objeto natural (ecossistema florestal).

Portanto, o autor considera que:

O sistema GTP, que associa o geossistema- fonte ao território- recurso e à paisagem- identidade não tem outra razão de ser. É uma tentativa, de ordem geográfica, para matizar, ao mesmo tempo, a globalidade, a diversidade e a interatividade de todo o sistema ambiental. Ele não é um fim em si mesmo. É apenas uma ferramenta. É apenas uma etapa. O sistema GTP não substitui

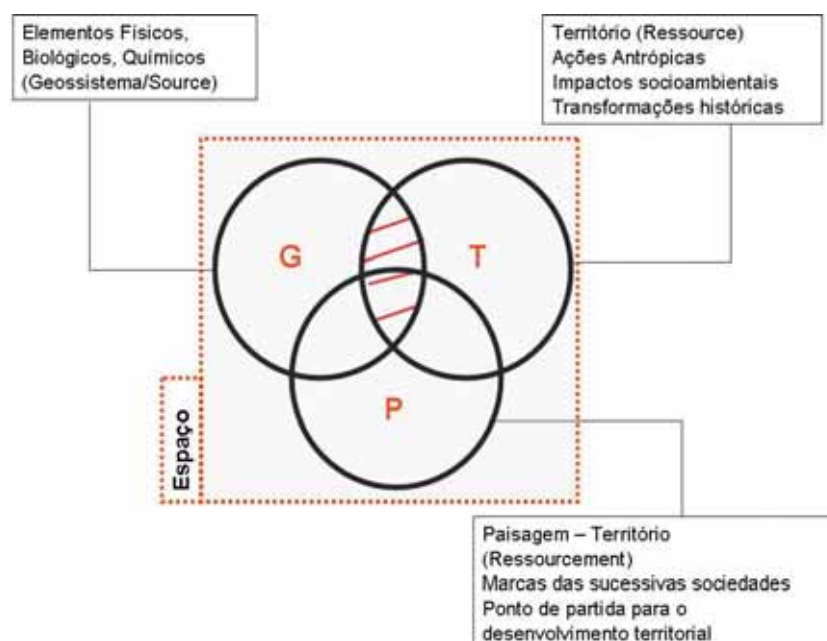
nada. Sua função essencial é de relançar a pesquisa ambiental sobre bases multidimensionais, no tempo e no espaço, quer seja no quadro de disciplinas ou mesmo em formas de construção da interdisciplinaridade. Sua vocação primeira é favorecer uma reflexão epistemológica e conceitual e, na medida do possível, desencadear proposições metodológicas concretas.

Souza (2010, p.51) faz uma consideração pertinente às possibilidades que o sistema GTP enquanto sistema teórico- metodológico permite:

A tríade GTP permite trasladar interpretações não excludentes umas às outras. Se a realidade fosse algo estanque, poderíamos dizer que por meio destes traslados apreenderíamos os fenômenos em sua totalidade. Para nossa satisfação, a realidade é dinâmica, deixando-nos uma série de lacunas, exigindo-nos crescente empenho:

- 1) Na busca pelo conhecimento (em termos epistemológicos);
- 2) No desenvolvimento, apuração e aplicação de teorias e métodos;
- 3) Na definição e tratamento de termos e conceitos utilizados para sustentar as teorias e os métodos (ou seja, na atenção e cuidados que se deve tomar com a produção e utilização da linguagem científica).

Diante dos pontos e reflexões apresentadas, é possível considerar, que enquanto um sistema teórico-metodológico, o GTP abre possibilidades de estudos geográficos capazes de trasladar entre a complexidade dos fenômenos ambientais, posto que não se enquadra como um conceito unívoco, a linearidade não comporta suas perspectivas, utilizando-se assim de conceitos e perspectivas polissêmicas, capazes de correlacionar e integralizar a análise dos fenômenos sociais, econômicos, culturais, políticos, etc., e seus desdobramentos e transformações no âmbito da questão ambiental. No quadro 3, constata-se a representação do paradigma GTP, de acordo com a proposta de Bertrand (2009):



Quadro 3: Representação do Paradigma GTP, conforme a proposta de Georges Bertrand.
Fonte: Reginaldo J. Souza (Org.) 2010

No quadro 3, é apresentada de forma esquemática cada uma das esferas representa a correlação entre os conceitos – G (geossistema), T (território), P (paisagem). É no ponto de intersecção entre elas que deve se situar a análise geográfica. Como atenta Souza (2010), a convivência dinâmica destas esferas define *o* e confere movimento *ao* espaço geográfico.

Algumas reflexões podem então ser feitas em relação ao sistema GTP. Sendo ele constituído por três categorias híbridas: geossistema, território e paisagem. A teoria geossistêmica possibilita o estudo e análise das fontes, dos elementos geocológicos de um dado espaço em processo de metamorfoses (ou já totalmente metamorfoseado) desde o momento em que sua dinâmica natural sofre interferências e consequentes alterações humanas. Segundo a perspectiva do elemento humano, direta ou indiretamente interfere e é levado em conta na teoria geossistêmica. Indiretamente, por estar em meio aos componentes bióticos ou diretamente, configurando-se como um componente antrópico.

Tem-se, que geocomplexos (categoria de análise) integralmente intactos não existem mais no atual contexto em que sistema capitalista é predominante mundialmente. Não existem, pois estão inseridos na busca infundável de realizações e aspirações de projetos humanos, ou seja, a apropriação da natureza pelo homem, consequentemente, temos a implicação humana e seus projetos sobre o território, em função do “elemento” humano ser pré-condição para a existência dos territórios.

Sendo os territórios produto dos homens, é fato que decorrentes dos territórios, há representações sociais, de formas e sob influências variáveis, de modo que, essas representações, implicam identidade ao território, culminando então num processo de representações territoriais que pressupõe a entrada da categoria paisagem, primariamente uma categoria que atua como indicadora das dinâmicas socioambientais de um dado território e das representações territoriais que configuram o mesmo.

O sistema GTP permite estabelecer uma organização e sistematização teórica metodológica no âmbito da ciência geográfica. Seu intuito quando postulado, já vinha ao encontro a uma carência (embora tal carência possa ser considerada relativa, posto que ocorra também em outras ciências) epistemológica da Geografia. Ainda que não terminada, como Bertrand já deixou claro (já exposto anteriormente) é uma proposta teórica que não tem um fim em si mesmo e que assim como seus conceitos e postulados, não é estática, visto que a realidade e a apreensão dos fatos naturais e sociais também não o são.

Portanto, pelas possibilidades de análise que o sistema GTP é capaz de oferecer a esse estudo, optou-se por utilizá-lo como referencial teórico-metodológico. Para o

desenvolvimento desta pesquisa, este aporte esteve presente desde as reflexões iniciais sobre as dinâmicas socioambientais que nos propusemos a estudar, na elaboração dos roteiros e perspectivas que seriam trabalhados nas saídas para os trabalhos de campo até a elaboração do presente texto referente a esse estudo.

É importante colocar, que nestes subitens de referencial teórico- metodológico, o intuito era expor a pertinência do GTP enquanto sistema teórico-metodológico e pontos importantes da trajetória epistemológica percorrida por Georges Bertrand até contemporaneamente. As discussões e reflexões a respeito do sistema GTP permanecerão em outras partes deste texto de forma disseminada no âmbito da temática pesquisa e abordagens sobre Unidades de Conservação até o contexto específico do Parque Estadual Ilha do Cardoso.

**CAPÍTULO III – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:
HISTÓRICO E APLICABILIDADE DO SISTEMA GPT**

3.0 A Aplicabilidade do Sistema GTP à Análise das Unidades de Conservação

Com base na análise territorial, a abordagem teórica do estudo das Unidades de Conservação ganha várias possibilidades de discussão e olhares, tanto no quesito de conservação da biodiversidade, quanto no das relações que dizem respeito à sociedade como um todo e grupamentos sociais, em particular. Além do que, os debates recentes acerca da problemática que envolve as UCs, têm demandado esforços na tentativa de aproximação entre as múltiplas abordagens do território.

Um primeiro ponto a que se deve atentar para a questão territorial nas UC, diz respeito à delimitação que elas recebem, um tema por sinal, muito controverso, visto que a delimitação de UC é considerada (do ponto de vista da conservação do seu potencial geológico) em função do seu tamanho, pois geralmente, as grandes unidades comportam mais espécies do que as menores em tamanho.

Conforme atenta Vallejo (2009), o estudo da territorialidade no contexto das Unidades de Conservação é da mais alta importância, inclusive na definição da extensão geográfica mínima necessária à conservação das espécies e, também, para o entendimento dos processos que têm levado à sua desterritorialização. O contexto de criação das foi acompanhado de severas críticas principalmente decorrentes da falta de iniciativas realmente eficazes de consolidação territorial pelas esferas públicas governamentais responsáveis.

Inicialmente, as UCs propostas no Brasil⁴ não consideraram a legitimidade do padrão de política de conservação adotado, isso se reflete no âmbito federal, mas também estadual. Elas foram resultado de um processo arbitrário de tomada de decisões, cujos governos partiam do pressuposto de que a conservação da biodiversidade remanescente não seria um direito reivindicado pelas comunidades tradicionais que vivem nos limites territoriais de suas esferas e níveis de atuação. Segundo Ferreira (2001, p.2):

Essa tarefa de compatibilizar as exigências internacionais de conservação com os problemas criados a partir do congelamento econômico de um território imenso, populoso, industrializado e urbanizado foi sempre dispendiosa, conflituosa e tecnicamente muito difícil, exceto nos casos onde a própria especulação imobiliária exigiu que as terras fossem mantidas intatas.

Nesse contexto e na medida em que as UCs brasileiras foram sendo implantada, a ação cotidiana das instituições públicas colocou seus agentes

⁴ Importante lembrar que o termo unidade de conservação é restrito ao Brasil e refere-se a determinadas categorias específicas de áreas protegidas, previstas pela Lei n.9.985/2000 a qual estabelece o SNUC. Internacionalmente, o termo generalizado e difundido é áreas protegidas.

em uma situação social de confronto com os moradores dessas áreas sob proteção legal. Propostas de conservação formuladas em gabinetes fechados, debatidas e referendadas muitas vezes em fóruns internacionais, no momento de serem implementadas, foram altamente politizadas, mobilizando diversos atores em torno de diversas arenas; outros tiveram que rever posições e conceitos e, principalmente os moradores, em sua maioria sem uma prévia experiência importante de participação política, foram repentinamente e inusitadamente lançados a uma situação de ator.

Ao se dedicar à natureza, o território político e de poder está mais vinculado à proteção do que ao convívio entre todos os elementos da natureza presentes em uma UC e a complexidade existente entre os mesmos. Permanece-se ainda sob uma visão ecológica (originalmente conhecida como “*deep ecology*” - ou ecologia profunda), devendo-se proteger os espaços nos quais ainda há significativa biodiversidade e que não foram degradados/depredados pela sociedade urbano-industrial .

Essa é a contextualização está contida nas políticas ambientais brasileiras, que dispõem sobre as Unidades de Conservação da Natureza: o território político de poder. Nele as territorialidades locais das populações tradicionais presentes em grande parte dos UC muitas vezes são desconsideradas. Muitas vezes, parte-se do ponto de vista da ecologia profunda, sendo considerado importante salvaguardar os recursos naturais do alcance da sociedade como um todo (Castro 2012).

Nesse contexto podem ocorrer generalizações, colocando num mesmo patamar de responsabilidade pela degradação dos recursos naturais tanto a sociedade urbano-industrial capitalista, quanto àquelas populações tradicionais que de fato possuem uma relação diferenciada com a “natureza” da qual, inclusive, depende. As restrições em áreas protegidas muitas vezes causam conflitos que podem levar à desterritorialização dos espaços, gerando novas territorialidades nos grupos que são proibidos de permanecerem nessas áreas, além da perda potencial das identidades paisagísticas das populações tradicionais.

Os conflitos no âmbito territorial da criação e sobreposição das UCs nas áreas onde habitam populações tradicionais e as esferas públicas do poder são indicativos persistentes de que essa forma de intervenção precisa ser conduzida de maneira que leve em consideração a participação de tais populações, sendo então mais participativa e menos centralizadora. Conforme coloca Vallejo (2009), trata-se, portanto, de um tema relevante para a reflexão e exercício sobre o ordenamento territorial dentro de uma perspectiva de sustentabilidade socioambiental.

Antes de ser apresentado o processo histórico de criação das áreas protegidas no âmbito internacional e posteriormente no Brasil, torna-se necessário trazer algumas

considerações sobre as múltiplas abordagens do território. Ao falar da temporalidade territorial, Bertrand (2009) afirma que o tempo do território é o do social e do econômico, o tempo do desenvolvimento durável da pesquisa, da gestão, da redistribuição (...). É a interpretação socioeconômica do geossistema. Retoma um conjunto de conceitos híbridos, como potencialidade, ambiente, meio, cuja manipulação exige um longo trabalho semântico e metodológico para atingir aproximações atuais. Se nessa concepção de Bertrand, o território é uma interpretação socioeconômica do geossistema, há uma similitude com a reflexão de Saquet (2013, p.111) sobre território e natureza:

[...] a natureza está presente como recursos naturais, como oportunidades oferecidas pela dinâmica natural. O território envolve, ao mesmo tempo, as relações efetuadas pelo homem na natureza/ambiente; compreende os ambientes natural e construído em *sistema* [...]. Assim, estuda os grupos, as comunidades e suas percepções do território, sua organização, seus signos.

Saquet (2013) traz reflexões sobre múltiplas abordagens territoriais, destaca entre elas a de Dematteis (1995), o qual, tratando de uma geografia da complexidade entende o território como projeção e como natureza, para além das dimensões sociais comumente enunciadas: são fatores físicos e históricos - culturais que influenciam no desenvolvimento local. Saquet (op. cit) coloca ainda que o território é o produto histórico e condição de processos sociais, com formas e territorialidades, interações entre sociedade e a natureza; tem um caráter político muito forte, em direção à constituição da sociedade local.

Ao passo que Santos (1999) destaca que o território é usado por forças econômicas e políticas (Estado- Nação), sob a *ditadura do dinheiro*. Hasbaert (2002), por sua vez, reconhece os processos de dominação e apropriação na construção do território, buscando conciliar os aspectos objetivos e subjetivos deste.

O autor trabalha com a abordagem de vários domínios do espaço, o social, político, econômico e cultural, incorporando a dimensão natural ao território, com base na materialidade do espaço:

A natureza é dominada e apropriada por certo grupo social, na produção do território. Dessa maneira, eles sinalizam para uma abordagem múltipla e (i)material: econômico- político-cultural. Na compreensão do território, sempre acontecem relações de poder, desde as estabelecidas pelo Estado-Nação, até a multidimensionalidade das relações sociais. São as relações de força que constituem e condicionam o território. (Hasbaert, 2002, p.124)

Hasbaert (2002) propôs uma análise sobre as diversas concepções de território, colocando que no campo das Ciências Humanas, essas concepções podem ser agrupadas ou categorizadas de acordo com determinados referenciais teóricos. Na sua perspectiva

materialista, explicita a ligação material entre território e natureza, de forma que a natureza é antes de tudo uma fonte de recursos, o que o autor define como meios materiais de existência.

O autor traz ainda que, mesmo os antropólogos, fundamentalmente preocupados em enfatizar a dimensão cultural e simbólica da sociedade, têm se pautado nessa perspectiva material. Na análise sobre as sociedades, a noção de território muito se influencia a partir de suas experiências de vida, posto que a principal fonte de recursos deles é proveniente da natureza. Como afirma Vallejo (2009), é o caso do reconhecimento de valores especiais ligados aos sítios geográficos no passado e que ainda subsistem em muitas partes do mundo, inclusive no Brasil, e que eram acompanhados de medidas de proteção da fauna, da água pura, de plantas medicinais e de outras matérias-primas.

Sendo assim, essas experiências das populações tradicionais, são precursoras das práticas de conservação de recursos ambientais que atualmente estão em foco nas UCs, o que é, portanto, uma prática territorial.

Outra abordagem de território apontada por Hasbaert (2002) incorpora uma dimensão não material, uma apropriação simbólica do território. Segundo o autor, essa visão não exclui a perspectiva material, ela considera que o pertencimento ao território implica a representação da identidade cultural. Autores que discorrem sobre essa perspectiva, consideram que a abordagem materialista (considerada também utilitarista) do território, não é capaz de dar suporte aos grandes conflitos do mundo contemporâneo. Dessa forma, é levado em consideração o poder do laço territorial, capaz de revelar que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, simbólicos e afetivos. E assim o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço econômico.

Sobre os processos de desterritorialização e reterritorialização, fundamentalmente atrelados às concepções de território, Saquet (2013) traz algumas contribuições sobre as reflexões de Hasbaert e outros autores acerca das reterritorialidades e desterritorialidades, ao dizer que o processo de territorialização é um movimento historicamente determinado; é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que determinam dessa forma, as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias desterritorialidades e reterritorialidades.

Nesse sentido o referido autor aponta que a desterritorialização e a reterritorialização são contraditórias, porém se complementam, coexistindo no tempo e no espaço. De tal maneira, a desterritorialização numa área significa a reterritorialização em outra, promovendo

a mobilidade das relações de trabalho e características culturais. Portanto, são processos inerentes à natureza contraditória do espaço e do território.

Resumidamente, há diversas abordagens e perspectivas que contemplam o território, podendo ser histórica, (i)material e multiescalar, assim como abrange os processos de desterritorialização e reterritorialização, onde se reconhecem processos de desigualdades, descontinuidades, ritmos e temporalidades. Fundamentalmente, são apresentadas aqui algumas abordagens pertinentes à discussão sobre a temática de estudo. Antes de serem retomadas as reflexões sobre as perspectivas territoriais inseridas nas dinâmicas socioambientais do recorte de estudo em questão, o PEIC, uma consideração pertinente aos estudos do território é colocada por Saquet (2013, p.131):

Cada território, independentemente de sua extensão / tamanho/ escala, deve ser estudado na tentativa de apreensão de suas singularidades, de seus tempos e territórios e de suas articulações externas, a partir da dinâmica no nível da unidade produtiva e de vida em que se dão as territorialidades e as temporalidades, a cristalização das relações do homem com suas naturezas interior e exterior e com o seu *ser outro*. Somente o estudo do movimento e das contradições, no tempo e no espaço, permite-nos conhecer a especificidade de cada lugar, espaço, território.

Colocadas essas abordagens territoriais, se faz necessário abordar os principais balizamentos históricos que nortearam as políticas de áreas protegidas no âmbito internacional e nacional.

3.1 As Origens das Políticas de Conservação

Um dos grandes objetivos da criação de áreas protegidas é a manutenção de áreas naturais em seu estado menos alterado possível. As políticas de proteção da natureza se fundamentam na estratégia de criação das Unidades de Conservação, como um caminho efetivo para conservação da biodiversidade. São tidas como importantes elementos para a continuidade da evolução natural e em diversas partes do mundo, consideradas único meio possível para uma futura restauração de processos ecológicos e espécies que não sobreviveriam em áreas com grande interferência humana.

As áreas protegidas são conceituadas pela IUCN como “uma área de terra e/ou mar especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e de seus recursos naturais e culturais associados e manejados através de instrumentos legais ou outros meio efetivos (IUCN, 1994).

A delimitação de áreas destinadas à preservação de seus atributos naturais evoluiu no decorrer da história, partindo de suas raízes nas práticas das primeiras sociedades humanas. Conforme apresentado anteriormente no início deste tópico, as necessidades de uso imediato e futuro dos recursos envolvendo de animais à água limpa justificavam a manutenção desses sítios, que além de matérias primas, constituíam os espaços de preservação dos mitos e eventos históricos.

Contemporaneamente, ainda há evidências como as dos índios Caiapó, perto do Rio Xingú, na Amazônia, que mantêm zonas-tampão entre os lotes agrícolas e a floresta ao redor para resguardar plantas medicinais e animais predadores, que controlam naturalmente as populações daninhas. Também são preservados corredores naturais de matas antigas entre glebas que servem como reservas biológicas e facilitam o reflorestamento de campos antigos (Miller, 1997). Sobre isso, Bennet (1983) citado por Vallejo (2009, p.158) ressalta que:

Existem registros de ocorrência de reservas de caça e de leis de proteção de áreas surgidas no Irã em torno de 5.000 a. C (Oliveira, 1999). As primeiras evidências sobre o conceito de parque foram encontradas na Mesopotâmia, regiões da Assíria e da Babilônia, possivelmente em decorrência da situação de escassez das populações animais.

Em seu processo histórico de criação das áreas protegidas, a separação entre o homem e a natureza se iniciou no período Neolítico e se aprofundou ao longo de nossa história, durante a Revolução Industrial, atingiu seu ápice. A religião assim como a ciência moderna deram suas contribuições intensificando essa separação, estabelecendo ao ser humano o papel de domínio sobre a criação. A partir da premissa do modelo mecanicista, a ciência racionalizava a natureza como uma máquina e, como tal, deveria ser decifrada e condicionada para abastecer o progresso.

No Ocidente, contudo, essas iniciativas são consideradas muito mais recentes, remontando à Idade Média, quando as classes dominantes da antiga Roma e da Europa Medieval selecionavam áreas com a finalidade de atender a seus próprios usos, de forma exclusiva e às vezes destinavam pequenas áreas para proteção de determinadas espécies, prática essa realizada por alguns reis. Vallejo (2009) atenta que a preservação dessas áreas estava então diretamente relacionada com os interesses da realeza e da aristocracia rural. A principal finalidade era a manutenção dos recursos faunísticos e de seus respectivos habitats, visando ao exercício da caça ou à proteção de recursos florestais, para uso imediato ou futuro.

No decorrer do século XVIII, as teorias que condenavam a visão da natureza como máquina e o sentimento de superioridade da espécie humana em relação a ela se intensificaram. Segundo Diegues (2001), os poetas românticos ingleses tiraram a natureza

selvagem do limbo de isolamento para torná-la algo belo, admirável e divino. Na Europa, o que restava da “natureza selvagem”, considerada “intocada”, foi transformada em lugar da descoberta da alma humana, do imaginário do paraíso perdido, do refúgio, da beleza e do sublime.

Com a Revolução Industrial vieram as transformações políticas, econômicas, culturais, sociais e ambientais. A acumulação capitalista e a expansão dos mercados foram decisivas para os processos de degradação ambiental. Vallejo (2009, p.159) aponta que no século XIX, as premissas capitalistas centradas nos significados da produção (terra, trabalho e capital) foram se consolidando e a economia clássica, ao tratar os recursos da Terra como mercadoria, considerava irrelevante a degradação ambiental.

Tais ideias aliadas ao incremento industrial promoveram grande avanço da degradação dos recursos naturais e, concomitantemente, redução dos espaços nativos. Os problemas ambientais, além de atingirem as colônias por conta da intensa exploração dos recursos, manifestavam-se também nas sedes dos próprios países industrializados.

Os Estados Unidos foram os precursores na criação e efetiva difusão dos conceitos de áreas protegidas no mundo, isto ocorreu de forma estritamente relacionada à história do país. No final do Século XIX, o conceito de parque nacional como área natural e selvagem foi criado, em virtude do extermínio quase total das populações indígenas e a expansão das fronteiras para o Oeste, seguindo as políticas governamentais da época como o *Homestead act*, que autorizava qualquer cidadão do país a requerer a propriedade de até 70 ha de terras devolutas que tivesse cultivado. Essa política intensificou a corrida por ocupação dessas terras no oeste americano, culminando num rastro imenso de devastação ambiental.

Com a consolidação do capitalismo americano e a acelerada urbanização, em decorrência do rápido crescimento das cidades industriais, somadas ao adensamento demográfico cada vez maior, à proliferação de ambientes insalubres, esteticamente não agradáveis, acabariam por gerar uma “onda” de sentimentos antiagregativos e induzindo assim, uma atitude de contemplação e “endeusamento” dos espaços naturais, que passariam a ser considerados como essências do autoconhecimento, reflexão e retiro espiritual. A valorização da natureza como refúgio foi reforçada (Diegues, 2001).

Esse contexto de degradação ambiental generalizado foi alvo de duras críticas do movimento transcendental, um movimento literário, político e filosófico que nasceu nos Estados Unidos fundamentado nas ideias do filósofo americano Ralph Waldo Emerson (1803 – 1862) e de seu mais relevante seguidor, Henry David Thoreau (1817-1862).

O movimento difundia a ideia de que a natureza teria outros usos, além do fornecimento de recursos naturais. Diegues (2001) aponta que tais ideias animaram a reflexão sobre a condição humana e foram reconhecidas como essenciais para o nascimento de um conceito que mais tarde se difundiria grandemente na ideia de áreas protegidas: o conceito de *wilderness* (área selvagem), predominante nos Estados Unidos e postulava que a natureza selvagem poderia ser protegida quando separadas do convívio humano.

Assim, em 1872, nasceu essa concepção de proteção da natureza calcada na criação de espaços reservados separados do convívio humano, não sendo permitido que populações tradicionais permanecessem nesses espaços, porém foi proposto também que essas grandes reservas naturais estivessem à disposição das populações urbanas para fins de recreação. De modo que foi criado o Parque⁵ Nacional de Yellowstone, após a realização de muitos estudos, foi delimitada essa área com status de primeiro parque nacional do mundo. Essa área delimitada como reserva foi proibida de ser ocupada, colonizada ou vendida segundo as leis norte-americanas. Além de ser considerado um marco referencial para as áreas protegidas modernas.

A ideia de parque nacional teve um grande apelo e como apontado anteriormente, se espalhou rapidamente pelo mundo. Segundo Araújo (2012), diversos países inspirados nesse modelo criam seus primeiros parques nacionais, tais como o Canadá em 1885, a Nova Zelândia, em 1984, Austrália e África do Sul e México, em 1898, a Argentina em 1903.

No fim do século XIX, duas correntes distintas de conservação do mundo natural foram criadas também nos Estados Unidos: a corrente preservacionista e a corrente de conservação dos recursos naturais. Araújo (*op. cit.*): aponta que um dos nomes que encabeçaram a corrente conservacionista foi Gifford Pinchot (1865- 1946), um engenheiro florestal com formação na Escola Francesa de Florestas, em Nancy, onde adquiriu conhecimento dos modelos florestais da França, Alemanha e Suíça. Pinchot contribuiu entre outras coisas, para que política norte-americana criasse os primeiros decretos de reservas florestais no oeste do País. Segundo Araújo (2012, p.33):

Pinchot sintetizou a proposta da corrente conservacionista. Sua essência era o uso adequado e criterioso dos recursos naturais. A natureza, para ele, compunha-se somente de recursos naturais, que deveriam ser usados para prover um grande bem para o maior número de pessoas por um longo período. A abordagem de gestão dos recursos naturais de Pinchot e de outros

⁵ O termo Parque Nacional foi escolhido, pois a palavra parque ganhava o significado de uma área colocada sob proteção e lazer da população e a palavra nacional, era usada para descrever uma área de propriedade da nação e administrada pelo governo nacional (Armend & Armend, 1995).

Líderes conservacionistas refletia uma filosofia utilitarista. Os recursos são, em primeiro lugar, para serem utilizados. Escreveu Pinchot: “o primeiro grande fato sobre a conservação é que ela é um suporte para o desenvolvimento. O primeiro dever da raça humana sobre o material é controlar o uso da terra e tudo que nela está”. A natureza era vista como subserviente aos desejos e necessidades humanas.

Já a proposta preservacionista foi defendida por John Muir (1838-1914), que fundamentou suas ações políticas nas concepções de Henry David Thoreau. Ele defendia uma concepção organicista, onde o fundamento do respeito à natureza era o seu reconhecimento como parte de uma comunidade pertencente à criação de Deus a qual por sua vez, a humanidade também fazia parte. Conforme Diegues (2001), a essência de sua tese era a reverência à natureza no sentido de apreciação estética e espiritual das regiões selvagens (*wilderness*). Pretendia proteger a natureza selvagem contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano que a degradava.

Essas duas correntes, ganharam notoriedade na política norte-americana. Assim como Pinchot conseguiu a oficialização de decretos de reservas florestais, Muir conseguiu que a sua proposta de criação do Parque Nacional de Yosemite (Califórnia) fosse atendido em 1890.

Porém, no final do século XIX, as posturas e atitudes políticas relacionadas aos recursos naturais sofreram drásticas mudanças em função da inserção dos Estados Unidos na denominada Era do Progresso. Os progressistas defendiam uma ampla reforma política, econômica e social. Diegues (2001) aponta que durante essa Era Progressista, se consolidou a noção de conservação do mundo natural, entendida como o manejo científico de ambientes naturais e seus recursos, cujo objetivo era a maximização dos benefícios estéticos, educacionais, de recreação, e econômicos para a sociedade como um todo.

Um ponto fundamental na discussão acerca da difusão do modelo estadunidense sobre áreas protegidas, diz respeito aos “efeitos colaterais” que essa influência causou em outros países. Em diversos Países, um conjunto de problemas surgiu em relação à permanência das populações tradicionais que ocupavam áreas naturais e que se tornaram protegidas. De acordo com Vianna (2008), foi o caso dos Maasai, no Quênia, dos Ik em Uganda e dos pescadores artesanais no Canadá. A restrição absoluta das populações no interior das áreas protegidas, em especial no que tange aos parques nacionais, acarretou diversas consequências. Antes de sua demarcação, uma boa parte das reservas tinham habitantes históricos, e muitos foram desalojados. Eram populações locais cujo uso dos recursos naturais tinha formas e ritmos inteiramente diversos dos do homem urbano.

Esses impasses conflituosos se estenderiam mundo afora ao longo da evolução das políticas de áreas protegidas em várias partes do mundo. Sobre os conflitos e impactos negativos sofridos pelas populações locais, nesse contexto, Philips et. al (2002) atenta que a opinião e os direitos dos povos indígenas e das comunidades locais eram desconsiderados.

Segundo Araújo (2012), nas primeiras décadas do século XX, a terminologia para designar as áreas protegidas era muito confusa. Um mesmo nome era utilizado para designar áreas com diferentes objetivos de manejo, principalmente no continente africano. Além das problemáticas envolvendo populações tradicionais, como não havia critérios padronizados, cada país adotava uma terminologia, de acordo com seu arcabouço cultural, causando grandes confusões e equívocos quando se analisava à proteção da natureza em escala internacional.

Dessa forma, devido à complexidade do tema sobre áreas protegidas e as consequências oriundas da difusão desse modelo americano em diversos países, constituídos por diferentes contextos e realidades, foi necessário estabelecer conceitos e diretrizes a nível mundial de forma mais generalizada, de forma a contribuir para adequação/ adaptação das áreas protegidas nesses países. Começaria a ocorrer então, uma série de encontros em escalas continental e mundial na tentativa de padronizar os conceitos sobre áreas protegidas e terminologias adequadas sobre a temática. Sintetizando, os encontros de destaque foram:

- A Convenção Pan-americana de Proteção da Natureza e Preservação da Vida Selvagem do Hemisfério Ocidental (Washington, 1940), tendo como objetivos discutir os resultados da convenção anterior em Londres e os parâmetros envolvendo a Conservação. As categorias adotadas para as áreas protegidas foram: Parque Nacional, Reserva Nacional, Monumento Natural, Reserva Restrita de Regiões Virgens. O Brasil aderiu à essa Convenção e em 1948 a ratificou em seu Decreto Legislativo nº 3/1948), sua entrada em vigor se deu em 1966, quando a Convenção foi promulgada pelo Presidente da República.
- O congresso promovido pelo governo francês, sob patrocínio da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 1948. Sua finalidade era coordenar os trabalhos de cooperação internacional no âmbito da proteção da natureza. Foi fundada a União Internacional para a Proteção da Natureza e Recursos Naturais (IUPN) e que atualmente corresponde à denominação de União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). A IUCN englobou agências governamentais e não governamentais para coordenar os trabalhos da temática internacionalmente.
- As assembleias anuais da IUCN, que passaram a ser realizadas a partir de 1960 e;

- Os congressos Internacionais de Parques Nacionais, realizados num intervalo a cada dez anos, a partir de 1962.

- A convenção para a Preservação da Fauna e Flora em Estado Natural (Londres, 1993), essa convenção recomendou quatro categorias para as unidades de conservação: parque nacional, reserva natural restrita, reserva de fauna e flora e reserva com proibição de coleta e caça. Além das categorias, seus objetivos também deveriam ser claros.

A importância da criação e realização desses encontros foi notória e culminou em várias mudanças tanto conceituais quanto em relação às perspectivas de criação e gestão das UCs pelo mundo. A sistematização da temática realizada durante esses encontros promoveu um papel organizador e coordenador das políticas de conservação. Além da expansão no estabelecimento de áreas naturais protegidas pelo mundo, surgiram novas categorias de manejo, como as Reservas Naturais/ Estritas, Reservas Silvestres, Reservas da Biosfera, entre outras. Segundo Vallejo (2009, p.161):

A partir do III Congresso Mundial de Parques Nacionais, em 1982, firmou-se uma nova estratégia em que os parques nacionais e outras unidades de conservação só teriam sentido com a elevação da qualidade de vida da população dos países em desenvolvimento. Reafirmaram-se os direitos das sociedades tradicionais e sua determinação social, econômica, cultural e espiritual, recomendando-se aos responsáveis pelo planejamento e manejo das áreas protegidas que respeitassem a diversidade dos grupos étnicos e utilizassem suas habilidades. As decisões de manejo deveriam ser conjuntas com as autoridades, considerando-se a variedade de circunstâncias locais. Dessa forma, questionou-se definitivamente a visão romântica das áreas de preservação como paraísos protegidos, um dos ideais norteadores da criação do Parque Nacional de Yellowstone.

Nesse III Congresso, realizado na Venezuela, foram definidos então os propósitos da política mundial de unidades de conservação sob a perspectiva das diferentes categorias e objetivos de manejo:

- Investigação / Pesquisa científica
- Proteção de zonas silvestres garantindo a vida selvagem
- Preservação de espécies e diversidade genética
- Manutenção dos serviços ambientais
- Proteção das características/ aspectos naturais e culturais específicos
- Recreação e turismo
- Educação
- Uso sustentável dos recursos oriundos dos ecossistemas naturais
- Manutenção de atributos culturais tradicionais

Essas categorias estabelecidas foram incorporadas oficialmente ao novo sistema de classificação de unidades de conservação, sancionado na Assembleia Geral da IUCN, na Argentina, em 1994 e são as que vigoram atualmente.

Categoria	Denominação	Objetivo principal de manejo:
I	Reserva Natural Estrita/ Silvestre Área	Com fins científicos ou com fins de proteção da natureza
II	Parque	Para conservação de ecossistemas e com fins recreativos
III	Monumento Natural	Para a conservação de características naturais específicas
IV	Santuário de Vida Silvestre	Para a conservação de habitats e/ou para satisfazer as necessidades de determinadas espécies
V	Paisagem Terrestre/ Marinha Protegida	Para a Conservação de paisagens terrestres e marinhas com fins recreativos
VI	Área Protegida com Recursos Manejados	Para uso sustentável dos ecossistemas naturais

Tabela 1: Categoria de manejo das UCs propostas pela IUCN. Fonte: IUCN (1994).

Outro marco importante para a temática das UCs ocorreu em 1992, no Rio de Janeiro, onde se realizou a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente. A Rio-92 ou Eco-92 como também é conhecida, foi considerado um dos maiores encontros intergovernamentais de alto nível realizado mundialmente, onde foram acordados importantes documentos, como, Declaração sobre as Florestas, Agenda 21 e especificamente sobre as UCs: a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), sendo portanto o Brasil, signatário e assinado por mais 170 países. A CDB foi estabelecida como instrumento primordial para a proteção da biodiversidade. Ela incorpora o entendimento de que a conservação da biodiversidade, fundamental para o futuro do planeta, depende do desenvolvimento sustentável. Os três objetivos principais foram definidos como:

- Conservação da biodiversidade, pela proteção de ecossistemas com mecanismos como as áreas protegidas e outros meios alternativos;
- O uso sustentável da biodiversidade e a proteção dos conhecimentos tradicionais a ela associados e;

- A repartição justa e equitativa de benefícios derivados do uso da biodiversidade ou dos conhecimentos tradicionais a ela associada.

Conforme atenta Vianna (2008), os dois últimos objetivos expressam o reconhecimento de que as populações tradicionais podem contribuir, com seu conhecimento e suas práticas sustentáveis, para a conservação da biodiversidade, mas, sobretudo, introduzem a noção de direito dessas populações à proteção de seu conhecimento e aos benefícios derivados de sua aplicação e da biodiversidade que conservam. Esse reconhecimento foi um dos pontos que fortaleceu o movimento de mobilização social das populações tradicionais.

Recentemente, em 2012, também no Rio de Janeiro, foi realizada a Rio+20, a Conferência das Nações Unidas que marcou os 20 anos da Rio-92.

Segundo Araújo (2012), como resultado das políticas de conservação mundial, em 2011, a lista de áreas protegidas das Nações Unidas registrou cerca de 120 mil unidades, cobrindo uma área de 18 milhões de Km², o que equivaleria a 12,2% da superfície terrestre.

3.2 O Processo de criação das Unidades de Conservação no Brasil e o papel do SNUC

Conforme exposto no capítulo introdutório deste texto, as primeiras normas de proteção à natureza foram impostas já à época da colonização portuguesa, com a finalidade de resguardar recursos exclusivamente para a Coroa. Em sua análise sobre histórico colonial de poder que os portugueses exerceram sobre o Brasil, Castro (2012, p.87) aponta que:

[...] Antes de haverem se lançado ao mar em busca de garantir terras, os portugueses se preocupavam em legislar sobre os direitos de quem possuía os animais, sejam eles cativos ou não. Nessa sociedade marcadamente rural e agrícola, a caça era uma fonte proteica muito importante, ao ponto de, nas *Ordens Afonsinas* (Coimbra, 2009) haver-se legislado sobre a posse dos recursos animais da natureza, versando sobre em quais condições a posse desses recursos seria considerada crime [...]

Ao longo da história brasileira, muitas vezes se levantaram contra a exploração predatória e pensamento utilitarista com respeito aos recursos naturais. Ao longo do século XIX, a preocupação de muitos intelectuais se consolidou, José Bonifácio de Andrade teve um papel de destaque na condenação dessa atitude predatória. A importância dos recursos naturais para a construção nacional foi a questão central de sua motivação, visto que esses recursos representavam o grande trunfo que possibilitaria o progresso do País e portanto, deveriam, desde um primeiro momento, ser utilizados de forma inteligente.

A primeira proposta registrada de criação de parques nacionais pode ser considerada relativamente precoce no País, foi feita pelo engenheiro André Rebouças (1838-1898), em 1876, sugerindo que houvesse a criação de dois parques nacionais: um na Ilha do Bananal, rio Araguaia e outro em Sete Quedas, no Paraná. Ao analisar as ideias de André Rebouças, Pádua (2002) diz que a proposta de criação de Parques Nacionais no Brasil, deveria trazer um benefício palpável para as sociedades locais. Ao invés de estabelecer barreiras ao progresso regional, os parques seriam um importante agente para a sua promoção.

André Rebouças já apreendia o progresso que o turismo advindo da criação dos parques nesses locais propostos poderia trazer, influenciado pelas experiências desenvolvidas nos parques norte-americanos e as vantagens que estavam trazendo, como exemplo, a presença de turistas ricos da Europa e a apresentação de um país encantador, por suas belezas cênicas naturais, aos olhos dos possíveis imigrantes.

Porém André Rebouças teria seu pleito atendido somente muitos anos depois, quando foram criados o Parque Nacional do Araguaia em 1959 e o Parque Nacional de Sete Quedas, em 1962⁶, ressaltado que este último foi destruído em 1980, para que fosse possível a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu no Paraná⁷.

A razão para não ter suas propostas levadas à concretização imediata era justamente pelas condições desfavoráveis dos cenários políticos, sociais, econômicos e culturais vigentes no Brasil durante o período imperial e o da primeira República entre 1889 – 1930. Araújo (2012) salienta que, muito pelo contrário às propostas de André Rebouças, os portugueses que se deslocaram para ao Brasil vieram em busca de riquezas. Essas, porém, não seriam obtidas com trabalho, mas sim com ousadia. Afirmando ainda que, de nossa herança lusitana veio nossa ânsia de prosperidade sem custo, de riquezas fáceis.

Diante do contexto exposto, os diversos ciclos econômicos estabelecidos no País desde a Colônia até contemporaneamente, tiveram significativas partes de seus resultados

⁶ Importante esclarecer que o Parque Nacional do Itatiaia foi criado em 1937, conforme pode ser verificado na pág. 49, porém representa uma exceção em relação ao contexto das propostas de André Rebouças.

⁷ A história das áreas protegidas no Brasil apresentam também várias iniciativas frustradas. Drummond (2010) traz que em 1891, por exemplo, o Decreto Federal nº8.843 criou uma enorme reserva florestal, no qual é atualmente o estado do Acre, com 2, 8 milhões de ha. No entanto, não se conhece qualquer iniciativa no sentido de sua implantação (Pádua,2003). Ainda sobre as UCs frustradas, há também o Parque Nacional de Paulo Afonso (criado em 1948, na Bahia), além do Sete Quedas (já citado), ambos foram extintos para dar lugar às usinas hidrelétricas.

calcados, invariavelmente, na degradação ambiental e no mau uso dos recursos naturais. Portanto, o século XIX e a primeira década da República encerraram-se sem qualquer tipo de avanço concreto em direção à implantação das unidades de conservação no Brasil.

Em 1921, foi criado o Decreto Legislativo nº 4.421 que estabelecia o Serviço Florestal Brasileiro, surgindo as primeiras referências aos parques nacionais. Entre as incumbências decretadas constavam propor ao governo estudar possíveis áreas em potencial para se tornarem UCs. O Serviço Florestal só foi regulamentado em 1925 e começou a funcionar efetivamente em 1926. No fim da década de 1920 ainda não havia UCs no País, mas algumas premissas para a criação destas já estavam lançadas.

Foi somente na década de 1930 que a discussão internacional sobre áreas protegidas passou a influenciar, de forma significativa, a política brasileira para conservação, em função das transformações estruturais que o Brasil sofria no governo na era Vargas. Foi amparado na ideologia nacionalista de gestão e controle dos recursos e potenciais naturais do País, que o Governo de Vargas promulgou entre 1933 e 1934 uma série de códigos que regulamentavam as expedições e pesquisas científicas e o uso dos recursos naturais. Os mais relevantes foram os Códigos das Águas, das Florestas, das Minas, da Caça e Pesca.

Para a temática das UCs, o Código Florestal tem notória importância. Ele teve suas proposições iniciadas em 1931 e foi promulgado como lei em 1934, através do Decreto nº 23.793/1934. Araújo (2012, p.63) atenta que em função do histórico de degradação ambiental vivenciado no País, o Código Florestal foi proposto, a princípio, de forma ainda mais restritiva do que o modelo norte-americano, tendo sido adotado o modelo suíço. Segundo o referido autor, a comissão responsável pelo anteprojeto desse código, se referiu aos parques enfatizando que:

Nesse tipo de parque, as reservas são totais, isto é, destinam-se à conservação integral de todos os animais e de todas as plantas que vivem no território e onde a natureza possa desenvolver-se livremente, sem ser perturbada pelo homem.

Araújo (op.cit.), atenta ainda que apesar da sugestão dessa comissão, os decretos de criação dos primeiros parques nacionais davam grande ênfase ao desenvolvimento do turismo. E novamente, a expectativa era que os parques brasileiros repetissem o mesmo sucesso turístico que o modelo dos parques norte-americanos. Mas se nos Estados Unidos já havia condições favoráveis para implantação do turismo quando os parques foram criados, o mesmo não se repetia no Brasil.

Foi, portanto através da ideologia nacionalista da Era Vargas e do Código Florestal que se estabeleceu o esboço da primeira base legal para a criação das UCs no País.

O primeiro parque nacional surgiu em 1937, quando houve a criação do Parque Nacional do Itatiaia (Rio de Janeiro), primeira unidade de conservação federal do Brasil. Posteriormente em 1939 foram criados os Parques Nacionais de Foz do Iguaçu (Paraná) e da Serra dos Órgãos (Rio de Janeiro), ambos gerenciados pelo Serviço Florestal Brasileiro.

Porém Pádua (2002) ressalta que o primeiro parque criado com a finalidade de proteção da natureza, de fato, e não no seu viés turístico, foi de caráter estadual, sendo o Parque Estadual da Cidade, atualmente Parque Estadual da Capital, criado em 1896 pelo Decreto 335, na cidade de São Paulo. Drummond et al (2010, p.345) menciona a criação de outras unidades anteriores a 1937, destacando que elas mostram que no Brasil também ocorreu a tendência internacional de desdobramentos de categorias de UCs, ambas ganharam o nome de estações biológicas.

Elas nasceram por iniciativa de dois cientistas envolvidos, em fins do século XIX e princípios dos XX, com o estudo e a proteção da natureza brasileira. O botânico sueco radicado no Brasil Alberto Loefgren (1854 – 1918) conseguiu que fosse estabelecida, em terras adquiridas pelo governo federal a seu conselho uma “estação biológica” situada em Itatiaia onde foi criado o parque nacional de Itatiaia, em 1937.[...] Já o alemão Herman Von Ihering (1850-1930), outro estudioso estrangeiro da natureza brasileira, estabeleceu, com recursos próprios, a Estação Biológica do Alto da Serra, situada na crista da Serra do Mar (SP), e a doou, em 1909, ao Museu Paulista, do governo do estado de São Paulo. [...]

Retomando a importância do Código Florestal de 1934, baseados nele, foram criados, no decorrer de três décadas, vários parques nacionais, florestas nacionais e florestas protetoras de mananciais e encostas, estas últimas mais conhecidas pelo nome não oficial de “Florestas Protetoras da União” (Drummond,2010).

Em 1965 foi promulgada a Lei nº 4.771, que instituiu o novo Código Florestal. Ele e o Código de Fauna (Lei nº 5.197/1967), juntos, trouxeram como destaque principal a criação de UCs de uso indireto, prevendo a criação de parques nacionais, estaduais, municipais e reservas biológicas) as quais não permitiam a utilização dos recursos naturais. Além das UCs de uso indireto, foram criadas também as de uso direto, sendo as florestas nacionais e parques de caça, que permitam a exploração de forma direta dos recursos.

Em 1981 foram estabelecidas novas categorias de UCs, instituídas pela Lei nº 6.902/1981, sendo as estações ecológicas e as áreas de proteção ambiental. Ainda em 1981, os objetivos primários de conservação das UCs traçados pela IUCN são retomados como

fundamentos de parâmetros na política ambiental do Brasil através da Lei 6.938/81, que estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA :

- i. Ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;
- ii. Racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
- iii. Planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
- iv. Proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;
- v. Controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
- vi. Incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;
- vii. Acompanhamento do estado da qualidade ambiental;
- viii. Recuperação de áreas degradadas. O segundo diploma legal explicita os seguintes objetivos:
 - i. Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
 - ii. Proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
 - iii. Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
 - iv. Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
 - v. Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
 - vi. Proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
 - vii. Proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
 - viii. Proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
 - ix. Recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
 - x. Proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
 - xi. Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
 - xii. Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
 - xiii. Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (Brasil, 2000).

A PNMA aplicou investimentos no fortalecimento institucional dos órgãos federais de proteção, diretamente nas UCs e na proteção de ecossistemas, resultando em revisões e novos planos de manejo, infraestrutura, levantamento fundiário, demarcação de limites e planos emergenciais.

Em 1984, o Decreto nº 89.336/1984 criou outras duas categorias: as Reservas Biológicas e as Áreas de Relevante Interesse Ecológico, as quais seriam reconhecidas como UCs posteriormente através da Resolução nº 12, de 1987, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Já as Reservas Extrativistas foram criadas em 1987, baseada na

Portaria 827 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mas apenas em 1990 foram reconhecidas como UC pelo Decreto 98.897/1990.

A Constituição de 1988 trouxe um significativo arcabouço legal à proteção da natureza, mas o avanço econômico que se apresentou no final dessa década aumentou sensivelmente o desmatamento da Amazônia, a resposta pública se deu através do Programa Nossa Natureza, que objetivava conciliar o desenvolvimento à conservação, como estabelecido na Carta constitucional. Nesse intuito, se criou o IBAMA fundindo-se o IBDF, a SEMA, a SUDEPE (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca) e a SUDHEVEA (Superintendência da Borracha).

Em 1989 o decreto nº 7.804 estabelece Reservas Extrativas em resposta à luta dos seringueiros contra a expansão da pecuária bovina, os projetos de colonização e pelo direito de sobreviverem sob a floresta (Becker, 2004). Com o objetivo de integrar à rede de áreas protegidas oficialmente como UC, em 1996, propôs-se o projeto de Corredores Ecológicos, que seria oficializado mais tarde com a implantação do SNUC.

O Brasil chegou à década de 1990 com categorias plurais de áreas protegidas como política de conservação ambiental, ao passo que também se firmava em nível internacional, um consenso em torno da importância da proteção da biodiversidade e das paisagens nativas. Drummond et al (2010) atenta que os diferentes tipos de UCs nasceram a partir de diferentes fatores, inclusive a sintonia de cientistas e administradores com as mudanças no panorama mundial da conservação ambiental, a ampliação do interesse social na questão, assim como as pressões internacionais e a concorrência entre organismos e gestores e suas diferentes políticas. Porém, eram necessárias ainda, leis e normatizações de gestão que garantissem a efetividade e a pluralidade de categorias, de modo que a situação exigia um maior esforço de sistematização.

Essa dificuldade de sistematização na criação e gerenciamento das UCs no Brasil se expressou, sobretudo, num longo trâmite, percorrendo toda a década de 1990 até corroborar na proposta de Lei do SNUC. A primeira proposta dessa Lei foi elaborada pela Fundação Pró-Natureza (FUNATURA), encomendada pelo antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), em 1988. Até chegar à sua redação final do anteprojeto, foram realizadas diversas reuniões técnicas em Brasília e em São Paulo.

Em 1989, o anteprojeto foi entregue ao IBAMA, mas só em 1992 chegou à Câmara dos Deputados, quando foi encaminhado à Comissão de Defesa do Consumidor, do Meio

Ambiente e Minorias (CDCMAM). NA CDCMAM, foram indicados como relator o Deputado Fábio Feldmann e como seu assessor, Maurício Mercadante.

Esse anteprojeto encaminhado em 1992 expressava o conceito preservacionista, que entende a presença humana como uma ameaça à conservação da biodiversidade e, assim, priorizou as unidades de proteção integral e relegou as categorias de manejo de uso sustentável. Vianna (2008) constata que o projeto não incorporou a discussão internacional de valorização do conhecimento e das formas de manejo das populações tradicionais como contribuições importantes para a conservação, o que as teria tornado possíveis parcerias. Além do mais, o projeto tampouco incorporou a discussão, decorrente dos conflitos entre UCs e populações locais, da necessidade de se proporem mecanismos de participação social e envolvimento dessa população na criação, implantação e gestão das UCs.

Santilli (2005, p 97) salienta que o projeto perpetuou a exclusividade – histórica - dos órgãos governamentais na tomada de decisões em relação às unidades com as locais:

Na perspectiva tradicional, criar uma unidade de conservação significa, em essência, cercar uma determinada área, remover ou – alguns diriam – expulsar a população eventualmente residente e, em seguida, controlar ou impedir, de forma estrita, o acesso a e a utilização da unidade criada. A preocupação básica, quase exclusiva muitas vezes, é com a preservação dos ecossistemas. [...] O problema, entretanto, é que, no processo corrente de criação de UCs, incorre-se via de regra, um equívoco fundamental: as UCs são concebidas e criadas a partir de uma decisão unilateral, de cima para baixo, como se fossem entidades isoladas, alheias e acima da dinâmica socioeconômica local e regional. A visão conservacionista, a rigor, é incapaz de enxergar uma unidade de conservação como um fator de desenvolvimento local e regional, de situar a criação e participação das comunidades envolvidas. Consequentemente, as populações locais são encaradas com desconfiança, como se fossem uma ameaça permanente à integridade e objetivos da unidade, o que, nessas circunstâncias, isto é, nessa situação de isolamento e confronto, acaba se tornando verdade. A sociedade local, aliada ao processo, sem possibilidades de participação e decisão – o que lhe permitiria conhecer e compreender melhor o significado e importância de uma UC – percebe a intervenção do Poder Público como sendo um ato violento, autoritário, injusto e ilegítimo, e assumem uma atitude de resistência, discreta algumas vezes, ostensiva, outras. [...] Assim, vem se desenvolvendo uma concepções nova sobre o papel das UCs, que procura redefinir o manejo dessas áreas protegidas tendo em vista assegurar, ao mesmo tempo, a conservação da biodiversidade e a melhoria da qualidade de vida das populações [...] (Mercadante, 2001, citado por Santilli, 2005).

A partir de 1994, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) deu início aos processos de debates do projeto de Lei e também de outros substitutivos.

Ferreira (2001) dispõe que a partir dos debates iniciados, as clivagens entre as ONGs ambientalistas, pesquisadores e técnicos foram ficando cada vez mais nítidas. Definiram-se

várias posições sobre o modelo adequado de área protegida, ou, em última instância, um conflito acirrado entre vários portadores de projetos objetivando a conservação da biodiversidade, que disputavam a orientação predominante da futura Lei a ser criada.

No final de 1994, o Deputado Fábio Feldmann entregou à CDCMAM um Substitutivo Preliminar, porém Maurício Mercadante julgou a proposta de Feldmann preservacionista, conforme as premissas do projeto original do Poder Executivo. De modo que em 1995, houve a troca de relator, passando a ser o Deputado Fernando Gabeira. Nesse período continuou o estabelecimento de um amplo debate sobre o projeto de Lei, inclusive para analisar as experiências concretas de conservação envolvendo as populações consideradas tradicionais ou rurais, evidenciando a pauta sobre a discussão da presença humana no interior das UCs.

Nas novas modificações incluídas no projeto, as justificativas das mudanças admitiam os conflitos entre populações locais e UCs e reconheciam a necessidade de se democratizar o processo de criação, implantação e gestão dessas áreas e também os direitos diferenciados das populações tradicionais como parceiras da conservação:

Os parques e reservas permanecem assim isolados, sem se integrar à dinâmica socioeconômica local e regional. As comunidades mais atingidas são, sobretudo aqueles de menor poder aquisitivo, que vivem no local há várias gerações, cuja economia baseia-se em formas tradicionais de exploração dos recursos naturais, dos quais dependem diretamente para sua subsistência material e reprodução sociocultural. Essas populações, que em geral não possuem títulos de propriedades das terras onde vivem, veem-se, de um momento para outro, desprovidas dos seus meios de vida e constringidas a engrossar o contingente de marginalizados urbanos, já que as indenizações eventualmente propostas não são nem de perto suficientes para aquisição de outras terras para trabalharem. Hoje se reconhece que a expulsão das populações tradicionais é negativa não apenas sob o ponto de vista social e humano, mas tem consequências danosas também no que se refere à conservação da natureza. [...] O problema das comunidades que vivem em UCs foi, sem dúvida, a questão que motivou os mais acalorados debates durante as reuniões técnicas realizadas por esta Comissão para subsidiar o parecer do relator. Constata-se hoje que mais de 80% das unidades já criadas são habitadas por populações tradicionais. Entretanto, de acordo com a legislação vigente, essas áreas, na sua grande maioria, não admitem a presença dessas pessoas dentro dos seus limites [...] (Santilli, 2005, p.99).

Em 1996, permaneciam os longos debates e intermináveis negociações envolvendo agências ambientais governamentais, ONGs, ambientalistas e Deputados diretamente interessados no rumo do projeto de Lei em questão. A casa Civil da Presidência da República mobilizou sua bancada e impediu a votação do projeto sob a alegação da existência de dispositivos inconstitucionais e outros itens que aumentariam as despesas por parte do

Governo. Porém a referida autora afirma que na verdade, a decisão da Casa Civil foi motivada essencialmente por pressões de setores do próprio Governo, obviamente contrários ao projeto substitutivo considerado pouco conservacionista apresentado pelo Deputado Fernando Gabeira (Sabbagh, 2010).

Em 1998, ONGs ambientalistas promoveram um encontro para discutir as questões referentes a essa proposta. Predominantemente as propostas apresentadas partilhavam de uma preservacionista. O relator aceitou a maioria delas e as ONGs iniciaram em 1999 uma campanha de mobilização em favor da aprovação do projeto. As principais ONGs envolvidas eram o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), o Instituto Socioambiental (ISA) e o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC).

Depois de oito anos tramitando no Congresso Nacional, marcando um longuíssimo processo de negociações, em julho de 2000, o então vice-presidente da República Marco Maciel, sancionou finalmente, embora com vetos, a Lei nº 9.985, instituindo assim, o SNUC. Sobre a problemática envolvendo as populações tradicionais em UCs, Ferreira (2001, p.11) contribui dizendo que:

Alguns vetos eram previsíveis, como os que se referem à definição de *população tradicional*, e o parágrafo que pressupunha a necessidade de lei específica para a criação de UCs. [...] Já o artigo que propunha a reclassificação de UCs de uso indireto em virtude da presença de população tradicional em seu interir, foi vetada por reivindicação de setores do IBAMA e de ambientalistas refratários à presença humana em UCs. Com isso, as populações que habitam hoje UCs consideradas de proteção integral, depois de sua regulamentação, terão que ser indenizadas e reassentadas pelo poder público.

Mesmo com o impasse explícito e falta de respaldo jurídico que as comunidades tradicionais foram submetidas, o SNUC é considerado por diversos autores pesquisadores da temática de UCs, como um grande avanço na legislação brasileira, pois possibilitou a unificação do arcabouço jurídico referente às diversas categorias de UCs existentes no Brasil e que anteriormente estavam dispersas inseridas entre várias outras leis, como o Código Florestal, o Código da Fauna, a PNMA. Além de dispor sobre a sistematização de “conjuntos” de UCs, também prevê a estrutura de um roteiro de manejo voltado ao ordenamento territorial e ao planejamento dessas áreas instituídas.

Outro avanço importante foi a divisão das UCs, antes subdivididas entre várias modalidades existentes, passaram a ser divididas em duas categorias: As UCs de Proteção Integral, denominadas de uso indireto e restritivas à presença de populações (tradicionais ou

não) em seu interior e as UCs de Uso Sustentável, de uso direto e/ou que admitem populações humanas e diferentes níveis de atividades destas.

O SNUC foi estabelecido baseado fundamentalmente nos princípios da IUCN e CDB, constituindo-se das variadas UC federais, estaduais e municipais. Ele possui 14 objetivos principais, dentre eles, encontram-se os de garantir a diversidade biológica, preservando espécies, restaurar e preservar ecossistemas, proteger os diferentes recursos (de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural) promovendo educação, recreação e turismo ecológico, protegendo os recursos necessários à subsistência das populações tradicionais e, sobretudo, promovendo o desenvolvimento sustentável de fato.

No Art. 2º do SNUC a definição de UC está muito próxima à da IUCN e CDB (CNRBMA, 2002): é considerada uma área geograficamente definida (espaço territorial) com relevante interesse ecológico que tenha sido designada ou legitimada pelo Poder Público para alcançar objetivos específicos de conservação, ou seja, garantias adequadas de proteção sob regime especial de administração. Nesse sentido, o Art. 2º do SNUC ainda traz outras disposições dos objetivos relevantes sobre conservação da natureza e manejo:

II - conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (...).

(...) VIII - manejo: todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas (...)

Os principais critérios que devem ser considerados para se estabelecer uma UC são a relevância natural, a oficialidade, os limites territoriais e o regime especial que se atribui ao território (dentre outros).

Castro (2012) aponta que um dos pressupostos ambíguos, que deve ser interpretado no Art. 2, advém do “relevante interesse ecológico”, já que o texto refere-se às características naturais relevantes, o que pode ser considerado sob diferentes óticas. Benjamin (2002, 246) chama a atenção para esta questão ao ressaltar que:

Tal relevância não é necessariamente raridade, singularidade, endemismo, podendo se referir a elementos comuns, corriqueiros ou banais, já que esta é uma noção de fundo ecológico e “[...] não um juízo prisioneiro da percepção ou apreciação humana [...] [o que se pretendeu foi] como princípio, que se levasse em conta o contexto ecológico local, regional ou nacional do território ou dos elementos a serem protegidos”, mesmo que o texto não aluda a uma definição da relevância ecológica, o que a tornaria demasiadamente longa e abrangente ou, por outro lado, reducionista.

Outro apontamento relevante se dá quando o autor diz que se considerarmos que o relevante interesse ecológico só se firma quando há expressiva presença de remanescentes naturais, e, como salienta Benjamin (2002) uma UC de proteção integral tende a ter grande extensão visando mitigar efeito de borda e área para espécies que demandam vasto espaço. Atentando ainda que muito provavelmente, nessas áreas, inevitavelmente, encontram-se grupos sociais cuja forma de produção do espaço tem causado pouca alteração da natureza, cujos modos de vida ligam-se mais ao natural que ao mercado de consumo moderno que considera a natureza como recurso não como um complexo onde as populações tradicionais se inserem.

No Art. 7, o SNUC dispõe sobre as diferenças de categorias, as unidades de proteção integral contemplam: Parque Nacional, Reserva Biológica (REBIO), Estação Ecológica (ESEC) e Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre) e as unidades de uso sustentável são: Áreas de Proteção Ambiental (APA), Reservas Extrativistas (RESEX) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Florestas Nacionais (FLONAS), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) e Reserva de Fauna.

As UCs de proteção integral seguem a determinação de áreas protegidas cuja finalidade é a manutenção dos ecossistemas livres das alterações causadas pela interferência humana, admitindo apenas o uso da natureza sem, contudo, causar alterações significativas nos atributos naturais. Algumas atividades de uso indireto são: pesquisa científica, recreação e educação ambiental. Conforme apresentado, as categorias de proteção integral contemplam as Estações Ecológicas, Reserva Biológica, Parques Nacionais, Monumentos Naturais e os Refúgios da Vida Silvestre.

Os Parques Estaduais seguem as mesmas disposições que regem o funcionamento dos Parques Nacionais segundo o SNUC. Portanto, os critérios são fundamentalmente os mesmos apresentados anteriormente para essa categoria.

Ainda de acordo com o SNUC, as UCs de uso sustentável, são áreas protegidas dedicadas a promover e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais, admitindo a exploração em quantidades ou com uma intensidade compatível com sua capacidade de renovação. As categorias de manejo contemplam detalhadamente as Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Reservas Extrativistas, Floresta Nacional, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

Como dito, o grau de ocupação humana nessas categorias varia e pode tanto ser permitido parcialmente, quanto vetado totalmente dependendo do tipo UC. Porém, essa questão ocorre de maneira conflituosa em diversas UCs de Proteção Integral. Em muitos casos a problemática envolvendo a presença de populações tradicionais os impasses sobre permanência ou reassentamento destas acabam por comprometer o objetivo de conservação da UC.

Tal ocorrência se dá em detrimento dos conflitos entre tais populações que reivindicam a permanência e o Conselho Gestor (instituído pelo Estado) de uma dada UC. Os administradores e dirigentes da UC, por sua vez, necessitam cumprir a legislação ambiental prevista nas políticas de conservação e que, no caso do SNUC, prevê a desapropriação em UCs de Proteção Integral. A inoperância em efetivar medidas de regularização fundiária nestas unidades ainda é um ponto de fragilidade e discussões.

O SNUC apresenta outros pontos envolvendo a situação jurídica das comunidades tradicionais. Nesse sentido, outro aspecto notório do SNUC, diz respeito à elaboração do Plano de Manejo (PM) dos Parques, onde não é realmente exigida a participação da sociedade, sendo obrigação do Conselho Gestor, a quem cabe também, sua aprovação. De acordo com Castro (2012), este dispositivo em muitos casos, demonstra o foco dado ao protecionismo sem se considerar as populações que a partir do estabelecimento do parque, são objetadas pelo território do poder que lhes imputa uma nova categoria ao espaço onde reproduzem seus territórios e campos de atuação. Segundo o autor, os Planos de Manejo que têm suas propostas elaboradas com vistas a tentar solucionar os impasses jurídicos e fundiários das populações tradicionais em áreas protegidas, quando trabalhados em conjunto com tais populações envolvidas, podem realmente ser efetivos.

De modo que um passo fundamental para se pensar em políticas e estratégias de regularização fundiária, foi a criação de aparatos jurídicos capazes de definir quem são as “populações tradicionais” que vivem nas áreas protegidas. (Vianna, 2008).

O SNUC foi o diploma legal que consolidou o conceito de “população tradicional” e determinou que elas deveriam ser consideradas nas políticas de conservação da biodiversidade. No Art. 2º, Inciso XV do SNUC, a definição de população tradicional foi vetada, nele, estava descrito:

população tradicional: grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há, no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável.

Embora não esteja definido, é possível interpretar nesse artigo, que as populações tradicionais existem de fato, quando expressa proteger os recursos naturais necessários à subsistência dessas populações, com respeito e valorização de seus conhecimentos e cultura. Também em relação aos conflitos gerados pelas UCs de proteção integral, e os modos de vida, “[...] assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais” (CNRBMA, 2002). Fica expresso que elas atendem a uma definição de ancestralidade cultural cujo território vivido mantém coexistência com a natureza que se quer preservar (Castro, 2012).

Vianna (op.cit) afirma que mesmo que a definição vetada restrinja o conceito, pelas limitações temporal e espacial, isso é insuficiente. A mensagem nº 967 de julho de 2000, expõe as razões do veto ao inciso: o conteúdo da disposição é tão abrangente que nela, com pouco esforço de imaginação, caberia toda a população brasileira. De fato, determinados grupos humanos, apenas por habitarem continuamente um mesmo ecossistema, não podem ser definidos como população tradicional.

O veto foi apoiado tanto pelos conservacionistas, os quais temiam a amplitude da definição e sua utilização indevida, como pelo movimento dos seringueiros da Amazônia, que a consideraram restritiva, posto a exigência da permanência por três gerações.

O SNUC também se utiliza das expressões “populações tradicionais”, “Populações tradicionais residentes”, “populações locais” e populações residentes”, o que pode ocasionar diferentes interpretações. As “populações tradicionais residentes”, são consideradas aquelas que vivem no interior das UCs e em diversos artigos do SNUC, são feitas referências a elas. “Populações Locais” é mais abrangente e inclui não só as tradicionais, mas outras populações que vivem na unidade de conservação ou em seu entorno. (Santilli, 2005).

Vianna (2008) coloca que nesse caso, pela primeira vez, assume-se a importância de envolver e considerar na criação e implantação das UCs, as populações afetadas direta ou indiretamente por sua implantação e pelas restrições que são impostas a determinadas condutas humanas, respondendo aos conflitos históricos entre estas e as unidades de conservação, sem distinção para as populações tradicionais.

Em relação às “populações residentes”, o SNUC refere-se às diversas categorias de UCs que admitem presença humana em seu interior, não necessariamente populações tradicionais. Um exemplo neste caso são as APAs, muitas implantadas em áreas urbanas extensas, densamente ocupadas.

Segundo Cunha & Almeida (2001), as populações tradicionais encontraram no movimento ambientalista uma possibilidade de defender legitimamente seus direitos territoriais e de acesso aos recursos naturais. Os movimentos sociais dessas populações reformularam a ideia de “tradicional”. Para a autora, os pioneiros foram os seringueiros, inspirados nas lutas indígenas pela terra e, por sua vez, inspiradores das demais populações tradicionais, que passaram a desempenhar novos papéis na conservação e a ser objetos de políticas públicas. Assim, essas populações se compõem de:

[...] Pequenos produtores familiares que cultivam a terra e/ou a praticam atividades extrativistas, como a pesca, coleta, caça, utilizando-se de técnicas de exploração que causam poucos danos à natureza. Sua produção é voltada basicamente para o consumo, e têm uma fraca relação com os mercados. Sendo sua atividade produtiva muito dependente dos ciclos da natureza; eles não criam grandes concentrações, e as áreas que habitam, tendo uma baixa densidade demográfica, são as áreas mais preservadas entre as áreas habitadas do planeta (ISA, 2005, p.21).

De acordo com Vianna (2008), essa visão foi a razão pela qual essas populações passaram a ser considerados pelos ambientalistas e também o que lhes deu visibilidade política. A expressão passou a ter valor positivo, do que se beneficiaram a conservação e as próprias populações tradicionais. O reconhecimento e a legitimação de seu território, é a demanda crucial dos movimentos sociais das populações tradicionais.

Exemplos de resultados das mobilizações dessas populações, são o Decreto nº 4.487, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas, de que trata o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e outro notório é a criação da nova categoria de UCs, no SNUC, a RDS.

Em razão de sua autodeterminação e da visibilidade que vinham adquirindo as populações tradicionais, Diegues e Arruda (2001) trabalharam na tentativa de classificação de 13 tipos destas populações, oito delas, foram incorporadas pelo ISA, em 2005:

- Babaqueiros, que têm como base da subsistência a exploração do babaçu, espécie oriunda do norte do Brasil.
- Caboclos: mestiços de índios e negros que vivem em comunidades rurais.
- Caiçaras: mestiços de índios e portugueses são pescadores tradicionais da faixa litorânea brasileira dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, onde primeiramente se estabeleceram os portugueses.
- Caipiras: comunidades rurais formadas por pessoas que trabalhavam nas grandes fazendas.

- Seringueiros: a principal atividade é a extração de látex, matéria-prima da borracha. Atuam nas Resex.
- Quebradeiras de coco: mulheres de comunidades extrativistas do Maranhão, Tocantins, Pará e Piauí, que coletam e quebram coco da palmeira de babaçu.
- Quilombolas: comunidades rurais negras, muitas delas formadas por ex-escravos remanescentes dos quilombos (comunidades fundadas por escravos fugidos).
- Ribeirinhos: moram na beira dos rios ou em regiões de várzea, ou seja, nas áreas de florestas que são periodicamente alagadas pela água de rios, e praticam atividades de coleta, caça, pesca e por vezes, agricultura.

Diegues e Arruda (2001) ainda citam os campineiros (pastoreio), os jangadeiros, os pantaneiros, os sertanejos e os praieiros. Contudo, os mesmos autores também fizeram a tentativa de classificar tais populações sob o viés das características assumidas por elas próprias, relacionando características em comum, sendo elas:

- Dependência da relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais renováveis com os quais constroem um modo de vida;
- Conhecimento aprofundado da natureza e seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transmitido por *oralidade* de geração em geração;
- Noção do território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- Moradia e ocupação do território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltados para a terra de seus antepassados; Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implicaria uma relação com o mercado;
- Reduzida acumulação de capital;
- Importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou *compadrio*, para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- Importância das *simbologias*, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas;
- Tecnologia utilizada que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, em que sobressai o artesanal, cujo processo o produtor e sua família dominam desde o início até o produto final;
- *Auto-identificação* ou identificação por outros de pertencer a uma cultura distinta.

Baseados por essas classificações, Diegues e Arruda (op.cit) propõem a definição a seguir:

Populações tradicionais são grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e em relações próprias com a natureza. Tal noção refere-se tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional que desenvolvem modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos.

Ainda sobre as classificações das populações tradicionais caiçaras, Diegues (2007) também coloca que hoje eles ocupam a faixa litorânea paulista e constituem os grupos sociais mais numerosos da região costeira (além do litoral paulista, são encontrados também no litoral do estado do Paraná e Santa Catarina). [...] A cultura caiçara também é considerada como parte da cultura crioula ou cabocla, fruto do aporte cultural dos europeus, negros e índios.

A associação entre pesca e agricultura, a importância do “complexo farinha de mandioca”, as relações sociais individualizadas em um grupo maior e na família nuclear, através de mutirões, a reciprocidade na vida cotidiana, a falta de uma noção de uma autoridade formal, a pouca importância dada à religião oficial, estão entre as principais características da cultura caiçara. Ainda que tenham uma base comum, a cultura caiçara se distingue da caipira por ter desenvolvido um conjunto de práticas materiais e imateriais ligadas ao mesmo tempo ao mar e à terra, ao passo que a última é, essencialmente, baseada na agricultura e em outras atividades ligadas à mata, sem ter contato com o ambiente marinho.

Embora a definição de Diegues e Arruda tenha sido dada como genérica, a mesma foi considerada posteriormente pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNDSPT), instituída através do decreto nº 6040, em fevereiro de 2007. Foi estabelecida por essa política, uma definição formal para as populações tradicionais, utilizando a mesma estratégia proposta anteriormente pela política de reconhecimento e demarcação de terras indígenas e também pelo decreto dos remanescentes de quilombos: a autodefinição. No art. 3º, s Incisos I caracterizara oficialmente as populações tradicionais como:

I – Povos e comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição.

Alguns pontos importantes sobre a PNDSPT são abordados por Vianna (2008, p.188):

Esse decreto reflete o fortalecimento dos direitos dessas populações ao acesso a recursos naturais e a territórios que ultrapassam o cenário das UCs, embora muitas dessas populações vivam dentro dessas áreas. A definição da categoria passa a ser de seu domínio, afastando as exógenas, que as condicionavam à conservação da natureza. Entretanto, em todo documento legal, bem como no discurso do movimento social e socioambientalista, pressupõem-se que as populações tradicionais são inerentemente conservacionistas. De certa forma, como elas se incorporam da expressão ao longo do processo de construção da categoria, incorporam a conservação da natureza em seu discurso e se propõem a utilizar os recursos de forma sustentável, até porque sabem que isso seria a forma de lhes garantir perpetuação de seus territórios.

Portanto, com o objetivo de pensar no desenvolvimento de ações que garantam inclusão das comunidades consideradas à margem dos direitos civis, o artigo 2º da PNDSPT (2007), expressa o reconhecimento das populações tradicionais:

A PNDSPT tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos povos e das comunidades tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Esse decreto possui a intenção dar respaldo às ações da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) focada nas comunidades extrativistas, nas RESEX e nas RDS. Porém, Castro (op. cit) e Ferreira (op.cit), salientam que no caso das UCs de proteção integral, há que se fazer esforços para poder cumprir as normas legais do SNUC, sobremaneira no que diz respeito à permanência garantida ou à remoção exigida por definição de UC de proteção integral, já que nesta categoria, não é permitida a presença de populações, tanto para as UCs criadas anteriormente ao SNUC quanto após sua criação.

No Art. 22, o SNUC dispõe sobre a criação de novas UCs pelo poder público:

§ 2º A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.

§ 3º No processo de consulta de que trata o § 2º, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas.

O que se observa a partir do Art. 22 é que a Lei faz exigências fundamentais quanto aos pré-requisitos para a criação de uma UC. A legislação atenta para a exigência de estudos

técnicos primordialmente e também, de consulta pública acerca das áreas mais estratégicas para a criação de uma UC.

O SNUC estabelece que as comunidades tradicionais em UC serão permitidas na categoria de Uso Sustentável e em três tipos de UC, sendo elas: APA; Reserva Extrativista (REx) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). São estabelecidos quatro critérios sobre os objetivos que devem conter nas UC, tanto de Proteção Integral quanto de Uso Sustentável. Sendo 1- Objetivos primários; 2- Objetivos Secundários; 3- Complementar e por fim- Não aplicável. No Caso das UCs citadas acima, a APA e a REx permitem comunidades tradicionais como objetivos secundários, já a RDs permite como objetivos primários.

Contudo, no caso de UCs onde não é permitida a presença destas populações, é prevista sua permanência temporária através de normatizações. O Art. 42 do SNUC dispõe sobre as condições previstas de permanência temporária:

§ 1º O Poder Público, por meio do órgão competente, priorizará o reassentamento das populações tradicionais a serem realocadas.

§ 2º Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, as normas regulando o prazo de permanência e suas condições serão estabelecidas em regulamento.

O Art. 42 prevê as condições de permanência destas populações até que o reassentamento ocorra. Como dito, um dos principais empecilhos em relação ao reassentamento destas populações ou ações indenizatórias, é o contexto de inoperância do Estado em relação ao cumprimento de prazos e ações de regularização fundiária. Dentre um conjunto de fatores, está o fato dos processos de regularização fundiária possuir uma tramitação jurídica que muitas vezes se arrastam por anos e serem altamente dispendiosos para o Estado.

Nesse contexto, Diegues (2008) aponta que o processo de regularização fundiária nas UCs apresenta uma série de impasses dado que as populações tradicionais na maioria das vezes não possuem título de dominialidade que comprove a posse da propriedade. Simultaneamente não raro o Estado é obrigado a pagar indenizações milionárias àqueles que se estabeleceram nas UCs anteriormente à sua criação, mas que não possuem a condição de moradores tradicionais, na maior parte das vezes sendo agentes ligados à especulação imobiliária. No estado de São Paulo, são comuns exemplos desse tipo nas UCs do Litoral Norte e Vale do Ribeira.

Na configuração político – territorial do histórico das áreas protegidas no Brasil, existe uma visão conflitante entre o espaço público e o espaço das populações tradicionais, segundo perspectivas distintas como afirma Diegues (2008, p.9):

A do Estado, representando os interesses das populações urbano-industriais, e das sociedades tradicionais. Na verdade, o que está implícito é que estas deveriam “sacrificar-se” para dotar as populações urbano-industriais de espaços naturais, de lazer e contato com a natureza selvagem (que é um grande mito moderno). Ou ainda, segundo, uma versão mais moderna dos objetivos das áreas naturais protegidas (estabelecidas pelas IUCN, CBD, SNUC) de uso restrito: proteger a biodiversidade.

Adicionalmente vem crescentemente sendo ecoados os questionamentos sobre processos de privatização das unidades de conservação, haja vista que se tornam áreas cada vez mais valorizadas e visadas face crescente cerceamento dos ecossistemas naturais com a crescente ampliação dos quadros urbano-industrial e das fronteiras agrícolas. Talvez um dos exemplos mais notáveis neste sentido sejam as propostas de concessão das Florestas Nacionais (Flonas), como apontado por Ab`Saber (2005).

A Lei nº 411.2884/2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, tem a finalidade precípua de compatibilizar a conservação ambiental com a exploração sustentável das florestas através da concessão das mesmas para corporações privadas, de modo que se transfira à iniciativa privada a responsabilidade por uma pretensa exploração sustentada e conservação das florestas. No manifesto elaborado à época contra o projeto de Lei, Ab`Saber (op.cit.) considerava inadequado tal concessão de Flonas para iniciativa privada:

Essas flonas foram organizadas quando o manto florestal da Amazônia ainda era muito bem preservado. Então isolaram-se algumas áreas para se pensar mais tarde sobre a possibilidade de fazer uma silvicultura seletiva tirando um pouco de proveito delas. Acontece que 20, 30 anos depois deste quadro de preservação integrada, abriu-se um enorme espaço fora dessas Flonas. Houve uma degradação conectada ao longo de rodovias, de ramais, de sub-ramais, de espinhelas de peixe. E, na medida em que foram estabelecendo pequenas ou grandes fazendas do tipo agropecuário, ou apenas uma experiência qualquer, sem nenhum conhecimento da resposta do solo degradado, evidentemente que as flonas agora constituem reservas de biodiversidade.

As preocupações de Ab`Saber encontram respaldo em declarações de seringueiros contemporâneos de Chico Mendes que atuaram conjuntamente a ele na criação das Reservas Extrativistas, como apontando nos relatos recolhidos pela revista Carta Capital de Dezembro de 2013, na reportagem de Milanez (2013, p.4) :

Chico Mendes não propunha a mercantilização da floresta. A gente tinha o direito de trabalhar em 10% da área. Veio a Marina, e esse governo, e privatizaram a Amazônia inteira, com a lei do mercado de carbono, as hidrelétricas, que estão sendo construídas e vão inundar milhares de hectares de floresta e sítios arqueológicos, terras ocupadas por populações tradicionais. Tudo, em nome da sustentabilidade, para dar mais capital para meia dúzia de empresas para continuarem poluindo, depredando e criminalizando o seringueiro.

Estão propondo bolsa de R\$ 100 por mês em nome da "sustentabilidade", enquanto mineradoras, madeireiros, ONGs, e todo o negócio de exportação de matérias primas estão ficando ricos. Eu mesmo estou sendo vítima de criminalização porque tirava madeira para mim e minha mãe, enquanto as madeiras tiraram tudo e não sofrem nenhum tipo de criminalização. Nós, índios e seringueiros, estamos sendo criminalizado para sermos submetidos à expansão capitalista na nossa região.

Vamos ter que organizar empate não só contra os madeireiros, as mineradoras e o latifúndio, mas também contra o estado que está sendo o gerenciador de todo esse processo. É necessário um levante e um novo empate contra essa política expansionista de "desenvolvimento insustentável" (Depoimento de Osmarino Amâncio Rodrigues, à Felipe Milanez, 2013).

Ainda sobre os conflitos apontados por Ab`Saber , o entrevistado em questão apontou:

Ao invés de criarem Resex, começaram a criar projetos de assentamento onde não se discute com a comunidade, e permite madeireiros. Nas RESEX não há título de propriedade privada, solicitamos direito de usufruto, e há mais proteção e garantia para a comunidade.

Existia a forma de vida das populações tradicionais que com a criação das Resex foi possível garantir a sobrevivência da população e do bioma da Amazônia, sem ameaças e respeitando as decisões das comunidades. Esse novo projeto expansionista não respeita as populações tradicionais e incentiva depredação e desmatamento para exportar soja, madeira, minério. A Usina Jirau eliminou mais de 50 igarapés! Foram sete mil pessoas expulsas [...].

Em 2004, à época das discussões sobre o Projeto de Lei para concessões de Flonas, o então representante do Ministério do Meio ambiente, Tasso Azevedo - em entrevista ao "EcoTerra - , defendeu a concessão das Florestas Nacionais. O mesmo afirmou que não trata-se de privatizar as Flonas e que este seria o melhor caminho para garantir a preservação ambiental. O argumento central é que as concessões envolvem autorização para uso e exploração em tempo determinado e não a posse da terra:

"Esse é um projeto de lei que visa fundamentalmente garantir a soberania e o controle do Estado, porque hoje não há controle, não existe regulamentação que permita ao Estado controlar essas áreas. Então com esse mecanismo estamos dizendo o seguinte: floresta pública permanece pública, sob o controle do estado. A concessão é do manejo, não tem nada sobre as áreas nem sobre a floresta, não tem nada sobre domínio. No Brasil, historicamente, desde as capitânicas hereditárias as terras passam para o setor privado e isso não gera benefício nenhum para a comunidade. O que estamos

dizendo é que não se privatiza mais. Em Floresta Pública você pode ter direito de uso, mediante uma licitação, mas a terra e os recursos permanecem sob o domínio da União” (Representante do MMA, Tasso Azevedo – por Crocetti – 2004)

Pesquisadores e ambientalistas que se manifestam contra tais concessões, questionam que embora não se conceda formalmente a posse da terra, os períodos amplos demais das concessões (que podem ser por décadas), na prática fazem com que se estabeleça relações orgânicas dos grupos vencedores das licitações com as áreas destinadas à concessão. E nesse contexto, é conhecida a fragilidade institucional brasileira, e o quanto o quadro estatal muitas vezes sucumbiu à pressão de grandes grupos econômicos, como argumenta Ab’Saber anteriormente citado.

Nesse contexto envolvendo concessões de FLONAS, no estado do Pará, em matéria publicada em 2013, o Ministério Público Federal em Santarém, iniciou uma investigação de concessão da Floresta Nacional do Crepori, no sudoeste do Pará. A concessão que tem contato de duração de 40 anos, pode ter sido feita ignorando relatório encomendado pelo ICMBio. De acordo com a denúncia de pesquisadores, a área a ser concedida tem ocupação de populações tradicionais, que podem ser prejudicadas pela entrada de madeireiros.

A legislação proíbe que áreas ocupadas por populações tradicionais sejam incluídas em concessão florestal. Apesar de registrar a existência de populações na área, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), sem muitas explicações considerou que as existentes na Flona do Crepori não são tradicionais, informa o MPF.

Os pesquisadores Maurício Torres e Juan Doblaz percorreram a região a pedido do ICMBio e constataram a existência de populações tradicionais nas proximidades do rio das Tropas. O estudo foi entregue tanto ao ICMBio quanto para o SFB no ano passado.

Mesmo assim, em 2013, a área entrou no leilão de florestas. O edital de concessão florestal foi aberto em 30 de maio e vai aceitar propostas até 26 de novembro. São 444.333 hectares tornados disponíveis para a exploração na Flona, localizada nos municípios de Itaiabu e Jacareacanga. (Ministério Público Feral – Pará, 2013)

Tais conflitos se refletem também em vários estados como os do Paraná e de São Paulo, por exemplo, haja vista as polêmicas em torno de iniciativas similares nos parques estaduais. No Paraná, o Parque Estadual Ilha do Mel, um dos mais visitados do Estado, está em vias de se tornar concessão de uma grande rede hoteleira o qual negocia com o Estado Paranaense, a privatização do Parque durante um número determinado de anos. O projeto tem assustado as populações tradicionais (no caso, caiçaras) que vivem no interior do Parque, que temem por desapropriação.

Em notícia publicada em 2009, pelo Ministério Público do Estado do Paraná, segundo a entrevista do geógrafo Luis Fernando Lautert, pesquisador da Universidade Federal do Paraná - UFPR, os moradores passariam a pagar uma taxa de 2% referente ao valor total estimado das suas residências, a previsão e os custos seriam um incentivo para que famílias nativas, muitas delas vivendo há mais de 100 anos nas mesmas casas, abandonassem seus lares, já que perderiam suas concessões de uso do solo se não pagassem. "Estão falando muito em patrimônio ambiental, mas esquecem do patrimônio cultural. O estado deveria se preocupar é com os que vieram de fora para a ilha, com aqueles que descaracterizaram toda a cultura e a identidade de um povo", explica o professor da UFPR.

No estado de São Paulo, está na reta final para ser votado o projeto de Lei (PL 249/2013) do governo de São Paulo, que regulariza a concessão de parques estaduais como Campos do Jordão, Pico do Jaraguá e Cantareira. Segundo a matéria publicada em fevereiro de 2014 pelo jornal "O eco", pela jornalista Camila Fróis, o projeto prevê que empresas concessionárias possam explorar atrações turísticas desses parques, gerir empresas concessionárias, hospedagens, trilhas, monitorias e cobrar ingressos. Em contrapartida, terão que fazer a manutenção das áreas e melhorar os serviços prestados.

O projeto de Lei partiu do governo Alckmin, do PSDB, cuja bancada na Assembleia Legislativa do Estado é majoritária. Espera-se que seja aprovado com facilidade na votação em plenário. Para chegar lá, falta apenas passar pela comissão de Finanças.

Em contrapartida, a proposta é criticada por parlamentares da oposição, que acusam o governo de querer "privatizar os parques paulistas". Por isso, o deputado Geraldo Cruz, do PT, relator da Comissão de Infraestrutura, emitiu parecer contrário ao PL249, rejeitado pela maioria na Assembleia.

"Vamos colocar em cheque áreas verdes, abrigo de nascentes, flora e fauna?", pergunta Marcos Martins, outro deputado estadual do PT. (Fróis, 2014)

A problematização da imposição de territórios de preservação sobre os territórios das populações que aí já constavam, refletem que essas comunidades engendram alterações no universo das relações locais, conseqüentemente são comprometidas não só a reprodução dos seus territórios, seus ritmos não só temporais, mas também espaciais e sua evolução. Esse conjunto de problemáticas envolvendo as instituições públicas responsáveis pelas UCs e as populações tradicionais, acabam por ter em inúmeros casos, o efeito contrário aos objetivos de conservação, propiciando muitos desgastes entre esses atores, o que demanda, num primeiro momento, grande concentração de esforços para tornar então as UCs sob uma perspectiva no mínimo, funcional. Casos de trabalho em conjunto entre os atores nas UCs, no entanto têm trazido bons resultados para ambos.

Ficam, portanto, os questionamentos sobre as políticas de conservação e suas atuações e interesses, é evidente a existência de diferentes atores atuantes sobre as UCs e seus distintos projetos para elas.

Esse contexto apresentado envolto a perspectivas distintas esteve fortemente presente na configuração territorial das UCs do Vale do Ribeira e do Parque Estadual Ilha do Cardoso que aí se insere. A partir dessas reflexões apresentadas, está estruturada no próximo capítulo, a aplicabilidade do Sistema GTP à área de estudo, sendo abordado o Parque Estadual da Ilha do Cardoso a partir de uma perspectiva integrada, abrangendo o histórico de criação da PEIC, os seus desdobramentos e as configurações territoriais que lá se estabeleceram.

**CAPÍTULO IV – PARQUE ESTADUAL ILHA DO CARDOSO –
ELEMENTOS FÍSICOS E BIÓTICOS DA PAISAGEM,
INSTITUCIONALIZAÇÃO, PERCEPÇÕES E CONFLITOS**

4.0 Notas Introdutórias: Um Breve Histórico sobre o Vale do Ribeira de Iguape

Conforme apresentado inicialmente, o Parque Estadual Ilha do Cardoso está inserido no complexo de Unidades de Conservação do Vale do Ribeira, conhecido também como Mosaico de áreas protegidas. O Vale do Ribeira, localizado na região sul do estado de São Paulo, constitui a Região mais preservada do mesmo. Destacando brevemente sua importância do ponto de vista físico, os padrões morfológicos predominantes no Vale do Ribeira estão relacionados ao Domínio de Mares de Morros (Ab'Saber, 2003), contando especificamente com morros de vertentes suavizados associados a rochas metamórficas de baixo grau isolando serras constituídas de blocos residuais de litologias mais resistentes (Almeida, 1964). Em sua extensão, há o predomínio do Bioma Mata Atlântica, dentro do Domínio Tropical Atlântico como coloca Ab'Saber (2003, p.64):

No vasto conjunto do território intertropical e subtropical brasileiro destaca-se o contínuo norte-sul das matas atlânticas na categoria de segundo grande complexo de florestas tropicais biodiversas brasileiras. Em sua estruturação primária, as florestas atlânticas abrangiam aproximadamente um milhão de quilômetros quadrados. [...] As matas atlânticas possuem um eixo longitudinal norte-nordeste e um sul-sudoeste que lhes imprimem complexo caráter azonal, ao que se acrescentam notáveis diferenças morfológicas e topográficas entre as duas grandes florestas tropicais úmidas do território brasileiro. Enquanto na Amazônia Brasileira, salvo raras exceções, imperam terras baixas florestadas, na fachada tropical atlântica existem subáreas topográficas muito diferenciadas entre si, desde is tabuleiros da Zona da Mata Nordestina - Costa do Descobrimento – até as escarpas tropicais das Serras do Mar e Mantiqueira, e “mares de morros” outrora florestados do Brasil de Sudeste.

Almeida (1964) atenta para a importância do conjunto de litologias que compõe o Vale do Ribeira, por apresentarem complexos ígneo-metamórfico pautados por rochas predominantemente menos resistentes do que os embasamentos das serras do litoral norte e sul de São Paulo. Em consequência a bacia hidrográfica do Rio Ribeira, diferentemente das demais bacias litorâneas paulistas, conseguiu por erosão remontante fazer suas cabeceiras se distanciam várias centenas de quilômetros em direção ao interior. Esta peculiaridade, a grande interiorização da bacia fluvial voltada para o Oceano, contribuiu para o histórico de ocupação do Vale, pois propiciou que o Rio Ribeira pudesse ser usado como rota de penetração para o povoamento.

A região do Médio Ribeira é marcada por transição morfológica entre as Serranias e Planícies, apresentando suavização aparente das declividades médias dos morros, maior

abrangência dos terraços e presença de vários afluentes significativos do Rio Ribeira como o Jacupiranga e Juquiá e onde situam-se municípios como Eldorado, Sete Barras, Juquiá, Jacupiranga e Registro. A região do Baixo Ribeira já se constitui por terras mais planas e inundáveis, onde o rio desce em meandros, desembocando na região litorânea nas proximidades de Iguape. Em sua fachada litorânea há extensas planícies fluvio-marinhas que integram Bacia do Ribeira na porção onde a Serra do Mar se afasta do litoral, sendo marcada por um “cordão” de ilhas insulares, entre elas Iguape, Cananéia, Comprida, Ilha do Cardoso (Besnard, 1950).

A região do Médio Ribeira é marcada por transição morfológica entre as Serranias e Planícies, apresentando suavização aparente das declividades médias dos morros, maior abrangência dos terraços e presença de vários afluentes significativos do Rio Ribeira como o Jacupiranga e Juquiá e onde situam-se municípios como Eldorado, Sete Barras, Juquiá, Jacupiranga e Registro. A região do Baixo Ribeira já se constitui por terras mais planas e inundáveis, onde o rio desce em meandros, desembocando na região litorânea nas proximidades de Iguape. Em sua fachada litorânea há extensas planícies fluvio-marinhas que integram bacia do Ribeira na porção onde a Serra do Mar se afasta do litoral, sendo marcada por um “cordão” de ilhas insulares, entre elas Iguape, Cananéia, Comprida, Ilha do Cardoso (Besnard, 1950).

São, portanto, mais de 90 quilômetros de extensão em continuidade do litoral, sendo ele recortado por baías, deltas e estuários de rios. Na fachada atingida diretamente pela ação marinha é marcada pela presença de inúmeros costões rochosos e ilhas continentais como a Ilha do Bom Abrigo e Ilha do Castilho (ambas possíveis de serem avistadas da Ilha do Cardoso).

Em relação ao histórico de ocupação, conforme Gouveia (2010) o Vale do Ribeira constitui hoje uma das áreas de menor densidade de ocupação, e maior carência de infraestrutura de todo o estado, entretanto sua porção inferior configura o primeiro local por onde os colonizadores do estado de São Paulo estabeleceram seus núcleos e, também, por onde conseguiram efetuar as primeiras penetrações para o interior do continente.

Foi através do Vale do Ribeira que os primeiros colonizadores europeus (tanto ibéricos quanto espanhóis) constituíram suas rotas de ocupação para o interior do País, na época considerado inabitado. Segundo Diegues (2007, P.13):

Os colonizadores encontraram povos nativos de origem Tupi, precedidos por outros povos que deixaram como herança um grande número de sítios arqueológicos (os sambaquis, constituídos de cascas de moluscos e resquícios de peixes). A contribuição dos povos indígenas foi essencial para

a constituição dos falares locais, dos nomes de acidentes geográficos, de fauna, flora e de instrumentos para a caça, para a produção de farinha de mandioca e para a pesca.

A própria Ilha do Cardoso demonstra haver registros de comunidades tradicionais desde 1502 (data anterior à criação oficial da Vila de Cananéia), pois há um marco do tratado de Tordesilhas na praia de Itacuruçá, em frente à ilha do Bom Abrigo, esta por sua vez, recebeu em 1531, Martim Afonso de Souza, que ancorou seus navios onde deixou um marco expedicionário. E nesse contexto de povoamento, Iguape e Cananéia foram de suma importância, visto seu ponto estratégico de fachada litorânea.

A exploração do ouro como forte atividade econômica entre os séculos XVII e XVIII e o resultado desse ciclo minerador foi o início do povoamento da área que seguiu o rio Ribeira e seus afluentes, constituindo núcleos populacionais em Iguape, Apiaí, Iporanga, Eldorado, por exemplo. É importante a ressalva que esse ciclo do ouro foi considerado relativamente curto, promovendo com seu declínio, estagnação econômica na região num primeiro momento.

Ainda em relação às atividades econômicas, no litoral sul, principalmente em Iguape e Cananéia, seguiu-se o ciclo da construção naval, e a partir de 1711, as primeiras embarcações usadas na navegação de cabotagem, levando os produtos da lavoura para vários portos da costa e mesmo para Portugal. Até hoje, a tradição de construção de embarcações navais continua em Cananéia. A partir do século XVIII, a região se especializou na produção agrícola, com a exportação de farinha de mandioca, arroz, cana de açúcar e peixe, para os portos do Rio de Janeiro, Santos, Santa Catarina e Rio Grande (RS). Quando a Metrópole na época proibiu o comércio com outras cidades, com exceção de Santos, já no final do séc. XVIII, a produção agrícola foi abandonada e houve fome na região (Diegues, 2007).

A produção agrícola somente foi retomada de fato em meados do século XIX quando a monocultura do arroz atingiu seu auge, intensificando o comércio naval com vários portos brasileiros e até com a Bacia do Rio Prata. Em 1836 Cananéia e Iguape respondiam por quase 90% dos engenhos de arroz, em toda a província de São Paulo. O desenvolvimento dessa indústria naval foi a primeira consequência advinda das estratégias para o escoamento da produção agrícola, que trouxe ainda uma segunda consequência para o Vale do Ribeira, conforme colocado por Gouveia (2010, p. 85):

[...] a segunda, mais nociva por afetar de forma determinante o passado recente da região, foi a abertura do canal do Vale Grande, em 1850. Tal obra tinha por finalidade facilitar o escoamento da produção de arroz em direção ao porto de Iguape, encurtando o percurso em alguns quilômetros e evitando a navegação por pequeno trecho do Mar Pequeno. Entretanto, o pequeno

canal (4 metros de origem) aberto em sedimentos flúvio-marinhos da área de restinga, foi rapidamente erodido em suas margens, chegando a atingir 300 metros de largura em meados do século XX. A grande carga de sedimentos transportados resultou no assoreamento do porto de Iguape, impedindo a circulação dos navios de grande calado, necessários para a exportação da produção. Assim, a principal atividade da região foi inviabilizada levando a um novo período de estagnação econômica. Por outro lado, além do assoreamento do Mar Pequeno, o maior volume de água doce misturando-se às suas águas levou à redução de sua salinidade e transparência, afetando todos os ecossistemas do complexo estuarino-lagunar.

Em 1925, o número de engenhos de arroz, reduziu-se de forma considerável em Iguape e logo depois em Cananéia. Cabe dizer aqui que questões referentes à produção agrícola, sobretudo no Município de Cananéia, serão posteriormente mencionadas neste trabalho, constatando também o papel da Ilha do Cardoso nesses processos produtivos.

Outras atividades econômicas foram posteriormente desenvolvidas no Vale do Ribeira, como o cultivo de culturas, como o café, ainda assim, não foram suficientes para criar um histórico de desenvolvimento econômico sólido na região, permanecendo então, até os dias atuais, como a mais carente do estado. É importante ressaltar que foi devido ao processo histórico de ocupação do vale do Ribeira e a série de fatores envolvidos, que culminariam hoje na região que apresenta os grandes remanescentes de fragmentos florestais de Mata Atlântica, os últimos mananciais com qualidade e quantidade significativa, além da maior biodiversidade do estado (Gouveia, 2010).

É, portanto, no Vale do Ribeira, onde se concentra o maior número de Unidades de Conservação do Estado de São Paulo. Em 1998, recebeu o título da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como Patrimônio Histórico e Ambiental da Humanidade, além disso, a região também integra as Áreas Piloto da Reserva da biosfera da Mata Atlântica.

4.1 Os Elementos Físicos e Bióticos da Paisagem do Parque Estadual Ilha do Cardoso Atrelados a uma Perspectiva Geossistêmica

A abordagem dos aspectos que compõem as dinâmicas “naturais” dos elementos físicos e bióticos da paisagem presentes no PEIC é de grande importância quando atentamos para o fato que o primeiro conjunto de critérios levados em consideração para a criação de UCs tem como finalidade resguardar os atributos físicos e bióticos advindos da biodiversidade

existente no interior dessas áreas em sua totalidade. Portanto, sob a ótica das políticas ambientais de conservação, que estabelecem os critérios para criação das áreas protegidas, o potencial geocológico constituinte das mesmas, é um dos pontos fundamentais de interesse para a conservação.

A localização da Ilha do Cardoso dentro da região Lagunar, descrita por Besnard (1950) marca o limite sudoeste. Sua divisão morfológica reflete a própria compartimentação geral do litoral sul, dividida entre complexo de Serranias Centrais e as Planícies Costeiras (Almeida, 1964). Em síntese em relação aos principais processos morfodinâmicos, cobertura vegetal e geologia dominante, nas Planícies Costeiras, as altimetrias raramente são superiores a 20 metros, as inclinações raramente superiores a 10° e há o predomínio de sedimentos inconsolidados arenosos de origem flúvio-marinha e presença de ecossistemas de Mangue, Restinga Aberta, Baixa e Alta. Nas Serranias, os níveis altimétricos variam predominantemente entre 20 e 700 metros, as inclinações predominam entre 15° e 35°, onde predominam as rochas graníticas e metamórficas de baixo grau e ecossistemas de Mata Atlântica (Cheliz, 2014).

O PEIC está inserido num conjunto de dinâmicas ambientais que compõem o Vale do Ribeira e o Mosaico de Unidades de Conservação, sendo cinco grandes unidades territoriais que definem sistemas ambientais para planejamento e gestão e são denominadas por Ross (2009), como: 1- Sistema ambiental da planície costeira Cananéia-Iguape; 2- Sistema ambiental das planícies e terraços fluviais do Ribeira de Iguape; 3- Sistema ambiental das colinas e morros da depressão tectônica do Baixo Ribeira; 4- Sistema ambiental de morros e escarpas das serras do Mar e Pananapiacaba (zonas de unidades de conservação) e 5- Sistema ambiental de morros em superfície de cimeira dos planaltos do alto Ribeira. No mapa 2, constata-se a abrangência destas unidades territoriais e dos sistemas ambientais:

Em relação à Unidade territorial 1- sistema ambiental da planície costeira Cananéia-Iguape, Ross (2009, p.187) discorre que:

Essa unidade possui um caráter peculiar em relação às demais desse conjunto. Ela diferencia-se não somente por suas características físico-naturais, mas, sobretudo, em função de sua morfogênese e dos aspectos da biodiversidade. Faz parte de uma importante região estuarina de grande complexidade biofísica, onde ocorrem os ecossistemas de mangues ao lado das planícies e cordões arenosos marinhos, recortados por planícies fluviais cujos sedimentos marinhos são retrabalhados pelos rios e acrescidos de outros sedimentos procedentes do interior do continente. Recobre os terrenos arenosos depositados pelas fases de transgressão / regressão marinha (transgressão Cananéia e Santos), uma densa cobertura vegetal de mata de porte médio, em grande parte preservada, acompanhada de franjas de vegetação de mangue que ocupam planícies intertidais. Desenvolvem-se

nesses terrenos planos e arenosos, solos preferencialmente da família dos hidromórficos, uma vez que sedimentos arenosos inconsolidados armazenam grande volume d'água, resultando em nível freático extremamente raso. [...]

Ainda segundo o autor, trata-se de uma unidade de grande fragilidade ambiental natural aos processos de ocupação urbana, em função de suas características de relevo plano, assim como solos arenosos e inconsolidados, nível freático próximo à superfície, além de ser rica em biodiversidade e ser um importante berçário para reprodução de inúmeras espécies animais.

Sobre a Unidade territorial- 4 do sistema ambiental de morros e escarpas das serras do Mar e Pananapiacaba, área de abrangência do PEIC, Ross (2009, 188) considera que:

A área que compreende essa unidade, à semelhança da unidade 1, encontra-se bastante preservada das influências antrópicas, apesar da pressão dos avanços da ocupação humana tanto da região da alta bacia do Ribeira, como da parte baixa. Essa unidade estende-se pela faixa montanhosa das serras do Mar, Pananapiacaba e pelo médio rio Ribeira de Iguape, abrangendo terras principalmente do Estado de São Paulo e pequenos trechos do Estado do Paraná [...] A unidade é representada por um vigoroso relevo montanhoso e escarpado, onde os morros apresentam vertentes longas, muito inclinadas, com vales profundos e relativamente estreitos. Os níveis altimétricos variam nas partes baixas nos contatos com a depressão tectônica do baixo Ribeira, em torno dos 100 a 200 m, mas podem atingir 1.000 a 1.100 m nos setores mais altos, principalmente na serra de Pananapiacaba. [...] Do ponto de vista climático é extremamente úmida, com índices pluviométricos anuais variando entre 1.000 e 3.000 mm/a. As chuvas ocorrem o ano todo em função do efeito orográfico e das frequentes entradas de frente frias, sendo junho, julho e agosto os meses mais chuvosos. [...] Neste ambiente montanhoso e chuvoso, desenvolveu-se a floresta tropical atlântica, densa, alta, contínua e extremamente rica em biodiversidade.

Conforme mencionado, é nesse sistema ambiental que se concentram a maior parte das UCs, sobretudo no estado de São Paulo, onde as condições de preservação são bem maiores, a área está quase totalmente delimitada por áreas protegidas, como parques, APAs, reservas e tombamentos do patrimônio natural. Ross (2009) atenta que no âmbito da fragilidade, é uma região sensível não só nos aspectos da biodiversidade, mas também no âmbito dos processos geomorfológicos, pois trata-se de ambiente extremamente propício ao desencadeamento de processos erosivos de todos os tipos, bem como altamente suscetível aos movimentos de massa ou escorregamentos de terra. O autor considera ainda que as características naturais desta unidade territorial de sistema ambiental, indicam que a criação e manutenção de UCs é solução acertada do ponto de vista ambiental.

Em relação à planície marinha, que se encontra na faixa costeira da bacia do Ribeira de Iguape, teve seu desenvolvimento a partir das variações dos níveis marinhos nos últimos

120 mil anos por meio das transgressões e regressões marinhas, amplamente estudadas e divulgadas por Suguio e Tessler (1992). Estes autores consideram quatro os fatores principais na formação das planícies costeiras no Brasil: fontes de areias; correntes de derivas litorâneas; armadilhas para a retenção de sedimentos; e as variações dos níveis do mar, distribuídos em quatro estádios:

Primeiro estágio- durante o máximo da Transgressão Cananéia (120.000 anos AP), o mar deve ter atingido o sopé da serra do Mar, quando foram depositadas as argilas transicionais e marinhas da Formação Cananéia, recobrando a Formação Pariquera-Açu;

Segundo estágio- com o advento da fase regressiva, depósitos de cristais praias foram sedimentados no topo dos depósitos arenosos da Formação Cananéia.

Terceiro Estádio- durante esta fase, o nível marinho esteve mais baixo do que hoje (110m abaixo do nível atual cerca de 18.000 anos AP), quando os rios que drenavam a planície costeira devem ter erodido profundamente os depósitos da Formação Cananéia;

Quarto estágio- no início do último evento transgressivo, o nível do mar subiu rapidamente, tendo ultrapassado o nível atual entre 6.000 e 7.000 anos AP. Desse modo o mar invadiu as áreas rebaixadas pela erosão, formando um extenso terreno plano.

Dessa forma, a Planície Marinha é considerada o império das alternâncias costeiras entre restingas e lagunas, rigidamente orientadas de nordeste para sudeste. Segundo Ab'Saber (2003), na região de Cananéia, após a Ilha Comprida, sucede-se o Mar de Fora de Cananéia (conhecidos popularmente pelas comunidades tradicionais de "mar bravo ou mar revolto"), o Mar de Dentro ou de Cubatão; e por fim, a Restinga Interior, separada da retroterra cristalina por córregos e pelo embrião de laguna do baixo Itapitanguí. Sobre o canal de Trepandé, Ross (op.cit) discorre que as terminações das restingas e as águas das três lagunas vinculam-se a baía de Trepandé, a qual, por sua vez, é a primeira de uma série de baías transversais ao eixo da linha de costa, existentes no Paraná e em partes de Santa Catarina.

Em relação aos aspectos geomorfológicos da Ilha do Cardoso, nos minuciosos estudos de Karman et al (1999, p..26), é realizada uma associação entre os processos geológicos e geomorfológicos em que o relevo da parte metamórfica (norte) da Ilha, é denominado como "Zona de Transição" e a parte granítica (sul) da Ilha, como Domínio dos Morros:

Do ponto de vista geomorfológico, a parte central da ilha é ocupada por um domínio de morros, desenvolvido sobre sienitos, com topos angulosos, vertentes convexas, localmente com anfiteatros associados aos principais cursos d'água, declividades altas e desníveis locais de até 890m. No setor exposto ao mar aberto, ocorrem costões rochosos com amplos terraços de abrasão marinha e grandes matacões com esfoliação esferoidal. As ilhas do Bom Abrigo, Castilhos e do Cambriú, situadas a oeste da Ilha do Cardoso

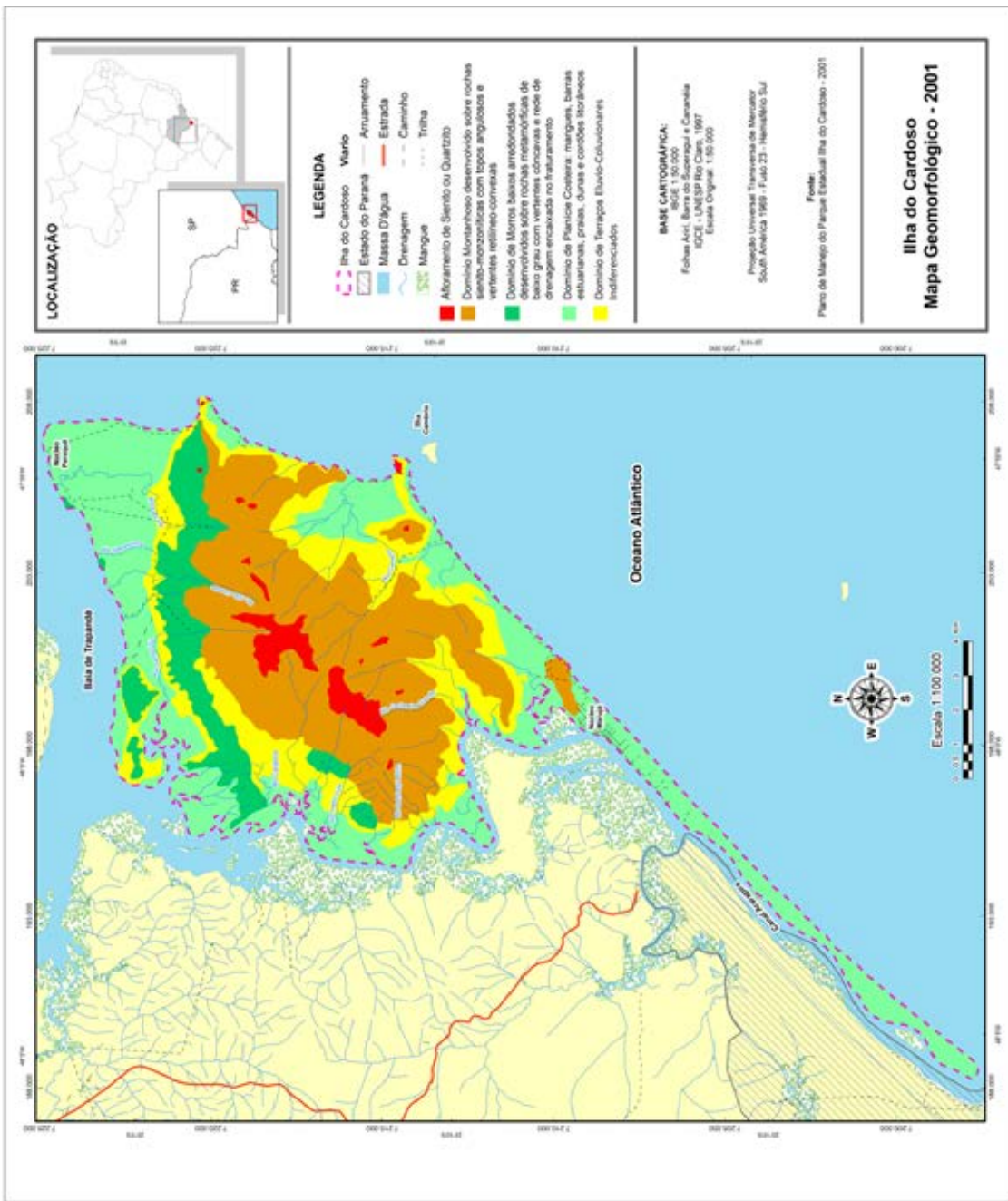
(Fig 1), se inserem neste domínio morfológico. A Ilha do Bom Abrigo, a 3,2km mar adentro na direção E-SE, a partir da Ponta de Itacuruçá, é uma crista de orientação geral NW, atingindo a cota de 130m, com encostas de declividade moderada a forte. A Ilha dos Castilhos situa-se a 11 km a leste, da Praia de Ararapira e tem 500m na direção EW, e largura de 250m. É coberta por blocos e matacões de sienito com esfoliação esferoidal.

Em relação aos aspectos geomorfológicos da Planície Costeira da Ilha do Cardoso, Karman et al (op.cit) considera que o Domínio das Planícies Costeiras são subdivididos em 3 unidades:

A primeira destas subdivisões seria a denominada propriamente como Domínio de Planície Costeiras, constituídos por depósitos correspondentes à maioria das planícies da Ilha. Tais unidades estão associadas a sedimentos holocênicos arenosos e argilosos flúvio-lagunares e de baías e sedimentos de mangue e pântano. Os cursos d'água meandantes da laguna formam barras em pontal mais arenosas, erodindo a margem oposta e depositando grande quantidade de argilas nas suas planícies de inundação com a maré alta, esse processo resulta na sustentação do ecossistema do mangue.

O domínio de Terraços Indiferenciados, onde ocorrem depósitos continentais que incluem sedimentos elúvio-coluviáres de natureza areno-argilosa e depósitos de caráter variado associado às encostas, assim como campos de dunas, ambos, processo resultante do retrabalhamento de sedimentos marinhos, no nordeste da ilha e restinga, podendo recobrir formações marinhas e também formações flúvio-lagunares, de acordo com Karmann et al (op.cit).

No mapa 1, elaborado pelo Plano de Manejo do PEIC – fase 2, são apresentadas as características geomorfológicas da Ilha do Cardoso e suas áreas de abrangência:



Mapa 1: Mapa Geomorfológico da Ilha do Cardoso.
 Fonte: Plano de Manejo do Parque Estadual Ilha do Cardoso, 2001.

Tendo em vista que a vegetação da Ilha do Cardoso está relacionada diretamente com a forma de relevo e níveis de cobertura, em relação aos principais aspectos da vegetação, de acordo com Bernardi et al (2005), na Ilha são identificados sete tipos de vegetação que estão presentes a partir da linha de praia até os topos da região montanhosa.

O primeiro tipo descrito é a vegetação pioneira de dunas, que essencialmente é a vegetação que fixa as elevações de areias nas praias litorâneas brasileiras. Na Ilha do Cardoso esta formação florestal está distribuída principalmente a nordeste da ilha, nas praias entre a Barra de Cananéia e a Ponta do Itacuruçá, e a sudeste entre a Vila de Marujá e a Barra do Ararapira (Noffs e Baptista-Noffs), 1982, citado por Bernardi et al.(op.cit).

Segundo a classificação de Barros (1991) citado por Bernardi et al (op.cit), essa vegetação pioneira é classificada como plantas psamófitas e halófitas, caracterizando-se por serem estaloníferas e rizomatosas. Uma característica importante presente nestas espécies pioneiras diz respeito ao sistema radicular extenso. Essas espécies são capazes de suportar condições extremas, resistentes à insolação e salinidade, em função de serem bem adaptadas. Afastando-se da linha de praia, a vegetação torna-se mais densa e diversificada em função da diminuição da salinidade. (Bernardi op.cit). Segundo tal autor, as principais espécies encontradas de forma significativa são: *Spartina ciliata* (Gramínia), *Iponea pés-caprea* (Convolvulaceae), *Hydrocotyle bonariensis* (Umbelliferae), *Acicarpa spathulata* (Calyceraceae), *Diodia teres* e *Diodia radula* (Rubiaceae).

A vegetação de Restinga cobre a maior parte da planície arenosa da Ilha do Cardoso, as principais regiões abrangidas são a norte-nordeste (restinga do Pereirinha, no núcleo Perequê) e a porção sul-sudeste. A vegetação de restinga apresenta-se como um complexo de diferentes comunidades vegetais que se interpenetram. A Restinga do Pereirinha (núcleo Perequê) é caracterizada por uma vegetação predominantemente florestal, que inclui desde formações arbóreas bastante abertas e baixas, com 4-5 metros de altura, até formações arbóreas fechadas, sombreadas no interior com mais de 15m de altura, onde a cama de húmus e serrapilheira é bastante espessa. (Bernardi et al.,op.cit).

Uma vegetação arbustiva mais baixa na porção baixa pós-praia foi descrita por Barros et al. (1991), dominada por *Dalbergia ecastaphysslum*, *Sophora tomentosa* e *Tibouchina holosericea*. É considerada uma vegetação baixa, que compreende entre 1,0 a 1, 5 m de altura, com indivíduos espaçados ou não entre si, sobre um substrato arenoso. Vegetação essa, que também é denominada de arbustiva ou “scrub”.

Na vegetação de restinga a família que se apresenta em maior número de espécies é a Myrtaceae, onde se destacam: *Myrcia bicarinata*, *Eugenia umbelliflora*, entre outras. Contudo, as famílias Guttiferae, Bromeliaceae e Ericaceae apresentam-se de forma significativa também. Conforme Bernardi et al., (2003, p.13):

As características fisionômicas da comunidade que compõe a vegetação de restinga estão relacionadas com as condições ambientais da área, notadamente as edáficas. As condições limitantes do solo refletem-se na vegetação, que apresenta escleromorfismo, nanismo e sistema radicular superficial. O componente arbóreo apresenta pequena complexidade estrutural e diversidade baixa, com um número pequeno de espécies representado por muitos indivíduos.

Para De Grande & Lopes (1981), outro tipo de formação florestal presente na Ilha do Cardoso, é a Floresta Tropical Pluvial, cuja formação está relacionada a uma vegetação “intermediária” em termos fisionômicos e é diretamente condicionada pelo estágio de desenvolvimento do solo. Normalmente sua ocorrência se dá em zonas de transição restinga-floresta e apresenta a vegetação arbórea constituída por espécies típicas, sendo estas tanto de restinga, como também de floresta de encosta. A transição da restinga para a floresta é gradativa e caracterizada pelo desaparecimento da vegetação de cobertura do solo, ao mesmo tempo em que a camada de serrapilheira torna-se mais espessa e há uma regressão das características xerofíticas.

Nas faixas de transição aqui apresentadas, é frequente a presença de *Podocarpus sellowii* e *Clethra scabra*. Já as espécies de *Heliconia velloziana* e *Calathea longibracteata* são mais encontradas nos estratos arbustivos e arbóreos. O estrato arbóreo superior, por sua vez, pode atingir até 20 metros de altura.

Cerca de 70% da vegetação da Ilha é constituída pela Floresta Tropical Fluvial de Encosta. Segundo Bernardi et al (op.cit), esse tipo de vegetação é constituído por três estratos: o superior com 25-30 metros de altura, o médio com 10-12 metros e o inferior (sub-bosque) com menos de 2 metros. A Floresta Pluvial Tropical cobre as encostas e topos mais baixos do maciço montanhoso central, assim como os morros isolados.

Segundo Giulietti et al. (1983) e Bernardi (2003), não ocorre uma uniformidade na cobertura florestal do maciço montanhoso central da ilha. Tais autores apontam ainda que esta variação na composição das espécies e na estrutura florestal das encostas é devida às variações de umidade, de tipos de solo e, em especial, à variação na temperatura, ao longo do gradiente de altitude. Estas variações ocorrem também em função da umidade vinda do oceano, assim como a declividade do terreno não permite que o dossel filtre completamente a luz solar, favorecendo a presença de muitas epífitas e espécies do estrato sub-bosque.

Portanto, as variações estruturais muito grandes estão presentes nessa formação. A distribuição vertical das alturas das copas das árvores é contínua, atinge até 10m com maior densidade, que diminui gradativamente até as emergentes que podem alcançar até 35m.

Nos topos montanhosos da Ilha do Cardoso, também ocorrem a formação arbustiva, presentes nos picos dos morros da Ilha e apresentam mudanças significativas na composição florística e fisionômica em comparação à floresta pluvial tropical de encosta. Bem como ocorre a diminuição acentuada da altura dos indivíduos e também o número de epífitas. Nos pontos mais altos da encosta ocorrem de forma mais significativa as espécies *Leandra quinquedentata*, *Nidularia bolbergioides* e *Fuchsia regia*. Essa formação é típica de uma vegetação de região mais seca, devido aos ventos fortes que diminuem a umidade e por receberem água somente das chuvas que caem diretamente nessas porções de topo.

Porém, a formação arbórea presente é sempre mais baixa, apresentando um estrato inferior bem desenvolvido, de forma que as epífitas diminuem de forma considerável e a vegetação herbácea torna-se dominante. Bernardi et al (op.cit) coloca que em locais onde a ação do vento é parcialmente interrompida, um maior número de espécies que alcançam cerca de 2 metros de altura, composto de elementos florísticos típicos da restinga (Bernardi et al., 2003).

Na Ilha do Cardoso é encontrada ainda a vegetação secundária. Essa formação se deu devido às atividades agrícolas que eram desenvolvidas na Ilha desde o século XVIII. Em função da Ilha ser decretada Parque Estadual, na década de 1960, ocorreu um abandono das áreas de cultivo, culminando num processo de auto-regeneração e sucessão florestal destas áreas da Ilha. As espécies *Cecropia pachystachia* e *Senna multijuga* caracterizam essas áreas de vegetação secundária.

Já a vegetação de Mangue constitui uma importante formação na Ilha. Essa vegetação cobre os sedimentos finos e lodosos da planície litorânea encontrados na foz dos rios e ao longo do canal de Ararapira, constituindo portanto, os manguezais. De acordo com Schaeffer-Novelli (1987) e Bernardi et al (op.cit), os mangues da Ilha do Cardoso apresentam padrão idêntico aos demais mangues da costa brasileira. Em termos ecológicos,

Os mangues caracterizam-se pela presença de substrato constituído por sedimentos não consolidados, permanentemente inundado, pobre em oxigênio e rico em matéria orgânica. As espécies vegetais adaptadas a essas condições extremas são poucas, e se repetem por todo o litoral brasileiro. As espécies encontradas na Ilha são a *Rhizophora mangle* (Rhizophoraceae), com características raízes escora, *Laguncularia racemosa* (Combretaceae) e *Avicennia schaueriana* (Verbenaceae). Nas bordas dos manguezais, por sua vez ocorrem comumente *Hibiscos pernambucensis* (Malvaceae) e *Sparina ciliata* (Gramineae).

Em suma, os tipos de formações vegetais aqui descritos e que ocorrem na Ilha do Cardoso, representam uma amostra em escala reduzida de todos os tipos de vegetação ocorrentes na costa atlântica do Brasil.

Fazendo agora algumas considerações sobre a abordagem aqui apresentada em relação às dinâmicas dos elementos físicos e bióticos da paisagem que configuram o PEIC, é possível chegar à constatação de que o potencial geocológico inserido no contexto dos geocomplexos existentes é consideravelmente conservado, primeiro pela própria condição da Ilha enquanto Unidade de Conservação. Isto não significa que áreas específicas não tenham sofrido influências antrópicas de forma nociva, como por exemplo, as ações de especulação imobiliária e turismo desordenado entre o período que sucedeu a criação do parque e ainda posteriormente, porém, o manejo apropriado realizado durante gerações foi fundamental para a conservação da biodiversidade existente atualmente.

O potencial geocológico das UCs é alvo de diferentes aspirações e racionalidades sobre quais projetos poderiam ser destinados ao seu uso. Os diferentes projetos dos atores presentes nas UCs também podem ser divergentes da racionalização que outros atores (como veranistas, turistas, agentes de especulação imobiliária em áreas protegidas), possuem sobre quais usos e finalidades deveriam ser destinadas ao potencial geocológico dessas áreas.

Sabemos que o geossistema originalmente, tem suas dinâmicas atuantes *a priori* da ação humana, isto é, a fonte (*source*) conforme sustentado por Georges Bertrand (2009). Desse modo, não nos detivemos a abordar aqui todos os aspectos das dinâmicas dos sistemas ambientais que constituem os elementos físicos e bióticos da paisagem da Ilha, visto que se torna imprescindível a abordagem dos fenômenos em sua complexidade e seu conjunto de fatores indissociáveis (aspectos naturais, históricos, sociais, econômicos e as representações culturais) atuantes no PEIC.

Por isso, serão abordadas essas reflexões a respeito desse conjunto de fatores, retomando as discussões acerca dos diferentes atores e seus olhares sobre a Ilha, visto a necessidade de tratar essas questões num intercruzamento que possibilite uma análise que vá além da abordagem geossistêmica do PEIC, sendo essencial, contemplar junto a essa, as perspectivas territoriais e paisagísticas que configuram as dinâmicas socioambientais desta UC, ressaltando então, o motivo da escolha do modelo GTP como possibilidade de análise integrada sobre as dinâmicas socioambientais do Parque.

4.2 O Processo de Institucionalização do PEIC e seus Desdobramentos.

O histórico de ocupação da Ilha do Cardoso data de cerca de 6.000 anos AP. Mendonça (2000) aponta que os registros históricos deixados pelo homem, em função do imenso número de sambaquis encontrados, sugerem a ocupação da ilha do Cardoso por grupos caçadores-coletores, alguns datados de cerca de 6.000 AP. Outro período histórico de ocupação na ilha está registrado na colonização portuguesa no litoral brasileiro.

A posse das terras da Ilha do Cardoso pelos europeus teve início nos primórdios do século XVI com a chegada dos portugueses e espanhóis à América do Sul. Existem documentos oficiais sobre o parcelamento da ilha para moradores, a partir do século XVIII, embora sua ocupação tenha ocorrido desde a vinda do Bacharel, Mestre Cosme Fernandes, à região de Cananéia.

Almeida (1946) refere-se a uma Escritura lavrada nas Notas do Tabelião da Vila de Cananéia em 23/12/1701, que dispões sobre a permuta de terras que se fizeram, de um lado o padre vigário, Manoel de Lara Costa que entregou suas terras do Continente em troca de outras “*que temos na Ilha do Marco, adonde chamão terras do Cardozo, terras que forão do dito Domingos Cardozo, nosso avô*”, as quais lhe largamos pela dita troca”. Tendo como assinantes, o Escrivão Anastasio Alves, Antônio Medeiros, Luiz Fernando Castelo Branco e Pedro Medina Cardoso.

A história de criação do Parque Estadual Ilha do Cardoso teve sua origem da solicitação e empenho do pesquisador e professor da USP, Paulo Duarte, cuja preocupação com o fenômeno de especulação imobiliária no PEIC na década de 1950 em diante, geraram condições de transformar a Ilha do Cardoso na primeira área insular especialmente protegida do Estado de São Paulo (Mendonça, 2000). O processo de forte especulação imobiliária a que se referia o Professor à época, teve seu processo de implantação no Núcleo Maruja da Ilha do Cardoso. Nas figuras 1 e 2 encontram-se dois exemplos de propaganda do Loteamento em questão:

Realizando as aspirações dos que apreciam as
prazeres e alegrias da vida praziosa, em ambientes
onde a exuberante beleza natural se alia a uma
completa tranquilidade. - S.L.U. Três Coroas Ltda, longe
do Parque Balneário Marujá, loteamento modelo, em
fase de urbanização. Será difícil encontrar outro recanto
de nossa litoral que reúna tantos atrativos e
proporções tão saudáveis. Oferece, ainda,
facilidades para a construção de sua casa de praia,
existindo no local uma cerâmica, em produção.
Captação de águas de fontes naturais com
encanamentos e luz elétrica. Está em construção o Grande
Hotel Clube de Pesca, dotado de toda a conforto.

LOTEAMENTO
Parque Balneário
MARUJÁ
"ILHA DO CARDOSO"

ADQUIRA O SEU
TERRENO NESSE MARAVILHOSO RECANTO
a longo prazo e em suaves prestações mensais

Figura 1: Folder de Propaganda e divulgação do Loteamento no Núcleo Maruja.
Fonte: Gadelha, 2008.

Na figura 1, a nota de divulgação da propaganda do Loteamento diz: “Realizando as aspirações dos que apreciam os prazeres e alegrias da vida praiana, em ambientes onde a extasiante beleza se afilia a uma completa tranquilidade” - S.I.U Três Coroas Ltda. Lança o Parque Balneária Marujá, loteamento modelo, em fase de urbanização. Será difícil encontrar outro recanto de nosso litoral que reúna tantos atrativos e proporcione tão sadias emoções. Oferece, ainda, facilidades para a construção de sua casa de praia, existindo no local uma cerâmica, em produção, captação de águas das fontes naturais com encanamento. Está em construção o Grande Hotel Clube de Pesca, dotado de todo o conforto” (S.I.U. Três Coroas Ltda, 1956 citado por Gadelha, 2008).

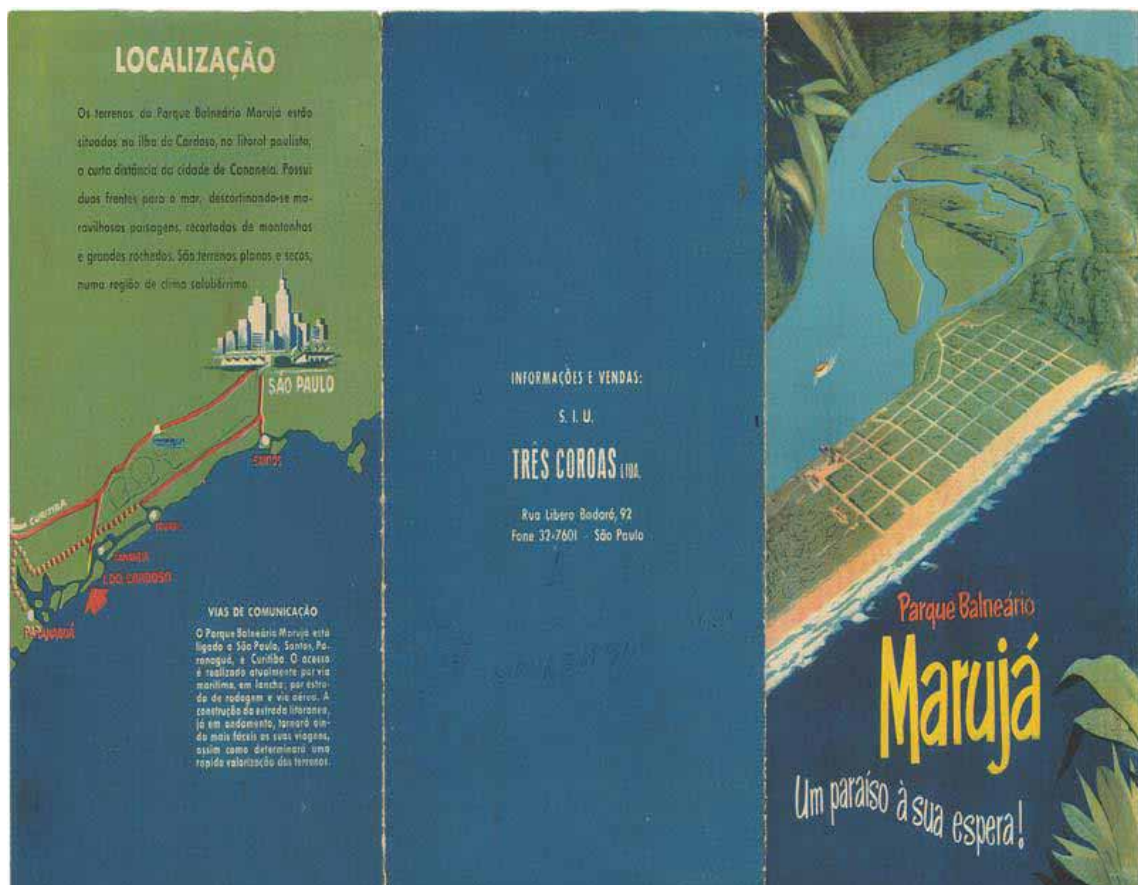


Figura 2: Folder de Propaganda e divulgação do Loteamento no Núcleo Marujá. Fonte: Gadelha, 2008.

A Ilha do Cardoso teve sua criação como Parque Estadual através do Decreto Estadual nº 40.319/62. Em 1962, mesmo diante da dúvida iminente quanto à “dominialidade” das terras da Ilha, posto o histórico confuso da situação fundiária dos moradores, havendo desde posseiros, veranistas até de fato as famílias de comunidades tradicionais que há gerações lá viviam- foi criado pelo Estado de São Paulo, autorizado pelo Código Florestal de

1934, artigo 10, parágrafo único, o PEIC: consagrando a preservação das qualidades insuperáveis que a Ilha do Cardoso ostenta, para as atuais e futuras gerações. Através do Decreto Estadual nº 40.319, de julho de 62, com ausência do Governo Federal, ficando destinada ao Serviço Florestal do Estado de São Paulo (à época) a guarda do Parque, enquanto os estudos referentes à situação dominial das terras da Ilha eram feitos.

Com a criação do Parque, começaram a surgir a partir das políticas restritivas, as limitações de uso do solo, inclusive, para fins de agricultura extensiva. Com isso, grande número de pequenos agricultores, considerados populações tradicionais de sitiantes-lavradores (Gadelha, 2008), foram obrigados a procurar outras áreas, fora da Ilha, para viverem. Permaneceram na Ilha as populações tradicionais caiçaras, sendo as famílias que se dedicavam à pesca e além dessas populações, os grupos abastados que adquiriram terras na Ilha através do referido Loteamento advindos do processo de especulação imobiliária.

Conforme apontado, um tema recorrente das populações tradicionais que reivindicam seus direitos no Vale do Ribeira, é o de que as unidades de conservação foram implantadas em locais onde se sabia da existência dos moradores. Pessoas e famílias como um todo, que, tornaram-se “invisíveis” para os atores envolvidos com a escolha e implantação de tais unidades. As restrições impostas pela política ambiental, mesmo quando a unidade de conservação é menos restritiva, limitara o acesso a terras para o roçado, o extrativismo para complementação alimentar e confecção de artefatos de trabalho, assim como bens de utilidade doméstica.

Gadelha (2008) realizou um trabalho etnográfico minucioso sobre o histórico de desapropriação dos moradores do PEIC quando ocorreu sua implantação. Esse processo ficou popularmente conhecido como “expulsão dos Roceiros da Ilha do Cardoso”, visto a quantidade de moradores que deixou o Parque, sobretudo devido à ação truculenta da Polícia Florestal da época comandada pelo Governo do estado de São Paulo. A referida autora aborda em seu trabalho que os “Roceiros” como são conhecidos, na verdade eram sitiantes⁸ configurados como populações tradicionais, pois estavam no Parque há gerações e a maior parte deles, eram considerados comunidades que além de caiçaras que se dedicavam à agricultura, se constituíam por outros grupos vindos da Região Sul (principalmente) e que ali viviam.

⁸ Gadelha (2008), define que os roceiros da Ilha do Cardoso, são considerados sitiantes, que é todo o pequeno produtor rural que, responsável pela lavoura, trabalha direta e pessoalmente a terra com a ajuda de sua família”, com produção preponderantemente “policultura”, proprietário ou não do sítio em que mora. Esta é a base da definição do sitiante paulista.

Essas comunidades que viviam em seus sítios na Ilha eram divididas entre lavradores- pescadores e famílias com características de camponeses. De acordo com a autora, nas diversas entrevistas que realizou com as famílias de sitiantes que deixaram a Ilha e também com os moradores tradicionais que vivem ali ainda e que hoje se dividem mais entre os grupos que se dedicavam à pesca e os que se dedicavam à agricultura, sobre o período desse processo de desapropriação dos sitiantes:

Ninguém soube estabelecer precisamente o recorte temporal do processo de *perseguição*. A década de 1960 é, certamente, um marco, pois foi quando “*entrou o meio ambiente*” na Ilha. Calculando a relação “idade atual do entrevistado - idade que tinha quando saiu do sítio”, acredito que seja realmente a década de 1960 e início da década de 70 o período em que ocorreu uma fiscalização mais sistemática e violenta sobre os moradores da Ilha do Cardoso.

Embora cada família tenha respondido à *perseguição* de forma diferenciada, pois algumas saíram imediatamente à pressão e, outras, resistiram longamente, apesar das restrições e da fiscalização, é certo que houve um esvaziamento da Ilha durante aquele período, a não ser pela resistência heroica de uma única família, ainda hoje moradora no sítio Santa Cruz, e o lado do Marujá, que já constituía a época um pequeno pólo turístico.

Posteriormente, algumas famílias retornaram, respeitando a legislação ambiental e dedicando-se a atividade pesqueira, que possui sua própria legislação disciplinadora e independente da do Parque. (Gadelha, 2008,p.124)

A autora ainda atenta que algumas pessoas lembram que à época houve um levantamento dos moradores da Ilha. Quinhentos é o número que está na memória destas pessoas, mas elas não sabem precisar se esta cifra representava o número de pessoas ou o número de famílias ali residentes:

Para alguns a cifra refere-se ao número de famílias. Quantidade que parece fazer sentido uma vez que, em 1993, a prefeitura de Cananéia forneceu-me as seguintes cifras quanto aos bairros/logradouros do município e relativas ao número das casas e de moradores dos logradouros da Ilha do Cardoso: Marujá, 58 casas e 174 moradores; Enseada da Baleia e Pontal do Leste, 43 casas e 129 moradores; Praia do Laje, 24 casas e 72 moradores, Costão do Andrade, 20 casas e 60 moradores e Itacuruça/Camboriú, 13 casas e 39 moradores. Se os sitiantes que deixaram o parque consideram que a Ilha está esvaziada hoje esvaziada se comparada com o *tempo do sítio*, podemos considerar que quinhentos aproxima-se efetivamente do número de famílias moradoras naquele tempo. Os relatos desse período, constataam que da proibição advinda da desapropriação da Ilha do Cardoso, transformada em Parque, a explicitação desses sitiantes em relação ao que teriam sido proibidos, surgiu o entendimento de ser o motivo, o impedimento do trabalho na terra, a lavoura, o sentido maior da *perseguição* do “*Florestal*” em suas vidas. Descrever a atuação do guarda-florestal não explica o sentimento de violência, se não se entender que o “*Florestal*” não atuava proibitivamente sobre o acesso a coisas físicas e materiais, mas sobre relações simbólicas e sociais.

Nos relatos dos sitiantes que deixaram o Parque (no trabalho de Gadelha) e que se concentram no município de Cananeia – uma grande parte, fora as várias famílias que se mudaram para outros municípios do estado - quando interrogados sobre o que aconteceu quando a Ilha foi transformada em Parque, os entrevistados declaram que foram *proibidos de trabalhar* e eles seguem relatando a forma de *perseguição* que sofreram pelo agente da desapropriação: o “*Florestal*”. Embora descrevam as diversas facetas da fiscalização, tais como adentrar as casas para averiguar se havia caça nas panelas, estragar a golpes de facão o tronco destinado à confecção de uma canoa, fazer ronda dia e noite em torno dos sítios, os relatos concentram - se basicamente na fiscalização efetuada sobre o trabalho, um trabalho camponês tradicional: derrubada, queimada, roçado, colheita, etc. Todos os entrevistados especificam que abandonaram no sítio quando, vencidos pelo “*Florestal*”, de lá “*correram*”.

Durante as entrevistas no segundo trabalho de campo realizado entre os meses de novembro e dezembro de 2013, quando questionados sobre o processo de desapropriação dos sitiantes, todas as famílias entrevistadas corroboraram com depoimentos como os colocados anteriormente pelo trabalho de Gadelha. Relatando que além da truculência e do fato de tantas famílias de sitiantes, muitas delas seus parentes inclusive, terem deixado o Parque “vencidas pelo cansaço e pela violência dos Florestais” e que acreditam que as dificuldades de permanecerem no Parque atualmente, ocorrem também por essa estratégia, no sentido de “proibir e dificultar quase tudo, talvez pra gente ser vencido pelo cansaço também e deixar o parque”.

A desapropriação do Parque desalojou as famílias de seus sítios. Mas a relação família-sítio permanece viva ainda hoje, embora as famílias estejam impossibilitadas de cultivar a terra e explorar o meio. Assim, a Ilha do Cardoso está recortada por diversos sítios, dispostos quase todos à sua volta e parte deles no interior, seguindo os principais rios, formando como se fosse um anel em torno da Serra. (Gadelha, op.cit)

Na pesquisa da referida autora, em entrevista com um conhecido morador tradicional da Ilha, Romeu Mario Rodrigues (seu Romeu, cuja família também deixou o Parque devido às restrições impostas) , funcionário aposentado do Centro de Pesquisas Aplicadas de Recursos Naturais da Ilha do Cardoso- CEPARNIC, ele fornece a localização aproximada e os nomes de 27 sítios que sua memória alcançou (Figura 3): Pereirinha, Paneminha, Grande, Salvaterra, Santa Cruz, Andrade, Tajuva, Canudal, Fazenda, Trapandé, Morrete, Jacariú, Barreiro, Pedro Luiz, Sambaqui Mirim, Cachoeirinha, Boepeva, Cachoeira Grande, Tapera, Marujá (antiga Praia do Meio), Enseada da Baleia, Pontal do Leste, Morretinho, Laje, Camboriú, Ipanema e

Itacuruçá. Ao longo da pesquisa fui anotando outros nomes de sítios: Limoeiro, Pirizal, Cardoso, Ilha da Casca, Morete, Barreiro Grande, Barreirinho, Saco. Além desses sítios, outros são abordados no trabalho desta autora.

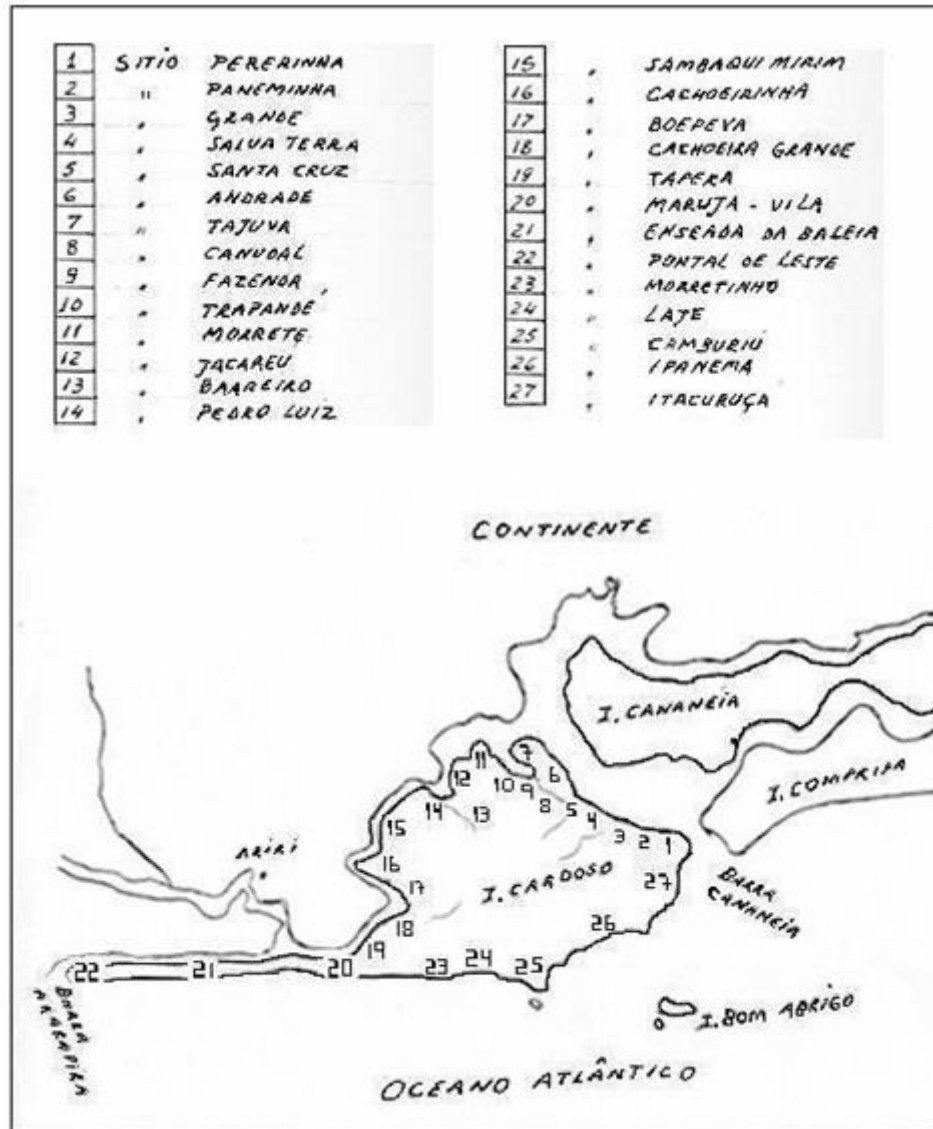


Figura 3: Mapa dos sítios da Ilha do Cardoso à época de sua criação.
Fonte: Gadelha, 2008.

Através da figura 3, é possível se ter uma noção da configuração territorial de ocupação da Ilha quando foi decretada Parque Estadual.

Ao falar das formas de organização dos sítiantes na Ilha e os impactos após a implantação do Parque, Gadelha (op.cit) coloca que a ordem moral que constitui a campesinidade, expressa pela interdependência entre as categorias culturais “terra”, “trabalho”, “família”, “respeito”, entre outras, alicerçada como um contrato social entre homens e natureza pelo espírito da reciprocidade, foi parcialmente corrompida ou

interrompida pela implantação das unidades de conservação. A cultura dos lavradores-pescadores da Ilha do Cardoso representava para eles a reprodução de uma ancestral relação com a terra enquanto patrimônio do trabalho familiar, reprodutora de códigos genéticos e códigos culturais.

O problema da legislação ambiental, restritiva quanto à derrubada e abertura de roças, já vinha sendo apontada na literatura como uma das causas da passagem dos pescadores-lavradores à pesca exclusiva.

A auto-suficiência do *tempo dos roçados e das atividades agrícolas* da Ilha do Cardoso não se restringe, à capacidade físico-biológica do *locus* na realização da produção (que gera a fartura), a terra como fator de produção. Ela gera a constituição dos tempos e espaços sociais e, estando esta constituição na dependência do princípio da troca (da reciprocidade), então, o auto-suficiência é e está na cultura. Ou seja, dito de outra forma, a “*fartura dos mutirões*” é uma representação do ideal de auto-suficiência de cada grupo doméstico. Porém, as atividades agrícolas, eram consideradas mais do que apenas a somatória de vários grupos domésticos e seus costumes, constituindo-se como um constructo cultural, a “*fartura*” (que era tida como “*tudo*” para os moradores *sitiantes*) simboliza o *tempo do sítio*, um modo de vida, uma cultura, uma história. E mais, há algo que precede a fartura e constrói a sua existência, como o trabalho, que não é individualizado, que é coletivo (no derrubar, no plantar, no colher e no comer). Vê-se, portanto, ante a variação dos temas, tem-se a mesma mensagem: *proibido trabalhar* significa o fim de um modo de vida. (Gadelha, 2008, p.97)

O processo de desapropriação dos *sitiantes* é considerado pelos moradores do PEIC até hoje, um marco na história de suas vidas e de suas famílias sem precedentes, pois se não fosse pelo impacto da desapropriação, que constitui uma nítida ruptura entre um passado e um presente, a memória coletiva dos *sitiantes, de suas famílias*, manteria o fio de continuidade, sem separações entre períodos históricos distintos, estabelecidos anteriormente à criação da Unidade e após esta.

Também entre as décadas de 1960 e 1980, o turismo e a especulação imobiliária passaram a exercer uma violenta pressão sobre as terras das comunidades caiçaras, principalmente em função do potencial turístico do local. A criação do parque proibiu a venda de propriedades para a categoria que constituem turistas e veranistas. Em 1972, a Fazenda do Estado de São Paulo, ajuizou a ação discriminatória na área do PEIC, objetivando separar as terras devolutas das eventuais terras particulares existentes.

Muitos moradores que acabaram cedendo a essa especulação, por se sentirem pressionados ou temendo represálias venderam seus lotes, conseqüentemente perderam o direito de permanecerem no parque e tiveram suas casas demolidas ao longo dos anos. Além

da ameaça iminente pela especulação imobiliária na época, a ação intimidadora da Polícia Florestal junto ao Instituto Florestal responsável pela direção e gestão do PEIC na época, configurou um quadro de caos e desinformação das comunidades caiçaras, acelerando o processo de migração das mesmas. Muitas famílias saíram do Parque e nunca foram indenizadas pelo fato. Essa condição ocasionada no PEIC também se verificava em várias outras partes do Vale do Ribeira, segundo Diegues (1996, p.11):

A transformação de parte considerável das comunidades tradicionais em UCs de proteção integral continuou promovendo consequências graves no modo de vida das populações caiçaras. No início, algumas dessas áreas conseguiram frear até certo ponto a especulação imobiliária, mas depois, com a proibição de fazer roça, tirar madeira para canoas, moradia, instrumentos de trabalho, reformar as moradias e escolas, essas comunidades tradicionais tiveram seus direitos civis seriamente ameaçados e em vários casos, violados. Não tendo documento de propriedade, foram consideradas posseiros e obrigadas a deixar seus territórios (sem direito à indenização) para não perecer.

A criação das UCs no Vale do Ribeira não fugiu à regra no PEIC. Quando a criação do Parque ocorreu, foi feita na ausência da participação e ciência das populações tradicionais sobre a criação de políticas restritivas no local em que viviam. Na década de 1980, os veranistas e as populações tradicionais já estavam sobre o impasse de permanecer ou não no Parque e assim como em 1962, faltavam esclarecimentos sobre as condições de permanência. Conforme aponta Ferreira (2001, p.7):

Os conflitos gerados durante o processo de institucionalização das áreas protegidas no Vale do Ribeira podem ser caracterizados em fases. Em sua fase inicial, que abrange o período de meados da década de 1980 até o início da década de 1990 e coincidem com a implantação da maioria das UCs, eles foram intensos. Nesse período os moradores foram tomados de assalto pela ação truculenta da Polícia Florestal e, sem qualquer conhecimento sobre a nova situação legal de suas antigas posses, ou sobre as novas normas restritivas ao uso dos recursos, muitos abandonaram as áreas, ou recuaram a uma situação de clandestinidade frente a um contexto renovado de suspensão de direitos. Antes marginalizados das políticas públicas e do mercado, naquele período, pequenos agricultores familiares, pescadores ligados à pesca em pequena escala, extratores de recursos vegetais e animais, experimentaram no cotidiano a imposição de uma situação de total suspensão de direitos. O impacto desta etapa deixou marcas suficientes para gerar uma onda de revolta e perplexidade naqueles sujeitos

Em 1981, quase vinte anos após a criação do PEIC, a sua situação perante a União não havia sido definida ainda. A União se mostrou contrária à Ação Discriminatória iniciada desde então pelo Estado. Somente em 1992, que o Supremo Tribunal Federal decidiu que a Ilha do Cardoso constituiu-se em bem imóvel da União, e julgou extinta a ação discriminatória de autoria do Estado. Diante disso, decorre que não cabia então ao Estado de

São Paulo reconhecer os direitos eventualmente pretendidos por particulares que possuíam títulos de domínio. Portanto, não cabia ao Estado, a obrigação de indenizar o domínio.

Em 1986, o PEIC foi incluído no Decreto Estadual n° 25.341/86, no Regulamento dos Parques Estaduais Paulistas. Segundo o Art. 1° do presente Decreto, os Parques Estaduais são áreas delimitadas, dotadas de atributos excepcionais, objeto de preservação permanente, submetidas à condição de inalienabilidade e indisponibilidade no seu todo, e destinam-se aos fins científicos, culturais e recreativos. As áreas de Parques Estaduais são intransferíveis e indisponíveis, ou seja, depois da criação da UCs, elas não podem ser transferidas ou disponibilizadas para outras finalidades ou funções diferentes estabelecidas.

Segundo o Plano de Manejo do PEIC, a exemplo de outras UC do litoral paulista, com as restrições impostas às práticas agrícolas pela legislação ambiental e com a crescente demanda do turismo, os Núcleos Marujá, Perequê e Enseada da Baleia, na época, configuravam um cenário de ocupação e turismo desordenados. Sobretudo no Núcleo Marujá, o turismo se consolidou expressivamente.

Na década de 1990, ocorreram várias medidas visando o levantamento das questões fundiárias no Parque. Em relação à ocupação da área, foi deferida pela União ao Estado em 1994, através da portaria n° 139/94, que autorizou a celebração de um contrato de cessão de posse, para fim especial de instituir o PEIC, obedecendo às restrições constantes no documento. O trâmite da ação discriminatória do Estado em oposição à União perdurou até a publicação ainda no mesmo ano, da Portaria Ministerial n°139/94, que autorizou a Fazenda Nacional a ceder para a Fazenda do Estado de São Paulo, as terras da Ilha do Cardoso.

Essa portaria tinha como objetivo implementar o Parque Estadual e previu ser permitida apenas a permanência de ocupantes considerados tradicionais da Ilha. O CONSEMA aprovou então o relatório de proteção Ambiental da Ilha do Cardoso, sendo na época recomendado que “o Plano de Manejo deve contemplar famílias de pescadores na ilha, procurando incorporar suas contribuições à elaboração do próprio plano e atribuindo preferencialmente, funções de manutenção, fiscalização e gerenciamento a eles”. (Rodrigues, 2001).

Essa portaria definiu que caberia ao Estado à responsabilidade de adotar medidas administrativas e judiciais no sentido de não somente retirar os “invasores do parque”, como também evitar novas invasões. Porém, esse ato de cessão de posse foi cancelado no decurso do tempo tanto pela Fazenda Nacional quanto pela Fazenda do Estado. Contudo, nesse mesmo ano, a Delegacia do Patrimônio da União (DPU) publicou informações as quais

mostravam que nenhum morador da área do Parque, tinha título legítimo e tampouco foi concedido aos mesmos aforamentos.

Gadelha (2008, p.132) aponta vários conflitos surgidos desde o período dos Loteamentos nas décadas de 1950 em diante e como se dava a realidade do Parque até a década de 1990:

Nem todas as casas de Marujá são de moradores. Pelo menos metade delas é propriedade de veranistas e está fechada a maior parte do ano, a não ser pelos cuidados dos caseiros, moradores de Marujá. Estas propriedades de veraneio foram adquiridas ainda na década de 1950 e 1960, vendidas por empresa imobiliária na forma de loteamento de terras compradas de antigos moradores. A transformação em Parque em 1962 deu fim ao loteamento, impedindo inclusive a construção de casas nos lotes já adquiridos. Mas não tem podido evitar a ação dos turistas que, muitas vezes a preços irrisórios, convencem o morador tradicional a vender sua casa.

A construção de novas casas é um dos impedimentos da legislação ambiental, e tem dificultado os próprios moradores desejosos de constituir novas famílias. Desta forma, adquirir-se casas de veraneio por meio de compra das casas já existentes passou a ser um dos poucos recursos que o turista dispõe para realizar o seu sonho de possuir uma casa próxima à praia e à natureza. Um outro recurso que tem sido tentado, tanto por turistas quanto por moradores locais é o da construção clandestina, muitas vezes, inclusive, com a casa sendo erguida em poucas horas. Esta situação gera sérias tensões entre moradores e turistas, e grandes dificuldades para a fiscalização do Parque.

Pode-se acrescentar que os embaraços na competência administrativa pela preservação ambiental criam enormes problemas às áreas protegidas. É dessa forma que pode ser entendido o conflito gerado para a Ilha do Cardoso a partir de setembro de 1992, devido a uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de passar para a competência da União o Parque Estadual da Ilha do Cardoso, até então sob jurisdição do Estado de São Paulo.

Em 1996, a União certificou por ofício a inexistência de qualquer aforamento de áreas a terceiros. Porém o acordo que definiu a Ilha como propriedade da União, dá margem à comprovação por terceiros de direitos de propriedade, o que ocasiona, desde um primeiro momento, a situação de dubiedade, que inibiu o Estado de assinar o contrato de cessão nos termos propostos pela União. As inconsistências dos levantamentos fundiários na Ilha se agravaram justamente pelo fato de que, se a finalidade era retirar os muitos veranistas que lá estavam, a finalidade desse acordo veio na contramão do que era proposto, visto que dava aparatos legais para os veranistas questionarem as ações do Estado sobre permanência.

Essa situação fundiária perdurou por tanto tempo, que anos após a criação do SNUC, ainda há pendências e reivindicações de indenizações por terceiros alegando domínio de propriedades particulares na Ilha. Tal situação duvidosa remeteu ao Estado de São Paulo, uma constante perplexidade em relação às eventuais indenizações de propriedades privadas não definidas. Havia em 1999, quatorze ações de desapropriação indireta no PEIC, visando à indenização mais de 6.000ha de terras. Atualmente, ainda há várias ações desse cunho tramitando na justiça em relação aos veranistas que reivindicam direitos de posse na Ilha.

Em relação à ocupação do PEIC, entre as décadas de 1990 e 2000, a população tradicional caiçara ocupava cerca de 5% da extensão total da Ilha. Através da resistência das comunidades, uma parte delas continuou residindo no local, mas o número de comunidades caiçaras diminuiu no parque expressivamente por conta das ações restritivas e arbitrárias que ocorreram ao longo dos anos no contexto da criação do Parque. Segundo Gadelha (2008) o número estimado à época de criação do Parque, era de cerca de 500 famílias de moradores tradicionais, atualmente o número estimado é de 100 famílias em todo o Parque.

O Conselho Gestor da Fundação Florestal que administra o Parque considera que a ocupação no PEIC não possui um caráter homogêneo, variando ao longo do Parque. A área que possui as comunidades mais densamente povoadas é o núcleo Marujá, que contempla 56 famílias e o Perquê, que somados aos núcleos Itacuruçá e Cambriu, somam 30 famílias, a Enseada da Baleia, com 5, Vila Rápida, com 4 famílias e Pontal do Leste com 6 famílias. Os núcleos Marujá, Itacuruçá – Perequê, respectivamente, são os mais expressivos quanto ao oferecimento de atividades turísticas. O núcleo Enseada da Baleia, também promove atividades turísticas ainda que com menor intensidade. Os núcleos Cambriú, Vila Rápida e Pontal do Leste, vivem fundamentalmente da atividade pesqueira.

Segundo Milanelo (1992), até a criação do Parque, a maioria dos moradores sobrevivia da pesca artesanal (redes pequenas, gerival, cerco, redes de espera e lançamento). Sendo a agricultura uma atividade igualmente importante, mas que do ponto de vista de opção como atividade de subsistência dos moradores, os imobilizou no decorrer das décadas de 1960 em diante.

O Referido autor aponta que o principal produto cultivado pelos moradores até a proibição da prática da agricultura era a mandioca, da qual se extrai a farinha d'água. Seu plantio envolvia o plantio de ramas, feito nas leiras (montículos de areia com restos carbonizados das árvores do local além de certa quantidade de húmus da própria floresta), com o desbaste sem destocar as árvores da vegetação natural. Os roçados que os moradores

mantinham e cultivavam nos Núcleos serviam como atividade de subsistência e assim como a pesca, o restante era comercializado, ou servia como produto de troca no município de Cananéia.

No período anterior ao Decreto de criação do PEIC, de 1962, ou ainda ao momento anterior às ações de fiscalização, os moradores cultivavam feijão, arroz, banana, cará e cana de açúcar.

No início da década 1980, as comunidades tradicionais ainda conseguiam organizar mutirões de colheita de arroz principalmente, mas após ameaças constantes de descumprimento da legislação em função da ordem de extinção da atividade agrícola, a partir de meados dos anos 1980 não houve mais tentativas de permanecer com atividades agrícolas mesmo de pequenos “roçados”.

Em trabalho de campo realizado no PEIC, durante as entrevistas com famílias caiçaras entre os Núcleos, é evidente a perplexidade dos mesmos quanto ao engessamento e imobilidade sofridos pelo fato de não terem mais opções de subsistência, além da pesca, que é permitida.

Durante os trabalhos de campo realizados, em relatos de entrevistados (moradores tradicionais caiçaras), era praticamente unânime o pesar pelo distanciamento entre as comunidades e as perdas irreparáveis da cultura e tradição caiçara que se esvaiu ao longo do processo de institucionalização, seja em função das migrações, da proibição das atividades agrícolas que uniam praticamente todas as famílias de cada comunidade para realizar os mutirões de colheita de arroz e outras culturas, com duração de dias e acompanhadas de rodas de músicas e danças tradicionais caiçaras (o fandango, tombado como patrimônio imaterial pelo IPHAN), costumes esses que gradativamente foram se tornando mais raros entre as comunidades.

Conforme apresentando sobre o Vale do Ribeira e suas atividades econômicas, o engessamento das comunidades que habitavam as UCs à época de que foram criadas, se refletiu também nas atividades econômicas desenvolvidas em Cananéia, Iguape e outros municípios. Mendonça (2000) aponta que outros motivos também agravariam a situação dos moradores da Ilha do Cardoso, como os fechamentos do porto de Cananéia e dos armazéns de compra de arroz e mandioca, os preços irrisórios pagos aos produtos cultivados e as dificuldades de transportes de mercadorias.

Segundo um levantamento realizado na década de 1990 por Milanelo (1992), com a imobilização e restrições que os moradores sofreram durante a implantação das ações

restritivas do Estado no PEIC, as principais atividades econômicas que os moradores passaram a desenvolver, se deram nas funções de comerciante, funcionário do comércio, funcionário público, barqueiro, serviço de carretos, operários de obras, pescador, aposentado, do lar e pensionista, de forma que a maioria precisava trabalhar em Cananéia e retornar à Ilha. Como coloca Ferreira (2001, p.14):

O período de implantação das restrições ao uso dos recursos naturais nessas áreas colocou e tornou explícita uma ruptura que vinha sendo produzida nas relações sociais desses grupos: a passagem de uma condição de trabalhadores da terra ou do mar, autônomos ou assalariados, para a condição de moradores de áreas protegidas. Polícia florestal, técnicos e administradores dos parques passaram a lembrar cada sujeito que habitava a área sob sua jurisdição que sua situação de morador estava colocada em questão. As oposições debatidas não se resumiam à permanecer ou sair de suas localidades, mas esta oposição original se desdobrava em atividades permitidas ou proibidas por agentes cuja autoridade não fora construída. Desenvolver o mesmo padrão de produção material passou a representar a opção pela clandestinidade do trabalho ou abandono da área.

Em função das políticas restritivas, a Ilha passou a sofrer com o tráfico de recursos naturais, principalmente o palmito, mas também com o tráfico de animais silvestres e ostras por exemplo. A fiscalização no Parque foi comprometida em função da ausência de moradores que faziam propriamente a fiscalização no interior da Ilha.

Segundo Milanelo (1997, p.79) os principais conflitos ambientais existentes entre a ocupação humana e o Parque eram a caça predatória aliada à falta de vigilância, pesca predatória (arrastão, redes de malha fina, pesca de iríco, redes fechando bocas de rios), coletas de mariscos e ostras e extração predatória de palmito (que por sua vez, ocorre até os dias de hoje, clandestinamente, sendo um dos principais desafios enfrentados pela gestão do parque e pelos moradores) e o autor continua:

Caça de pássaros para o comércio ilegal; turismo desordenado; falta de regularização fundiária na Ilha; falta de logística para a recepção de visitantes (banheiros, centros de informações, embarcações, píer); desconhecimento da população residente no parque bem como a do seu entorno quanto à existência e importância de uma UC; despreparo dos educadores da rede oficial para desenvolverem trabalhos de educação ambiental na ilha; falta de verbas para o desenvolvimento de projetos de extensão rural e outras atividades alternativas; grande burocracia prejudicando o desenvolvimento das atividades na ilha .

Com a saída de centenas de famílias para outros municípios, dezenas de “entradas” da Ilha que eram conhecidas pelos moradores e habitadas por eles, ficaram à deriva (no processo de migração dos moradores. A Ilha é constituída por vários afluentes do Rio Perequê, do Canal Ararapira (por exemplo), propiciando várias rotas de fuga para os

traficantes de Fauna e Flora, que extraem ilegalmente, principalmente palmito e caçam animais como os Porcos do Mato.

Muitos moradores tradicionais relataram durante as entrevistas, que a fiscalização do Conselho Gestor sucumbe à ação dos traficantes, que por sinal é intensa e ocorre principalmente durante a noite. Os guarda-parques, além de serem em número mínimo, trabalham em horários específicos e a fiscalização normalmente não adentra as áreas de mata fechada onde os palmiteiros atuam. Além do mais, dependem muito de denúncias para poderem de fato agir. Segundo moradores, se os encontram nas áreas de mata fechada, ocorrem ameaças por parte dos traficantes, gerando uma situação de risco eminente aos moradores, bem como, configuram quadros de depredação dos recursos naturais do Parque.

Outra questão conflituosa relacionada às restrições dos moradores em relação aos tipos de trabalho, também constatada durante a realização dos trabalhos de campo e pela literatura abordada neste trabalho, diz respeito à hierarquização e burocracia que enfrentam cotidianamente. Segundo moradores, um dos recursos mais utilizados para fazer a estrutura da pesca de cerco, é a *Taquara*, uma determinada espécie de Gramínia presente na Ilha e que ocorre em ciclos sazonais. Logo, a retirada dessa espécie em quantidades pequenas para a confecção dos cercos, não altera seu ciclo reprodutivo, não sendo configurada como depredação.

No entanto, a autorização para a retirada dessa madeira, assim como para qualquer outro recurso da Ilha, depende do Conselho Gestor do Parque. Muitas vezes, a burocracia para autorização referente aos pedidos dos moradores pode ser tamanha, que a retirada desse recurso se torna inviável em função da sazonalidade. Assim, além de não aproveitado em seu ciclo natural, os moradores também são impossibilitados de utilizá-lo e obrigados a comprar as matérias-primas que necessitam para a realização de atividades básicas, como a pesca de cerco.

É conveniente lembrar, que para estes moradores, (nos núcleos Vila Rápida, Pontal do Leste, Cambriú, Itacuruçá, principalmente) que vivem predominantemente da pesca e não exercem atividades turísticas, muito mais que um mero empecilho burocrático e hierárquico, esta inação representou para eles, o impedimento legal de praticar o plantio de policulturas, reformar suas residências, muitas vezes já altamente deterioradas e que esperaram cerca de 2 a 4 anos por um pedido de deferimento ou não, à extração de recursos florestais essenciais para sua sobrevivência, dentre outras situações que configuram um quadro de cerceamento da reprodução de suas territorialidades e uma condição de suspensão de direitos.

No que se refere às políticas restritivas implantadas, um fato importante, ocorreu no final da década de 1990, a partir da eleição de Mário Covas (PSBD) como governador. Houve uma intensa reformulação administrativa nos órgãos responsáveis pela gestão das UCs. O grau de restrições nessas áreas sofreu alterações de acordo com os interesses políticos partidários da equipe do então governador em 1998. Segundo Ferreira (2001, p.17):

Quando Ricardo Tripoli tomou posse como Secretário do Meio Ambiente de São Paulo, iniciou-se uma profunda mudança no sistema estadual de conservação de áreas protegidas. Político originário da aliança suprapartidária que elegeu o governador, o secretário apresentou no início grande resistência ao diálogo com os órgãos que compõem a Secretaria, principalmente com os setores conservacionistas hegemônicos quanto à possibilidade de resolução dos problemas enfrentados pelas UCs do Estado, principalmente pelos casos problemáticos em UCs que já sem prolongavam desde várias gestões. [...] Relata-se que nesse período inicial de sua gestão, qualquer solicitação de licenciamento e autorização emergencial para os moradores das UCs ficavam retidas na Coordenadoria de Proteção de Recursos Naturais (CPRN), sem qualquer possibilidade de encaminhamento em direção à negociação de partes.

A referida autora atenta ainda que durante a gestão desse secretário, os conflitos provocados pela presença humana nas UCs do Vale do Ribeira foram apenas intensificados por essas lutas partidárias internas, que resultavam em grave falta de uma orientação institucional realmente clara e objetiva. Coloca ainda, que eram comuns relatos de diversos técnicos da Secretaria do Meio Ambiente, que os diretores das UCs ficavam a mercê da inexistência de qualquer política explícita para a região. Dessa forma, qualquer tentativa por parte dos agentes institucionais locais para minimizar os conflitos nas suas unidades de gestão, eram barradas pela inação da CPRN. Os técnicos desta Coordenadoria por sua vez, argumentavam que nada podiam fazer ou tentar resolver, pois estavam “amarrados” e submetidos à administração do Governo Estadual.

Ao longo da década de 2000 até atualmente, as políticas restritivas não sofreram grandes alterações em relação às implantadas anteriormente. Uma série de questões e interesses políticos internos permaneceu no rol das tomadas de decisões sobre as UCs no Estado de São Paulo.

Em entrevista com um atual gestor de um parque estadual do Estado de São Paulo, foi relatado que de fato as tomadas de decisão envolvendo a configuração político-territorial das UCs permanecem inflexíveis e muitas vezes arbitrarias. Conforme apresentado, a Fundação Florestal é o órgão gestor de todas as UCs do Estado, que por sua vez atende aos interesses políticos do governo vigente, que assim como os mandatos dos governantes anteriores, possui em posturas políticas que pouco se alteraram em relação às UCs nesse

período de tempo e que se direcionam em vários aspectos e trâmites burocráticos, para o aparelhamento político que vem ocorrendo nos últimos anos nas Unidades de Conservação do Estado de São Paulo.

Fazendo uma breve retomada aos desdobramentos dessas políticas no PEIC, em relação às moradias das comunidades tradicionais, há casos de famílias que vivem em 12, 15 pessoas em uma mesma casa, pois esperam há anos autorização para construir uma casa para os membros da família. Segundo relatos de um morador tradicional do núcleo Marujá de 73 anos, seu Ezequiel - conhecido em todos os núcleos pelos moradores, pois há décadas vem reivindicando condições de permanência e lutando para que seja assegurados os direitos dos modos de vida tradicionais dos moradores dentro do Parque – o último gestor que conseguiu autorização frente ao órgão gestor do PEIC para pedidos de construção de novas residências, construindo 5 novas residências há quase 15 anos, foi o gestor da época, Marcos Campolim (sua Gestão é retomada posteriormente) e após essa data, não constam registros de novas casas construída para os moradores.

Todos os moradores do PEIC estão cadastrados na base através de um arquivamento de cada unidade familiar, contendo um memorial descritivo detalhado de cada uma das moradias, sendo uma forma de controle sobre o número de moradores do Parque e também é considerado pelo órgão gestor como um controle e ferramenta de fiscalização sobre as atividades desenvolvidas em cada uma das moradias.

Nesse caso, mesmo as ações que ainda não foram sancionadas judicialmente impondo a desapropriação dos mesmos, eles são proibidos de reformar ou alterar qualquer componente de suas construções, o que no decorrer do tempo, acaba por degradar suas residências e, portanto tornam-se abandonadas, já que casas de veranistas são ilegais dentro de qualquer UC. O problema no caso das famílias caiçaras são os empecilhos que surgem, novamente, da burocracia para uma pequena reforma ou alteração em suas residências, o que dificulta ainda mais a organização de seus meios de vida e permanência na UC.

As comunidades do PEIC são representadas diante da gestão por um Comitê de Apoio à Gestão, constituído por membros de diversas instituições (AMOMAR- Associação de Moradores do Marujá-, representantes das vilas de pescadores, Prefeitura e Câmara dos Vereadores de Cananéia, IBAMA, Instituto de Pesca). Este Comitê trata de todas as questões relativas ao manejo do Parque e que envolvam os interesses comunitários. A representação dos interesses das comunidades tradicionais ao Conselho Gestor é realizada então por reuniões periódicas com a participação dos agentes acima citados em datas alternadas. As

reuniões possuem um caráter consultivo e posteriormente são decididas pelas deliberações do Conselho Gestor. Cada Núcleo do parque possui dois representantes que compõem o conselho nas reuniões.

Há uma exceção referente à representação das comunidades mediante ao Conselho Gestor. Em 1992, um grupo indígena Guarani, de aproximadamente 45 pessoas chegaram ao PEIC e foram autorizados por decisão judicial proferida em 1997, a permanecer no local. Este grupo vive da, pesca, pequenos roçados e do artesanato. Considerado um Grupo intermitente que do estado de São Paulo, se estabelece, sobretudo nos remanescentes de Mata Atlântica. O Grupo é orientado pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Segundo Zoneamento do Plano de Manejo do PEIC – fase 2, este Grupo se localiza na Zona de Recuperação do Parque, o Núcleo do PEIC mais próximo à sua localização é o Pereque.

O PEIC localizado no extremo sul do litoral paulista faz divisa com o Parque Nacional de Superagüi no estado do Paraná, do Núcleo Pontal do Leste, é possível ver a primeira Vila ou “Núcleo” do Superagui. Segundo o Conselho Gestor do PEIC, esse grupo de Guarani Mbya teriam adentrado o PEIC através do Parque Nacional de Superagui.

De acordo com Olmos (2004), Os índios foram levados para a ilha por membros de ONGs socioambientais da região de Cananéia. Os Guarani procuraram novo território após a cisão do grupo a que pertenciam. Após a chegada dos primeiros Guarani, outros começaram a migrar para o local, sempre contando com o transporte oferecido por terceiros, uma vez que não contavam com embarcação própria nem sabiam navegar.

Em 15 de agosto de 1995 havia 46 índios vivendo na Ilha do Cardoso (incluindo quatro provenientes de Itanhaém), 76 em 1999 e 35 em novembro de 2002. Este número sofre oscilações com as idas e vindas dos Mbyá, notáveis pela sua grande mobilidade, a qual é fortemente influenciada por cisões internas da comunidade. De acordo com Olmos, 2004, em 1999 instalou-se lá um grupo proveniente de Peruíbe, que vivia da venda de plantas ornamentais. O total de índios passou para 76 e surgiram problemas de alcoolismo e extração ilegal de palmito. Em novembro, índios e administradores do parque decidiram pela saída do grupo, que foi para Miracatu (SP).

Segundo a atual gestora do PEIC, Márcia Lima, hoje os Guarani Mbyá recebem mantimentos e auxílio médico providenciados pela FUNAI e alguns índios mais idosos recebem aposentadoria. De acordo com o Conselho, em 2005 foi fornecida embarcação para que os índios utilizem para a locomoção até Cananéia. Os indígenas trabalham com artesanato e devido à proximidade da localização entre a porção Norte da Ilha e Cananéia, muitos deles

se deslocam durante a semana para comercializar objetos advindos dos artesanatos feito por eles, como as miniaturas de animais silvestres feitos a partir de restos da madeira de caixeta.

O primeiro grupo Mbyá chegou às florestas do litoral paulista, proveniente do Paraguai e norte da Argentina, apenas em 1921. Este grupo estava ostensivamente em peregrinação messiânica em busca da “Terra sem Males” existente além do oceano, que imaginavam poder atravessar de forma mágica até serem confrontados, na região do atual município de Praia Grande, com a diferença entre o que sua mitologia dizia e a realidade de um oceano que não conheciam (Nimuendajú, 1987:106). Impossibilitado de atingir seu objetivo, por razões óbvias, o grupo estabeleceu-se na região. Outros se seguiram, em um fluxo que continua até hoje. Grupos guarani (principalmente Mbyá) provenientes da Argentina e do Paraguai continuam migrando para o leste brasileiro. O fato da presença Mbyá no litoral de São Paulo (sem mencionar o Vale do Ribeira) datar da década de 1920 faz com que o grupo tenha tradicionalidade temporal na região similar ou menor do que grupos descendentes de imigrantes como os nipo-brasileiros (que chegaram na região uma década antes) Alguns indigenistas têm atribuído as migrações Guarani à busca da “Terra sem Males” nas proximidades ou outro lado do oceano (Nimuendaju, 1987) e à “natureza nômade” do Guarani.(Olmos, 2004, p.28)

No ano de 2004, em entrevista concedida com o então Gestor do PEIC à época, Marcos Campolim, a Procuradoria Geral da República decidiu, em 1996, que os índios tinham o direito de ficar no parque: “A partir dessa decisão deixamos de discutir a retirada dos índios e passamos a trabalhar para minimizar os impactos de sua presença”. Olmos (op.cit), atenta ainda que um importante fator nas invasões de UCs por grupos indígenas tem sido tensões e disputas internas de grupos. A convivência de facções antagônicas, impossível no mesmo espaço, obriga a busca de novas áreas. E estas têm sido invariavelmente, UCs. A partir da década de 1950, os Mbyá passaram a ser a população indígena que mais tem crescido no litoral paulista. Os Guarani Nhandeva e Mbyá eram estimados em 2004, no Estado de São Paulo, em torno de 1.600 pessoas que ocupavam 15 áreas, entre acampamentos temporários e áreas permanentes. Segundo os dados do Conselho Gestor do PEIC sobre o controle dos Guarani no litoral paulista, em 2010, eram estimados em 1.900 pessoas.

Atualmente são cerca de 30 integrantes desse grupo residem no Parque e segundo os moradores dos Núcleos Perequê e Itacuruçá, os indígenas possuem boas relações com as comunidades caiçaras, não raras as vezes, se encontram no fim de tarde após a jornada de pesca diária.

4.2. 1 Os Planos de Manejo do PEIC

Em relação ao modo como ocorre a organização do PEIC a partir das deliberações do Conselho Gestor, é importante ressaltar que houve avanços significativos na questão referente à participação das populações tradicionais nesse contexto. Um exemplo, é que o primeiro Plano de Manejo do Parque, realizado na década de 1970, não contou com a participação e nem ciência, das comunidades tradicionais do Parque e não chegou a ser efetivado de fato. (Diegues, 1994).

A partir da década de 1990 no estado de São Paulo, alguns avanços começaram a ocorrer nos contextos sociais e políticos específicos das áreas protegidas no que diz respeito às populações moradoras em áreas protegidas na Mata Atlântica. De acordo com Gadelha (2008, p.223),

Acompanhamos o debate e o reconhecimento nacional e internacional da existência destes moradores (a superação da invisibilidade) em áreas cujos ecossistemas estão bem preservados; a inexistência dos “vazios demográficos” e a participação dos moradores na gestão das unidades de conservação. No interior destes avanços é de fundamental importância o debate cada vez mais presente e expandido em torno do caráter conservacionista das populações tradicionais ali estabelecidas, detentoras de um saber-fazer valores e práticas culturais ambientalmente sustentáveis. Estes avanços devem-se à organização dos próprios moradores das unidades de conservação em movimentos sociais reivindicativos, associados aos demais atores sociais interessados no aperfeiçoamento e/ou mudança do paradigma de conservação ambiental no país (funcionários públicos de órgãos ambientais, cientistas, estudantes, ambientalistas, etc.).

A referida autora destaca alguns eventos importantes que ocorreram nesse sentido, como os *Encontros dos “povos do mar e da mata”* organizados pelo “Projeto São Sebastião Tem Alma”, no município de São Sebastião/SP, nos primeiros anos da década de 1990, também o *I Fórum de Educação Ambiental do Vale do Ribeira de Iguape* (município de Registro/ dezembro de 1996) e, ainda, no que diz respeito ao PEIC, a *Reunião Preparatória para o Plano de Gestão Ambiental Fase I do Parque Estadual da Ilha do Cardoso* em abril de 1997, promovida pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, já como início da implantação do Projeto Preservação Mata Atlântica (PPMA). A autora ainda faz a observação, que nesses primeiros encontros, as principais demandas que se encontravam em relação às populações tradicionais, era a superação da invisibilidade das mesmas perante o Estado, bem com a participação dessas populações na gestão das UCs. Destaca ainda que no fim da década de 2000, uma das principais demandas reivindicadas nesses encontros pelas

populações tradicionais, era a priorização da superação do caráter não deliberativo da participação dos moradores tradicionais nos Conselhos Gestores das UCs.

No caso do PEIC, Rodrigues (2001) acompanhou a implantação do Comitê de Gestão da Fase 1 do Plano de Manejo e apontou que apesar do problema do Comitê não ter caráter deliberativo, os atores envolvidos com as bases conceituais da gestão do Parque lograram importantes resultados em suas discussões. Um dos resultados mais significativos da “*Conceituação dos temas tratados na Oficina de Planejamento Direitos da População Local*”, para a elaboração da “*Matriz de Planejamento Ambiental do Parque Estadual da Ilha do Cardoso*”, foi a definição de “população tradicional” e a diferenciação dos que, por conseguinte, não entram nessa definição:

Critérios e conceitos para diferenciação da população local:

- Tradicional: definido por auto-identificação pela comunidade; ou com conhecimento e domínio de técnicas de produção (pesca, agricultura, construção, etc.) tradicionais; ou com gerações na Ilha ou região próxima;
- Morador: quem tem domicílio na Ilha; ou quem habita a Ilha desde antes da criação do PEIC (1962); ou quem habita a Ilha há mais de 10 anos (não consenso);
- Invasor: é o não tradicional que construiu casa depois da criação do PEIC (em terras públicas). (Rodrigues, 2001, p.53)

Gadelha (2008) aponta que essa definição de “população tradicional” encaminhada no Plano de Manejo Fase 1, respeita um ponto crucial: a autonomia da própria comunidade na identificação do sujeito como membro da cultura local (conforme discussão abordada no capítulo três deste estudo). Este aspecto da definição resolve em boa medida para o PEIC, o debate que se travou entre os diferentes atores envolvidos com a conservação da Mata Atlântica acerca do possível oportunismo de “invasores” com interesses escusos (especuladores de terra, corporações, turistas, etc.) se declararem moradores tradicionais.

A autora salienta que à primeira vista, tais critérios pareceram pertinentes frente ao constatado em sua pesquisa sobre as questões etnográficas do PEIC, afirmando que:

A auto-identificação, o saber-fazer e o reconhecimento de gerações de herdeiros estão presentes nas memórias de nomes de família, de localização de terreiros, de casas, de campos cultivados. Estão presentes também no conhecimento que as famílias detêm acerca do paradeiro (preciso ou aproximado) dos seus parentes e seus herdeiros que deixaram o Parque durante os períodos de perseguição, e ainda, no saber-fazer a sustentabilidade do meio natural e social. Neste sentido, a partir de tais critérios estariam garantidos os “interesses” dos herdeiros dos diversos sítios espalhados pela Ilha do Cardoso. (Gadelha, 2008, p. 227)

Nesse contexto ao que se refere à definição de “população tradicional” encaminhada na Fase 1 do Plano de Manejo, Diegues (1996, p.27) faz uma importante observação:

Parece paradoxal, mas os neomitos ambientalistas ou conservacionistas explícitos na noção de áreas naturais protegidas sem população têm contribuído para o fortalecimento dessa identidade sociocultural em populações como os quilombolas do Vale do Ribeira, os caiçaras do litoral paulista, etc.

No entanto, no painel “*Resultado da Deliberação da Oficina de Planejamento-Direitos da População Local*”, em relação à decisão de não ser permitido ao morador tradicional que deixou a Ilha em função das políticas restritivas e repressivas, Gadelha (*op.cit.*, p.229) debate que:

A decisão do morador “tradicional” que “não mora mais no Parque”, não poder a ele retornar — “deve sair” — pareceu-me contraditório. Ora, vimos que a *perseguição* da Polícia *Florestal*, iniciada na década de 1970 foi intensa, sistemática e altamente eficaz, expulsando a maior parte das famílias da Ilha do Cardoso. O Núcleo Maruja já se constituía à época como um polo turístico, começando ao oferecer condições às famílias tradicionais de permanecerem na vila prestando inclusive serviços ao turismo, tal como já acontecera em outras áreas do litoral do Rio de Janeiro e de São Paulo. A grande maioria das famílias da Ilha abandonou o seu sítio, visitando-o ou não com frequência ou mais raramente, e mantendo com ele, enquanto patrimônio familiar e enquanto valor identitário, um vínculo forte.

Ainda em relação à Fase 1 do Plano de Manejo e a definição de populações de tradicionais, Rodrigues (2001, p.55) esclarece que :

O Plano de gestão do PEIC foi publicado no Diário Oficial da União no dia 27 de março de 1998. Nesta publicação, constam também os quadros ‘Resultados da deliberação da Oficina de Planejamento para o Uso e Ocupação do Solo no PEIC.’ e ‘Conceituação dos temas tratados na Oficina de Planejamento — Direitos da População Local’. Ambos documentos são fruto de uma reunião paralela às plenárias oficiais e, do meu ponto de vista, representam um marco histórico e político importante porque sinalizam a legitimação da categoria ‘moradores tradicionais’. A categoria passa a ser instrumentalizada para a questão identitária, estando diretamente ligada ao direito de permanência na Ilha e de uso dos recursos naturais.

Assim, a Fase 1 deste Plano teve como base para o planejamento das atividades, o levantamento das informações primárias existentes sobre o PEIC relacionadas aos meios físico, biótico, a dimensão socioeconômica e a situação fundiária. Contudo, mesmo com o avanço da definição de quem são as populações tradicionais e conseqüentemente a legitimação destes, na prática, as questões fundiárias não avançaram rumo às soluções e os impasses em relação à permanência das populações continuaram. A Fase foi implantada com diferentes níveis de adaptação e pouco “sucesso”, entre os anos de 1998 a 2000 (Mendonça, 2000).

A partir de 2000 foi iniciada sob a gestão de Marcos Campolim, a elaboração da Fase 2 do plano de manejo, apresentando um nível de detalhamento maior em relação à Fase 1, o que resultou num zoneamento baseado no levantamento de informações primárias, complementado por dados secundários. Essa segunda fase focou mais a continuidade dos processos de planejamento e gestão participativos, através do Comitê de Apoio à Gestão. Esse Comitê foi composto por membros de instituições públicas e sociedade civil na Fase 1 e na Fase 2, o intuito foi o de ampliar a participação da comunidade local, por sinal, a maior interessada nas decisões que seriam por fim, tomadas.

O SNUC define como instrumento de gestão das UCs, o plano de manejo e o conselho gestor consultivo para todas as categorias, exceto para a Resex e RDS, para as quais deve ser deliberativo. Os conselhos gestores são colegiados compostos por diferentes setores sociais direta ou indiretamente ligados à área, incluindo-se, por exemplo, órgãos públicos municipais, órgão público gestor da unidade de conservação, ONGs, associação de moradores, etc. De acordo com Vianna (2008, 214),

Esse instrumento introduziu a concepção de gestão compartilhada das unidades de conservação, concretizando alternativas para o envolvimento das populações afetadas na gestão dessas áreas. É uma mudança significativa na concepção de conservação das áreas protegidas. Além disso, a lei condiciona a criação de UCs à obrigatoriedade de realização de estudos científicos e de consulta pública, exceto para ESEC e Rebio.

A conquista de espaços pelas populações tradicionais durante o processo de discussão do SNUC foi fruto do fortalecimento da mobilização social das próprias populações, conforme apontado anteriormente.

Durante a elaboração da Fase 2, o então Gestor Marcos Campolim, na tentativa de minimizar os conflitos existentes nas UCs e elaborar um plano mais próximo da realidade do Parque, manteve a proposta de elaboração participativa como havia sido pensada na Fase 1 do Plano de Manejo.

Essa premissa foi uma tentativa de incorporar ao plano as aspirações dos atores sociais envolvidos com a UC, não havendo uma regra fixa para esse cumprimento, mas sim uma flexibilização das posturas e busca por um consenso que contemple a necessidade dos atores sociais envolvidos com o manejo da UC e a conservação da biodiversidade. (Campolim, 2008). No quadro 4, é apresentada uma comparação entre os estilos de elaboração de planos de manejo, destacando assim a necessidade de elaboração do plano de uma maneira participativa de acordo com a IUCN (1994).

TEMA	Estilo Modelo Pronto	Estilo Participativo
Ponto de Partida	Diversidade da natureza e seu valor comercial	Diversidade da Natureza e dos processos sociais envolvidos
Nível Decisório	Centralizado	Descentralizado
Abordagem	Reduccionista	Sistêmica
Método	Padronizado	Diverso, adaptado às condições.
Base Tecnológica	Pacote pronto	Opções variadas a escolher
Relação com as pessoas	Controlar, induzir, motivar...	Possibilitar, suportar, capacitar.

Quadro 4: Comparação entre os estilos de elaboração de Planos de Manejo.

Fonte: IUCN (1994)

De acordo com Campolim (2008, p.6), quando ocorreu a elaboração da Fase 2 do Plano, os critérios metodológicos adotados foram baseados na proposta de Medina (2005), para o manejo de áreas protegidas com participação social, onde constam:

- Construção conjunta de longo prazo;
- Construção de “baixo” para “cima”;
- Construção Conjunta com base em propostas e/ou processos sociais em andamento;
- Recursos como resultantes de processos e não como ponto de partida de projetos;
- Formação e nivelção de atores sociais e institucionais;
- Fortalecimento organizativo como fim e como meio para se chegar aos objetivos de conservação;
- Interdependência entre diversidade biológica e cultural com grupos étnicos, e
- Estratégias de validação de benefícios e de geração de alternativas econômicas como forma de se chegar a pactos para a defesa da unidade de conservação.

Esses critérios adotados na elaboração da Fase 2, foram balizadores para o processo de ordenamento e visitação pública do PEIC e devido à sua posterior efetividade, atualmente os critérios permanecem para a sistematização, ordenamento, monitoramento da visitação pública como um todo no PEIC, sobretudo no Núcleo Marujá.

O plano de manejo que abrange o PEIC foi viabilizado através da implementação do Projeto de Preservação da Mata Atlântica- PPMA, resultado de uma cooperação financeira internacional entre o Brasil e a Alemanha, pelo Governo do Estado de São Paulo e do Banco Kreditanstalt fur Wiederaufbau- KfW. O PPMA abrange uma região de 22.000 Km², que vai

de norte a sul do litoral do estado, compreendendo as áreas no Vale do Paraíba e no Vale do Ribeira, respectivamente.

As principais definições que ocorreram na Fase 2 do plano de manejo se referiram à administração, visitação pública/educação ambiental, proteção, pesquisa, apoio à regularização fundiária e fronteiras. Ao passo que as ações voltadas para organização e incentivos turístico estavam na pauta dessa Fase 2, o estabelecimento de diretrizes e normas relacionados à presença de moradores tradicionais no interior da UC, também estavam no foco da elaboração dessa fase.

Foi realizada uma classificação em cinco grupos, desde os moradores até os turistas, divididos em:

Grupo I: moradores tradicionais residentes; grupo II: moradores tradicionais não residentes; grupo III: moradores adventícios antigos; grupo IV: caseiros e grupo V: turistas.

No grupo I, enquadram-se a maior parte dos “sítios” dispostos na face estuarina, desde o Itacuruçá (que compreende o núcleo Perequê) ao norte da Ilha, até os limites com o núcleo Marujá, ao sul da Ilha. Os moradores tradicionais do núcleo Perequê ali vivem há pelo menos três gerações de famílias.

Os moradores tradicionais, embora em sua maioria sejam caiçaras, há uma divergência entre famílias (principalmente no núcleo Marujá) consideradas tradicionais, no caso, os caiçaras e alguns grupos menores que migraram principalmente de Santa Catarina e Paraná, sendo descendentes de alemães, italianos, que vieram principalmente da região sul do País nos séculos XIX e XX e lá permaneceram e assim, seus descendentes hoje, são considerados tradicionais pelo tempo e gerações no Parque, segundo as categorias no Plano de Manejo (Mendonça, 2000).

As atividades turísticas do PEIC foram reorganizadas a partir dos anos 2000 sob a gestão de Marcos Campolim, que propôs uma gestão participativa no núcleo Marujá, onde os moradores tiveram relativa autonomia para organizarem entre si as delegações de tarefas e ações para promoverem o turismo nesse núcleo.

Durante a implantação da fase 2 do plano de manejo, a gestão participativa pelo gestor aqui citado, surtiu efeitos principalmente no Núcleo Marujá. Houve um esforço de se trabalhar em conjunto com a comunidade desse núcleo e muitos moradores se tornaram monitores ambientais (também no núcleo Perequê), se organizaram para a recepção de turistas e grupos escolares que frequentam o Parque nos períodos letivos do ano.

A atividade mais rentável no Marujá se deu com a organização do turismo, do ponto de vista de recepção e infraestrutura. Em entrevista com morador do núcleo Marujá, Seu Ezequiel, ele afirma que com o incentivo do turismo crescente e desordenado na década de 1980 e 1990 no Parque, foi necessário que os moradores se organizassem e promovessem uma autogestão local, corroborada posteriormente com a Fase 2 do plano de manejo. Foram então organizadas por ele e a Associação de Moradores na época, várias reuniões, debates, para chegarem a um consenso sobre os rumos que o Marujá tomaria, bem como outros Núcleos, mas cada um com seus interesses e particularidades em questão.

Foram definidos então 4 categorias de turistas que frequentavam o parque (com muita intensidade) e adaptadas na inclusão da fase 2. Segundo a Associação dos Moradores do Marujá, essas categorias de turistas ainda são o que continuam frequentando o parque atualmente, sobretudo no período de alta temporada que vai de dezembro a fevereiro principalmente. Sobre essas categorias, esse morador relata:

“Então descobriu-se várias categorias de turistas, o veranista, que é aquele que vinha aqui só visitar e queria adquirir casa, pressionar morador pra comprar casa e com o relaxo do Estado que não fiscalizava, então havia toda essa pressão de especulação imobiliária. Reparem que aqui todas as casas que estão sendo demolidas são casas de veranistas. Mesmo sendo parque eles conseguiam comprar. Eles compravam dos moradores e construíam de forma ilegal o Estado sempre foi muito ineficiente na fiscalização, então eles construíam.

A outra categoria é de pescador esportivo, que eu sempre falei que esses “caras” vem aqui brincar com nossa profissão, vem pegar nossos filhotes de peixe e depois ir embora e fora o barulho do barco e a intervenção que isso causa e isso é totalmente liberado pelo Parque. O turista de “iate” (pequenos iates, lanches e embarcações do tipo), é outra categoria que vem com essas lanchas enormes derrubando tudo, e aí chegam aqui na frente do píer não consomem nada, não pagam nada pra ninguém, poluem o estuário, atravessam na praia e vão jogando lixos na trilha e ainda assim é tudo liberado, não precisam de autorização alguma do parque e por último são os surfistas né? Eles vêm pra cá quando tem tempo bom pra ondas e depois vão embora também. E com isso a gente percebe essas categorias distintas de turistas.” (Depoimento do Seu Ezequiel, 73 anos, núcleo Marujá, maio de 2013).

Oficialmente o plano de manejo fase 2 adaptou essas categorias e não colocou por exemplo, restrições quanto à pesca esportiva . Outro ponto conflitante sobre as categorias é em relação ao turista de iate, os moradores do núcleo Marujá que trabalham efetivamente com o turismo, em sua maioria, não se agradam com a presença dessa categoria, por razões financeiras, pois segundo eles, tais turistas teriam a obrigação de pagar por ancorarem no Núcleo e consumir no local. Como o órgão gestor permite a entrada de lanchas e pequenas embarcações desse tipo, não há nada que os moradores possam fazer.

Relacionado à organização do turismo no Núcleo Marujá, lá também há veranistas, em número reduzido, que pleiteiam na justiça (como abordado anteriormente) o direito de residência no parque, de modo que enquanto os processos tramitam judicialmente, eles têm autorização para permanecer. Normalmente esses só residem no Núcleo na alta temporada, o que provoca descontentamento dos moradores que possuem pousadas e restaurantes no parque (há exceções), pois segundo eles, trabalham na alta temporada e feriados como condição de sustento para o inverno e os veranistas além de concorrerem com eles, prejudicando-os, deixam a ilha logo após os feriados e alta temporada.

Porém outra razão para o descontentamento desses moradores em relação aos veranistas, é que eles vendem mercadorias a preços mais baixos que os primeiros, o que para eles, soa como uma concorrência desleal. Porém, para os veranistas, atraem uma quantidade significativa de turistas, posto que os preços dos serviços prestados nesse núcleo são considerados muito elevados. No Marujá residem 56 famílias e existem 12 pousadas com áreas de camping cada uma. Além dessas pousadas, todos os moradores que tenham interesse em alugar seus quintais para camping têm o direito de abrigar cinco barracas. Esse sistema é muito organizado e fiscalizado pelos próprios moradores, principalmente por razões comerciais e de concorrência (visto que se um morador permitir mais de cinco barracas de camping em seu quintal estará promovendo concorrência desleal com os outros).

Enfim, as opiniões e considerações dos moradores desse núcleo são muitas vezes divergentes, muitos moradores caiçaras que vivem da pesca relataram não se reconhecer nos outros caiçaras e nos outros tradicionais que exploram a atividade turística sem maiores questionamentos, assim, como para esses primeiros, as restrições das atividades agrícolas é algo essencialmente prejudicial, ao passo que para os adeptos do turismo não é algo determinante em suas vidas.

Essa é uma questão que exprime territorialidades múltiplas por parte das próprias populações que vivem nesses núcleos. Onde o significado do que é “ser” caiçara de acordo com os moradores, tem tomado novos rumos com o advento das atividades turísticas e cerceamento das possibilidades de reprodução dos seus territórios após a proibição das atividades agrícolas, pois, como já exposto, a cultura caiçara está intimamente ligada ao seu modo de produção com a terra e o mar.

Essas são apenas algumas situações que constituem as perspectivas e conflitos territoriais no Parque dentro de um mesmo núcleo atualmente e que já ocorrem como dito, de longa data. Não é incomum ver a insatisfação de moradores caiçaras de outros núcleos com

essa conjuntura turística amplamente difundida no Marujá. Segundo relato de moradores, os preços elevados cobrados para transporte (não só dos turistas, mas também dos próprios membros da Comunidade), alimentação e hospedagem, vistos como alternativas para tais moradores que o praticam, não são vistos com orgulho por muitas famílias de caiçaras que reivindicam o direito de permanência e reprodução dos seus modos de vida no Parque e que não enxergam o turismo como melhor alternativa de fonte de renda.

Atentando para outros Núcleos, no Núcleo Perequê, os moradores viviam fundamentalmente da pesca realizadas na área estuarina e nas últimas décadas o turismo foi incorporado de forma expressiva no local. Porém somente após a década de 2000 que as atividades turísticas no passaram a ser (de fato) basicamente organizadas. No entanto, ainda hoje, o Núcleo Perequê sofre com problemas relacionados ao turismo de “orla” do estuário, em função de estar localizado muito próxima a Cananéia, o acesso praticamente livre a ele por turistas que visam aproveitar o dia na “praia” e assim dirigem-se ao núcleo Perequê, apenas nesse sentido.

A infraestrutura desse núcleo para o turismo é bem menor em relação ao Marujá, possui dois restaurantes e alguns moradores possuem áreas de camping, principalmente porque a finalidade dos turistas que o visitam não é realmente dormir no local ou passar dias (como no Marujá).

Nos finais de semana, feriados e alta temporada, porém, o núcleo Perequê tem sua orla estuarina praticamente toda ocupada por turistas. Apenas duas famílias são donas dos restaurantes e, portanto, incorporaram essa atividade comercial, outros trabalham em Cananéia e devido à proximidade retornam ao Parque no fim do dia, além dos que são monitores ambientais e os que vivem da pesca.

Esse Núcleo possui uma área destinada ao alojamento de pesquisadores e também alojamentos para estudantes de escolas estaduais e privadas, bem como Universidades que realizam desde trabalhos de campo e experiências no local até pesquisas e estudos específicos sobre a Ilha do Cardoso.

Durante o período letivo do ano, os moradores atualmente se organizaram na condição de monitores ambientais e muito deles, são os responsáveis pelas visitas de escolas e universidades, por coordenar e orientar as visitas às trilhas do Parque, às trilhas didáticas para os alunos e outros turistas, de acordo com o interesse dos grupos que procuram os serviços oferecidos pelo Núcleo, tanto com agendamento prévio (no caso das instituições de ensino)

como no caso dos turistas que procuram atividades passíveis de realização em curto prazo, como no período de um dia ou uma tarde por exemplo.

Os moradores demonstram insatisfação com outra questão, os alojamentos estudantis e de pesquisa foram ampliados e receberam cinco construções de casas com vários compartimentos para abrigar estudantes e pesquisadores, cada uma com capacidade para mais de 20 pessoas. A obra foi realizada através de licitação pública com valor estimado em 10 milhões de reais no ano de 2010.

Porém, em 2011 quando a obra terminou, as mesmas foram prontamente embargadas, pois haviam problemas estruturais nas construções com indícios de irregularidades nas obras. Um fato notório é que as primeiras reformas e ampliação já haviam ocorrido anos antes e então foram refeitas em 2011. Este ano, foi apurado pelo órgão gestor e moradores, que as casas novas estavam comprometidas quanto à sua estrutura, apresentando rachaduras, infiltrações e outros problemas, esses encontrados, nas outras construções também em maior ou menor grau.

Essas obras embargadas fazem parte de um projeto de terceirização que está ocorrendo como plano piloto em algumas UCs estaduais. No caso do PEIC, esta seria a primeira providência para a contratação de funcionários terceirizados para gerir as atividades turísticas junto à gestão nesse Núcleo, porém, além das obras permanecerem embargadas, o processo de terceirização não foi ainda explicitado aos moradores pelo Conselho Gestor. Segundo muitos moradores, a terceirização é não bem vinda, visto que eles possuem condições de ordenarem as atividades turísticas e escolares na Ilha. De acordo com a Fundação Florestal, as propostas de terceirização no PEIC ainda são iniciais e nesse caso, seguem de forma confidencial.

Com relação às propostas de privatização em UCs, em abril de 2014, a Revista Carta Capital publicou uma matéria sobre conflitos ambientais no PEIC. Na matéria que diz respeito ao crescente processo de privatização e flexibilização de usos das áreas protegidas para grandes agentes econômicos nacionais e internacionais, como o projeto de concessão de Flonas (citado anteriormente), a matéria faz menção ao PEIC no contexto das obras e das propostas de terceirização.

“O Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC) pode ser visto como exemplo destes conflitos. O Parque já foi considerado no passado recente referência na busca de conciliar a permanência dos moradores tradicionais – famílias de pescadores que se distribuem em várias pequenas comunidades ao longo da Ilha – com o propósito de preservação ambiental ao qual o parque se destina. Tal patamar foi atingido através de amplo esforço passado de gestão participativa, com moradores tendo representantes em conselho de administração do parque e realização de

reuniões periódicas conjuntas com direção do parque, gestores e moradores nas próprias comunidades de pescadores que vivem na Ilha. Este modelo partia da concepção de que a melhor forma de garantir a preservação da Ilha era fornecer meios para a permanência dos moradores na Ilha, pois estes – com sua profunda ligação e conhecimento acumulados de gerações sobre a Ilha – desempenhariam atuação decisiva na preservação do parque. O Parque da Ilha do Cardoso também já foi reconhecido como significativo polo de pesquisas científicas, destacando-se o Centro de Pesquisas da Comunidade Perequê. Instalado em meio a manguezais e florestas de restinga, forneceu estrutura material para importantes trabalhos científicos nacionais e internacionais nas áreas de ecologia, biologia marinha, oceanografia, geociências e oceanografia.

Atualmente administrado pela Secretaria de Meio Ambiente e pela chamada Fundação Florestal, tem tido a forma de condução do parque amplamente questionada nos últimos anos. Em Agosto de 2013 o jornal Estadão publicou matéria intitulada “Áreas de Proteção em São Paulo estão abandonadas” abordando a situação de então do Parque Estadual da Ilha do Cardoso. Entre outros problemas a reportagem apontava a piora e mesmo desabamento parcial de alojamentos e demais estruturas do parque após terem passado por reforma mediante licitação pública, a precarização da fiscalização e segurança dos parques bem como o enfraquecimento da estrutura de suporte a pesquisa. A nossa reportagem procurou ir a campo entre o último trimestre de 2013 e primeiros meses de 2014 para apurar como a situação retratada na reportagem do Estadão se transformou desde então.

Quanto aos reparos nas estruturas comprometidas mostradas na matéria de Agosto, nossa reportagem pode constatar que foram realizados reparos externos na estrutura que anteriormente havia desabado, mas ainda eram visíveis aparentes trincas e mesmo buracos amplos no telhado. Frequentadores habituais da Ilha relataram que as obras de reforma se iniciaram em 2010, com o desabamento ocorrido em 2012 e interdição ocorrida em Janeiro de 2013, a despeito de ter sido registrada cerimônia pública para inauguração de obras envolvidas nas reformas. Os mesmos entrevistados relatam que desde o desabamento até a data da reportagem do Estadão pouco se fez para resolver os problemas. Nos dias seguintes a publicação da reportagem de Agosto os mesmos entrevistados relatam ter se iniciado grande movimentação na Ilha para sanar os problemas mais aparentes evidenciados pela reportagem, como os restos de materiais de construção despejados em áreas de restinga desde o término das obras. Também relataram que iniciou-se o envio de trabalhadores de construtora que atuou nas reformas para iniciar reparos nas estruturas comprometidas.

Trabalhadores e prestadores de serviço da Ilha entrevistados pela nossa reportagem afirmam no entanto acreditar que os ajustes foram apenas superficiais ainda que existam indicativos de liberar as obras reformadas para uso. “O pessoal se concentrou em consertar a ponte (ponte-suspensa que cruza trechos de manguezal, uma das principais atrações do parque) e recapear a parte externa que tinha caído no alojamento, mas dentro deles não mexeram muito” diz um prestador de serviços, sob anonimato, que frequentou a Ilha rotineiramente durante o período.

“As estruturas continuaram com muitas infiltrações quando chove, quando teve vistoria o pessoal precisou ir correndo lá limpar para não ficar tão na cara para o pessoal de São Paulo. Não tem condições de usar”, declarou a mesma fonte citada anteriormente. Um trabalhador das obras ao qual entrevistamos fez declaração similar, argumentando que no prazo dado e com o número de trabalhadores e condições materiais presentes não seria possível fazer melhor dado a precariedade das estruturas. Trabalhadores nas obras declararam serem funcionários da Construtora Massafra enquanto a reportagem do Estadão atribuía a responsabilidade das obras a empresa Lacon Engenharia, ambas com sede na cidade de Araraquara no centro-oeste paulista. A escolha da

construtora foi feita mediante licitação pública do governo do estado de São Paulo, prevendo recursos na ordem de 10 milhões de reais. No site da Secretária de Meio Ambiente foi possível obter cópia da licitação, mas não o nome da empresa vencedora.

Frequentadores da Ilha declaram que a interdição dos alojamentos devido aos problemas na reforma efetuado pela Lacon Engenharia e Construtora Massafra nos últimos anos prejudicou enormemente o Parque, que teve que diminuir bruscamente a quantidade de turmas recebidas para atividades de educação ambiental que antes ali se hospedavam. “A maior parte das estruturas foram comprometidas e embargadas após passarem pela reforma, inclusive as que antes funcionavam normalmente. Antes o pessoal recebia turmas grandes de escolas quase toda semana para educação ambiental, o pessoal dormia na Ilha e fazia trilhas monitoradas durante o dia. Os pesquisadores também usavam parte da estrutura para se hospedarem. Depois da reforma toda a estrutura ficou comprometida – nestes anos tudo ficou anos embargado, parece uma cidade fantasma” diz outro frequentador habitual da Ilha, também sob condição de anonimato.”

Nossa reportagem ao visitar o parque nos primeiros meses de 2014 não visualizou mais nenhum trabalhador realizando reparos nas estruturas embargadas pela reforma. Ao tentar entrar em contato telefônico com um dos operários entrevistados anteriormente teve como resposta que os trabalhos estavam concluídos. Entretanto as estruturas permaneciam fechadas e sem serem usadas. Através de um administrador público que participou de recente curso oferecido para gestores das unidades ambientais de São Paulo a reportagem teve a informação de que houve uma primeira tentativa mal-sucedida de usar os alojamentos reformados. “Externamente estava muito bonito, parecia tudo em ordem. Porém foi só passar as primeiras horas e os problemas começaram a aparecer. Deu muita coisa errada. O lugar estava infestado de insetos no meio das madeiras. Também as ligações de água não funcionavam nada bem, vazavam tanto que uma colega acordou encharcada de tanta água que vazava do teto em cima da cama dela”. Os pesquisadores também permaneciam na mesma situação de 2013, dividindo a apertada casa de 3 cômodos disputada pelos pesquisadores que insistem em continuar a trabalhar na Ilha e agora, segundo entrevistados, com novos problemas.

“As condições estão cada vez piores e taxas cobradas para o uso dos precários alojamentos cada vez mais elevadas. No passado próximo já foi diferente, os valores cobrados eram até quatro vezes menores que os atuais e as condições oferecidas muito boas”, afirmou uma pesquisadora que trabalhou no parque, também sob condição de anonimato, pois afirma temer eventuais represálias da administração do parque caso precise pedir autorização para voltar a fazer pesquisas na Ilha. “A estrutura cedida para pesquisadores apresenta infiltrações, rachaduras e sérios problemas elétricos – colegas já tiveram seus equipamentos danificados por ela, e pesquisas que dependem de uso de equipamentos eletrônicos em campo ficam inviabilizadas” afirma outra pesquisadora. A mesma pesquisadora ainda aponta outros pontos que considera graves problemas nas condições oferecidas pelo parque: “Nos preocupamos também, pois até os bujões de gás fornecidos para o alojamento frequentemente estão com a data de validade vencida em vários bimestres. Os tubos de gás e chuveiro elétrico estão vencidos em vários anos. A fiação elétrica é exposta e mal cuidada. Além disso a diária elevada cobrada dificulta a realização de pesquisa dos colegas que não contam com financiamento para seus projetos, que infelizmente é uma situação comum na prática de pesquisa no Brasil. É uma situação absurda, estes colegas acabam tendo que tirar recursos dos próprios rendimentos para poderem atuar no parque. Eles chegam ao ponto de pagarem para trabalharem” enfatiza a pesquisadora, cedendo algumas fotos que retirou dos alojamentos para comprovar suas observações.

Outros pesquisadores entrevistados confirmam as observações de seus colegas e confirmam que somente em 2013 houve um aumento de cerca de 33% no valor diárias cobradas pela Fundação Florestal. Diante do quadro, vários pesquisadores que atuaram na Ilha disseram terem desistido ou

ao menos pensado seriamente em abortar seus trabalhos. Outros ainda apontam que, como alternativa, tem buscado hospedarem-se na casa de pescadores, pagando taxas mais elevadas destinadas a turistas. “É a alternativa que temos encontrado, todavia com isso oneramos nossos projetos. Os recursos destinados ao financiamento da pesquisa são muitas vezes limitados e ao utilizá-los para a estadia na Ilha nos privamos de usá-los em outras áreas, como custear testes laboratoriais. A qualidade da pesquisa acaba sendo comprometida. Com os últimos aumentos de qualquer maneira as taxas cobradas pela base são quase as mesmas cobradas pelos pescadores dos turistas”.

Procurada para se manifestar pelos endereços eletrônicos institucionais disponibilizados em seus respectivos sites a Fundação Florestal e Secretária de Meio Ambiente até o término desta reportagem não se manifestaram. Desta maneira não podemos confirmar se de fato se as construtoras envolvidas já entregaram as obras ou se ainda vão realizarn novos reparos antes de terem o trabalho aceito pela Fundação Florestal. O certo é, que de acordo com os relatos dos entrevistados, a despeito dos 10 milhões de reais comprometidos desde 2010, nos últimos anos as condições de infra-estrutura do parque ao invés de terem sido melhoradas parecem estarem enfrentando grande piora. A Ilha do Cardoso permanece com perspectivas pouco claras para os sérios problemas estruturais que muito tem prejudicado as atividades de educação ambiental, de preservação dos ecossistemas e de pesquisa científica ali desenvolvidas. (Mirian Nogueira, Carta Capital 2014).



Fotografia 1: “Alojamento reformado mediante licitação pública atribuída por entrevistados as empresas Lacon Engenharia e Construtora Massafera. Foto do segundo semestre de 2012. Frequentadores do Parque afirmam que pouco foi feito para sanar a situação desde o desabamento até Agosto de 2013, quando reportagem do Estadão evidenciou a situação. Trabalhadores e Prestadores de Serviço entrevistados declaram estarem inseguros sobre qualidade dos reparos efetuados desde então. Eles acreditam que os ajustes se limitaram à estrutura externa e que os problemas estruturais permaneceriam” (Nogueira, 2014).

Fonte: Mirian Nogueira, 2014.



Fotografias 2 e 3: “Estrutura de apoio à visitação danificada por erosão costeira prosseguia sem reparos durante visita de reportagem da equipe de Reportagem da Carta Capital e fragilidades de estruturas de apoio à pesquisa do Parque, vê-se detalhe das paredes do alojamento mostrando fiação elétrica exposta.” (Nogueira, 2004)
 Fonte: Mirian Nogueira, 2014.

Os alojamentos foram liberados para uso, pelo menos parcialmente. Em junho, ocorreu um curso do Conselho Gestor no Núcleo Perequê e a equipe se hospedou novamente em um dos cinco alojamentos. Contudo, eles permanecem fechados para os grupos de escolas e faculdades. A avaliação daquele conjunto mais problemático, o que desabou parcialmente, ainda não foi concluída, devido, sobretudo aos problemas de infiltração.

Em relação aos Núcleos da Enseada da Baleia e Vila Rápida, vivem 9 famílias e 7 delas vivem essencialmente da pesca. As outras duas hospedam turistas em suas casas e possuem um restaurante para atender aos turistas na Enseada da Baleia. Esse Núcleo recebe muitos turistas num feriado específico do ano que se realiza a “Festa da Baleia” - também conhecida com a “Festa do Padroeiro São Sebastião - e em outros feriados. O maior problema no local atualmente, é que processos erosivos atuantes há muitos anos no local estão avançando rapidamente em direção aos núcleos, há casas que já foram destruídas pelos processos erosivos e as outras construções desses também estão sujeitas a tal processo.

Os moradores há anos pedem medidas mitigadoras de contenção para retardar o avanço dos processos erosivos nesse Núcleo (Fotografias 5 e 6), contudo os próprios moradores se organizaram para colocar barreiras de contenção nas construções mais ameaçadas. E quanto à possibilidade de realocação para outros Núcleos, visto que novas

construções teriam que ser feita nesse caso, o que não é algo em cogitação segundo o Geólogo Mario Nunes de Souza do Conselho Gestor do PEIC.

Em entrevista durante o trabalho de campo realizado em novembro de 2013, o referido Geólogo relatou que as reivindicações por contenção dos processos erosivos no Núcleo realmente ocorrem por parte dos moradores ao Conselho Gestor. Porém, informou ainda que segundo o Laudo Técnico elaborado a pedido do Ministério Público de São Paulo sobre o estudo das áreas de risco da Ilha do Cardoso, o qual ele também participa da elaboração, não há riscos de rompimento iminente do esporão na Enseada da Baleia embora os processos erosivos ocorram.

O estudo em questão trata-se de Laudo Técnico destinado a confirmar ou refutar a afirmação de Angulo de que os cordões arenosos da Enseada da Baleia se romperiam ainda em 2012. No trabalho de Ângulo et al (2007) é exposto, com base em análise seriada de imagens aéreas, a previsão de rompimento com base nas taxas de erosão média inferidas a partir da comparação das imagens aéreas de diversos anos. Angulo et al (op. cit) relaciona esta intensificação da erosão a efeitos das correntes de maré dentro do estuário. O laudo discorda das conclusões de Angulo, e aponta que não existe possibilidade significativa de rompimento do canal num intervalo de tempo próximo. Aponta que ao realizar um balanço de recentes medições semestrais empreendida pelo geólogo Mario Nunes, verifica-se que a sedimentação no segmento oceânico dos cordões de areia tem sido equivalente ou mesmo supera a erosão registrada no segmento lagunar. O laudo também aponta uma série de fatores ligados a circulação atmosférica e das águas que teriam sido negligenciados na análise de Ângulo.

De acordo com Souza (2012, p.4):

Para Ângulo, os três estreitamentos do esporão de Ararapira foram originados pelo efeito erosivo das correntes de maré dentro do estuário. Entretanto, particularmente, acredito que a explicação não seja tão simplista assim. Nas margens do Canal de Ararapira, o desenvolvimento, o crescimento e a expansão de bancos arenosos para dentro do canal (pela ação principal das correntes de maré enchente), que com o tempo se tornam planícies de maré e, posteriormente, emergem e são fixados pelos manguezais, parecem ter papel fundamental na erosão da margem oposta do canal, e na formação dos embaíamentos.

Em outras palavras, à medida que esses bancos vão se expandindo, provocam o afunilamento do canal e a conseqüente redução da sua largura e diminuição da profundidade junto à margem em construção. Com isto, forçam o deslocamento dos fluxos das correntes de maré enchente e vazante (principalmente) para a borda oposta do canal, causando, assim, erosão nessa margem (figuras 4 e 5). De acordo com moradores da Vila da Enseada Sul “a

maré vazante passa pela parte central do Canal de Ararapira e a maré vazante (mais forte) passa junto à margem do esporão arenoso”.



Figura 4: Foto aérea modificada do Núcleo Enseada da Baleia a partir de ONG Iniciativa Verde .
Fonte : Aziz Ab’Saber, 2005.



Figura 5: Fotografia aérea do Núcleo Enseada da Baleia modificada a partir de AB’SABER (2005).
Fonte: Aziz Ab’Saber, 2005.

Os resultados apresentados por Souza (2012) mostram que, tanto os processos na margem lagunar (sempre erosivos), quanto os processos na margem oceânica (ora de erosão ora de progradação), têm ocorrido a taxas muito variadas, não sendo possível estabelecer um padrão coerente ou tendências muito seguras para o médio e o longo prazo, ou quando haveria

o rompimento do esporão. Entretanto, foi possível concluir que as taxas de recuo ou erosão da margem lagunar aparentemente desaceleraram a partir de 2007, enquanto que na margem oceânica do esporão a progradação da linha de costa também se mostrou bastante favorável, indicando um balanço sedimentar praiar positivo. A julgar pelas observações feitas no campo e os resultados dos monitoramentos realizados pelo Geólogo Mário Nunes, os quais se recomenda que não sejam interrompidos, o risco de ocorrer o rompimento do esporão em 2012 era muito baixo.

Essa constatação é baseada nas tendências observadas para os últimos 5 anos (melhor intervalo para se estabelecer prognósticos), a saber: i) aparente redução da taxa de recuo da margem lagunar verificada a partir de 2007, que teria passado de até 0,35 m/mês no período anterior, para, em média, 0,10 m/mês nos últimos 5 anos; ii) melhoria do balanço sedimentar da linha de costa oceânica, positivo desde 2007, que resultou numa taxa de progradação do esporão na margem oceânica de 0,17 m/mês entre 2007-2011, muito disto representado pelo crescimento e ancoragem de um cordão litorâneo jovem, que somente entre 2010-2012 foi responsável por uma acreção resultante de 7,3 m (0,35 m/mês). De qualquer forma, o rompimento do esporão e o estabelecimento de uma nova desembocadura estariam complexamente condicionados ao comportamento da linha de costa oceânica e ao balanço entre os processos hidrossedimentológicos no interior da laguna e em sua desembocadura (Souza, 2012).

As conclusões que Souza (2012) chegou ao Laudo Técnico junto ao Geólogo Mário Nunes é que, mesmo que o esporão arenoso se rompa um dia, este fato, por si só, não será a única condição para que ali se implante uma nova barra e ocorra o fechamento definitivo da desembocadura lagunar atual.



Fotografia 4: Ocorrência dos Processos erosivos no Núcleo Enseada da Baleia.
Fonte: Jéssica de Lima Silva, 2013.



Fotografia 5 : Ocorrência dos Processos erosivos no Núcleo Enseada da Baleia.
Fonte: Jéssica de Lima Silva, 2013.



Fotografia 6: Sacos de contenção colocados sobre a frente da casa de Dona Maria, na Enseada da Baleia para mitigar o impacto dos processos erosivos sobre sua casa.

Fonte: Jéssica de Lima Silva, 2013.

A preocupação central dos moradores do Núcleo Enseada da Baleia consiste na ocorrência dos processos erosivos citados e o receio do avanço destes processos, ainda que gradativamente sobre suas casas, comprometendo-as e conseqüentemente, comprometendo suas condições de residência no Núcleo em questão.

Retomando os apontamentos sobre os Núcleos, a 10 km da Enseada da Baleia, no pontal do Leste, ao extremo sul da ilha, as poucas famílias residentes vivem fundamentalmente da pesca, com exceção nos períodos de dezembro a fevereiro, onde recebem turistas para as festas de fim de ano e carnaval. Por estar localizado no extremo sul da Ilha, sendo o ponto mais distante da Ilha em relação à Cananéia de onde geralmente partem os turistas em direção ao PEIC, a procura de turistas é relativamente baixa se comparada ao Núcleo Maruja.

4.2.2 O Zoneamento do PEIC elaborado na Fase 2 do Plano de Manejo

Retomando ao plano de manejo, este é considerado um instrumento de gestão e planejamento para as UCs e foi definido pelo Regulamento dos Parques Estaduais Paulistas

(Decreto Estadual nº 25.341/86), como o projeto dinâmico que, utilizando técnicas de planejamento ecológico, determina o zoneamento de um Parque Estadual, caracterizando cada uma de suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico de acordo com suas finalidades, vulnerabilidades e aptidões.

Segundo o regulamento de 1986, o Plano de Manejo deve tramitar e ser aprovado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), indicando detalhadamente, o zoneamento da área total do Parque Estadual em questão, que poderá conforme o caso, conter as seguintes Zonas: intangível, primitiva, uso extensivo, intensivo, histórico-cultural, recuperação e uso especial.

A carta de zoneamento do PEIC elaborada no Plano de Manejo foi responsável pela demarcação das seguintes zonas:

A Zona Intangível, que abrange cerca de 90% do PEIC, segundo a disposição do Decreto Estadual de 1986, é aquela onde a primitividade da natureza deve permanecer intacta, não sendo toleradas quaisquer alterações humanas, representando o mais alto grau de preservação dentro da Unidade. O principal objetivo dessa zona é a proteção de ecossistemas, dos recursos genéticos e também monitoramento ambiental, visando a garantia da evolução natural.

A Zona Intangível é definida no PEIC considerando as porções territoriais que apresentam maior fragilidade do terreno, em função dos tipos de solo e relevo, bem como as formações vegetais em estágios mais avançados de regeneração ou que caracterizam ambientes únicos no contexto do Parque e até a região, em especial no que se refere aos habitats para a fauna residente e migratória.

Já a Zona Primitiva, segundo o Decreto de 1986, é aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. Possui características de zona de transição entre a Zona Intangível e a Zona de Uso Extensivo e seu principal objetivo de manejo é a preservação natural, facilitando concomitantemente as atividades de pesquisa científica, educação ambiental e propiciando formas primitivas de recreação.

A Zona Primitiva no Parque se dá em várias manchas distribuídas ao longo de todo o seu território, bordejando, em sua maior parte, a Zona Intangível, tem o papel de possibilitar a transição entre a mesma zona e as zonas com menor restrição de uso, assim como o de proteger importantes atributos da UC.

A Zona de Uso Extensivo é constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar alguma alteração humana. Considerada como uma zona de transição entre a Zona Primitiva e a Zona de Uso Intensivo. O seu principal objetivo de manejo é a manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, oferecendo, contudo, acesso a facilidade pública para fins educativos e recreativos. Ocupa porções territoriais dispersas no território da UC, com características específicas, onde se destaca a presença da ocupação, principalmente residências de moradores tradicionais e também de trilhas e de outras áreas voltadas à visitação pública, monitorada em sua maior parte.

A Zona de Uso Intensivo é constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, podendo conter o centro de visitantes, museus e serviços de alojamentos. O objetivo principal foi o de facilitar a recreação intensiva e educação ambiental em contato com o meio. É também nessas zonas que se concentram as estruturas de apoio à visitação e as porções territoriais mais alteradas do PEIC. Essa área deveria ocupar segundo o plano de manejo, aproximadamente 0,1% da área total do Parque e se concentrada no núcleo Perequê, onde há o centro de visitantes e ocorre numa área historicamente ocupada. No Núcleo Marujá contempla o trecho de praia em frente à vila, voltado para o mar aberto e compreende a parte “urbanizada da ilha”.

A Zona de Uso Especial se caracteriza pelas áreas necessárias à administração, manutenção e serviços do PEIC, abrangente habitações, oficinas e outros. Essas áreas devem sempre se localizar nas periferias da UC, não conflitando assim com o caráter natural do Parque. O principal objetivo dessa zona é minimizar o impacto de implantação das estruturas ou os efeitos das obras no ambiente natural ou cultural do Parque. Sobrepõe-se à zona de uso intensivo tanto no núcleo Perequê quanto no Marujá.

A Zona de Recuperação é caracterizada por ser uma zona provisória e uma vez restaurada, será incorporada novamente a uma das zonas permanentes. As espécies exóticas porventura introduzidas deverão ser removidas e a restauração deverá ser natural ou naturalmente agilizada. Deter a degradação dos recursos ou restaurar uma determinada área são os objetivos básicos dessa zona. Essas Zonas de Recuperação estão (ou estiveram) dispersas em manchas de tamanho variável, podendo ser demarcadas conforme critérios ou características específicos do meio físico e biótico.

Um exemplo dessa Zona de Recuperação se deu (e ainda ocorre hoje) na faixa de área urbanizada do Marujá, compreendendo o trecho onde existem edificações com ações demolitórias em andamento (principalmente casas de veraneio), presentes na faixa de dunas e

de entre-dunas. Área essa que constitui um corredor biológico ligando as formações do morro da Tapera com a restinga sul da Ilha. Sendo assim, novas áreas pontuais remanescentes após a efetivação de ações demolitórias em tramitação, podem ser incorporadas à Zona de Recuperação. Na época da elaboração da Fase 1 do plano de manejo, essa Zona era responsável por aproximadamente 9,1% da área total do PEIC.

Por fim, foi disposto também, a Zona Histórico-Cultural, onde são encontradas manifestações históricas e culturais ou arqueológicas, que devem ser preservadas, estudadas e interpretadas para o uso público, servindo à pesquisa, educação e uso científico. O objetivo principal foi o de proteger sítios históricos ou arqueológicos em consonância com o ambiente.

Alguns sítios culturais, históricos e arqueológicos já foram mapeados e inseridos nessa Zona, de forma pontual, abrangendo uma pequena área de entorno imediato. Sítios porventura descobertos, estudados e mapeados, deverão ser inseridos nessa zona.

As categorias e objetivos dessas diferentes zonas ainda estão em vigor, porém quando a proposta de elaboração do novo plano de manejo estiver concluída (previsão inicial para 2015), todas as zonas e seus objetivos serão atualizados e reformulados. Um dos maiores problemas apontados em relação à Zona Intangível, é que dada a sua abrangência, seria necessário repensar se o seu papel de preservação realmente se cumpre como um todo, posto que sua abrangência, ao passo que não está condicionada e aliada às ações efetivas de fiscalização e controle, acaba por resultar muitas vezes no efeito contrário, como apontado pelos moradores, posto que sua abrangência inibe a fiscalização, pela falta de recursos suficientes e pode favorecer (facilitar) o tráfico de espécies animais e vegetais.

Outra questão a ser analisada e repensada, é que dadas as proporções e abrangência da Zona de uso extensivo, mas sobretudo intensivo, qual seria de fato a proporção da Zona de Uso intensivo (aproximadamente 5% do PEIC) , para os índices e graus de conflitos que lá ocorrem ? São questões que necessitam de reflexão por parte do Conselho Gestor e Fundação Florestal, porém, necessitam também de diálogos entre as partes envolvidas e sobretudo um contundente esforço para solucionar ou encontrar alternativas de manejo apropriada e regularização fundiária e das atividades permitidas nessa Zona.

Abaixo, é apresentado no mapa 2 de zoneamento do PEIC, a categorização das zonas estabelecidas pelo plano de manejo .

O zoneamento inicialmente elaborado na Fase 1 do plano de manejo, posteriormente foi configurado e adequado à Fase 2 do plano, elaborada por técnicos do Instituto Florestal, posteriormente - Fundação Florestal - , Instituto Geológico, Instituto de Botânica da Universidade Estadual Paulista (campus de Rio Claro) e pela equipe técnica do PEIC, sendo organizada pelo responsável do Parque e também sob a coordenação geral da equipe dos Planos de Manejo do PPMA.

4.2.3 A organização do Conselho Gestor atual do PEIC e as Mudanças na Estrutura dos Conselhos Gestores da Fundação Florestal no estado de São Paulo

A sede administrativa do PEIC está localizada à Av. Prof. Wladimir Besnard, s.n.º, Morro São João, Cananéia – SP. Há duas Bases de Fiscalização, que ficam nos Núcleos da Ilha feito por acesso hidroviário. A primeira Base encontra-se no Núcleo Pereque – Sede do Parque- e a Base de Fiscalização da Ilha no Núcleo Marujá – Sul. A Sede Regional está localizada na Rua Clara Geiannotti de Souza, 1139, em Registro – SP.

A equipe do Conselho Gestor do PEIC se concentra tanto na Sede administrativa em Cananéia, quanto nas Bases de fiscalização e monitoramento e está se constituindo através dos Funcionários da Fundação Florestal e de uma equipe de Guarda- Parques terceirizada.

O gerente geral das Unidades de Conservação do litoral sul, é o geólogo Mário José Nunes de Souza que se reveza entre outras bases de UCs e a Base do PEIC. A Gestora do PEIC é a Pedagoga Márcia Lima (Mandato : fim de 2012 até atualmente), que possui o nível de hierarquia superior na base do PEIC e além de comandar e sistematizar a gestão do PEIC, tem autonomia para contratação de monitores, equipes de fiscalização, guarda-parques, etc.

A equipe do Conselho Gestor conta com um funcionário no cargo de administrador, responsável pelas tramitações burocráticas, administrativas e financeiras do PEIC; três funcionárias secretárias- administrativas da Gestora do PEIC.

Durante o período letivo do ano, o Conselho Gestor faz contratações terceirizadas de monitores ambientais em parceria com o IPEC- Instituto de Pesquisas Cananéia e contrata o número de monitores que julgar necessário para o período letivo e também nos períodos de alta temporada.

Os dois monitores fixos do PEIC que estão há 8 anos na Fundação Florestal e trabalham na Base do PEIC e nos Núcleos Perequê (principalmente) e também Marujá.

A equipe de fiscalização é composta por dois Fiscais Ambientais que fazem parte da equipe do Conselho Gestor há 9 anos e são responsáveis pela fiscalização de todos os Núcleos do PEIC e trabalham com rodízios de dias alternados para os Núcleos.

A equipe do Conselho conta ainda com 5 Guarda- Parques, contratados por uma empresa terceirizada em Cananéia, que se revezam no Núcleo Perequê, o único que conta com Guarda – Parques, em turnos de 12 horas. 2- 1 a 4 guarda -parques que se revezam no pereirinha (nos outros núcleos não há) e são terceirizados

No mesmo Núcleo, há também três funcionários contratados pelo PEIC durante a gestão de Marcos Campolim e que permanecem até atualmente. Conhecidos como “ Seu Ilzo e Dona Valéria”, são moradores tradicionais do Núcleo Pereque e que auxiliam no controle de entrada e permanência de turistas no PEIC, bem como são responsáveis pelo alojamento de pesquisadores nesse Núcleo e limpeza e manutenção das áreas de visitação do mesmo. O terceiro funcionário, o bombeiro Thiago Rodrigues, também é morador tradicional do Núcleo e se reveza nos períodos de alta temporada, entre os Núcleos Pereque e Marujá na função de Salva vidas do PEIC.

No Núcleo Marujá, o presidente do Conselho da Associação de Moradores Amilton Oliveira, é o responsável pelo monitoramento e controle geral do Alojamento disponível para os monitores ambientais em períodos de alta temporada ou feriados, apesar de tal alojamento possuir boa estrutura para receber pesquisador, nos últimos dois anos, foi vetada a permissão para hospedagem de pesquisadores, apenas para monitores ambientais.

Está em processo de desenvolvimento pelos membros da Associação de Moradores do Marujá (cada núcleo possui membros no conselho consultivo, porém, considerado com maior “influência” nas reuniões com a gestão, é de fato os membros do Marujá, que são articulados no sentido de conseguirem melhorias e incentivos ao desenvolvimento do turismo) uma proposta de recategorização do Núcleo Maruja, para passar de integrante de Parque Estadual para integrante de uma RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável).

Porém, ainda é algo introdutório e sem a oficialização perante o Conselho Gestor do Parque. A opinião dos moradores de outros núcleos é dividida, pois além de não estarem articulados em relação à proposta, caso ela viesse a ocorrer, beneficiaria somente o Núcleo Marujá, a menos que outros, com o Perequê, também com potencial turístico, embora em menor escala, fosse incorporado. Uma das maiores reivindicações para a criação da RDS,

além de flexibilizar as atividades turísticas, é que nas RDS, o Conselho Gestor é deliberativo e assim, os membros do Conselho deste Núcleo, caso se tornasse uma RDS, passariam a atuar num Conselho Deliberativo e não mais de forma consultiva, como atuam hoje no Conselho Gestor do PEIC.

Em entrevista com o Conselho Gestor do PEIC, a atual gestora apontou que em relação aos avanços nas estratégias de gestão institucional, um avanço importante que vem sendo trabalhado na tentativa de incorporação nas UCs, foi o Plano Nacional de Áreas Protegidas, o PNAP, Decreto n. 5.5758 de abril de 2006. O PNAP trata-se de uma política de gestão integrada dos espaços territoriais protegidos, caracterizados por áreas delimitadas geograficamente, que conservam a biodiversidade brasileira, quer seja aqueles criados, regulamentados e manejados com fins de conservação da natureza, como as UCs, ou aqueles que simplesmente contribuem para o alcance desse objetivo por meio do manejo sustentável dos recursos naturais, como as terras indígenas e de remanescentes de quilombos, além das APA e Reservas Legais, visando desse modo, a conectividade entre espaços territoriais protegidos.

Desse modo, o PNAP, é um instrumento norteador de planejamento e gestão integrada e sistêmica, que estabelece uma política abrangente de áreas protegidas. No âmbito internacional, o PNAP atende às recomendações do V Congresso Mundial sobre Parques, de 2003, incorporados ao programa de trabalho de áreas protegidas da CDB, de reconhecimento da importância e valorização de povos indígenas e tradicionais na conservação da biodiversidade.

Essa política é um instrumento de gestão de conservação *in situ* brasileira baseado na participação, pactuação entre governo e sociedade civil, e articulação de políticas públicas setoriais. Seus princípios e diretrizes expressam essa nova visão de gestão de áreas protegidas, integrando-se à dinâmica regional e ao desenvolvimento local. Destacando seu papel social, propondo a inclusão das populações locais e a valorização da sociodiversidade e estabelecendo mecanismos participativos e de controle social.

O papel do Conselho Gestor é de fundamental importância para a efetivação das UCs, visto que tais conselhos são incumbidos de importantes ações, como acompanhar, elaboração, implementar e revisar o plano de manejo de uma UC (garantindo seu caráter participativo). Assim como cabe ao conselho gestor, avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual, elaborado pelo órgão executor, além de ter a obrigação de se manifestar em casos de obras ou atividades causadores de impactos sobre a UC ou em zona de

amortecimento desta, por exemplo. Como coloca Santilli (2005), Através do conselho gestor, procura-se assegurar a participação e algum poder decisório a todos os atores e segmentos sociais com interesses relacionados com a unidade.

Visto a importância do papel do Conselho Gestor, um fato notório e que preocupa não só membros do Conselho Gestor como também as comunidades tradicionais (no caso do PEIC), é a ocorrência de elevada rotatividade de equipe gestora nos últimos anos não apenas no PEIC, mas em muitas UCs do estado de São Paulo, reflexos das mudanças e direcionamentos da Fundação Florestal. O maior registro de um só gestor no Parque é de quase sete anos quando houve o mandato de Marcos Campolim e a elaboração da Fase 2 do Plano de Manejo. O que se constata na perspectiva dos conflitos territoriais, é que com a rotatividade das equipes do Conselho Gestor, novas decisões e demandas podem ser atribuídas à organização dos moradores no PEIC ou mesmo suprimidas no caso de projetos já em andamento por exemplo.

Em maio de 2014, foi aprovada a Portaria FF/DE N°093/2014 (em anexo), pelo Diretor Executivo Olavo Reino Francisco, da Fundação Florestal para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo que dispõe sobre a Criação do Grupo de Trabalho para elaboração da proposta de criação de Programa de Governo para o reassentamento das populações tradicionais em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida (Art.1).

Esta Portaria se fundamenta na Lei Federal n° 9.985 que institui o SNUC, no Decreto Estadual n° 51.453 de 2006 e a Resolução SMA n° 16 de abril de 2007, que instituíram o Sistema Estadual de Floretas – SIEFLOR e o Processo FF n° 1335/2013, que trata do Termo de Cooperação Técnica celebrado entre a Fundação Florestal e a Fundação ITESP (Instituto de Terras de São Paulo) para elaborar a proposta de Programa do Governo para o reassentamento das populações tradicionais residentes em UCs de Proteção Integral nas quais sua permanência não seja permitida.

No Parágrafo único desta Portaria, a Fundação Florestal dispõe que providenciará os meios administrativos necessários à realização das reuniões e outras atividades do Grupo de Trabalho.

A Portaria entrou em vigor na data de sua publicação e o Grupo de Trabalho se deu por representantes das seguintes áreas: dois representantes do Núcleo de Regularização Fundiária, dois representantes da Diretoria Litoral Norte e Diretoria Litoral Sul, um do Núcleo

Metropolitana e Interior, um da Assessoria Jurídica e por cinco membros do ITESP (em anexo).

A notícia repercutiu com preocupação entre os moradores do PEIC, visto que até junho deste ano, o Conselho Gestor liderado pela Gestora Márcia Lima (mandato desde 2013) ainda não havia se manifestado nas reuniões entre o Conselho Gestor e os moradores para esclarecer como o Grupo de Trabalho em questão está trabalhando em relação às questões de um possível reassentamento no PEIC. Segundo Membros da Associação de Moradores do Núcleo Perequê e Marujá, os moradores de UCs do Vale do Ribeira estão cientes dos objetivos da nova Portaria em priorizar a questão fundiária nas UCs com vistas ao reassentamento e as ações deste Grupo de Trabalho devem ser oficializadas nos próximos meses em relação ao que é estabelecido pela Portaria.

No caso do PEIC, o estabelecimento do território político de proteção da natureza, neste caso, vem causando novas demandas e preocupante cerceamento da possibilidade de produção dessas territorialidades, provocando o enfraquecimento dos seus modos de vida tradicionais.

Portanto, diante do histórico de criação das áreas protegidas no mundo e posterior incorporação ao contexto de institucionalização das Unidades de Conservação no Brasil, e a forma como os desdobramentos destas ocorreram na criação do PEIC e se manifestam atualmente, é perceptível que o nível de complexidade que envolve as UCs e no caso, o PEIC, é no mínimo, muito abrangente, por isso a importância de uma análise que trabalhe na tentativa de integrar seus fenômenos e analisar as implicações destes.

Nos últimos anos, a discussão sobre o aparelhamento político nas unidades de conservação do estado de São Paulo tem repercutido com preocupação entre Gestores de UCs, pesquisadores e as populações tradicionais. No atual mandato do Secretário do Meio Ambiente, as mudanças na hierarquia e nas tomadas de decisões das instituições ambientais no estado de São Paulo tem repercutido sobre a Fundação Florestal e conseqüentemente, sobre os funcionários da mesma nas diferentes UCs do Estado.

Em notícia publicada pelo Jornal o Estado de S. Paulo, Estadão, em agosto de 2013 – por Girardi - intitulada “ambientalistas veem aparelhamento político em UCs de São Paulo”, é denunciado que técnicos das equipes gestoras das UCs vêm sendo trocados por líderes de partido sem critérios que justifiquem tais ações

Vários técnicos de carreira, com grande experiência na área foram demitidos ou afastados de suas funções nos últimos dois anos segundo a matéria. Os gestores de quase

todas as UCs foram trocados (alguns deles várias vezes) e, em vários casos, substituídos por técnicos ou por pessoas sem qualificação na área.

Já a assessoria da SMA disse que a afirmação lhe causava “profunda estranheza”, e rebateu as críticas de aparelhamento oficialmente dizendo: “É possível que, com a mudança de alguns gestores, interesses tenham sido feridos e, desse modo sim, desfeito um “comitê” dirigido a interesses de grupos minoritários ou de pessoas”.

Ainda segundo a reportagem:

No início do mês, o gestor da APA Marinha do Litoral Centro, o oceanógrafo Marcos Campolim – considerado um dos técnicos mais experientes da Fundação Florestal -, foi demitido e substituído por André Alvino Guimarães Caetano, um ex-diretor de finanças do Sindicato do Magistério no Estado de São Paulo e membro do Conselho Estadual de Educação. O diretor executivo da Fundação Florestal, disse que Caetano é um “biólogo muito conceituado na área” e está capacitado para gerir a APA Marinha.

Questionado pela reportagem sobre a justificativa para as diversas indicações, a SMA destacou que a função de gestor abrange uma grande diversidade de tarefas, “que impõe a necessidade de um conhecimento multidisciplinar”. Assim, a diversidade na formação profissional ao invés de ser empecilho, se mostra, na verdade, uma possibilidade de troca de experiências e soma à equipe, que passa a ter uma visão multidisciplinar dos problemas”, afirma a secretaria.

Repercussão. A saída de Campolim repercutiu negativamente na área ambiental e um abaixo-assinado foi lançado na internet para reinstituí-lo. Para a bióloga Ingrid Oberg, chefe do Ibama na Baixa Santista durante dez anos e ex-membro do Conselho Gestor da APA Marinha Litoral Centro, a troca é mais um exemplo de loteamento de cargos que vem sendo praticado na gestão atual. “Claro que influência política sempre existe em qualquer administração, mas no último um ano e meio houve um retrocesso muito grande. A coisa piorou muito”, disse Ingrid. Campolim foi procurado, mas não quis se manifestar.

O diretor da FF defendeu as escolhas de gestores feitas durante sua gestão: “Prefiro muito mais um gestor que entenda de administração do que um técnico”, afirmou Francisco, argumentando que é mais fácil dar suporte técnico a um administrador do que ensinar um técnico a administrar. “Há unidades de conservação onde não adianta colocar um técnico.”

O diretor da FF nomeado em 2012, pelo Secretário Bruno Covas, Olavo Reino Francisco, é ex-delegado do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), órgão de repressão da ditadura militar. Abaixo dele, o atual diretor para o Litoral Sul e região de Paranapanema, Cesaltino Silva Júnior, é advogado e corretor de imóveis.

Só no ano passado, com um único Decreto (nº 58.234/2012), o governo estadual criou 40 cargos comissionados na FF, incluindo 26 chefes de UCs e 14, para assessores. Com isso, o número de cargos de confiança na FF aumentou para 105, enquanto que o de cargos concursados manteve-se

inalterado, 408. Segundo a secretaria, a criação das vagas deve-se ao aumento no número de unidades geridas pela FF, “o que implica, necessariamente, num aumento da demanda de trabalho e necessidade de funcionários”.

“Esse aparelhamento político do sistema é que mais preocupa”, diz o ambientalista Beto Francini, membro do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e candidato a vereador pelo PV em Ubatuba, em 2012. “Enquanto isso, as unidades de conservação estão jogadas às traças. Com palmiteiros e caçadores fazendo a festa”.

“A situação das UCs do Estado está tão ruim que, de coração, eu tenho vontade de chorar. Só não saio porque quem ficar no meu lugar pode não ter essa mesma preocupação”, desabafa um gestor. (Girardi, 2013.)

No caso do gestor Marcos Campolim, atualmente, o mesmo está trabalhando com pesquisador da FF no Instituto de Pesca da Cananéia, na mesma sede onde se encontra instalada a sede do Conselho Gestor do PEIC do qual já fez parte.

As mudanças na Fundação Florestal se refletem no PEIC em relação à rotatividade da equipe do Conselho Gestor, aos graves problemas enfrentados durante a construção e reforma do Centro de alojamentos no Núcleo Perequê, conforme apresentado e também em relação aos projetos e perspectivas do Conselho Gestor que atualmente não tem adotado como estratégia, investir efetivamente numa Gestão considerando a parceria dos moradores de todos os Núcleos.

A Ilha do Cardoso enquanto Unidade de Conservação se manifesta em um universo dialético de perspectivas territoriais, onde de um lado está o território político que legisla sobre como os modos de vida das comunidades que ali vivem e do outro lado, estão em jogo as relações que essas comunidades desempenham no campo do natural e do simbólico, das representações socioculturais que essas comunidades expressam na paisagem.

Uma questão muito importante sobre as diferentes perspectivas e territorialidades das comunidades e também do Conselho Gestor, é a de que não é possível realizar uma discriminação taxativa sobre os problemas enfrentados pelas comunidades e o Conselho Gestor como se fossem apenas dois níveis distintos de diálogos. As próprias comunidades possuem aspirações que muitas vezes não convergem entre si ou com os objetos do Conselho Gestor.

As relações entre as comunidades tradicionais e delas com o Conselho, não ocorrem de maneira simplificada, muito pelo contrário, as relações entre próprias as comunidades coexistem, sobretudo no âmbito dialético e assim também ocorre em relação às ações da

Gestão. São territorialidades construídas e retrabalhadas constantemente em um nível complexo de relações. Nesse sentido, essas questões não se findam por aqui.

Portanto, é necessário também trazer algumas reflexões importantes sobre as perspectivas que as comunidades tradicionais expressam em relação ao PEIC e que estão intimamente relacionadas às identidades territoriais, num sentido de suas representações paisagísticas, considerando os diferentes olhares que as comunidades constroem sobre o lugar onde vivem.

4.3 As Perspectivas Paisagísticas no Parque Estadual Ilha do Cardoso

Como apresentado, as configurações territoriais e as perspectivas que as comunidades tradicionais possuem da Ilha do Cardoso estão correlacionadas contextualizando-se de forma não dissociada, pois não há aqui uma ruptura brusca de elementos a serem discutidos. Trabalhamos na tentativa de abordar, portanto, alguns aspectos relacionados aos olhares e representações da paisagem dos moradores da Ilha do Cardoso a partir da realidade cotidiana que envolve uma carga de complexidade simbólica das representações socioculturais.

Através do sistema GTP, trabalhamos na tentativa de abordar as dinâmicas socioambientais do PEIC e a “complexidade vivida do cotidiano” de uma dada realidade (Bertrand, 2009) e sua importância para a análise da paisagem. Para este autor, a paisagem não é apenas natureza. Ela é uma criação humana, a marca de uma sociedade sobre um território. Sua análise nos permite a compreensão de fenômenos materiais configurados através do território e a apreensão dos fenômenos imateriais, os quais num primeiro momento não são nitidamente perceptíveis e aparecem a partir do momento em que estamos imersos à realidade cotidiana analisada. Para o referido autor, partir da paisagem é partir da experiência vivida das populações implicadas, o lugar onde se colocam concreta e humanamente as questões do meio ambiente e da transformação do território. Nesse sentido, Bertrand (2009, p.292) apresenta dois subconjuntos que compõem o modelo de interpretação da paisagem:

-um subsistema “cultural” baseado nas percepções e representações paisagísticas que deve revelar a diversidade de cruzamento dos olhares sobre um mesmo território. Ele permite, em particular, evidenciar as questões, as contradições e os conflitos que nascem em torno da paisagem. Os olhares não são todos iguais; eles se hierarquizam em função de um modelo dominante fortemente mediatizado.

- um subsistema material que propõe uma análise dos objetos da paisagem, com suas características biológicas ou físicas, sua organização espacial e seu funcionamento histórico.

A confrontação permanente entre estes dois subsistemas, com diferentes escalas de tempo e de espaço, permite analisar a sinergia do complexo paisagístico e evidenciar as disfunções internas, retroações, inércias e defasagens, que caracterizam toda a paisagem.

Com respeito a algumas abordagens do conceito de paisagem, Saquet (2013, p.144) traz uma análise a sobre as argumentações de Raffestin (2005) ao unir paisagem e território:

O homem, graças a sua cultura, faz duas coisas de importância: cria material e espiritualmente. O homem cria, com o desejo, com a vontade de construir uma paisagem ideal na qual possa reconhecer sua história, sua cultura. O desejo cria imagens, que são instrumentos de estudo e para construir novos territórios. A paisagem significa estas imagens do real ou do próprio imaginário (científico, artístico), o que revela, simultaneamente, uma forma de ligação da paisagem com o território, como abstração e representação no desejo por novas paisagens e na projeção do futuro. [...]

De acordo com outra perspectiva, Ab'Saber (2003, p.10) expressa uma contribuição contundente acerca das paisagens “materiais”:

Num primeiro nível de abordagem, poder-se-ia dizer que as paisagens têm sempre o caráter de heranças de processos de atuação antiga, remodelados e modificados por processos recentes (...). E num segundo plano de abordagem, é indispensável ressaltar que as nações herdaram fatias- maiores ou menores- daqueles mesmos conjuntos paisagísticos de longa e complicada elaboração fisiográfica e ecológica. Mais do que simples *espaços territoriais*, os povos herdaram paisagens e ecologias, pelas quais certamente são responsáveis, ou deveriam ser. Desde os mais altos escalões do governo e da administração até o mais simples cidadão, todos têm uma parcela de responsabilidade permanente, no sentido da utilização não predatória dessa herança única que é a paisagem terrestre.

Já Santos (1999, p.61), aponta que a paisagem é tudo aquilo que nós vemos, podendo ser o domínio visível, não sendo constituída apenas por volumes, mas incorporando também movimentos, cores, sons, tornando assim, objeto de percepção humana,

[...] do universo subjetivo dos indivíduos onde estão incluídos os sentimentos em relação às paisagens, ou seja, afetividades, vivências, experiências, valores, a cultura simbólica, as representações, identidades e territorialidades, que, segundo o tipo de experiência com a Natureza, ou percepção, reflete diferentes sentimentos e comportamentos com relação a ela. Para cada pessoa ou grupo a paisagem terá um significado, porque, as pessoas atribuem valores e significados diferentes às suas paisagens, traduzidos em sentimentos de enraizamento ou desapego aos lugares.

Deste modo, de acordo com o autor, a Paisagem não pode ser vista apenas na expressão material da natureza e da sociedade, mas também, na sua essência, vale dizer como uma elaboração social e cultural, dotada, portanto, de vida humana.

A paisagem possui indicadores de valores diferenciados pelos indivíduos que exercem níveis de atuação diferentes sobre ela, de acordo com os seus projetos e aspirações, que revelam o grau de ligação que possuem com a paisagem. Assim é possível perceber as contradições que aparecem entre as representações paisagísticas de um mesmo indivíduo ou grupo, portadores de projetos paisagísticos diferentes (Bertrand, 2009).

A paisagem não expõe apenas o que lhe é dado pela natureza; incorpora resultados da cultura, ao mesmo tempo em que a compõem. Assim, ela não está fora do contexto social em seu movimento histórico; o integra com seus valores, com suas representações e seus símbolos. Paisagem é a expressão fisionômica do espaço geográfico que se observa. Constitui o cenário da existência de cada um. Desta feita, seu conceito é impregnado de conotações culturais e ideológicas. Vários componentes intervêm no momento de se captar sua imagem. Deste modo, ela não pode ser vista apenas na expressão material da natureza e da sociedade, mas também, na sua essência, vale a dizer como uma elaboração social e cultural, dotada, portanto, de vida humana (Orsomando et. al 2000).

Frémont (1995) propõe uma questão muito sábia: “... *mas quem vê a paisagem?*...” Pode-se constatar que os componentes de uma mesma paisagem são percebidos de maneiras distintas pelos atores que dela fazem parte.

Portanto, ao trabalhar na tentativa de compreender como se dão as representações paisagísticas diversas que surgem sobre o PEIC de acordo com diferentes projetos dos indivíduos atuantes, sejam comunidades, entre aqueles que tentam manter seus modos de vida tradicionais, sejam as comunidades que optaram apenas pelo segmento do turismo, seja pelo híbrido entre ambos ou em relação aos projetos do Conselho Gestor, o qual têm seus projetos paisagísticos fundamentos nas políticas de conservação. De forma são diversos os projetos de vida ou perspectivas ali presentes, podendo projetar a paisagem do ponto de vista econômico/utilitário, ou pela perspectiva do simbólico, no campo da paisagem afetiva e dos seus olhares sobre uma mesma paisagem.

Ressalta-se que não se pretende aqui, propor uma nova categoria sobre a análise da paisagem, mesmo porque, já há bastante tempo, diversos autores vêm estudando e evolução da mesma. As abordagens desses autores sob as perspectivas da materialidade e imaterialidade, subjetividade e objetividade, da paisagem, atentam para a relevância da análise voltada à percepção das pessoas como um caminho para se compreender um pouco mais sobre as dinâmicas ambientais do território.

A importância das representações paisagísticas que um indivíduo carrega, vem acompanhada de toda uma relação dialética inerente a ele próprio e também à maneira como se dá sua relação com o outro e da sociedade com o seu próprio território. Essa relação dialética expressa quais são as paisagens que realmente fazem parte da vida cotidiana de um indivíduo ou de uma comunidade e quais são suas peculiaridades. Sobre essa importância, Souza (2010, p.119) atenta que ela,

Está frequentemente vinculada às possibilidades que a paisagem oferece tanto como representação sociocultural e objeto da percepção humana quanto ponto de partida para a análise das dinâmicas socioambientais de um dado território, suas transformações históricas e, também, ponto de partida para a reflexão sobre formas de intervenção na realidade (objetivando o desenvolvimento local, por exemplo). A paisagem é caracterizada, antes de tudo, pela transversalidade: ela é categoria de análise; objetividade; subjetividade; (i)materialidade e possibilidade.

Dessa forma, adotamos as estratégias de trabalho de campo de forma a conseguir trabalhar nessas propostas de representação paisagísticas. Definidos os núcleos onde os trabalhos de campo foram feitos (Perequê e Cambriú ao norte da Ilha, Marujá ao sul, Enseada da Baleia, Vila Rápida e Pontal do Leste – extremo sul), foi elaborado um guia de questões para auxiliar na realização das entrevistas semidirigidas (quadro 5).

Algumas reflexões alcançadas durante os trabalhos de campo dizem respeito aos muitos sentimentos e olhares que os moradores do parque (caiçaras ou não) projetam sobre o território onde vivem e sobre a paisagem local. Esses sentimentos se inter cruzam quando as pessoas expressam distinções entre características positivas ou negativas em relação aonde vivem. O que está intrinsecamente relacionado à questão de identidade territorial, ou seja, com o sentimento de pertencimento ou não a certo lugar.

Outra questão observada (e apontada sobre a configuração territorial do PEIC) está relacionada aos anseios dessas pessoas quanto à sua situação jurídica indefinida sobre permanência ou não parque. Tão importante quanto essas questões, são as relacionadas às lembranças de acontecimentos marcantes que os moradores têm sobre algum aspecto pessoal de suas vidas que consideram importantes.

Guia de questões: percepção da paisagem	
Questões	Intenções
1- Nome, idade, estado civil, com quem mora.	Conhecer o perfil dos moradores do PEIC
2- O Sr.(a) gosta de viver neste lugar? Por quê?	Analisar a ligação com o lugar, o sentimento de identidade, de pertencimento.

<p>3-Sempre morou aqui? 3.1- Sim: já teve oportunidade para viver em outro lugar? Quais os motivos que lhe fizeram ficar aqui? 3.2- Não: onde é que também já morou? Durante quanto tempo? Quais os motivos que lhe fizeram sair daqui? O que fez com que o senhor(a) voltasse para cá? Quando esteve fora, do que sentia mais falta (coisas, lugares, pessoas...)?</p>	<p>Objetiva-se perceber se desde a primeira vez que a pessoa chegou à sua propriedade, nunca tenha mudado e o que fez com que nunca mudasse em caso de oportunidade para tal. Verificar o que impulsionou a saída do lugar; se sentiu falta de alguma coisa demonstrando uma ligação e o que impulsionou o retorno.</p>
<p>4- Como era este lugar no passado (10, 20, 30 anos atrás)? O local mudou muito deste tempo até os dias de hoje? Em sua opinião quais foram as principais mudanças?</p>	<p>Pretende-se comparar como era a paisagem do núcleo em questão no passado e como é na atualidade, se os moradores perceberam grandes mudanças com a criação da UC, o que eles acharam dessas mudanças, se melhorou, se foram significativas.</p>
<p>5- Quando o senhor(a) pensa neste lugar em que vive, qual é a primeira imagem que lhe vem na cabeça?</p>	<p>A intenção é que os moradores digam qual a paisagem que mais os marcou, a de maior importância na vida deles.</p>
<p>6- Qual é a importância do mar, do complexo estuarino, das matas, na sua vida, no seu dia-a-dia, como o senhor percebe esses elementos no seu cotidiano?</p>	<p>Verificar se os moradores sentem a necessidade da existência dos elementos físicos ali presentes, tanto em termos de atividades turísticas, tanto como patrimônio afetivo e de sobrevivência.</p>
<p>7- Como o senhor(a) avalia a preservação dos recursos naturais aqui presente, visto que mora em uma Unidade de Conservação de Proteção Integral?</p>	<p>Avaliar como os moradores percebem os recursos naturais e deles se apropriam; se conseguem apontar mudanças ao longo do tempo.</p>
<p>8- De que forma o senhor(a) pensa o futuro deste lugar? Consegue se imaginar vivendo em outro lugar, em um meio completamente diferente, urbanizado, por exemplo?</p>	<p>Verificar se os moradores possuem visões diferenciadas e opiniões quanto ao futuro e preservação da Unidade. Se de algum modo conseguem se imaginar longe da Ilha.</p>
<p>9- Qual imagem(ens) o senhor(a) levaria deste lugar em caso de uma mudança amanhã? Por que esta imagem?</p>	<p>A intenção é extrair um sentimento que os moradores possuem das paisagens que fazem parte do cotidiano de cada um deles, uma paisagem que seja íntima.</p>
<p>10- Quais fotografias o senhor(a) enviaria a um parente que está distante para que ele conheça o lugar onde vive?</p>	<p>Verificar quais paisagens os moradores consideram que são importantes no Parque e que os identificam / representam.</p>
<p>11- Para o senhor, qual o significado (importância) da Ilha do Cardoso ser uma Unidade de Conservação, instituída como categoria de proteção integral.</p>	<p>A intenção é verificar como os moradores lidam com essa questão e se, realmente atentam para o fato de viverem numa área protegida e como se apercebem da Unidade de Conservação. O quanto de fato sentem-se responsáveis também pela conservação dessa área protegida.</p>
<p>12- Quais paisagens você pensa que deveriam ser fotografadas porque são de extrema beleza cênica e patrimônio natural e afetivo? Em sua opinião, por quais motivos esta(s) paisagem(ens) deixará(ão) de existir em outros locais que não são áreas protegidas e por quê?</p>	<p>Verificar se os moradores percebem mudanças drásticas na paisagem e o que poderia vir a desaparecer caso a Ilha do Cardoso não tivesse se tornado UC.</p>
<p>13- A sua vida neste local está melhor agora do que no passado? Por quê?</p>	<p>A intenção é perceber se os moradores preferiam a vida do passado ou a atual. A ideia é apreender como as transformações e dinâmicas socioambientais ocorreram lá antes e depois da transformação da Ilha em Parque e conseqüentemente, com as legislações ao longo dos anos.</p>

Quadro 5: Modelo de questionário aplicado aos moradores dos Núcleos do PEIC durante a realização dos trabalhos de campo.

Orgs.: Messias M. dos Passos; Thislainy Kanevieskir; Reginaldo J. Souza (2010); Jéssica de Lima Silva (2013)

A escolha das questões foi estabelecida conforme nossos objetivos na tentativa de compreender as percepções da paisagem, o sentimento de identidade, as perspectivas em relação ao local onde vivem, o sentimento de conviver diariamente com um ambiente tão diferenciado e mesmo inacessível para a maior parte das pessoas. É importante frisar que estas questões não pretenderam - em nenhum momento das entrevistas - gerar respostas fechadas.

Em relação ao *perfil dos entrevistados*, a maioria deles já nasceu no Parque, independente de serem caiçaras ou não. A média da faixa etária dos mesmos estava entre 45 e 70 anos. Alguns são aposentados e a maioria deles trabalha com o turismo, principalmente

nos núcleos Marujá e Perequê. Já no Cambriú, Enseada da Baleia, Vila Rápida e Pontal do Leste, a maior parte deles trabalha com a pesca de cerco, prática tradicional que não agride os filhotes de peixe, pois entre as madeiras, eles conseguem escapar. Foram entrevistadas 36 famílias durante a realização dos dois trabalhos de campo. Entrevistamos também alguns moradores entre 20 e 40 anos, alguns trabalham com atividades turísticas (normalmente junto à suas famílias e poucos com a pesca de cerco).

Identidade e sentimento de pertencimento à Ilha do Cardoso

Quando perguntamos aos moradores dos diferentes Núcleos, se gostavam de viver na Ilha, a resposta foi unânime, até mesmo entre os mais jovens (outros deixaram o parque para tentar a vida nas cidades, em busca de melhores condições de estudo e trabalho), que alegaram não imaginar suas vidas por muito tempo fora da Ilha. “... *temos sorte de poder morar aqui, não imagino minha vida em outro lugar...*” (Patrícia, 29 anos); “*Aqui tem tudo que a gente precisa, tem o mar, o rio, os peixes, que é nosso alimento...*” (Vlad, 47 anos, Seu Ezequiel, 73, Márcia, 35).

O sossego e a paz que a Ilha proporciona também foi uma das respostas mais presentes, em contrapartida foi a justificativa de uma moradora (Dona Valdete, 53) por não gostar muito de lá “é sossegado demais, às vezes a gente se cansa...”;

“Eu gosto daqui porque é minha casa, sou pescador, a gente vai todo dia pescar. Agora nós estamos mexendo com cerco. Aí amanhã vamos mergulhar no cerco pra colocar as palhas, aí quando a gente despesca, leva pra Cananéia, nós montamos tudo, do cerco até o final. É bem trabalhado, todo dia tem que trabalhar. É cerca de um mês pra montar o cerco. E aí os peixes ficam livres lá dentro. O cerco é de madeira e bambu. Antes era usado a taquara né? Agora a gente faz de tela né? A taquara não foi proibida, mas é mais difícil conseguir autorização, e também, é que a tela se aproveita mais, a taquara, um mês ela já cai dependendo da sazonalidade e a tela não, a gente só troca, mas se aproveita mais. Nós pescamos de manhã cedo, depois da maré e depois despesca” (Daco, 34 anos).

A permanência no PEIC

Diante de nossa pergunta sobre o tempo de permanência ou períodos de ausência dos entrevistados, a maioria alegou que nunca morou fora do Parque, mesmo porque, há restrições de tempo de ausência permitida pelo Conselho Gestor, não podendo ultrapassar seis meses ausentes do Parque. E nesse caso, é exigido também que algum membro da família permaneça

na ausência de outro, não ultrapassando, portanto, o período de seis meses. A maior parte dos entrevistados disse nunca ter se afastado do Parque por mais de um mês. Outros se ausentaram para ir trabalhar em centros urbanos, mas sempre retornavam nos feriados para não ultrapassar o prazo de seis meses. Interessante lembrar que os moradores que se ausentaram, sempre voltaram por causa de suas famílias. “Trabalhava muito em São Paulo (capital) e juntava todas as minhas folgas para poder ver meus filhos”....(Isidoro, 47 anos).

Além dos moradores tradicionais caiçaras, os outros moradores considerados tradicionais que vieram da região Sul do País (conforme apontado anteriormente) e se permaneceram no Parque pelo tempo de gerações, a maior parte relatou que não se imaginaria nas cidades de origens de seus antepassados. A grande parte deles trabalha com as atividades turísticas e se concentram, sobretudo no Núcleo Marujá.

Principais Transformações na Paisagem

Segundo os moradores, as principais transformações na paisagem ocorreram quando a Ilha foi instituída unidade de conservação. As políticas restritivas que não permitiam as atividades agrícolas foi um grande marco para a maioria deles, mesmo para os que trabalham somente com o turismo.

Exceto os mais jovens que não vivenciaram esse período, os moradores disseram que houve um cerceamento do ponto de vista da reprodução de seus modos de vida e conseqüente obrigação de se adequar rapidamente às atividades turísticas ou optar por viver apenas da pesca. As proibições trouxeram problemas para os moradores (como apontado anteriormente), os que não deixaram o parque, e não aderiram às atividades turísticas, enfrentam certas dificuldades econômicas em função da logística da atividade pesqueira, por exemplo, em Vila Rápida, Enseada da Baleia, Pontal do Leste e principalmente na Vila Rápida, pois moradores que trabalham com a pesca, precisam se dirigir até Cananéia quase diariamente, para venda dos peixes, visto que na Ilha só há a energia a partir de geradores e são bancadas pelas associações de moradores de cada Núcleo, porém em Núcleos com poucas famílias como na Enseada, Vila Rápida, Pontal do Leste, os geradores precisam ser bancados pelos próprios moradores, e muitas vezes, não há dinheiro nem mesmo para o combustível (óleo diesel) dos mesmos, quanto mais para a manutenção.

Na resposta de Seu Isidoro: *“quando virou parque também, toda a fartura das plantações foi extinta né? Mesmo que não acontecesse como eles falassem, o pessoal ficava com medo e então não plantava mais, porque eles diziam que a Polícia Florestal iria multar.*

A gente plantava aqui mesmo, mas se queria plantar arroz, feijão, essas coisas, teria que plantar em outro lugar, num lugar melhor. E mesmo hoje, se a gente faz um canteiro, uma hortinha, a gente não tem muito tempo pra cuidar da horta. Se quiser plantar, tem que pedir autorização ao Parque, aí tem que esperar um técnico vir aqui, pra ver onde vai plantar, se vai desmatar ou não. Então tem vezes que até chegar a autorização pra fazer a roça já passou a época de você plantar. Dependendo do que você vai plantar, já não tem como fazer. Então o pessoal foi perdendo a tradição por causa disso e hoje tudo o que se come, você traz da cidade, aí tem que ter o dinheiro, se não você não come. Se hoje você for na cidade tentar trocar um alimento lá você vai “apanhar “né? (risos)...

Seu Luís, que vive da pesca de cerco, lamentou as políticas restritivas e disse o principal problema nesse caso foi o comprometimento da soberania alimentar das famílias, “*a gente é totalmente dependente de Cananéia pra tudo, todos os alimentos têm que vir de lá, é tudo muito caro, longe, quando a gente podia ter nossos próprios roçados e não atingir em nada a natureza né? A vida muitas vezes é difícil, sofrida, a gente tem medo de não conseguir sustentar os filhos, mas esse lugar é nossa casa, não tem como a gente pensar em sair daqui, o mar é que dá nosso sustento*”.

Com respeito aos avanços no segmento do turismo de base comunitária, Seu Ezequiel disse que foi uma das principais mudanças no Parque a longo dos anos e hoje no Marujá, por exemplo, se dá em relação ao controle do número de turistas. Hoje são permitidos a 1200 turistas hospedados, segundo ele parece muito, mas antes: “*Há vinte anos não tinha as áreas de camping, a parte de barracas, não tinha como é hoje, na casa dos moradores. Então o pessoal acampava na praia, no costão, nas pedras. Aquilo ali, na encosta, onde tem uma bica de água, ali, tinha uma bica menor, uma cachoeirinha, que corria água. Então aquilo ali virava uma cidade, às vezes tinha 120 barracas ali, o pessoal tomava banho, dormia, tudo ali. Então o que acontecia, o pessoal deixava tudo o que era lixo, deixava ali, garrafa, plástico, cerveja, era uma situação totalmente diferente.*

E ai depois foi proibido então ao invés de acampar lá, eles vieram acampar aqui. Mas também eram poucas áreas de camping que tinha. E tinha área de camping que tinha 60 barracas, era uma aglomeração muito grande. Tinha outras com 40, 30 barracas. Só que aí depois nós fomos dividindo, separando tudo, de forma que desse recurso para todos os moradores. E hoje é mais tranquilo, porque foi educando o pessoal também com o sistema de lixo, hoje o lixo orgânico o pessoal enterra, o resto do lixo vai para o continente, então é bem diferente, do que alguns anos atrás”.

Acontecimentos marcantes na vida dos moradores

Com o objetivo de compreender melhor a ligação dos moradores com a Paisagem, perguntamos qual um acontecimento marcante na vida deles que aconteceu na Ilha. As respostas foram muito diversificadas, a maioria se lembrou de acontecimentos felizes, em dias de mutirão, fandango e partilha da fartura conquistada. Outros se lembraram de falecimento de seus entes queridos, e amigos e companheiros que partiram. Alex, lembrou emocionado que o nascimento do seu irmão “foi muito marcante na sua infância” e como a infância foi feliz na Ilha: *vejo meus primos, meus amigos que moram em São Paulo, no Paraná, em outras cidades e que não conseguem nem imaginar como é diferente viver aqui e como nossa vida e nossa infância foi especial, diferente mesmo, de poder crescer nesse lugar e descobrir essa ilha toda*. O casal Maria de Lurdes e José Mario (52 e 59 anos respectivamente) disseram: *“Ah o que eu nunca vou me esquecer é do meu casamento aqui na Ilha, aqui na igreja, faz 34 anos, foi a festa maior que teve aqui na região, meu pai que fez a festa, marcou minha vida e chamou todo mundo então isso ninguém esquece, foi lindo; Seu José Mario: Ah o nosso casamento, nós namoramos quase sete anos aí depois nós ficamos um ano e meio noivos e depois nós “casamos”, faz 34 anos de casado, aí nós fizemos uma festa de 25 anos de casado, foi uma festa bem grande, aí nós convidamos todo mundo aí das comunidades pra virem. Pois então veio a Ilha toda, na igreja teve que ficar gente vendo o casamento pela janela e depois fomos todos comemorar a festa na praia...É porque nós casamos no dia 20 de janeiro e todo ano aqui no dia 20 é festa da padroeira, então todo ano, a gente faz aniversário de casamento.*

A Opinião dos moradores sobre a institucionalização da ilha em unidade de conservação

Em relação à preservação dos recursos naturais, todos os moradores disseram que estão muito preservados, que nesse sentido, a criação do parque foi importante, porém que não eram eles quem depredava os recursos e sim as ameaças da especulação imobiliária e a quantidade de turistas que adentravam a Ilha. Dessa forma, *“podia ter criado o parque, mas não tinha essa necessidade de proibir a gente de plantar nossas roças, pois a gente sempre cuidou daqui... não precisava tanta violência, nem ter expulsado tantas famílias daqui, pela pressão toda que o pessoal da florestal (Polícia Florestal à época) fazia com a gente...A gente mesmo tomava conta...”* (Seu Luiz, Vlad, seu Ivo).

Muitos moradores disseram que por muito tempo ficaram intimidados pelo Conselho Gestor do Parque, *“mesmo hoje que a gente é representada por conselhos dos Núcleos, não é nada garantido que eles vão escutar o que a gente pede, depende muito do gestor, e eles mudam muito rápido, quando a gente vê, já entrou outro e a gente nem sabia...depois do Marcos (menção ao Marcos Campolim), todos que vieram ficaram pouco tempo, às vezes mais um pouco, mas quando muda é que a gente vai saber.”* (Dona Maria, 67 anos)

Uma questão problemática que foi apontada anteriormente sobre os processos erosivos na Enseada da Baleia e Vila Rápida, os moradores também externaram suas lamentações e preocupações acerca do destino dos dois locais. Dona Maria, Seu Luis, Seu José Mario, Dona Maria de Lurdes, Dona Lúcia, Seu Antônio e muitos outros foram veementes ao falar dos problemas erosivos. Nas palavras de seu Antônio *“a nossa preocupação aqui com o lugar é por causa da erosão, que é no dia a dia já né? A erosão, né? Vocês viram a casa ali perto da praia? Aquela casa na beira do rio já foi quase toda tomada pela erosão, dá até medo. Tinha casas ali na Vila Rápida, aí a erosão foi tirando a casa deles. Já Dona Lúcia: E aqui nós estamos lutando, pra ver se colocam muros de contenção ali na frente pra ver se a gente fica mais tempo, mais uns anos. A gente já tinha conversado já bastante com o parque, mas até agora eles não falam nada. Eles falaram que a gente tem que mudar daqui, mas a gente tem que encontrar um lugar porque a gente não quer ir embora da Ilha, a gente também não pode ir pra outro núcleo, porque o problema aí é de desmatar, porque teria que construir tudo de novo, a igreja, a escola, as nossas casas e aí é difícil né?”*

Expectativas para o futuro

A preocupação generalizada quando pensam no futuro, é o que acontecerá com eles nos próximos anos. *“A gente sabe que em outros parques muita gente continuou, mas dá medo né? Todo mundo aqui de casa, meus tios, todo mundo, a gente tem medo, dá medo né?”* (Ivan, 36 anos).

Quando perguntados sobre a possibilidade de mudanças e o que levariam do Parque, a maioria novamente foi enfática ao dizer que não pretendiam se mudar dali, alguns ainda disseram que não pensariam no que levar, porque não cogitam sair de lá, *“quem sabe não resolvem os problemas da gente não poder viver no parque e todo mundo fica regulamentado?”* (Dona Isabel).

A maioria das respostas veio no sentido de que levariam a paz e o sossego da Ilha, *“mas não teria como pensar em levar algo daqui, porque aí teria que carregar o mar pra perto”*

(Thiago, 39 anos). O barulho do mar também outra resposta quase unânime entre os moradores, pois todos os núcleos encontram-se à beira mar de um lado e do outro, ao canal estuarino.

Identidade Paisagística, que fotografia o morador daria à alguém que não conhece a Ilha?

Para entender o que os moradores apresentariam a alguém que não conhecesse ainda a Ilha, como um parente ou amigo distante, perguntamos sobre quais fotografias ele enviaria então?

A resposta imediata da maioria seriam “as fotos da gente, da nossa família, no mar nas nossas casas com o rio atrás”. Muitos moradores que desenvolvem atividades turísticas, disseram que enviariam as fotos de suas pousadas, seus restaurantes e barcos, que conseguiram conquistas e outros disseram que enviariam essas mesmas fotos, mas com seus familiares reunidos. Muitos pescadores disseram que teriam primeiro que enviar a foto da família e dos cercos, do mar aberto e das “montanhas” da Ilha (Fotografias 7 a 14).

Os Aspectos negativos na Paisagem

Quando perguntado aos moradores o que eles consideravam que deveria desaparecer na Ilha e se algo corria o risco de aparecer na Ilha, as respostas foram bastante interessantes.

Marcia, Daco, Vítor, disseram que “as casas dos veranistas demolidas”, que estavam interditadas, cheias de concreto deveriam desaparecer, pois segundo eles, a Ilha é tão bonita e essas casas, com gramados altos e abandonadas, perpassavam uma sensação de “*abandono e descaso*” para eles. Isidoro, disse que as construções de concreto, “*inclusive a do meu restaurante e da minha casa (risos), deveriam ser todas reformadas e construídas de madeira de novo, porque antigamente, todas as casas eram de madeira, e combinava muito mais com o mar, o rio com a nossa vida aqui na Ilha*”.

Dona Maria de Lurdes e Jorge disseram: “Ah , uma coisa que não deveria estar aqui é a erosão né? Ela tá muito rápida, bem rápida, de uns anos pra cá, uns 4 ou 5 anos nós a gente tá perdendo tudo, já perdemos o centro comunitário e daqui um ano ou dois vamos perder a igreja também. E isso aqui é uma raiz nossa né? Eu fui criada aqui, minha família, nossas famílias tudo criadas aqui ..., é muito triste”. Seu Luiz e Vítor também compartilharam da mesma opinião, “*ou arrumam muros de contenção pra gente, ou não vai demorar muito para não termos mais onde morar*”.

Porém grande parte deles voltou a expor o medo de realocação iminente à sua condição. Algumas respostas foram bem interessantes, *“uma coisa que incomoda é a gente não saber pra onde vai e quando vai, se é mesmo que vai”*(Marcia, 42 anos); *“ Eu acho que o que corre o risco de sumir da paisagem somos nós né? Se o parque não quer a gente aqui, não tem como saber o que eles podem fazer. Agora, se tirarem a gente daqui, eles vão fazer o quê? Será que vão pôr gente deles, do governo, pra ficar nas nossas casas?”*(Dona Letícia).

Sintetizamos aqui as principais percepções decorrentes das entrevistas, pois a dimensão proposta a ser analisada, a partir da realização das entrevistas com os moradores desses núcleos, foi a da representação, da percepção territorial e paisagística dos mesmos. Algumas perguntas evidentemente foram de caráter pessoal, pois a proposta também era essa, apreender quais as representações e sentimento de identidade e pertencimento ao PEIC estritamente ligadas ao morador e a construção da sua paisagem.

A dimensão a ser tratada, a partir da realização e análise das entrevistas com os moradores da Ilha foi aquela da percepção e representação do lugar, do espaço de vivência. Por isto, para analisar as percepções sobre o lugar e suas representações, optamos por incluir algumas perguntas que estivessem diretamente ligadas ao olhar do morador sobre a paisagem que o cerca (conforme apresentado no item anterior).

Desta forma, são apresentadas aqui algumas fotografias tiradas do PEIC e seus moradores que retratam alguns pontos abordados durante as entrevistas e também questões apresentadas ao longo deste texto.

Kossoy (2000) citado por Souza (2010) afirma que a *“Fotografia é a Memória e com ela se confunde”* e baseados então nesse contexto apresentado, selecionamos as fotografias que levassem em consideração as imagens dos núcleos dos moradores entrevistados, as fotografias que os moradores gostariam de enviar à alguém distante para que pudesse conhecer a Ilha através deles, as imagens sobre o que eles levariam da paisagem na memória em caso de uma mudança e as imagens sobre as atividades turísticas e de pesca das comunidades tradicionais que evidenciam a reorganização territorial dos moradores no Parque após a efetivação das políticas de conservação.

As Casas dos Moradores Tradicionais



Fotografia 7 - Casa de um morador tradicional no Núcleo Marujá.

Fonte: Jéssica de Lima Silva, 2013.



Fotografia 8 - Casa da família do seu Mário e Dona Maria, moradores do Núcleo Enseada da Baleia

Fonte: Jéssica de Lima Silva, 2013.



Fotografia 9 – O Casal José Mario e Maria de Lurdes com sua filha
Fonte: Jéssica de Lima Silva, 2013.



Fotografia 10 – A casa do Seu Luís na Vila Rápida: “*nós mesmos (sua família) desenhamos essa rede de pesca na parede, a gente tem que se orgulhar de ter a pesca na nossa vida*”.
Fonte: Jéssica de Lima Silva, 2013.



Fotografia 11 – A casa da Dona Lúcia no Pontal do Leste: *“até parece que as flores daqui são mais diferentes e do caminho do meu quintal, a gente já sente o cheiro de todo o mar”*.
Fonte: Jéssica de Lima Silva, 2013.



Fotografia 12 – O “caminho do mar” visto da casa Dona Lúcia no Pontal do Leste:
Fonte: Jéssica de Lima Silva, 2013.



Fotografia 13: O caminho para a casa de um morador tradicional no Pontal do Leste.
Fonte: Jéssica de Lima Silva, 2013.



Fotografia 14: O quintal do morador Sérgio no Marujá: *“A gente olha pra Ilha, olha pro estuário, olha pro nosso quintal e já esquece que chegou cansado”*, quintal da casa de um morador do Núcleo Marujá.
Fonte: Jéssica de Lima Silva, 2013.



Fotografia 15: Casa de morador tradicional no Núcleo Cambriú.
Fonte: Antônio Oliveira Ferreira, 2013.



Fotografia 16: Vista panorâmica das casas do Núcleo Cambriú .
Fonte: Júnior Neves, 2011.



Fotografia 17: Vista panorâmica da Praia do Foles, próxima ao Núcleo Cambriú.
Fonte: Jéssica de Lima Silva, 2013.

“Aqui é justo o lugar mais bonito da Ilha toda. É uma enseada que fica margeando a foz de um rio que contorna os paredões da Serra, que se erguem ali muito bruscamente, de um lado e as praias de areia de outro. É uma das poucas comunidades que é voltada para o mar aberto ao invés de ficar próxima a baía interna. Ainda tem a arrebentação das ondas nos paredões da Serra que vão se estendendo ate o horizonte... É muito difícil de descrever, você fica tão envolvido e encantado que até esquece o que tá fazendo...” (Antônio Oliveira Ferreira, sobre o Núcleo Cambriú).



Fotografia 18: *“Esse aqui é o horizonte da nossa casa, aqui na Enseada...”*.

Fonte: Dona Lurdes, Enseada da Baleia, 2013.



Fotografia 19: *“O horizonte da Ilha aqui de onde a gente mora parece infinito, a praia e a restinga se estendem a perder de vista....você pode ir caminhando, caminhando e mais um pouco e você vai ver essa paisagem, até o final da Ilha... Até ela fazer a curva e ir-se embora pelo mar...”*

Fonte: Seu Fernando, Pontal do Leste, 2013.

Nas fotografias de 7 a 19, estão algumas casas de moradores tradicionais caiçaras e os “caminhos para o estuário ou para o mar” que têm a pesca como principal atividade econômica. Quando questionados sobre qual fotografia enviariam a alguém distante para apresentar à Ilha a eles, suas residências foram as primeiras a ser citadas. Algumas vezes por semana, os pescadores, normalmente dos seus Núcleos próximos, se revezam em horários específicos, geralmente às madrugadas e em um ou mais barcos para a realização da pesca em mar aberto, retornando no dia seguinte à noite.

Os pescadores diariamente estão envolvidos no trabalho da pesca de cerco, realizada há gerações na Ilha do Cardoso e representa para as comunidades, uma importante tradição e valorização dos costumes dos mesmos que não se perderam com a intensa influência das atividades turísticas (Fotografias 20 a 23).

Uma atividade característica da tradição de pescador caiçara, para esses moradores, o sentido de suas vidas se dá essencialmente por viverem perto do mar e dele dependerem diretamente. Para eles, as representações paisagísticas da Ilha do Cardoso “são terra e mar”, onde se expõem suas identidades e sentimentos de pertencimento à Ilha.

A Tradição Caiçara da Pesca



Fotografia 20: Estrutura montada pelos moradores tradicionais caiçaras para a captura de peixes de forma que não haja danos aos filhotes. A tradição na pesca de cerco retrata, envolta a uma grande complexidade, as relações culturais, familiares, dos mutirões, da importância do Mar e da pesca no modo de vida das comunidades tradicionais e do “ser caiçara”....

Fonte: Jéssica de Lima Silva, 2013.



Fotografia 21: As redes de pesca artesanal dos caiçaras para a utilização nas praias e em mar aberto.
Fonte: Jéssica de Lima Silva, 2013.



Fotografia 22: A confecção das redes de pesca artesanal pelos caiçaras “Vlad”, Márcia e Bio, no núcleo Marujá.
Fonte: Jéssica de Lima Silva, 2013.



Fotografia 23: Pescador caiçara voltando pela Praia de Ipanema depois do trabalho confeccionando cercos de pesca.

Fonte: Jéssica de Lima Silva, 2013.

As atividades turísticas em alta temporada no Núcleo Perequê



Fotografia 24 - Praia do Núcleo Perequê e o desembarque de turistas em alta temporada.

Fonte: Jéssica de Lima Silva, 2012.



Fotografia 25 - Fim da tarde no núcleo Perequê e retorno dos turistas a Cananéia. Na praia, as crianças caíças filhas dos moradores tradicionais. Fonte: Jéssica de Lima Silva, 2012.

Nas fotos 24 e 25, é possível perceber as diferenças na paisagem do Núcleo Perequê durante o fenômeno do “turismo de orla” (fotografia 24) e o cotidiano dos filhos dos moradores tradicionais no fim do dia quando estão de partida os turistas.

É possível ter uma noção de como são movimentados os dias de verão, durante a alta temporada que recebe centenas de turistas nos núcleos Marujá e Perequê. No núcleo representado na figura, o número de turistas é considerado alto durante toda a temporada e por seu acesso ser facilitado, próximo ao píer central de Cananéia, acerca de 15 a 20 minutos de barco, é considerado por muitos turistas como o “balneário” da Ilha do Cardoso, posto que podem ir e voltar no mesmo dia em função da proximidade, sem ser necessário custos dispendiosos com estadia.

Nesse Núcleo, não há pousadas para hospedagem de turistas, mas há casas de alguns moradores que abrigam campings oferecidos aos turistas. Na foto 25, os barcos já devidamente carregados, transportando de volta rumo à Cananéia, os turistas que passaram o dia no núcleo Perequê, quando a orla da praia é “esvaziada”, os filhos dos moradores tradicionais aproveitam o fim da tarde e às vezes alimentam os botos que costumam nadar até o estuário para se alimentarem, se aproximando da areia.

Quando perguntado em entrevista ao antigo Gestor Thiago Bemfort sobre que paisagem ele elegeria do ponto de vista de sua perspectiva enquanto membro do Conselho

Gestor do PEIC (à época) sobre os elementos da Paisagem na Ilha, ele gentilmente cedeu a fotografia 26, por considerar a representação da paisagem *“onde os seus elementos se mostram presente da forma mais integrada possível, isso aqui é a representação da Ilha e a importância da conservação pra gente”...*



Fotografia 26: Equipe gestora do PEIC, de 2011 realizando vistorias em Pontal do Leste, sob um panorama e mescla de ambientes que compõem os elementos físicos da paisagem: a praia à esquerda, a restinga baixa ao centro e o canal estuarino à direita.

Fonte: Equipe de gestão do PEIC, 2011.

As representações paisagísticas da Ilha do Cardoso pelos moradores



Fotografia 27- Fotografia tirada do mirante próximo à casa da moradora Patrícia, no Núcleo Marujá.
Fonte: Jéssica de Lima Silva



Fotografia 28- Praia de Ipanema, entre os núcleos Perequê e Itacuruçá.
Fonte: Jéssica de Lima Silva, 2013.



Fotografia 29 – Núcleo Marujá. “ *Eu acordo todo dia e é essa a vista da minha casa*” (Seu Isidoro).
Fonte: Jéssica de Lima Silva, 2013.



Fotografia 30 – Vista Panorâmica do Núcleo Marujá.
Fonte: Jéssica de Lima Silva, 2013.



Fotografia 31 – Um fim de tarde no píer... (Núcleo Marujá)

Fonte: Jéssica de Lima Silva, 2013.

Durante a realização das entrevistas, quando questionado aos moradores o que eles enviaram a alguém distante para representar o PEIC, além de suas residências (conforme apresentado), enviariam fotografias “do mar, das montanhas, do rio”, enfim, dos elementos da paisagem da Ilha na representação paisagística dos moradores (Fotografias 27 a 31). Outros moradores tradicionais relataram o desejo de enviar fotografias de seus estabelecimentos turísticos como parte da representação paisagística da Ilha (fotografias 32 a 34).



Fotografia 32– Restaurante da Dona Valdete que recebe muitos turistas em alta temporada (núcleo Marujá).
Fonte: Jéssica de Lima Silva, 2013.



Fotografia 33 – Turista num dia descanso no hotel Marujá, do seu Clementino (núcleo Marujá).
Fonte: Jéssica de Lima Silva, 2013.



Foto 34 – Um dos píers do núcleo Marujá onde desembarcam os turistas e moradores. Ao fundo, uma pousada e um restaurante de moradores.
Fonte: Jéssica de Lima Silva, 2013.

É importante colocar que não foi priorizada em nenhum momento a análise quantitativa das informações que os moradores apresentaram durante as entrevistas, visto que nossa proposta ao estabelecer um guia de procedimentos da entrevista, elaborando as perguntas, era somente utilizá-lo como uma base. De forma que assim o ocorreu.

Durante as entrevistas, as perguntas realizadas eram feitas de forma relativamente semelhante ao guia, de acordo com o rumo que as conversas tomavam, pois, as representações paisagísticas dos moradores, individuais ou coletivas, estão sob o campo do simbólico, subjetivo, identitário. Os moradores entrevistados nos concederam gentilmente participar de suas histórias de vida, nos falaram sobre representações paisagísticas, mas também nos falaram de fatos marcantes em suas vidas que são lembranças de momentos guardados em sua memória a qual além do campo subjetivo, não são possíveis de ser captadas.

Este estudo trabalhou, portanto na tentativa de compreensão dos processos das dinâmicas socioambientais do PEIC sob a ótica de Bertrand (2009, p.129), que nesse sentido das representações paisagísticas abordadas, expõe:

A paisagem é parte de um todo; este todo sendo o território em amplo sentido. Assim concebida, a paisagem não é apenas a aparência das coisas,

cenário ou vitrine. É também um espelho que as sociedades erguem para si mesmas e que as reflete. E sob a paisagem, há o território, sua organização espacial e seu funcionamento. O complexo território- paisagem é de alguma forma o meio ambiente no olhar dos homens, um meio ambiente com aparência humana.

O autor considera então, que a paisagem aparece ao mesmo tempo como objeto e sujeito. Ela é o objeto/ território na sua materialidade de mar ou de montanha, de cidade ou de campo. Ela é, ao mesmo tempo, sujeito, nascido no olhar voltado para o território com sua carga emocional e toda a sua profundidade humana. E um mesmo território só se torna paisagem através do cruzamento de olhares múltiplos, a partir de fenômenos sensoriais e cognitivos.

CAPÍTULO V: CONCLUSÕES

O cenário referente às Unidades de Conservação brasileiras historicamente refletiu muitos conflitos entre os interesses de conservação da biodiversidade e os interesses das populações tradicionais que habitam a maior parte destas áreas protegidas, como é o caso das UCs de Proteção Integral.

A partir de 1980, o paradigma de conservação baseado na “exclusão humana” é substituído pelo paradigma da criação e manutenção de redes de áreas protegidas integradas ao contexto regional onde se inserem (Ferreira, 2004).

MCneely & Miller (1984), já relatavam que o principal desafio de administradores e planejadores de áreas protegidas consiste em compreender a natureza em função dos recursos naturais e culturais para poder cuidá-los e utilizá-los de maneira que propiciem benefícios ao ser humano e contribuam para a conservação da área.

Retomando as políticas ambientais no Brasil que dispõe sobre as áreas protegidas, em relação ao SNUC, a capacidade de reconhecer que ações no processo de Gestão só teriam maior efetividade se estas fossem organizadas de forma integrada e sistemática, é considerado um dos avanços desta política de conservação. Como apontado no Capítulo III, o tempo relativamente longo que foi empreendido até que houvesse a efetivação do SNUC, não desmerece os avanços da proposta, mas mostra como são complexas as dificuldades existentes no campo político. Sobretudo em razão das disputas, sempre acirradas entre os diferentes grupos políticos que atuam no Brasil ou possuem interesse nas áreas de políticas ambientais das áreas protegidas.

Contudo, os problemas enfrentados pela Gestão das UCs, tem demonstrado que somente a existência dos instrumentos legais do SNUC nas instituições responsáveis pela Gestão das áreas protegidas, não garantem sua eficiência quanto aos objetivos de Conservação. Conforme aponta Medeiros (2006, p.32),

São necessários mecanismos mais sólidos e perenes de planejamento e financiamento nas áreas protegidas. A falta de planejamento em longo prazo e o aporte de recursos têm sido os principais gargalos na consolidação das áreas protegidas no Brasil. Boa parte deste problema advém da fraca tradição brasileira de estabelecer políticas ou plano de ação que sejam capazes de trabalhar com cenários desejados, porém realistas, no planejamento desta questão.

Nesse contexto, as lacunas presentes nas políticas ambientais que dificultam a efetividade das UCs nos seus propósitos, são muitas vezes decorrentes do próprio processo de construção das propostas de criação de áreas protegidas no Brasil, pois, em diferentes

momentos políticos, procurou atender às demandas e propostas mais imediatas da corrente conservacionista no Brasil.

Um dos principais desafios ainda consiste em estabelecer com maior precisão a integração das áreas protegidas com as diferentes escalas de planejamento e gestão do território (conforme apontou Vallejo, 2009), que hoje são oficialmente conhecidas como os Mosaicos e também os corredores ecológicos. A própria área de estudo em questão faz parte de um Mosaico de Áreas Protegidas da Mata Atlântica no estado de São Paulo conforme apontado. Um dos pontos pertinentes do SNUC inclusive é o reconhecimento em seu texto da importância dos Mosaicos como ferramentas para o processo de gestão integrada das áreas protegidas, embora na prática, os Mosaicos ainda não sejam considerados numerosos e apresentem experiências e resultados efetivos.

Medeiros (2006) aponta que umas razões para a culminância deste processo – a instituição do SNUC - não ter ainda conseguido contemplar em definitivo uma solução para todos os problemas relacionados à baixa integração e gerenciamento destas áreas, se dá em razão da falta de consenso político, sobretudo, em relação aos problemas e desafios de integração das UCs. De fato existem indicadores que historicamente nos meios científicos e institucionais das políticas ambientais no Brasil, ocorrem batalhas políticas e ideológicas e as populações tradicionais, sejam indígenas, caiçaras, quilombolas, ribeirinhos, muitas vezes parecem ter entrado na linha de fogo.

Assim, os esforços na política brasileira para construir uma agenda integrada que traga debates sobre as áreas protegidas, foram liderados pela Diretoria de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente a partir de 2003, que reconheceu sendo os principais impasses que ocorrem negativamente nas UCs, os conflitos e tensões ainda existentes nas áreas de contato entre UCs, terras indígenas, terras devolutas, passíveis de grilagem e especulação e a falta de políticas de Gestão integrada no caso das UCs com populações tradicionais residentes.

A ineficiência e/ou não atuação do governo na desocupação das áreas protegidas (quando iniciou a criação destas no Brasil) ou realocação das famílias teve um significado muito forte para os socioambientalistas: uma estratégia de congelar as áreas, cerceando as possibilidades de reprodução dos territórios das populações tradicionais, forçando-as a saírem destes locais. A inoperância e mesmo a demora em definir as políticas de regularização fundiária adequadamente nessas unidades, priorizando apenas a criação de parques para posteriormente definir como seriam manejados tiveram sérios efeitos e consequências para as populações residentes nestas áreas.

Em contrapartida, na ausência de muitas dessas UCs, muitos destes remanescentes hoje conservados, possivelmente, não existiriam mais. Uma das consequências disto foi que muitas populações tradicionais tiveram proteção em função da existência destas áreas protegidas. Diegues (2001) reconhece que em muitos casos a criação de unidades de conservação protegeu os moradores tradicionais contra a especulação imobiliária galopante e a expropriação de suas terras. No entanto foram severamente tolhidos de exercer suas atividades no interior destas áreas e não podiam ter acesso a serviços básicos e nem exercer suas atividades de plantio, muitas vezes, seus meios de sobrevivência.

Com a instituição de políticas como o SNUC e o PNDSPECT, ocorreram avanços no sentido de ampliar as possibilidades de diferentes categorias necessariamente complementares e o reconhecimento de populações tradicionais, para a conservação da biodiversidade e também para a sua própria preservação. É fato também, que a questão de como implantar tais políticas de forma efetiva é algo complexo.

Quando se trata do exercício de uma política pública de um governo é inevitável questionar porque separação dos parques e povos. Mas quando se trata de políticas ambientais voltadas para a conservação, há limitações a serem consideradas. O Estado deve agir de maneira a beneficiar seus cidadãos e a biodiversidade. Entretanto o direito e o reconhecimento dos territórios das populações tradicionais não podem ficar marginalizados nesse processo (Vianna, 2008).

Conforme proposto pela autora, o uso da expressão população tradicional deve ser cautelosa para não comprometer, de um lado, a autonomia e qualidade de vida das populações que se encaixam nas características deste grupo, e de outro, a própria conservação ambiental. A identidade de populações tradicionais passa a existir entre aqueles que sofrem restrições de uso de seus recursos ou sentem-se ameaçados de expulsão de seus territórios, em diversos casos, habitados há gerações, a partir da presença de UCs. Fica criada uma identidade. Porém, esta identidade agregou interesses diversos dos atores presentes nas UCs.

No caso do estado de São Paulo, Vianna (2008) considera que as reivindicações das “populações tradicionais” – liberdade de regresso para os que deixaram as unidades de conservação” – expõe a fragilidade do procedimento político de definir quem são as “populações tradicionais” que podem permanecer em unidades de conservação, para resolução dos conflitos. As populações afirmam que muitos foram expulsos de seus territórios originais, direta ou indiretamente (como é o caso de várias populações tradicionais no Vale do Ribeira e também do PEIC, conforme apresentado), com a implantação das UCs de uso

restrito. E nesse caso, é questionado que se as populações tradicionais podem permanecer nos limites das UCs, as outras que foram expulsas, também devem ter o direito de acesso a seu território original de ocupação.

Nesse caso, outros problemas surgem, pois se o Poder Público pretende resolver o problema da presença de populações com ações que contemplem apenas as populações que vivem na unidade no início das atividades de implantação, mesmo que isso ocorra, décadas depois da criação, multiplica-se o fator de conflito, ao mesmo tempo em que se destrói o pretense respeito às populações tradicionais apregoado pelo poder público (Vianna, *op.cit*).

Uma das preocupações centrais das políticas ambientais de conservação, talvez consista em pensar em formas de garantir uma qualidade de vida às populações residentes em áreas protegidas que estejam relacionadas com a conservação dos recursos de acesso comum, ao mesmo tempo em que seja criada uma instituição capaz o suficiente para garantir a preservação destes importantes remanescentes sem que sejam desmatados ou degradados. Isso evidencia a importância de formar uma organização capaz de lidar com os conflitos socioambientais. Uma participação mais próxima do Conselho Gestor do parque pode fazer diferença, com o apoio dos membros das comunidades que fazem parte do Conselho Gestor.

E neste contexto, como uma proposta de prognóstico, seria importante a contribuição a criação de mecanismos de emponderamento da população de modo que a comunidade possa se autogovernar, nos casos em que permanecer associada à atuação de um Estado ativo, fomentador, regulador e fiscalizador. Mas para isto é necessário que a comunidade esteja unida, interessada e preocupada com o uso sustentável dos recursos de acesso comum. Devem, para isto, ter perfil e trabalhar conjuntamente para o estabelecimento de regras comuns. (Sabbah, 2010).

Unindo esforços para compor um arranjo institucional com regras da política de gestão de unidades de conservação e das comunidades, associando um Estado ativo, monitoramento e fiscalização e uma organização efetiva das comunidades tradicionais uso dos recursos de acesso comum, seria possível combinar as ações gerando o maior número de benefícios possíveis nessas áreas.

No caso da Gestão das UCs do estado de São Paulo, realizada pela Fundação Florestal, aponta-se muitos entraves burocráticos, interesses políticos distintos conforme apontado no Capítulo IV, porém nota-se que os desafios são similares aos apresentados no início dessa conclusão que atingem as áreas protegidas de todo o País, sendo a falta de planejamento continuado, de longo e médio prazos, para estratégias de gestão das UCs.

Faria et al (2009, p.8) em pesquisa realizada sobre a percepção de diretores das UCs no estado de São Paulo em relação à qualidade e efetivação das mesmas, aponta que há uma percepção entre os gestores das UCs, indicando que os maiores problemas estão dentro da própria estrutura institucional e que suas soluções passam necessariamente por um maior envolvimento da comunidade interna e seus desígnios, ficando claro que além de problemas comuns como inadequação de “recursos humanos” e “recursos financeiros”, assim como o sucateamento de equipamentos e da frota, foram detectados a falta de planejamento continuado e a falta de diretrizes para a gestão das UCs e uso público. Sobre a realidade das UCs no estado de São Paulo, atenta que:

A inexistência de iniciativas coordenadas e sistemáticas voltadas a emprestar maior apoio às UCs é visível na medida em que não existe uma política explícita e consensual em relação ao retorno, para as UCs, dos recursos arrecadados por eles. Ainda que a burocracia seja inerente a toda e qualquer organização, há fortes evidências de que os procedimentos administrativos poderiam ser melhorados através de um planejamento no qual as pessoas tivessem a chance de se questionar se: existem meios de fazer diferente ou mais eficientemente as coisas que são feitas do mesmo jeito há mais de 30 anos?

Dentro dos Conselhos Gestores das UCs, do ponto de vista organizacional, há a necessidade de ações coletivas coordenadas para sanar as lacunas das equipes em questão, que muitas vezes se encontram desentendidas em uma série de quesitos gerenciais sanáveis a partir de exercícios de planejamento que de fato envolvam a comunidade técnica desses Conselhos nos desígnios e estratégias institucionais. Porém, conforme apresentado no Capítulo IV sobre os principais fatos envolvendo o aparelhamento político que está ocorrendo nos últimos anos no “interior” da Fundação Florestal, a preocupação com os direcionamentos dos Conselhos Gestores das UCs estaduais tem se tornado cada vez mais presente entre tais equipes e conseqüentemente, os desdobramentos negativos em tais áreas e aos atores que nelas coexistem, sejam as populações tradicionais ou os próprios representados da instituição estatal.

No PEIC, a grande rotatividade no Conselho Gestor ao longo dos anos, é um fator que tem dificultado ações e estratégias de gestão com resultados efetivos. Esse foi um dos pontos fundamentais abordados por dois antigos gestores, Marcos Campolim (com mandato de 2000 a 2006) e também por Thiago Bemfort (2009 a 2011). Ambos relataram que a inconstância institucional da Fundação Florestal, tem contribuído para a crise na Gestão das UCs no estado, conforme já apresentado neste estudo.

Os princípios de Gestão Participativa do Uso Público no PEIC, implantado por Marcos Campolim durante os anos de sua gestão, advindos do Plano de Manejo Fase 2, são considerados avanços importantes no que tange à gestão participativa, tanto pela comunidade do Núcleo Marujá quanto pelo Conselho Gestor da época. Embora a equipe gestora tenha sofrido mudanças nesses últimos anos, o turismo de base comunitária e gestão participativa de uso público no Marujá fundamentalmente se mantêm, contudo nos outros Núcleos, princípios dessa gestão participativa têm ocorrido com uma frequência ainda menos nos últimos anos, segundo os moradores e os próprios representantes dos Núcleos no Conselho.

Na época de elaboração da Fase 2 do Plano de Manejo, o então Gestor Marcos Campolim, trabalhou nos fundamentos de promover uma gestão participativa e para isso, norteou os princípios de gestão de forma a minimizar os conflitos entre as comunidades e o Conselho Gestor, partindo da premissa de que há chances maiores de atingir os objetivos de conservação quando as populações tradicionais são reconhecidas como partes desse processo.

Metodologias de análise da efetividade do manejo de áreas protegidas com participação social fundamentam-se em compreender a situação atual do manejo e orientá-la para uma situação desejada, em que se alcançam os objetivos de conservação mediante um processo legitimado socialmente. A legitimidade social ocorre quando os atores reconhecem, apropriam e incorporam no desenvolvimento de suas vidas os objetivos de conservação, a existência da área protegida e a função pública de conservação exercidas pelas autoridades competentes (Medina, 2005, p.14).

A comunidade do Núcleo Maruja internalizou o processo participativo de ordenamento de visitação pública e de socialização dos recursos, consolidando o turismo de base comunitária e vem desenvolvendo melhorias para a qualidade do receptivo turístico. Mesmo o PEIC não dispondo de número adequado de funcionários direcionados a atividade de ordenamento de visitação pública e fiscalização, vem conseguindo viabilizar o segmento da atividade e controle desta, por meio do processo de gestão participativa do ordenamento turístico principalmente no Núcleo Marujá.

Contudo nos outros Núcleos que aderem ao turismo, o nível de organização e infraestrutura para o desenvolvimento deste segmento é bem menos expressivo e a preocupação em relação às questões referentes à regularização fundiárias e permanência, são tidas como preocupação maior dos moradores.

Segundo Campolim et al (2008), a discussão sobre ocupação humana no interior de UCs de proteção integral gera posicionamentos distintos, não só no meio científico e estatal, como na sociedade em que se insere. O PEIC dispõe de bases gerenciais legais (Lei, Plano de Manejo, Resoluções) que dispõem do desenvolvimento de atividades socioeconômicas

visando à conservação do ambiente natural e a qualidade de vida dos ocupantes tradicionais. É importante salientar, que com a recente Portaria publicada sobre as ações de regularização fundiária e reassentamento das populações tradicionais residentes no Parque, conforme apresentado, há a possibilidade de mudanças de direcionamentos sobre a permanência das comunidades no interior da UC.

Nesse sentido, a criação de uma RDS no Núcleo Marujá, como está em vias de proposta, poderia configurar uma boa alternativa para a população tradicional que ali vive. Contudo, é necessário pensar também nas questões de reassentamento prevista nesta Portaria, em relação aos outros Núcleos que não seriam contemplados pela RDS caso esta viesse a se tornar realidade.

O PEIC se destaca pela biodiversidade ali existente e, portanto, por agregar espaços de relevante heterogeneidade. Suas características físicas e bióticas representam um dos biomas mais importantes em nosso planeta, fazendo com que a tarefa de conserva-lo não só se justifique, mas seja necessária por parte do poder público, pois os fragmentos de Mata Atlântica ainda restante se esvaem com rapidez da superfície terrestre.

Compreende-se com isso, portanto, que o papel do Conselho Gestor é de elevada importância, visto que são incumbidos de efetivar os objetivos de conservação da biodiversidade existente no PEIC.

Os esforços por parte do Conselho Gestor em trabalhar com fundamentos da Gestão Participativa, tem demonstrado resultados importantes no que diz respeito ao trabalho em conjunto entre as comunidades e a equipe de Gestão. Isso se refletiu, sobretudo, durante o mandato de Gestão de Marcos Campolim, mas também de Thiago Bemfort e Jeannete Geen (2011- 2012).

No PEIC há, portanto, diferentes territorialidades configuradas pelos atores ali presentes. O Conselho Gestor do Parque, o qual representa os interesses do Estado no nível de hierarquia nos processos decisórios de organização da Unidade enquanto Parque e onde as comunidades tradicionais exprimem suas perspectivas, expectativas, e reivindicações, que podem ser conflitantes ou não, com as perspectivas do Conselho Gestor.

As comunidades tradicionais caiçaras expressam suas territorialidades através da sua própria persistência em continuar residindo na Ilha, mantendo suas tradições e modos de vida.

As expressões territoriais se fazem notar também nas percepções paisagísticas das populações tradicionais e do Conselho Gestor, onde o simbólico fica exposto no material e os modos de vida e de visão das realidades das populações tradicionais se evidenciam.

Sobre as diferentes representações paisagísticas, procurou-se compreender de que forma elas se fazem presentes para as comunidades presentes no PEIC. Das que vivem da pesca e que possuem uma relação de dependência dos recursos naturais e que consideram seus modos de vida, indissociáveis dos elementos naturais que constituem e assim, como concebem o meio natural ali presente. E as representações paisagísticas das comunidades tradicionais que construíram sua base econômica das atividades advindas do turismo.

As paisagísticas desses grupos consistem nas representações sociais dos mesmos, onde se faz importante compreender os elos, as correspondências entre o mundo da produção material e o da esfera imaterial, das representações simbólicas, entre as práticas e suas representações que se determinam de forma mútua.

É importante se pensar nas UCs a partir das diferentes perspectivas dos atores presentes nelas em relação à conjuntura político-social na qual esses atores se inserem. Se adotada alternativa da viabilidade de conservar a biodiversidade considerando as populações que habitam nesses espaços, há de se pensar nessas populações enquanto agentes nessa caminhada.

É importante também compreender como se dá o contraponto entre prática e saberes originados em racionalidades distintas que inevitavelmente se cruzam nesse processo, no caso do PEIC, quer seja como parceiros em condições de igualdade das suas racionalidades, quer seja como parceiros assimétricos onde as políticas ambientais se sobrepõe aos seus métodos e tradições. É fundamental que o saber científico e as políticas ambientais que estabelecem as legislações sobre as UCs e o saber das populações locais, dialoguem. A forma assimétrica em que muitas vezes se estabelece essa relação acaba por dificultar os objetivos de conservação do Conselho Gestor e compromete os modos de vida tradicionais dessas populações.

Assim, podemos afirmar que a despeito das interações nesse processo de instituição do PEIC, comunidades tradicionais assimilaram a discussão ambiental científica, “traduzida” a partir de suas vivências, mas isso não caracterizou a incorporação ou conformidade das políticas de conservação de forma integral nos seus valores, embora venham ocorrendo transformações em seus modos de vida, sobretudo aos que migraram da Ilha e não conseguiram reproduzir seus modos de vida fora de lá. As comunidades moldaram-se de forma a adequar suas atividades para manutenção da vida cotidiana, não alterando, contudo, suas representações territoriais e paisagísticas. Mas sim de estabelecer um cotidiano de modo não haver conflitos com as políticas restritivas incorporadas na UC.

Entender as representações paisagísticas no contexto das comunidades tradicionais é compreender as perspectivas, olhares, que indicam como os caiçaras interpretam e organizam seus modos de vida ligados aos elementos naturais, constituindo uma identidade, sustentada nos saberes tradicionais, acerca dos fenômenos da natureza, sem as quais suas principais atividades, como a pesca, por exemplo, não seria possível.

A partir do exposto, a reflexão que pode ser feita é que as Unidades de Conservação podem não ser apenas instrumentos legislativos para a preservação da natureza, podem, além disso, ser exemplos da possibilidade dos seres humanos coexistirem com esta, sem que o resultado final seja a destruição dessa última.

Historicamente o suporte da questão sobre as populações tradicionais em UCs de uso restrito nunca foi considerado em toda a sua discussão. Ele está na mudança de atitudes e na tomada de decisões políticas: na mudança quanto à implantação de unidades de conservação, fazendo-o de modo democrático, em que as populações locais participem como sujeitos históricos e desfrutem dos benefícios desta ação; na mudança de percepção, tanto das populações quanto dos conservacionistas, de que a intervenção moderna que uma UC representa não significa nem um bem indiscutível, nem um mal irremediável e na mudança de atitude, passando-se a considerar as “populações tradicionais” como participantes de fato da sociedade global e com direitos histórico-culturais (Vianna, 2008).

Verifica-se que existe um conjunto de atores no PEIC pautado por interesses e visões diversas. Contudo, percebe-se claramente, que existe uma coesão dos grupos sociais existentes, de modo que verificou-se a correlação entre a leitura que os membros das comunidades da Ilha fazem e os Núcleos aos quais eles pertencem.

Existem as perspectivas territoriais e representações paisagísticas dos moradores tradicionais que mantêm sua visão da Ilha do Cardoso como meio possível para continuar reproduzindo seus modos de vida tradicionais e que investem cotidianamente no resgate cultural das tradições das comunidades caiçaras que sofreram alterações ao longo do percurso e desdobramentos de criação do Parque. Assim como moradores que possuem perspectivas diferentes em relação às representações que a Ilha imprime em suas vidas. Nesse sentido, os modos de vida tradicionais e representações da cultura caiçara talvez não sejam mais o ponto de partida, mas sim os investimentos nos segmentos do ecoturismo desenvolvido por essas comunidades, seja a prioridade em relação à adaptação de seus modos de vida em um Parque Estadual de Proteção Integral.

Há ainda os moradores que trabalham na tentativa de um híbrido de ambos, buscando manter representações tradicionais da cultura caiçara e investindo nos segmentos do turismo. Essas perspectivas e representações não se excluem, ou se desenvolvem uma em detrimento da outra, mostram, contudo, perspectivas diferenciadas sobre suas representações sociais e como se apercebem, quais são os olhares, valores e interesses que possuem da Ilha do Cardoso como uma categoria de unidade de conservação.

Para uma grande parte dos turistas que frequentam a Ilha por períodos de dias ou até semanas, a paisagem que prevalece é a do patrimônio público - com direito de acesso - de natureza, lugar de apreciação ou “contato” com a natureza e descanso. Contudo, para a maior parte das comunidades presentes no Parque, não ignorantes que as paisagens ali existentes e que são patrimônio público – institucional – lhes servem para conseguirem seu sustento, ou parte dele, reconhecem a importância da Ilha em seu conjunto. Porém, o que referencia o sentimento de pertencimento dos mesmos naquele lugar e que pode ser percebido nas suas perspectivas e referências paisagísticas, é a paisagem familiar e coletiva, a paisagem afetiva, os valores culturais, a importância do patrimônio familiar, da união das famílias durante gerações na Ilha do Cardoso.

Há ainda a perspectiva do Conselho Gestor, como colocado, representantes dos interesses da Fundação Florestal e do Estado enquanto instituições e as diferentes representações dos Turistas que frequentam o Parque, como citado, assim como os turistas que praticam a pesca esportiva, os turistas de “orla” que utilizam o Parque por questão de horas até os que buscam um turismo de aventura por meio dos atrativos que o Parque disponibiliza para serem utilizados, como as trilhas com seus diferentes níveis de dificuldades, cachoeiras, etc.

As interações destes diferentes atores resultam, portanto em perspectivas e representações diferenciadas sobre o PEIC, podendo apresentar desde níveis de conflitos que têm dificultado a permanência dos moradores tradicionais que legitimam o Parque enquanto inserido num contexto de políticas de conservação, porém que buscam alternativas para manter seus modos de vida tradicionais, assim como tem trazido outros direcionamentos, por exemplo, ao Núcleo Marujá que pelo nível de sua organização de gestão participativa do uso do turismo, reivindica a permanência legitimada no interior do Parque, através da proposta de recategorização do Núcleo como uma RDS.

Verifica-se também sobre as áreas protegidas, que de fato está ocorrendo num contexto estadual e federal a crescente pressão para privatização das unidades de conservação

brasileiras e na permeabilização de seu uso para grandes grupos econômicos de origem externas as unidades, sendo atores externos às UCs, com interesses e perspectivas distintas sobre a biodiversidade ali presente e os usos e destinação que a elas devem ser dados. Nesse contexto, conclui-se, portanto, que a hipótese central desta pesquisa (a partir dos objetivos propostos para serem aqui estudados) foi confirmada. De modo que os principais objetivos foram alcançados ao final desta pesquisa.

Finalizando esta trajetória, é de suma importância, conceder o devido respaldo e relevância ao Sistema teórico- metodológico GTP, visto as contribuições que a aplicação desta metodologia a este estudo, proporcionou. Assim, os resultados obtidos durante este percurso e as reflexões e propostas que surgiram e podem vir a se materializar a partir desta pesquisa, foram possíveis em grande parte, devido à aplicação deste modelo metodológico, pois a proposta de escalar os estudos de Geossistema, Território e Paisagem no contexto da Ilha do Cardoso e posteriormente no contexto de sua institucionalização como Parque Estadual, de maneira integrada, nesta metodologia sistêmica, foi de fato muito importante durante todo o percurso deste trabalho.

Entendemos que, a Ilha do Cardoso não é estática, não está inserida num contexto estático, muito pelo contrário, as razões para prosseguir nesta pesquisa e finalizá-la se concluem aqui, justamente pelo desafio de realizar a tentativa de elencar os elementos, tentar analisa-los e sistematiza-los de acordo com seus contextos e compreender as possíveis leituras de realidade existentes na Ilha do Cardoso, de maneira que, a metodologia de Bertrand, nos possibilitou trabalhar na tentativa de uma realizar uma pesquisa que fosse capaz de abranger e dimensionar, a partir de um modelo integrado, a diversidade dos contextos ali presentes e toda a sua complexidade incutida.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A.N. **Os domínios de Natureza no Brasil. Potencialidades Paisagísticas.** Ateliê Editorial: São Paulo, 2003.

_____. **Litoral do Brasil.** 2005. São Paulo, Metalivros. 2005.

_____. **O Ministério do Meio Ambiente tem errado em quase tudo (entrevista concedida a Maria Eduarda Mattar).** La Insignia. (disponível em http://www.lainsignia.org/2005/mayo/ibe_056.htm Aziz Ab`Saber (17 de Maio de 2005) , acessado pela última vez em 03/05/2014.

ALIER, J. M. **Da economia ecológica ao ecologismo popular.** Editora da FURB: Blumenau, 1998.

ALMEIDA, A. P. **Memória histórica da Ilha do Cardoso.** Revista do Arquivo Municipal, v. 111, p. 19-52, 1946.

ALMEIDA, F.F.M. **Fundamentos Geológicos do Relevo Paulista.** Instituto de Geociências, 1964.

AMEND, S., and T. AMEND. **Balance sheet: inhabitants in national parks—An unsolvable contradiction?** in S. Amend and T. Amend, editors. National parks without people *The South American experience.* World Conservation Union, Gland , Switzerland. 1995. p. 449–460

ANGULO, R.J.; SOUZA, M.C. & MULLER, M.E. **Evolução do esporão e consequências da abertura de uma nova desembocadura do Mar do Ararapira .** (Paraná, Brasil). In: XI Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário – ABEQUA, Belém, PA. Anais..., CD-ROM. 2007

ARAÚJO, M. A. R. **Unidades de Conservação no Brasil – o caminho da Gestão para resultados.** RiMa Editora: São Carlos, 2012.

ARRUDA, R. **Populações ‘Tradicionais’ e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação.** In: Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Vol. 1 Conferências e Palestras. Curitiba, 1997.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio.** Editora Garamond, 2004.

_____. **A Amazônia e a política ambiental brasileira.** GEOgraphia, v. 6, n. 11, 2009.

BENJAMIN, A. H. **Introdução à Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.** In: Meio Ambiente, Direito e Cidadania, PHILIPPI Jr, A. São Paulo: Universidade de São

Paulo. Faculdade de Saúde Pública, Faculdade de Direito, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Núcleo de Informações em Saúde Ambiental: Signus Editora, 2002. p.235-266.

BERTRAND, G. **Paysage et géographie physique globales**: esquisse methodologique. *Révue de Géographie des Pyrenées et Sud-Ouest*. Toulouse, v.39, p.249-72, 1968.

_____. **Le paysage entre la nature et la société**. *Revue géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, v. 49, n. 2, p. 239-258, 1978.

BERTRAND, G.; DOLLFUS, O. **Le paysage et son concept**. *Espace géographique*, v. 2, n. 3, p. 161-163, 1973.

BERTRAND, G. e C. **Uma Geografia Transversal e de travessias**: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. PASSOS, M. M. dos. (Org.). Maringá: Ed. Massoni, 2009.

BERNARDI, J. V. E.; LANDIM, P. M. B.; BARRETO, C. L. B.; MONTEIRO, R. C. **Estudo Espacial do Gradiente de Vegetação do Parque Estadual Da Ilha Do Cardoso/SP, Brasil**. *Holos Environment*, v.5, n.1. 2005.

BERNARDI, J. V. E. **Estudo quantitativo da estrutura da vegetação do Parque Estadual da Ilha do Cardoso/SP**. (Tese de Doutorado em Geociências e Meio Ambiente). Instituto de Biociências. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2001.

BESNARD, W. **Considerações gerais em torno da região lagunar de Cananéia-Iguape**. *Boletim do Instituto Paulista de Oceanografia*, v. 1, n. 1, p. 09-26, 1950.

CHELIZ, P.M. **Aspectos da Geomorfologia e Oscilações Aparentes dos Mares da Ilha do Cardoso** (texto ainda não publicado). Campinas, UNICAMP. 2014

BRASIL. Presidência da República. Comissão Interministerial para a Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio ambiente e Desenvolvimento. **Desafios do desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Cima, 1991.

BRASIL. **Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 19 de jul. 2000. Seção I. p. 12026-12027

BRASIL. **Código Florestal**. Lei nº 4.471 de 15 de setembro de 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4771.htm>. Acesso em: 01 de nov. de 2010.

_____. MMA. **Plano Nacional de Áreas Protegidas**. Brasília: MMA/Sec. de Biodiversidade e Florestas/Diretoria de Áreas Protegidas, 2006.

BRITO, M. C.W. **Workshop sobre populações e parques, Instituto Florestal (SP)**. Revisão e edição de Rita Mendonça, abril de 1998 (relatório não publicado), 1994.

_____. *Unidades de Conservação: intenções e resultados*. Vol. 123. Annablume, 2000.

CAMPOLIM, M. B. **Gestão Participativa da Visitação Pública na Comunidade do Marujá – Parque Estadual Ilha do Cardoso**. 2008. *IF Sér Reg, São Paulo*, v. 33, 39-49.

CASTRO, C. E. **A Política Nacional de Proteção da Natureza e seus Desdobramentos no Território do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. Tese de Doutorado, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2012.

CNRBMA. **Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica**. Sistema Nacional de Unidades de conservação: texto da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e vetos da presidência da República ao PL aprovado pelo Congresso Nacional. 2ed. revista e ampliada. São Paulo: CNRBMA, 2002.

CROCETTI, M. **TERRA DE NINGUÉM? Entrevista com Tasso Azevedo**. Revista EcoTerra Brasil, 2004. Disponível em: <<http://www.ecoterrabrasil.com.br/home/index.php?pg=ecoentrevistas&tipo=temas&cd=78>>. Acessada pela última vez em 20-07-2014

CUNHA, M. C. & ALMEIDA, M. **Populações tradicionais e conservação ambiental**. In CAPOBIANCO, João, P.R. et al. (orgs). Biodiversidade amazônica. Avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade/ Instituto Socioambiental, 2001, p. 184 – 193.

DECRETO n. 6040 de 7 de fevereiro de 2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

DECRETO n. 5758 de 13 de abril de 2006, que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias e dá outras providências.

DE GRANDE, D.A; LOPES, E.A **Plantas da restinga da Ilha do Cardoso** . São Paulo, Hoen. V.9: p.1 -22, 1981

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. O anti-Édipo. **Capitalismo e esquizofrenia**. RJ: Imago Editora, 1976.

DEMATTEIS, Giuseppe. **Progetto implicito. Il contributo della geografia umana alle scienze del territorio**. Milano: Franco Angeli, 1995.

DIAS, J. **A construção da Paisagem na Raia Divisória São Paulo – Paraná – Mato Grosso do Sul**: um estudo por teledetecção. Tese (doutorado), Programa de Pós- Graduação

em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2003.

DIEGUES, A.C. **Saberes tradicionais e etnoconservação**. In: DIEGUES, A. C.; VIANA, V. M. **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**. São Paulo: NUPAUB/LASTROP, 2004. p.9-22.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Desenvolvimento Sustentável ou Sociedades Sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas**. In: São Paulo em Perspectiva, 6 (1-2): 22-20, 1992

_____. **Vale do Ribeira e Litoral de São Paulo: meio ambiente, história e população**. Universidade de São Paulo, 2007.

_____. **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas**. NUPAUB-USP, 2008.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 176 p.

DIEGUES, A.C. & NOGARA, P. J. **O nosso lugar virou parque: estudo sócio-ambiental do Saco de Mamangá-Parati-Rio de Janeiro**. São Paulo, NUPAUB/USP. 1994

_____. **Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais**. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (org.) **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento – novos desafios para a pesquisa ambiental**. Cortez Editora: São Paulo, 1996.

DRUMMOND, J. A. L. ; FRANCO, J. L. A. ; OLIVEIRA, D. **Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil**. In: Roseli Senna Ganem. (Org.). **Conservação da biodiversidade - legislação e políticas públicas**. 1ed.Brasília: Câmara dos Deputados - Edições Câmara, 2010, v. 1, p. 341-386.

EAGLES, Paul FJ et al. **Sustainable tourism in protected areas: Guidelines for planning and management**. Gland, Switzerland and Cambridge, UK: IUCN, 2002.

FARIA, H. H. **Eficácia da gestão de unidades de conservação gerenciadas pelo Instituto Florestal de São Paulo, Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia , Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

FARIA, H. H.; SERIO, F.C.; PIRES; A.S. **A percepção de diretores de unidades de conservação sobre fatores relativos à qualidade de vida dos recursos protegidos em UCs**

do Estado de São Paulo. VI Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Curitiba, Paraná. 2009.

FERREIRA, L. C. **Conflitos sociais em Áreas Protegidas no Brasil: moradores, instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP**. Idéias. 8 (2). 2001.

FRÉMONT, A. “**Les profondeurs des paysages géographiques**”. In: ROGER, A. (org.). *La théorie du paysage en France*. 1995.

FRÓIS, C. **Projeto paulista legaliza concessões em parques estaduais**. “O eco”, 2014. Disponível em: < <http://www.oeco.org.br/reportagens/27999-projeto-paulista-legaliza-concessoes-em-parques-estaduais>>. Acessado pela última vez em: abril de 2014.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. **PORTARIA FF/DE N°093/2014**. São Paulo, 2014.

GADELHA, C. **Proibido Trabalhar: problema socioambiental dos filhos do Cardoso/SP**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

GHIMIRE, K. **Parques e populações: problemas de sobrevivência no manejo de parques nacionais na Tailândia e Madagascar**. Trad.: Cristina Adams. São Paulo: 1993.

GIULIETTI, A.M.;RIBEIRO FILHO,E; BUENO,M.C.G.; AVELAR,W.E.P. **Em busca do conhecimento ecológico: uma introdução à metodologia**. São Paulo [s.n], 1983.

GIRARDI, Herton Escobar. **Ambientalistas veem aparelhamento político em UCs de São Paulo**. *Jornal O Estado de São Paulo - Estadão* – 2013. Disponível em: < <http://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,ambientalistas-veem-aparelhamento-politico-em-ucs-de-sao-paulo>>. Acessado pela última vez em julho de 2014.

GOUVEIA, J. M. C. **A métrica da sustentabilidade na perspectiva da Geografia: aplicação e avaliação do painel da sustentabilidade (*Dashboard of Sustainability*) na Comunidade Quilombola do Mandira – Cananéia /SP**. Tese de Doutorado, USP: SP, 2010.

GOMES-POMPA, A.; VASQUEZ-YANES & GUEVARA,C. **The tropical Rainforest: a Nonrenewable Resource**. In: *Science*, 2005.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: **Território Territórios**. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2002.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. **Almanaque Brasil Socioambiental**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005.

IRVING, M. A. **Refletindo sobre a Relação entre Proteção da Natureza e Ecoturismo em áreas protegidas: tendências no contexto brasileiro.** IRVING & AZEVEDO (Orgs.) Turismo o desafio da Sustentabilidade. São Paulo: Editora Futura (2002).

IUCN. **Guidelines for Protected Areas Management Categories.** Cambridge, United Kingdom and Gland, Switzerland: IUCN, 1994. 29p.

_____. **Protected Areas Programme.** Parks. The international journal for Protected Area managers. Published of the World Commission on Protected Areas (WCPA) of the IUCN - World Conservation Union. sd.

KARMANN, I.; DIAS NETO, C. M.; WEBER, W. **Caracterização litológica e estrutural das rochas metassedimentares do conjunto insular Cardoso, sul do Estado de São Paulo.** In: Revista Brasileira Geociências. São Paulo, v. 29, n.2, p. 157 – 162, 1999.

LPHANDÉRY, P.; PIERRE, B.; YVES, D. **O equívoco ecológico – riscos políticos.** Brasiliense: São Paulo, 1992.

MCNEELY, J. A; MILLER, Kenton. **National Parks, Conservation, and Development – The Role of Protected Areas in Sustaining Society.** Washington : Ruth W. Spiege, Proceedings of the World Congress on National Parks, Bali, Indonésia: IUCN, 1984.

MEDEIROS, R. **Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil.** *Ambiente & Sociedade.* V.9.1 (2006): 41-64.

MEDINA, M.M. (Org.) **Análisis de efectividad del manejo de áreas protegidas com participación social.** Contexto y marco conceptual. Cali: Editorial WWF Colombia, 2005. 64p.

MENDONÇA, A. L. F. et al. **Plano de Gestão do Parque Estadual da Ilha do Cardoso – avaliação de uma experiência de planejamento participativo.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1997, Curitiba. **Anais.** Curitiba: Universidade Livre do Meio Ambiente: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: Instituto Ambiental do Paraná/IAP, 1994. v. 2, p. 219-233.

MENDONÇA, A. L. F. **A Ilha do Cardoso: o parque estadual e os moradores.** Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, 163f.

MILANELO, M. **Comunidades tradicionais do Parque Estadual Ilha do Cardoso e ameaça do turismo emergente.** In: Congresso Nacional sobre Essências Nativas. São Paulo. 1992.

MILANEZ, F. **Especial Chico Mendes: "Chico Mendes está pulando dentro do túmulo".** Carta Capital, 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do->

milanez/osmarino-amancio-rodrigues-chico-mendes-era-libertario-e-esta-pulando-dentro-do-tumulo-3045.html>. Acessado pela última vez em maio de 2014.

MILLER, Kenton. **Em busca de um novo equilíbrio**. Brasília: Ibama, 1997.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL- PARÁ . **MPF investiga concessão florestal de 440 mil hectares na Flona do Crepori, no Pará**. 2013. Disponível em: <<http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2013/mpf-investiga-concessao-florestal-de-440-mil-hectares-na-flona-do-crepori-no-para>>. Acessado pela última vez em junho de 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - Paraná. **Ilha do Mel / Plano de uso assusta moradores / Nativos que podem ser expulsos, diz geógrafo, IAP comete abuso de poder, dizem moradores**. 2009. Disponível em: <<http://mp-pr.jusbrasil.com.br/noticias/402574/ilha-do-mel-plano-de-uso-assusta-moradores-nativos-podem-ser-expulsos-diz-geografo-iap-comete-abuso-de-poder-dizem-moradores>>. Acessado pela última vez em maio de 2014.

NOGUEIRA, Mirian. **Conflitos Ambientais: Parque Ilha do Cardoso permanece com graves problemas**. Revista Carta Capital. 2014. Disponível em: <<http://negrobelchior.cartacapital.com.br/2014/04/22/conflitos-ambientais-parque-da-ilha-do-cardoso-parmanece-com-graves-problemas/>>. Acessado pela última vez em junho de 2014.

OLMOS, Fábio et al. O impacto dos Guarani sobre Unidades de Conservação em São Paulo. **Terras indígenas e unidades de conservação da natureza—O desafio das sobreposições**.(Ricardo Fanny, ed.), Editora Socioambiental.[Links], 2004.

ORSOMANDO E., CATORCI A., MARTINELLI M. e RAPONI M. “**Carta delle unità ambientalipaesaggistiche dell’Umbria**. Scala 1: 100.000”. Regione dell’Umbria, Direzione Regionale Politiche Territoriali Ambiente ed Infrastrutture. Univ. di Camerino, Dipartimento di Botanica ed Ecologia. Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia. Firenze: SELCA,2000.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2002.

PADUA, M. T. J. **Unidades de Conservação: muito mais do que atos de criação e planos de manejo**. In: Miguel Sereduik Milano (org.) Unidades de Conservação: Atualidades e Tendências. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2003.

PASSOS, M. Modesto dos. **O Pontal do Paranapanema: um estudo de geografia física global**. 1988, Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo. São Paulo

_____. **A Raia Divisória: geossistema, paisagem e eco-história**. Maringá: Eduem, 2006.

_____. **A Conceituação da Paisagem.** In: Formação, Presidente Prudente, nº7, 2000. pp. 131-141.

_____. **O GTP: Geossistema - Território - Paisagem: um novo paradigma?.** Geografia. Ensino & Pesquisa (UFSM), v. 4, p. 71-93, 2008.

_____. **Para que serve o GTP (Geossistema- Território – Paisagem)?** In: Revista Geográfica da América Central. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica, II Semestre 2011 .p 1-19.

PHILLIPS, A. **Protected Areas and the Convention on Biological Diversity.** In: PROTECTED AREAS IN THE 21ST CENTURY: FROM ISLANDS TO NETWORKS.23 a 29/11/1997. Discussion paper by WCPA for review at the Albany Symposium. Albany, Australia: IUCN, 1998.

PHILIPS, A. et al. **Indigenous and local communities and protected areas: rethinking the relationship.** Australia. 2002

REIS –JÚNIOR, D. F.C. **História de um Pensamento Geográfico: Georges Bertrand.** In: Cadernos de Geografia, Rio Claro, v.32, n.2, p. 363-390, mai/ago. 2007.

RODRIGUES, C. **A Teoria Geossistêmica e sua Contribuição aos Estudos Geográficos e Ambientais.** Revista do Departamento de Geografia (USP), São Paulo, v. 1, n.14, p. 112-122, 2001.

RODRIGUES, C.L. **Limites do consenso: territórios polissêmicos na Mata Atlântica e a Gestão Ambiental Participativa.** 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ROSS, J. L. S. *EcoGeografia do Brasil: subsídios para o planejamento ambiental.* São. Paulo: Oficina de Textos, 2009.

SABBAH, R. B. **"Governando os comuns ou para os comuns?:** Gestão de áreas protegidas e os arranjos institucionais da política ambiental no Estado de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, (Dissertação de Mestrado). 2010

SANTILLI, J. **Povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais: a construção de novas categorias jurídicas.** In: Ricardo, Fanny (org). Terras indígenas e Unidades de Conservação na natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo; Razão e Emoção.** 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. Outras Expressões: São Paulo, 2013.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE (SMA). **Planos de manejo das Unidades de Conservação – Parque Estadual Ilha do Cardoso: plano de gestão ambiental – fase 1**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente (SMA), 1998. 134 p.

_____. **Planos de manejo das Unidades de Conservação – Parque Estadual Ilha do Cardoso: plano de gestão ambiental – fase 2**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente (SMA), 2002.

SEGRELLES SERRANO, J. A. “**Una Reflexión sobre la Insostenibilidad de las Actividades Turísticas en el Medio Rural y Natural: Los Casos del Ecoturismo y de la Ecología Profunda**”. Human Geography. A New Radical Journal, vol. 2, nº 1, pp. 103-113, 2009.

SOUZA, R. J. de. **O Sistema GTP (Geossistema-Território-Paisagem) aplicado ao estudo sobre as dinâmicas socioambientais em Mirante do Paranapanema-SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.

SOUZA, R. **LAUDO TÉCNICO - Elaboração de Estudo das Áreas de Risco da Ilha do Cardoso**” – Ofícios no 1572/2011 e 1893/2011. 2012.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y. **Manguezais brasileiros: região sudeste-sul**. In: Simpósio sobre Ecossistemas da Costa Sul e Sudeste Brasileira. 1987. Cananéia. Anais. São Paulo, 1987.v.1, p.78

SUGUIO, K.; TESSLER, M.G. **Depósitos quaternários da planícies costeira de Cananéia-Iguape- SP**. in: Roteiros das Excursões do 37º Congresso Brasileiro de Geologia. SNPM. São Paulo, 1992.

VALLEJO, L. R. **Os Parques e Reservas como Instrumentos do Ordenamento Territorial**. In: ALMEIDA, F. G., SOARES, L. A.A.(org.) Ordenamento territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. **Unidades de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas**. 2010. Disponível em: < www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/.../88 >. Acessado pela última vez em: 12 de out. 2011.

VIANNA, L. P. **De invisíveis a protagonistas – populações tradicionais e unidades de conservação**. Anna Blume Editora: São Paulo, 2008.